

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

ELIAS MENDES OLIVEIRA

**A IMPLANTAÇÃO DE GRANDES INDÚSTRIAS
DE CAPITAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS
NA CIDADE PEQUENA DE EXTREMA (MG):
PROCESSOS, FATORES E AGENTES**

Rio Claro - SP
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

ELIAS MENDES OLIVEIRA

**A IMPLANTAÇÃO DE GRANDES INDÚSTRIAS DE
CAPITAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA
CIDADE PEQUENA DE EXTREMA (MG):
PROCESSOS, FATORES E AGENTES**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia (Organização do Espaço).

Orientador: Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes

Rio Claro - SP
2018

O48i

Oliveira, Elias Mendes

A implantação de grandes indústrias de capitais nacionais e internacionais na cidade pequena de Extrema (MG) : processos, fatores e agentes / Elias Mendes Oliveira. -- Rio Claro, 2018

292 f. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Auro Aparecido Mendes

1. Industrialização. 2. Dinâmica locacional das indústrias. 3. Cidades pequenas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

ELIAS MENDES OLIVEIRA

**A IMPLANTAÇÃO DE GRANDES INDÚSTRIAS DE
CAPITAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA
CIDADE PEQUENA DE EXTREMA (MG):
PROCESSOS, FATORES E AGENTES**

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Sílvia Selingardi-Sampaio

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Prof. Dr. Pierre Alves Costa

Prof. Dr. Eli Fernando Tavano Toledo

Conceito: **APROVADO**

Rio Claro/SP, 17 de outubro de 2018.

Aos cidadãos da cidade pequena de
Extrema e aos meus alunos no Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de São Paulo, Câmpus de São João da
Boa Vista (SP).

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes, para sempre um exemplo de profissional e de dedicação à geografia, pela orientação acadêmica, pela confiança e pela amizade;

À minha companheira, Glaziela Aparecida Franco, pela cumplicidade e motivação, sobretudo nos momentos mais árduos da pesquisa, e pela construção de alguns esquemas gráficos contidos na tese;

Aos meus pais, irmãs, familiares e amigos pelo apoio incondicional e irrestrito;

À Prof.^a Dr.^a Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza pelos apontamentos no Exame Geral de Qualificação, os quais foram extremamente valiosos na elaboração da tese;

À Prof.^a Dr.^a Sílvia Selingardi-Sampaio, ao Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy, ao Prof. Dr. Pierre Alves Costa e ao Prof. Dr. Eli Fernando Tavano Toledo por integrarem a Comissão Examinadora da tese, enriquecendo, com suas ponderações, a presente investigação científica;

À administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo por incentivar a formação de seus servidores por meio do programa de afastamento para qualificação *strictu sensu*, benefício sem o qual seria extremamente penoso desenvolver a tese;

Ao Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, Adriano Luís de Carvalho, e à Secretária de Turismo, Dora Ribeiro, da Prefeitura Municipal de Extrema, pela prontidão em atender-me, pela liberação de dados e documentos e pela participação nas entrevistas;

Aos diretores do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva - Gilmar Abrahão e Sílvio Cesarino - pela participação em entrevistas. Agradeço, ainda, à funcionária Raquel da Silva Almeida, por disponibilizar informações sobre as indústrias do sindicato patronal;

Aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Extrema, Itapeva e Camanducaia - Alexandra Fernandes do Amaral Marques, Luís Fernando Palazzi de Souza, Vanderlei Pereira Marques e Aparecido dos Reis - pela participação em entrevista e,

por gentilmente, permitirem acesso aos dados relativos aos trabalhadores da indústria, de seu acervo;

Ao representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário, Confeções de Lonas, Encerados, Guarda-Chuvas, Chapéus, Bolsas, Cintos, Tricô, Crochê, Malharias e Similares de Pouso Alegre e Região, Márcio Mário Faria, pela concessão de entrevista durante o trabalho de campo;

Ao Gilberto Donizetti Henrique e ao Matheus Martins Lopes pela elaboração dos mapas contidos na tese.

À Ana Carolina Bonfitto Gonçalves Negrini pela amizade e profissionalismo;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Com todos vocês, compartilho a satisfação de concluir mais essa etapa em minha trajetória profissional.

Muito obrigado!

HINO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA

Salve Extrema nossa terra,
 pérola da Mantiqueira,
 és orgulho dos teus filhos,
que desejam ver-te altaneira.

Tuas belezas naturais,
são obras do sublime Criador,
 és uma tela colorida,
feita com pincéis do Deus do Amor.

Teus laços estão presos no passado,
das pessoas que fizeram tua história,
 teus filhos têm deveres a cumprir,
continuar tua conquista de vitória.

Unida aos braços fortes dos imigrantes,
 dos operários e da tua mocidade,
com o trabalho de toda comunidade,
terra amada serás uma realidade.

RESUMO

A compreensão das mudanças recentes na repartição geográfica das unidades produtivas demanda a abordagem multiescalar dos eventos que condicionam a dinâmica locacional das indústrias nas diferentes escalas geográficas. Na escala global, a internacionalização do capital e da produção, a reestruturação produtiva das empresas e a globalização acentuaram a disjunção espacial do processo produtivo e possibilitaram a conformação de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação coordenados pelas multinacionais. Simultaneamente, a desconcentração industrial e a guerra fiscal dos lugares integraram novas áreas ao processo produtivo, modificando o padrão regional de distribuição das indústrias no Brasil. Tais processos aprofundaram a divisão territorial do trabalho da indústria na direção de algumas cidades pequenas brasileiras, tradicionalmente concebidas como últimos elos na transição urbano-rural e associadas às atividades agrícolas. Nesse sentido, a implantação de grandes indústrias nacionais e internacionais em Extrema, nas últimas décadas, revela a complexidade crescente das relações e do espaço industrial no Brasil. De modo geral, os grandes investimentos da indústria foram motivados pela localização estratégica da cidade, às margens da Rodovia Fernão Dias (BR 381), pelos baixos salários e pelos esforços de diversos agentes sociais - Governo de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Extrema, sindicato patronal etc. - na criação de condições propícias para o desenvolvimento industrial no município. Na prática, esses fatores locais contribuem para a reprodução ampliada dos capitais da indústria, porque reduzem os custos das fases mais padronizadas da produção, como a transformação e a montagem industrial. Assim sendo, a emergência de Extrema como *lócus* da produção propriamente dita de grandes indústrias revela a capacidade dos agentes hegemônicos de proceder ao uso corporativo do território no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Entre os principais efeitos do atual ciclo de crescimento industrial em Extrema destacam-se: a diversificação econômica, a expansão demográfica e urbana, a elevação da capacidade tributária, os movimentos migratórios (êxodo rural, deslocamentos pendulares e inter-regionais), o acréscimo de centralidade na rede urbana, o aumento da especulação imobiliária, a sobrecarga nas infraestruturas e serviços urbanos e a elevação dos custos médios de vida. Os principais procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta investigação científica foram: revisão bibliográfica de temas como industrialização e cidades pequenas, levantamento e análise de dados primários e secundários sobre a economia, a demografia e o uso industrial do território em Extrema, aplicação de entrevistas semiestruturadas junto ao Poder Público Municipal, aos sindicatos dos trabalhadores e ao sindicato patronal das indústrias e formação de acervo cartográfico e fotográfico dos espaços industriais no município.

Palavras-chave: Industrialização. Dinâmica locacional das indústrias. Cidades pequenas.

ABSTRACT

The understanding of the recent changes in the geographical distribution of productive units demands the multiscale approach of the events that condition the locational dynamics of the industries in the different geographic scales. At the global scale, the internationalization of capital and production, the productive restructuring of enterprises and globalization have accentuated the spatial disjunction of the productive process and enabled the formation of space production circuits and cooperation circles coordinated by multinationals. Simultaneously, the industrial de-concentration and fiscal war of the places integrated new areas to the productive process, modifying the regional pattern of distribution of the industries in Brazil. Such processes have deepened the territorial division of labor in the industry towards some small Brazilian towns, traditionally conceived as the last links in urban-rural transition and associated with agricultural activities. In this sense, the implantation of large national and international industries in Extrema in recent decades reveals the increasing complexity of relations and industrial space in Brazil. In general, the great investments of the industry were motivated by the strategic location of the small town, on the margins of Fernão Dias Highway (BR 381), the low salaries and the efforts of various social agents - Minas Gerais Government, Extrema City Hall, employers etc. - creating favorable conditions for industrial development in the municipality. In practice, these locational factors contribute to the expanded reproduction of industrial capitals, because they reduce the costs of more standardized production phases, such as transformation and industrial assembly. Therefore, the emergence of Extrema as the locus of the actual production of large industries reveals the ability of hegemonic agents to proceed to the corporate use of territory in the current stage of development of productive forces and social relations of production. Among the main effects of the current cycle of industrial growth in Extrema are: economic diversification, demographic and urban expansion, rising tax capacity, migratory movements (rural exodus, commuting and interregional movements), centrality in the urban network, increased real estate speculation, overburden in urban infrastructure and services, and rising average living costs. The main methodological procedures used in the development of this scientific research were: bibliographical review of topics such as industrialization and small towns, survey and analysis of primary and secondary data on the economy, demography and industrial use of the territory in Extrema, application of semi-structured interviews along with the Municipal Public Power, to the workers' unions and to the employers union of the industries and the formation of cartographic and photographic collection of the industrial spaces in the municipality.

Keywords: Industrialization. Locational dynamics of industries. Small towns.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

	Pg.
Figura 1. Inserção de Extrema (MG) na rede urbana polarizada por São Paulo (SP) e com ramificação em Pouso Alegre (MG) – 2007.....	95
Figura 2. Inserção de Extrema (MG) na rede urbana polarizada por São Paulo (SP) e com ramificações em Campinas (SP) e Bragança Paulista (SP) – 2007.....	96
Figura 3. Cronologia das fases de industrialização em Extrema (MG) – 1901/2018.....	115
Figura 4. Dinâmica socioespacial durante a fase incipiente de industrialização em Extrema (MG) – 1901/1972.....	119

Fotografias

	Pg.
Fotografia 1. Distrito industrial criado em parceria com a CDI-MG, no Bairro do Rodeio, em 1975 - 2018.....	194
Fotografia 2. Distrito industrial criado em parceria com a CDI-MG, no Bairro dos Pessegueiros, em 1995 - 2018.....	194
Fotografia 3. Vista parcial do Distrito Industrial dos Pires, em Extrema (MG) – 2018.....	197
Fotografia 4. Vista parcial do Distrito Industrial dos Pessegueiros I, em Extrema (MG) – 2018.....	197
Fotografia 5. Imagem aérea do Distrito Industrial dos Pessegueiros II, em Extrema (MG) – 2018.....	198
Fotografia 6. Localização intraurbana das indústrias em Extrema (MG) – 2017.....	199
Fotografia 7. Localização da Fagor Ederlan em Extrema (MG) – 2018.....	200

Gráfico

	Pg.
Gráfico 1. Balança comercial de Extrema (MG) – 2000/2016.....	160

Mapas

	Pg.
Mapa 1. Localização de Extrema (MG) na microrregião de Pouso Alegre (MG) – 2018.....	92
Mapa 2. Posição geográfica de Extrema (MG) no território brasileiro – 2017..	93
Mapa 3. Localização dos grandes estabelecimentos industriais de capitais exógenos em Extrema (MG) – 2018.....	166
Mapa 4. Infraestrutura logística de Extrema no território nacional – 2018.....	185
Mapa 5. Rede de distribuição de gás natural da Gasmig – [201-].....	188
Mapa 6. Posição geográfica de Extrema (MG) em relação às principais montadoras de automóveis da Região Sudeste – 2017.....	189

Quadros	Pg.
Quadro 1. Rotas e principais atrativos turísticos em Extrema (MG) – 2016.....	108
Quadro 2. Características das fases de industrialização em Extrema (MG) – 1901/2018.....	116
Quadro 3. Grandes indústrias de capitais exógenos em Extrema (MG) – 2015/2016.....	164
Quadro 4. Fatores locacionais importantes para a localização industrial em Extrema (MG) – 1996/2018.....	180
Quadro 5. Agências estatais de fomento à atividade econômica em Minas Gerais – 2018.....	217
Quadro 6. Grandes indústrias de capitais exógenos contempladas com os benefícios concedidos pela Prefeitura Municipal de Extrema – 2000/2017.....	232

LISTA DE TABELAS

	Pg.
Tabela 1. VAB por atividade econômica e PIB-M a preços correntes de Extrema (MG) – 2015.....	105
Tabela 2. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1920/1959.....	118
Tabela 3. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1920/1960.....	120
Tabela 4. Organização industrial em Extrema (MG) – 1955.....	124
Tabela 5. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1970.....	126
Tabela 6. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 1970.....	128
Tabela 7. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1970.....	129
Tabela 8. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1975/1985.....	132
Tabela 9. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1980/1991.....	135
Tabela 10. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 1975.....	138
Tabela 11. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 1980.....	139
Tabela 12. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1996/2010.....	148
Tabela 13. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1996/2016.....	150
Tabela 14. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 2015.....	155
Tabela 15. Mão de obra ocupada por atividade econômica em Extrema (MG) - 31/12/2016.....	202
Tabela 16. Profissões com maior oferta de empregos formais em Extrema (MG) – 31/12/2016.....	203
Tabela 17. Remuneração média dos empregos formais por atividade econômica em Extrema (MG) - 31/12/2016.....	205
Tabela 18. Remuneração média das profissões com maior oferta de empregos formais em Extrema (MG) - 31/12/2016.....	205
Tabela 19. Remuneração média da indústria de transformação em municípios selecionados – 31/12/2016.....	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abralatas	Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BR 381	Rodovia Fernão Dias
CDI-MG	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
Clia	Centro Logístico Industrial e Aduaneiro
Cnae	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Codemig	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Copasa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Dnit	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Faex	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Gasmig	Companhia de Gás de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEDs	Investimentos Externos Diretos
IEF	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
Indi	Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Ipea	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MET	Ministério do Trabalho e Emprego
NFIs	Novas Formas de Investimentos
NCIs	<i>Newly Industrialized Countries</i>
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIB-M	Produto Interno Bruto Municipal
PPSA	Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Regic	Região de Influência das Cidades
RMC	Região Metropolitana de Campinas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sebrae-MG	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais

Secex	Secretaria de Comércio Exterior
Sedectes	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais
SEF-MG	Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Sesi	Serviço Social da Indústria
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sindalex	Sindicato das Indústrias de Alimentação e Panificação de Extrema e Região
Sindicavespar	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário, Confeções de Lonas, Encerados, Guarda-Chuvas, Chapéus, Bolsas, Cintos, Tricô, Crochê, Malharias e Similares de Pouso Alegre e Região
Sinmec	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva
Stimeic	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Extrema, Itapeva e Camanducaia
Stiquimi	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Ramo Químico, Petroquímico, Farmacêutico, Plásticos, Tintas, Vernizes, Resinas, Sintéticas e Produtos do Toucador de Extrema, Itapeva, Munhoz e Toledo
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Suframa	Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus
Unesp	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

	Pg.
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1. DINÂMICA LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS E CIDADES PEQUENAS.....	26
1.1. Dinâmica locacional das indústrias em escala global.....	31
1.2. Dinâmica locacional das indústrias em escala regional.....	44
CAPÍTULO 2. INDUSTRIALIZAÇÃO EM CIDADES PEQUENAS: PRINCIPAIS ABORDAGENS.....	58
2.1. Definição e caracterização de cidades pequenas.....	61
2.2. Cidades pequenas e divisão territorial do trabalho no Brasil.....	72
2.3. Industrialização em cidades pequenas brasileiras: estudos empíricos.....	80
CAPÍTULO 3. A INDUSTRIALIZAÇÃO EM EXTREMA: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS.....	91
3.1. Aspectos geográficos em Extrema.....	91
3.2. Aspectos históricos e socioeconômicos em Extrema.....	98
3.3. Fases da industrialização em Extrema.....	113
3.3.1. Fase incipiente (1901 – 1972).....	117
3.3.2. Fase de expansão industrial (1973 – 1995).....	131
3.3.3. Fase de diversificação industrial (1996 – 2018).....	142
CAPÍTULO 4. USO INDUSTRIAL DO TERRITÓRIO EM EXTREMA.....	153
4.1. Dinâmica locacional e caracterização dos grandes estabelecimentos industriais de capitais externos em Extrema.....	154
4.2. Fatores locacionais de atração das indústrias em Extrema.....	178
4.2.1. Localização estratégica em Extrema.....	181
4.2.2. Mão de obra abundante e barata.....	201
4.2.3. Ações do governo estadual.....	215
4.2.4. Ações do governo municipal.....	225
4.2.5. Ações das instituições privadas ligadas à indústria.....	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
REFERÊNCIAS.....	251
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	275
Apêndice I.....	283
Apêndice II.....	285
Apêndice III.....	287
Apêndice IV.....	289
Anexo.....	291

INTRODUÇÃO

A conjuntura político-econômica delineada pela globalização, marcada pela liberalização e acentuação das trocas mundialmente estabelecidas, intensificou a internacionalização do capital e da produção, a desconcentração industrial e a guerra fiscal dos lugares, tornando mais complexas as relações interindustriais e a divisão territorial do trabalho da indústria.

Nesse contexto, algumas cidades pequenas brasileiras passaram a abrigar grandes estabelecimentos nacionais ou internacionais, tornando-se destinos privilegiados para o grande capital da indústria.

Obviamente, algumas cidades pequenas exemplificam experiências endógenas de industrialização, com a especialização de suas estruturas produtivas em momentos anteriores. Nesses casos, constata-se a presença de arranjos produtivos locais (APLs) que condicionam a economia, a dinâmica socioespacial e os papéis desempenhados por tais cidades na divisão territorial do trabalho.

No entanto, no novo cenário das relações industriais e das trocas internacionais, as cidades pequenas que acolheram grandes estabelecimentos passaram a integrar circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação comandados “de fora” de seus territórios, estabelecendo interações espaciais e sinergias produtivas nas escalas nacional e global.

Trata-se, pois, de um novo momento, de um novo ciclo de crescimento industrial que se sobrepõe às experiências anteriores de industrialização baseadas em recursos de origem local ou regional. Por conseguinte, a implantação recente de grandes unidades fabris em cidades pequenas revela a maior complexidade da repartição geográfica das indústrias, das relações industriais e da reestruturação urbana no Brasil, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

A compreensão das mudanças nos padrões de localização industrial deve basear-se na abordagem multiescalar dos processos que influenciam a distribuição das indústrias no território porque:

- a) os processos socioespaciais distinguem-se quanto à escala de origem e à escala de realização, revelando os diferenciais de poder entre os agentes

sociais que participam do processo produtivo e atuam de forma de distinta no território;

- b) a articulação única dos processos ao nível dos lugares permite explicar as razões pelas quais algumas cidades pequenas se tornaram destinos para os grandes investimentos da indústria, os quais lhes imprimiram novo (ou inédito) ciclo de crescimento industrial, econômico e urbano.

Na escala global, a internacionalização do capital e da produção surgiu como resposta dos agentes hegemônicos – multinacionais e seus aliados no aparelho estatal – para conter a desvalorização cíclica do capital nos países centrais. A desvalorização decorre dos mecanismos de concentração e de centralização do capital intrínsecos ao capitalismo e manifesta-se sob a forma de superacumulação de capital e/ou de força de trabalho.

Além disso, a internacionalização do capital e da produção favorece o acesso aos recursos naturais, à mão de obra abundante e barata e ao mercado consumidor expressivo de alguns países da periferia capitalista. Da mesma forma, permite usufruir os incentivos – desonerações fiscais, créditos, dotação de infraestrutura etc. – concedidos pelos governos desses países às indústrias, rebaixando os custos da produção.

A internacionalização do capital e da produção consiste, portanto, em uma estratégia para a exploração de vantagens locais em lugares diferentes do país de origem do capital, ampliando os horizontes para a acumulação capitalista e o gerenciamento dos insumos, do mercado consumidor e do trabalho em escala global.

Embora não seja recente na história do capitalismo, a internacionalização do capital e da produção adquiriu novo dinamismo na década de 1970, consoante a uma série de transformações técnico-organizacionais que permitiram às grandes corporações segmentar a produção e empregar uma lógica multiterritorial, relativizando os efeitos da distância nas operações industriais.

No bojo da reestruturação produtiva das empresas e da globalização, as novas formas de organização e de racionalização da produção estimularam a disjunção espacial dos estabelecimentos industriais. Por sua vez, o sistema de produção industrial, dividido entre diversos lugares, foi assegurado pela modernização e pela disseminação de redes de circulação (transportes, telecomunicações e energia) que conferiram maior fluidez ao território e

redimensionaram o peso dos fatores locais nas diversas etapas do processo produtivo.

Em consequência, as empresas passaram a se estruturar em redes e os circuitos espaciais de produção expandiram-se pelo território, integrando várias cidades, regiões e países ao processo produtivo. Por outro lado, o comando da produção concentrou-se em alguns centros de gestão do território (como algumas metrópoles e cidades grandes), a partir dos quais os agentes hegemônicos coordenam os círculos de cooperação responsáveis pela circulação de capitais, informações e ordens entre os lugares que participam da produção.

Na escala regional, verifica-se o fortalecimento da desconcentração espacial da indústria no Brasil. Este processo, que teve início na década de 1960, intensificou-se em 1970, basicamente pela presença de fatores repulsivos à localização industrial nas áreas tradicionais de concentração fabril e de fatores de atração disponíveis no interior do país.

As deseconomias de aglomeração começaram a ocorrer nas regiões metropolitanas devido aos seguintes fatores: a elevação dos preços do solo urbano, onerando expansões futuras; as dificuldades logísticas no deslocamento de insumos, mercadorias e pessoas; os altos custos para modernização de fábricas de tempos pretéritos; a sindicalização da mão de obra; os conflitos de vizinhança resultantes das operações industriais (barulho, mau cheiro, manipulação de produtos perigosos, poluição ambiental, movimentação de elevados volumes de carga etc.), entre outros. Na prática, as deseconomias de aglomeração originaram forças centrífugas sobre os estabelecimentos consolidados nos grandes conjuntos urbanos e sobre os novos investimentos, incitando-os a buscar localizações mais favoráveis no território nacional.

Os fatores de atração, por sua vez, estão relacionados à disseminação das condições gerais de produção no território desde a década de 1960, fruto das ações do Estado para modernizar o país, da internacionalização da economia brasileira, da urbanização crescente e da difusão de novos hábitos de consumo.

Ademais, muitos municípios e estados passaram a fomentar a industrialização por meio de políticas específicas para atração dos estabelecimentos que migravam das metrópoles ou dos novos investimentos estrangeiros na produção. As principais alternativas utilizadas nessas políticas foram a concessão de incentivos fiscais e creditícios, a doação de terrenos e a provisão de benfeitorias ligadas à

infraestrutura, principalmente nos espaços planejados para acolher as unidades fabris, como os distritos industriais.

Em um primeiro momento (décadas de 1970 e 1980), as cidades médias tornaram-se as principais “beneficiárias” da desconcentração industrial, sobretudo aquelas bem localizadas no Centro-Sul do país, por força de suas economias de aglomeração, da proximidade com os principais mercados consumidores e das políticas locais e estaduais de fomento à industrialização. Entretanto, a partir da década de 1990, algumas cidades pequenas também passaram a competir pelos grandes investimentos industriais, manifestando forças aglomerativas capazes de influenciar os empresários em suas escolhas locais.

Todavia, a industrialização em cidades médias e pequenas não foi capaz de eliminar as assimetrias que, historicamente, caracterizam o espaço industrial brasileiro. Na realidade, a desconcentração industrial vem promovendo a reestruturação da divisão territorial do trabalho da indústria e redefinindo as hierarquias entre os lugares envolvidos na produção sob o comando da metrópole paulistana, que concentra a sede das principais empresas, bancos e instituições públicas do país.

Na escala local, observa-se a periferização ou a suburbanização dos estabelecimentos industriais em espaços não metropolitanos e metropolitanos, respectivamente. Estes processos podem ser espontâneos, quando os empresários (re)localizam as unidades produtivas nas periferias ou subúrbios para evitar problemas identificados nas áreas centrais e pericentrais (congestionamentos, valorização do solo urbano, conflitos com a vizinhança etc.) e/ou explorar vantagens nas áreas periféricas e suburbanas (disponibilidade de terrenos amplos e baratos, incentivos fiscais e creditícios, presença de espaços industriais planejados, facilidades logísticas etc.). Podem ocorrer, também, de maneira induzida pelo Poder Público, através das restrições à localização central nos planos diretores e nas leis de uso e ocupação do solo ou da concessão de benefícios, condicionada à localização periférica ou suburbana das indústrias.

No que concerne às políticas de fomento à industrialização, as ações empreendidas pelos estados e municípios para absorver investimentos industriais de procedência exógena permitem explicar a industrialização de muitas cidades pequenas no Brasil, principalmente a partir da década de 1990.

A disputa entre estados e municípios para atrair os investimentos industriais utilizando-se da concessão de incentivos fiscais e creditícios configurou a chamada guerra fiscal dos lugares, na qual são criadas condições artificiais de atração da indústria em lugares com menor tradição no setor secundário, interferindo na distribuição espacial da indústria brasileira.

Em perspectiva multiescalar, pode-se afirmar que, sob a influência dos processos descritos anteriormente, áreas tradicionalmente industrializadas vêm perdendo sua capacidade de atração e de sustentação de estabelecimentos industriais, os quais são direcionados para áreas mais atrativas, deixando naquelas localidades problemas como o desemprego, a formação de *brownfields*, a redução da arrecadação municipal e seu consequente repasse para as políticas públicas de conotação social, entre outros.

Por sua vez, as cidades que passaram a acolher novos investimentos industriais integraram redes de produção mais amplas, cujas lógicas produtivas extrapolam as escalas local e regional e são ditadas a distância por agentes sociais que operam nas escalas nacional ou global. Nessas cidades, potencializa-se a demanda sobre o solo urbano, tornando mais complexo e dinâmico o processo de produção do espaço.

Esse é o caso das cidades pequenas brasileiras, que vêm passando por um intenso ciclo de crescimento industrial, econômico e urbano após a introdução de grandes somas de capitais exógenos na atividade industrial, a partir dos anos 1990. Desde então, essas cidades passaram a integrar amplos e complexos circuitos produtivos, atendendo solicitações advindas das escalas nacional ou global.

Nesse sentido, a emergência de algumas cidades pequenas à condição de destinos prioritários para os grandes investimentos na indústria merece destaque na investigação científica porque contraria os estudos clássicos em Geografia Industrial que conferiam às metrópoles e às cidades grandes e, posteriormente, a algumas cidades médias, a supremacia na captação desses recursos.

Além disso, rompe-se com a noção de que a estrutura produtiva e a dinâmica socioespacial das cidades pequenas se baseiam fundamentalmente nas atividades agrícolas, de modo que tais lugares não contariam com atributos capazes de atrair grandes investimentos da indústria, diferentes daqueles que mantêm agroindústrias ou complexos agroindustriais.

Na presente investigação científica, analisou-se a industrialização em Extrema (MG), partindo da **tese** de que, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, algumas cidades pequenas podem oferecer vantagens locais às indústrias, tornando-se *lócus* privilegiado para a implantação de grandes estabelecimentos de origem exógena (nacional e internacional).

O município de Extrema, pesquisado, localiza-se no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, na microrregião de Pouso Alegre (MG) (IBGE, 1972). O território local é entrecortado pela Rodovia Fernão Dias (BR 381), importante corredor logístico nacional. A cidade dista 484 km de Belo Horizonte (MG), 100 km de São Paulo (SP), 500 km do Rio de Janeiro (RJ) e 1.194 km de Brasília (DF) (ALMG, 2017). De acordo com o IBGE (2010), Extrema possuía 28.559 habitantes em 2010, com estimativa de 34.344 habitantes para 2017 (IBGE, 2017).

A experiência recente de industrialização em Extrema chamou a atenção porque nas últimas três décadas foram instalados grandes estabelecimentos de origem exógena na cidade, os quais atuam em diversos gêneros da indústria de transformação e exploram grandes mercados, como a Delo Indústria e Comércio LTDA, a Panasonic do Brasil LTDA, a Multilaser Industrial S/A, a Pandurata Alimentos LTDA (Bauducco), a HBA Hutchinson Brasil Automotive LTDA, o Grupo CRM Indústria e Comércio de Alimentos LTDA (Kopenhagen e Brasil Cacau), a Dalka do Brasil LTDA (Acqualimp), a Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA, a Kidde Brasil LTDA, a Ball do Brasil LTDA, entre outras.

O crescimento industrial, econômico e urbano em Extrema é amplamente difundido no meio político, na mídia especializada em assuntos econômicos e nos veículos de imprensa regional e estadual, motivando esta pesquisa científica sobre a industrialização do município, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Industrial.

A pesquisa procurou responder as seguintes questões:

- a) que vantagens ou fatores locais presentes no território local justificam os investimentos do grande capital da indústria em Extrema, a partir de meados da década de 1990?
- b) quais são e como atuam os agentes sociais diretamente envolvidos com a industrialização local?

- c) como se processa o uso industrial do território em Extrema, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção?
- d) quais os papéis desempenhados por Extrema na divisão territorial da indústria, atualmente?
- e) qual o significado da industrialização recente em Extrema no âmbito das estratégias para a reprodução do grande capital?

O **objetivo geral** da pesquisa consistiu em compreender o processo de industrialização em Extrema em perspectiva histórico-geográfica, destacando os processos socioespaciais, os fatores locacionais e os agentes sociais envolvidos no atual ciclo de crescimento industrial no município. Em outras palavras, procurou-se explicar o papel desempenhado atualmente por Extrema, uma cidade pequena, na atual divisão territorial do trabalho da indústria.

Os **objetivos específicos** da pesquisa foram:

- examinar os processos socioespaciais relacionados às mudanças recentes nos padrões de localização das indústrias, nas escalas global e regional;
- discutir o uso industrial do território nas cidades pequenas brasileiras a partir de estudos empíricos desenvolvidos por outros pesquisadores;
- periodizar o processo de industrialização em Extrema segundo a origem principal dos capitais investidos no setor secundário;
- analisar o espaço e a dinâmica industrial vigente em Extrema de acordo com os seguintes critérios: quantidade e tamanho dos estabelecimentos, gêneros industriais, início das operações das indústrias no município, origens dos capitais investidos, perfil da mão de obra, especialização *versus* diversificação industrial, entre outros;
- avaliar os fatores locacionais que vêm sendo determinantes para a implantação de grandes estabelecimentos de origem exógena em Extrema nas últimas três décadas.

O **método** empregado foi o materialismo histórico e dialético, porque permitiu analisar a evolução histórica das relações entre indústria e território, bem como a criação das condições gerais de produção para a reprodução do capital da indústria em cidades pequenas.

Neste sentido, a análise das continuidades e rupturas nos padrões de localização das indústrias baseou-se no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, na disseminação desigual – no tempo e no espaço – das condições gerais de produção, nos diferentes graus de integração entre os lugares e nas mudanças nos papéis do Estado, sobretudo no contexto da globalização neoliberal e da guerra fiscal dos lugares.

Em outras palavras, a emergência de algumas cidades pequenas como destinos privilegiados para o grande capital foi avaliada a partir da dinâmica locacional das indústrias, a qual expressa as tentativas históricas de valorização do capital no território.

Ao longo da pesquisa, foram empregados os seguintes **procedimentos metodológicos**:

- a) levantamentos e análises de bibliografias – livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, anais de congressos científicos etc. – que abordam os seguintes temas: industrialização, localização industrial, relações interindustriais, internacionalização do capital e da produção, reestruturação produtiva das empresas, globalização, desconcentração industrial, guerra fiscal dos lugares, políticas industriais, industrialização no Brasil, em Minas Gerais e no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, rede urbana, cidades pequenas, história e economia de Extrema;
- b) levantamentos e análises de dados secundários que caracterizam a indústria, a economia, a demografia e a sociedade de Extrema em diferentes contextos históricos, como a quantidade de pessoal ocupado na indústria, a participação da indústria no conjunto das atividades econômicas, a população economicamente ativa (PEA) por atividade econômica, os gêneros industriais em funcionamento no município, a quantidade e o tamanho dos estabelecimentos industriais, as origens dos capitais investidos, o ano de início das atividades das indústrias, o Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a balança comercial do município, o número total de habitantes, a população urbana e a população rural, entre outros. Tais informações foram obtidas junto: i) aos órgãos oficiais de governo das esferas federal ou estadual, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MET), o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), a

- Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sedectes), a Fundação João Pinheiro (FJP), entre outros; ii) às instituições privadas de fomento à indústria e à atividade empresarial em âmbito estadual, como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), entre outros; iii) ao próprio município, em interlocução com o Poder Público Municipal (Prefeitura e/ou Câmara Municipal); iv) às páginas eletrônicas das indústrias e dos sindicatos (patronais e dos trabalhadores) que atuam em Extrema;
- c) levantamentos e análises de estudos técnicos e relatórios oficiais sobre a industrialização, a economia, a demografia e a infraestrutura de Minas Gerais e de seus municípios, emitidos pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (Indi), pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e pela FJP;
- d) aquisição do Cadastro de Empresas Ativas da Prefeitura Municipal de Extrema (versão atualizada em dezembro de 2017), documento-base a partir do qual se filtraram as indústrias em funcionamento na cidade, atualmente (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017a). A partir desta relação, procedeu-se à classificação dos estabelecimentos por tamanho e gênero industrial, cujo resultado subsidiou a confecção dos mapas e dos quadros que qualificam as grandes indústrias em funcionamento em Extrema. A categorização das indústrias por porte baseou-se no critério do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que define como estabelecimentos de micro, pequeno, médio e grande porte aqueles que empregam, respectivamente, entre 1 e 19, 20 e 99, 100 e 499 e 500 ou mais trabalhadores (SEBRAE, 2013). A quantidade de funcionários por indústria foi extraída de documento fornecido pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva (Sinmec), referente ao biênio 2015/2016 (SINMEC, 2016).

As informações sobre o gênero industrial e o início das atividades das indústrias em Extrema foram extraídas do Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), constante na página eletrônica da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG, 2018);

- e) aquisição e análise das normas que regulamentam a promoção da indústria e o ordenamento territorial em Extrema, como a Agenda 21 e as leis que concederam benefícios locais às indústrias. As legislações foram adquiridas junto à Prefeitura ou à Câmara Municipal de Extrema;
- f) realização, transcrição e análise de entrevistas semiestruturadas junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo e à Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Extrema, ao Sinmec, ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário, Confecções de Lonas, Encerados, Guarda-Chuvas, Chapéus, Bolsas, Cintos, Tricô, Crochê, Malharias e Similares de Pouso Alegre e Região (Sindicavespar), e ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Extrema, Itapeva e Camanducaia (Stimeic)¹. As entrevistas totalizaram mais de 10 horas e constituíram a principal fonte de dados primários sobre as indústrias, as relações industriais e o uso industrial do território em Extrema. Os roteiros das entrevistas semiestruturadas constam dos Apêndices I, II, III e IV.
- g) formação de acervo cartográfico sobre aspectos relevantes para as discussões contidas na tese, como a posição geográfica e a infraestrutura logística de Extrema, a disposição das grandes indústrias no perímetro urbano, a localização do município em relação às principais montadoras de automóveis na Região Sudeste, a rede de distribuição de gás natural da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) etc. Alguns mapas foram compilados da *internet*, enquanto outros foram desenvolvidos especialmente para esse trabalho, a partir do programa Quantum GIS 2.18.16 'Las Palmas'.
- h) formação de acervo fotográfico dos espaços industriais do município;

¹ Além do Stimeic, existem outros dois sindicatos dos trabalhadores das indústrias sediados em Extrema: o Sindicato das Indústrias de Alimentação e Panificação de Extrema e Região (Sindalex) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Ramo Químico, Petroquímico, Farmacêutico, Plásticos, Tintas, Vernizes, Resinas, Sintéticas e Produtos do Toucador de Extrema, Itapeva, Munhoz e Toledo (Stiquimi). Durante a realização do trabalho de campo, ambos os sindicatos não retornaram aos contatos para agendamento de entrevista semiestruturada com algum de seus representantes.

- i) tabulação e sistematização das informações obtidas por meio de esquemas representativos diversos, como gráficos, quadros, tabelas, cartogramas etc.
- j) redação final da tese, contendo a análise crítica dos dados primários e secundários à luz da literatura especializada, bem como as conclusões obtidas.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se revisão bibliográfica sobre os processos socioespaciais responsáveis pelas transformações recentes na configuração e na dinâmica do espaço industrial brasileiro, como a emergência de algumas cidades pequenas como destinos privilegiados para a reprodução do grande capital da indústria. Os processos discutidos são: a internacionalização do capital e da produção, a reestruturação produtiva das empresas e a globalização, em escala global; a desconcentração industrial e a guerra fiscal dos lugares, em escala regional.

No segundo capítulo, avaliam-se a definição e a caracterização das cidades pequenas, as quais são compreendidas como particularidade do fenômeno urbano no Brasil, que reúne singularidades resultantes de um processo complexo de diferenciação socioespacial do território. Em seguida, analisam-se diferentes abordagens sobre o uso industrial do território em cidades pequenas, devidamente exemplificadas com estudos empíricos.

No terceiro capítulo, são discutidos os aspectos locais, históricos, socioeconômicos e demográficos de Extrema. Na sequência, propõe-se uma periodização da industrialização local como forma de apreender, em perspectiva histórico-geográfica, como se processa o uso industrial do território e os diferentes papéis desempenhados pelo município na divisão territorial do trabalho da indústria.

No quarto capítulo, aprofunda-se o exame sobre o atual ciclo de crescimento industrial no município, representado pela última das fases de industrialização propostas no capítulo anterior. Para tanto, analisam-se a estrutura e a dinâmica do espaço industrial em Extrema, bem como os fatores locais que exercem influência sobre o grande capital da indústria no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

CAPÍTULO 1. DINÂMICA LOCACIONAL DAS INDÚSTRIAS E CIDADES PEQUENAS

A compreensão das transformações recentes na atividade industrial - inclusive a emergência de algumas cidades pequenas à condição de *lócus* da produção de grandes unidades fabris - requer a abordagem multiescalar dos processos socioespaciais responsáveis pela reestruturação da divisão territorial do trabalho da indústria.

De acordo com Silveira (2010, 2011a, 2011b), as abordagens orientadas para os processos permitem apreender a própria dinâmica dos territórios, na medida em que esses são os portadores do “novo”, da sociedade e do espaço geográfico em movimento.

Desse modo,

[...], cada período produz suas forças de aglomeração e dispersão, resultado da utilização combinada de condições técnicas e políticas, que não podem ser confundidas com as de momentos pretéritos e que redefinem os limites. Hoje, verifica-se a difusão do sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais que cria uma concentração e uma dispersão combinadas. Dão-se, no território e na sociedade, bruscas mudanças de papéis, que são ao mesmo tempo mudanças de lugares. De tal modo, os chamados equilíbrios precedentes se rompem e muda o conteúdo dos lugares e do território como um todo, indicando novos fatores de localização (SILVEIRA, 2011b, p. 5).

Além disso, a abordagem multiescalar dos processos evidencia os diferenciais de poder na apropriação das riquezas geradas pela indústria, explicitando relações de complementaridade e de conflito entre os agentes sociais e os lugares que integram o processo produtivo.

Para Santos (2008), os eventos dinamizam o território e diferem quanto à escala de origem e à escala de realização. No primeiro caso, porque se distinguem de acordo com o agente social (governos, empresas, instituições, classes sociais, indivíduos, sindicatos, outros grupos sociais organizados etc.) e sua respectiva capacidade de transformar a sociedade e o espaço geográfico. No segundo caso, porque a manifestação de um fenômeno no território depende da sobreposição e da coexistência de múltiplos eventos em nível local, em um processo contínuo de reestruturação territorial e de diferenciação socioespacial.

Nesse sentido,

a noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do impacto, de sua realização. Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. Esse não isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum. No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno. [...]. Assim, a escala de origem do evento tem o que ver com a força do seu emissor. [...]. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização (SANTOS, 2008, p. 152 – 153).

Nessa perspectiva, é possível constatar a vigência de uma dinâmica locacional das indústrias nas diferentes escalas geográficas, resultante das ações de agentes sociais e instituições que visam explorar no território os fatores que proporcionem maior rentabilidade ao capital da indústria.

Entretanto, não basta situar ou descrever os processos separadamente, em suas escalas de origem e de realização. À Geografia interessa, sobretudo, uma visão integradora dos eventos, ou seja, a manifestação conjunta e singular destes nos lugares, renovando especializações, fragmentações e hierarquias que (re)estruturam a divisão territorial do trabalho.

Santos (2008) afirma que cada lugar assimila as virtualidades dos processos hegemônicos de forma específica devido a sua constituição prévia, ou seja, às heranças de múltiplas e sucessivas divisões territoriais do trabalho anteriores.

Para o autor,

a cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado”. Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão territorial do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma

condição, senão um fator. Mas é a divisão territorial do trabalho que tem precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis (SANTOS, 2008, p. 133).

No caso da indústria, os lugares oferecem possibilidades distintas para a valorização do capital devido à sua constituição prévia. Por conseguinte, cada lugar integra-se de forma diferenciada aos processos que dinamizam o espaço industrial e que visam explorar as condições mais propícias para a reprodução do capital no território.

Lencioni (2007, 2017) considera que as relações entre indústria e território se fundamentam na disseminação desigual, no tempo e no espaço, das condições gerais de produção, as quais variam conforme o tipo de indústria. A diversidade no território irá condicionar os padrões de localização (concentração ou dispersão) atuais e futuros dos estabelecimentos e dos fluxos industriais de acordo com as possibilidades que os lugares oferecem à valorização do capital. Assim sendo, as condições gerais de produção articulam o particular ao geral, estabelecendo nexos entre o processo imediato de produção (transformação industrial) e o conjunto da produção e da circulação do capital (valorização do capital) (LENCIONI, 2007, 2017).

No Brasil, a divisão territorial da indústria vem sendo continuamente reestruturada com a incorporação diferenciada de parcelas de seu território aos processos que dinamizam seu espaço industrial na contemporaneidade. Os principais processos que ajudam a explicar as mutações recentes na atividade industrial e na divisão territorial do trabalho da indústria são a internacionalização do capital e da produção, a reestruturação produtiva das empresas e a globalização, em escala global; a desconcentração espacial da indústria brasileira e a guerra fiscal dos lugares, em escala regional.

Tais processos aprofundaram a divisão territorial do trabalho da indústria no país, inclusive com a inserção de algumas cidades pequenas - tradicionalmente consideradas como últimos elos na confluência do urbano e do rural (CORRÊA, 2011) - aos circuitos espaciais de produção e aos círculos de cooperação de grandes indústrias, geralmente como *lócus* da produção propriamente dita (transformação e montagem industrial).

Frederico e Castillo (2003, p. 237) consideram que

os circuitos espaciais produtivos pressupõem a circulação de materiais (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo de um determinado produto num movimento permanente; os círculos de cooperação no espaço, por sua vez, tratam da comunicação consubstanciada na transferência de capitais, ordens e informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção.

Desse modo, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação expressam a racionalidade capitalista no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Tal racionalidade envolve, simultaneamente, a fragmentação do processo produtivo e o controle, direto ou indireto, dos lugares envolvidos na produção pelos agentes sociais hegemônicos (SILVEIRA, 2010, 2011a, 2011b).

Por meio dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação - cujo alcance e complexidade dependem da capitalização, do domínio tecnológico e do poder de barganha dos agentes sociais que definem a produção -, as corporações procedem ao uso corporativo do território (SILVEIRA, 2010, 2011a, 2011b). É corporativo porque dita aos lugares as necessidades corporativas, induzindo o Poder Público e a sociedade civil a proverem as infraestruturas e a criarem um ambiente institucional e normativo necessário às atividades e aos interesses empresariais.

Obviamente, as corporações não atuam com a mesma qualidade e intensidade nas diferentes parcelas do território; ao contrário, as empresas fixam uma topologia entre os lugares incluídos no processo produtivo, direcionando-lhes diferentes volumes de capitais e informações ou fases específicas da produção (SILVEIRA, 2010, 2011a, 2011b). Consequentemente, com o uso corporativo do território, cada lugar assume papel distinto na geração de valor para as grandes corporações.

Nesses termos, a integração de áreas com pouca tradição industrial, como algumas cidades pequenas brasileiras, aos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de multinacionais e grandes indústrias nacionais, demonstra

a complexidade crescente do espaço e das relações industriais no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, exacerbando a divisão territorial do trabalho da indústria nas múltiplas escalas geográficas.

Essa realidade contrasta com os estudos clássicos em Geografia Industrial, que conferiam às metrópoles e às cidades grandes e, posteriormente, a algumas cidades médias, o *status* de destinos preferenciais para o grande capital da indústria, em função do volume de economias de aglomeração presentes nesses lugares.

Esse capítulo apresenta uma revisão bibliográfica das principais mudanças em curso no espaço e nas relações industriais e encontra-se subdividido em duas seções. Na primeira seção, discute-se a dinâmica locacional das indústrias em escala global, com ênfase nos processos de internacionalização do capital e da produção, de reestruturação produtiva das empresas e de globalização, os quais intensificaram a dispersão dos estabelecimentos e a reprodução do grande capital da indústria em escala global, a partir de 1970. Na segunda seção, avaliam-se os principais desdobramentos da desconcentração industrial e da guerra fiscal no Brasil, processos que condicionam a dinâmica locacional das indústrias em escala regional. Em conjunto, ambas as dinâmicas locais da indústria² são responsáveis por modificar a configuração e a dinâmica do espaço industrial brasileiro e auxiliam a compreensão do crescimento industrial, econômico e urbano verificado em algumas cidades pequenas após o ingresso de capitais exógenos (nacionais e internacionais) da indústria, nas últimas décadas.

² Além da dinâmica locacional das indústrias na escala global e na escala regional, há a dinâmica locacional das indústrias em escala intraurbana ou intrametropolitana. A periferização ou suburbanização dos estabelecimentos industriais, respectivamente, consistem nas principais tendências de localização das unidades produtivas no território. Tais processos podem ocorrer espontaneamente ou de forma induzida, tendo como causas principais: a) as restrições à localização industrial nas áreas centrais e pericentrais, devido aos problemas logísticos, à sobrecarga das infraestruturas urbanas e aos conflitos de vizinhança decorrentes do processo de produção industrial; b) a valorização dos imóveis nas áreas centrais e pericentrais, dificultando a modernização e/ou expansão física das unidades industriais; c) a disponibilidade de terrenos amplos e baratos nas periferias e subúrbios; d) a presença de espaços industriais planejados, como os distritos industriais, nas periferias e subúrbios (MENDES; SELINGARDI-SAMPAIO, 1987; SPOSITO, 1986; SAILER, 2010; OLIVEIRA, 2012). A análise aprofundada dos padrões de localização dos estabelecimentos industriais em Extrema não constitui objetivo específico desta pesquisa, motivo pelo qual a dinâmica locacional intraurbana das indústrias não será examinada de maneira minuciosa nas discussões seguintes.

1.1. Dinâmica locacional das indústrias em escala global

Na escala global, o movimento das indústrias resulta das forças centrífugas e centrípetas que agem de forma descontínua setorial, temporal e espacialmente sobre os estabelecimentos e os fluxos industriais, (re)estruturando a divisão internacional do trabalho da indústria.

A conformação de um sistema mundial de produção industrial, em que a produção se estrutura em redes que integram diversas cidades, regiões e países, constitui a principal característica da dinâmica locacional das indústrias em escala global.

A constituição deste sistema ocorreu de modo progressivo, conforme o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, que possibilitou a dispersão espacial das indústrias e a fragmentação do processo produtivo entre diversos lugares.

A internacionalização do capital, intrínseca ao capitalismo, constitui a lógica subjacente à dinâmica locacional das indústrias, na escala global. A internacionalização do capital diz respeito às ações que empresas estabelecem nos diversos países onde atuam, através dos fluxos de investimentos, da exploração dos insumos, da mão de obra e do mercado consumidor, da produção e da transferência de informações e de tecnologia, da concorrência intercapitalista etc.

Singer (1976, p. 81) explica que a história do capitalismo enquanto sistema mundial é “[...] a história da internacionalização do capital, ou seja, da criação de um espaço econômico internacional no qual o capital em suas diversas formas – capital-dinheiro, capital-meios de produção e capital-mercadoria – pode circular livremente”.

Gonçalves (1992) argumenta que a internacionalização do capital se manifesta desde os primórdios do capitalismo, porque esse sistema econômico é essencialmente um processo de acumulação de capital. Desse modo, “[...] não existe capitalismo sem relações econômicas internacionais, e [...] as condições da produção capitalista e suas crises levam à concentração e centralização do capital” (GONÇALVES, 1992, p. 20).

Harvey (2005) interpreta a internacionalização do capital como estratégia dos agentes hegemônicos para superar as crises que acometem periodicamente o capitalismo. Fruto das relações contraditórias entre capital e trabalho, as crises manifestam-se pela geração de excedentes de capital, de trabalho, ou de ambos, os

quais tendem a se desvalorizar. Para conter a desvalorização cíclica do capital, existem dois tipos complementares de ajustes - o temporal e o espacial – responsáveis pela absorção dos excedentes e por postergar os efeitos das crises.

O ajuste temporal implica na realização de grandes obras de infraestrutura, com liquidez a médio ou longo prazo, na criação de capital fictício e no aprimoramento dos mecanismos de especulação financeira. Pressupõe restrições mínimas à circulação do capital, estimulando o desenvolvimento dos sistemas bancário e financeiro (HARVEY, 2005).

O ajuste espacial ocorre através da busca contínua por novas frentes geográficas para a acumulação capitalista. Em sua disposição expansionista, o capitalismo tende a beneficiar-se das diferenças espaciais preestabelecidas, aprofundando-as, pois os investimentos são direcionados para as áreas que lhe tragam maior rentabilidade. Em consequência, potencializam-se o desenvolvimento desigual e combinado e a diferenciação socioespacial no território, pois a economia dos lugares que recebem os maiores volumes de capital tende a se tornar mais dinâmica (HARVEY, 2005).

Harvey (2005) conclui que os referidos ajustes se efetivam através da internacionalização do capital. No entanto, ambos oferecem soluções temporárias para as crises porque não superam a dicotomia capital-trabalho, que constitui o fundamento do sistema capitalista.

As multinacionais são os principais agentes da internacionalização do capital e da produção. De acordo com Corrêa (1996), as grandes corporações são os agentes privilegiados da gestão do território em função do poderio econômico, tecnológico e político que lhes capacita extrair mais-valia globalmente.

As grandes corporações desempenham papel crucial na organização do espaço, porque o conjunto de práticas por elas efetuadas tem uma necessária espacialidade, influenciando a divisão internacional do trabalho. As principais características das grandes corporações são: a ampla escala de operações, a natureza multifuncional, a segmentação da corporação, as múltiplas localizações e o poder de pressão econômica e política (CORRÊA, 2010).

Harvey (2005, p. 142 – 143) define a empresa multinacional como aquela:

[...] capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diferentes recursos, mercados de trabalho, de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial do trabalho, e obtém muito do seu poder devido a sua capacidade de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos de maneira que a empresa familiar não o faz.

Silveira (2010, 2011a, 2011b) esclarece que a grande corporação atua em redes, com as quais coordena fluxos significativos de mercadorias, pessoas, capitais, informações, ordens, valores etc. e faz o uso corporativo do território, impondo aos lugares sua própria divisão territorial do trabalho.

À semelhança do processo de internacionalização do capital, a gênese e a evolução das grandes corporações devem ser compreendidas à luz do processo dinâmico e orgânico de concentração e centralização do capital, característico do capitalismo (GONÇALVES, 1992).

Gonçalves (1992) assevera que a origem das grandes corporações remonta à primeira fase de internacionalização do capital, nas últimas décadas do século XIX, durante a expansão imperialista. No decurso do capitalismo, algumas indústrias diversificaram suas atividades, conquistaram mercados e eliminaram concorrentes, transformando-se nas grandes corporações que, atualmente, comandam as estruturas oligopolizadas de mercado.

Nesse sentido,

o avanço das empresas multinacionais decorre do acirramento da concorrência não só na escala nacional, mas também na mundial. No *front* interno, as empresas e grupos promoveram um forte movimento de concentração e centralização, ao passo que, no *front* externo, adotaram uma estratégia de concentração mediante novos investimentos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Essas diferentes estratégias estão relacionadas à emergência de estrangimentos à acumulação nos países capitalistas e ao imperativo capitalista de acumulação ampliada (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 25).

Sposito e Santos (2012) ressaltam que existem diferentes formas de internacionalização do capital sob o comando das grandes corporações, a saber:

- a) o comércio exterior de bens e serviços;
- b) os Investimentos Externos Diretos (IEDs) (fusão e aquisição de empresas, os novos investimentos e *joint ventures*);

- c) os investimentos em portfólios (títulos públicos e privados);
- d) e as Novas Formas de Investimentos (NFIs) (acordos de licença, de assistência técnica, de *franshising* e de terceirização internacional).

As modalidades de internacionalização do capital se alteram em importância e, conseqüentemente, no volume de transações econômicas dependendo da conjuntura histórico-geográfica da sociedade capitalista, como mencionam Sposito e Santos (2012, p. 23 – 24):

a internacionalização do capital pode ocorrer de diferentes maneiras, de acordo com cada momento histórico. Cada período é marcado pela predominância de um aspecto da internacionalização, o que não significa que as outras facetas sejam negligenciadas.

[...].

As diferentes formas de investimento se alteram temporal, setorial e espacialmente. Em finais do século XIX, prevaleciam os investimentos em portfólios por meio de empréstimos entre governos (países desenvolvidos para subdesenvolvidos) e da implantação de infraestruturas em países subdesenvolvidos. É a partir de 1950, com o avanço internacional das empresas estadunidenses, europeias e japonesas, que a prevalência dos investimentos assume a forma de IED. Desde os anos 1970, com o fim do padrão ouro-dólar e a adoção de medidas neoliberais de desregulamentação, as NFIs têm se destacado.

Apesar de recorrente na história do capitalismo, a internacionalização do capital conheceu um salto quantitativo e qualitativo na década de 1950. Quantitativamente, porque aumentaram os volumes de capitais em circulação no mercado internacional, consoante ao período de grande liquidez na economia mundial entre o pós-guerra e meados da década de 1970. Qualitativamente, porque se modificou a modalidade preferencial com que se realizava a internacionalização do capital: a partir daquele momento intensificaram-se os IEDs, ou seja, os investimentos na forma de capital-meio de produção (SINGER, 1976) ou a internacionalização do próprio processo produtivo (SPOSITO; SANTOS, 2012).

Selingardi-Sampaio (2009) enumera um conjunto de processos e reestruturações que impulsionaram a internacionalização do capital e da produção na década de 1950, quais sejam:

- a) no plano geopolítico e institucional: o processo de descolonização dos antigos impérios europeus e a construção da bipolaridade político-militar;
- b) no plano econômico: a criação de organismos internacionais destinados a regular as trocas globais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco

Mundial e a Organização Mundial do Comércio; a consolidação do regime fordista de acumulação, em fase de expansão dos países centrais para a periferia do sistema capitalista; a maior fluidez do território com o desenvolvimento e a disseminação gradual dos avanços tecnológicos nos transportes e telecomunicações;

- c) na esfera sociopolítica: a intervenção estatal na economia e na organização do território (Estado interventor);
- d) no domínio da ciência e tecnologia: o desenvolvimento de novas mercadorias.

Tais processos e reestruturações repercutiram na divisão territorial do trabalho da indústria com a desconcentração das unidades produtivas no interior dos países industrializados e a transferência de fábricas dos países centrais para a periferia do sistema capitalista (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009).

Entretanto, os investimentos dos países centrais (Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental) não foram distribuídos de forma homogênea entre os países da periferia capitalista. Os capitais foram direcionados, principalmente, às nações que detinham importantes reservas de recursos naturais, mão de obra barata e mercado consumidor expressivo ou que tinham atingido certo grau de industrialização, como o Brasil, o México, a Argentina, a Índia, a China e a África do Sul. Em outras palavras, no contexto do fordismo periférico (LIPIETZ, 1989), os investimentos foram distribuídos entre os países que apresentavam melhores condições para a reprodução dos capitais, doravante denominados *Newly Industrialized Countries* (NICs) ou Novos Países Industrializados.

Os fluxos de investimentos foram amplamente assistidos pelas políticas de substituição das importações empreendidas pelos países da periferia, cujos governos procuravam fomentar a industrialização com aporte de recursos estrangeiros. As principais medidas adotadas para atrair os capitais exógenos abarcavam a concessão de incentivos fiscais e creditícios às empresas, a reserva do mercado interno e a implantação das infraestruturas físicas (energia elétrica, transportes, comunicações, saneamento básico etc.) e sociais (sistema educacional, legislação trabalhista etc.) que dariam suporte à atividade secundária e garantiriam a viabilidade dos empreendimentos industriais.

O Brasil tornou-se um dos países que mais receberam IEDs no pós-guerra, motivo pelo qual se configura como um dos mais importantes NICs. A dimensão continental do território, abundante em recursos naturais, aliada ao expressivo

mercado consumidor e de mão de obra barata constituem importantes atrativos para os investidores estrangeiros. Além disso, o Estado brasileiro promoveu uma política incisiva de atração de capitais externos a partir da década de 1950, apoiado em seu projeto modernizador de cunho desenvolvimentista, que perdurou até a década de 1980, quando o país enfrentou um grave quadro de crise econômica.

De acordo com Mendes (1991, 1997), a implantação de unidades produtivas naquele contexto orientou-se basicamente pelas vantagens comparativas “tradicionais” (amplo mercado interno, volumosos e diversificados recursos naturais, infraestrutura relativamente desenvolvida, certo volume de mão de obra qualificada e barata etc.) e pelas políticas de incentivos adotadas pelo Estado. Como consequência, “[...], as empresas estrangeiras “transplantaram” fábricas completas ao país, segundo um modelo taylorista/fordista, cuja produção se destinava ao mercado externo” (MENDES, 1991, p. 33 – 34).

Como efeito das políticas de substituição das importações, instalaram-se no país unidades industriais de grandes corporações (com destaque para a indústria automobilística), que diversificaram e dinamizaram a economia e o território, tornando o parque industrial brasileiro um dos mais densos e representativos do mundo e o maior e mais completo da América Latina.

Na década de 1970, a internacionalização do capital e da produção ganhou novo impulso devido à reestruturação produtiva das empresas, que tornou mais complexa a divisão internacional do trabalho da indústria.

A reestruturação produtiva das empresas consiste em um conjunto de ajustes técnico-organizacionais pelos quais vêm passando as grandes corporações em resposta à saturação do paradigma fordista e às incertezas macroeconômicas derivadas das crises do petróleo (1974 e 1979) e do acirramento da competição intercapitalista.

De acordo com Selingardi-Sampaio (2009, p. 217), naquele momento,

[...], o paradigma taylorista-fordista de produção em massa emitia sinais de estrangulamento: havia relativa estagnação tecnológica, assim como da produtividade industrial, que atingira seus limites máximos sob os métodos produtivos vigentes e emperrava a escalada da taxa de acumulação capitalista; a capacidade industrial instalada era mais do que suficiente para abarrotar os mercados consumidores com produtos pouco diferenciados; a forma rígida de organização da produção, com máquinas unidirecionadas e operários monoespecializados, impossibilitava a adoção de novos processos

industriais e a obtenção de produtos mais diversificados. Todos esses processos e eventos convergiram para fazer eclodir uma severa crise na economia e na indústria dos países desenvolvidos ocidentais, especialmente nos EUA, daí ocorrendo profundos e múltiplos processos de reestruturação e reorganização industriais, nitidamente delineados após 1980.

A reestruturação produtiva das empresas insere-se em um cenário marcado pela emergência de um novo regime de acumulação capitalista, a especialização flexível (PIORE; SABEL, 1984; BENKO, 1996), que se baseia na busca por flexibilidade na produção e nas relações de trabalho.

A especialização flexível representa uma descontinuidade em relação ao paradigma taylorista/fordista que estruturou a atividade industrial durante a maior parte do século XX, caracterizado pela rigidez da estrutura produtiva e pelo consumo em massa de produtos standardizados (PIORE; SABEL, 1984; BENKO, 1996).

Benko (1996) assinala que a especialização flexível se fundamenta na automação do processo produtivo, na desintegração vertical das indústrias por meio da externalização das fases mais padronizadas da produção, no adensamento das relações interindustriais ou *linkages* e no desenvolvimento de novos gêneros industriais, intensivos em tecnologia e informação, e, por conseguinte, de novos espaços industriais, como os tecnopolos.

Mendes (1997, p. 38) enumera os elementos-chave da reestruturação produtiva das empresas e da especialização flexível nos países avançados:

- a) o substancial aumento de gastos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento);
- b) a promoção e rápida difusão de progressos técnicos;
- c) as mudanças nas relações comerciais com aproveitamento de economias de escala (técnicas e econômicas) e das economias de escopo, permitidas pelas crescentes interdependências do sistema produtivo;
- d) o processo de incorporação e fusão de empresas;
- e) a centralização de capitais;
- f) a redefinição da divisão do trabalho entre e intraempresas (integração, concentração, desintegração vertical e horizontal da produção, desconcentração);
- g) a racionalização de certas atividades através de políticas de cooperação tecnológica e associação de empresas para grandes projetos.

O desenvolvimento da microeletrônica e das telecomunicações, no âmbito da Terceira Revolução Industrial, forneceu as bases técnicas para a reestruturação

produtiva das empresas e, por conseguinte, para internacionalização do capital e da produção que se processou a partir de 1970.

A adoção de novos modelos gerenciais, a automação do processo produtivo e a maior fluidez do território permitiram às grandes corporações proceder à disjunção espacial da produção, inserindo vários lugares ao processo produtivo por meio de amplos e complexos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação.

Chesnais (1996) pondera que as mudanças estruturais na atividade industrial corroboraram para a conformação da empresa-rede, capaz de reproduzir seus capitais em escala global, utilizando-se do domínio tecnológico, do emprego de uma lógica multilocacional para as unidades produtivas e a exploração de amplos mercados.

Assim sendo,

as novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos e reconciliar a centralização do capital e a descentralização das operações, explorando as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Destarte, tanto a produção quanto a própria corporação passaram a se estruturar em redes. A fragmentação da produção entre diferentes localidades orienta-se pela exploração de vantagens locacionais em pontos distintos do território, capazes de reduzir os custos de operacionalização da indústria e, conseqüentemente, ampliar a reprodução dos capitais das corporações.

Arroyo (2001) reconhece que, apoiadas no desenvolvimento tecnológico, as grandes empresas tornaram-se capazes de estabelecer uma topologia dos lugares que participam da produção, hierarquizando-os segundo seus objetivos de valorização do capital e de inserção competitiva no mercado globalizado.

De modo geral, as etapas da produção, intensivas em trabalho ou em insumos, bem como aquelas que empregam tecnologias maduras, foram transferidas aos países periféricos e semiperiféricos, entre os quais o Brasil. Nesses países, persistiu a exploração de vantagens comparativas tradicionais e de incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo Estado, reduzindo os custos de produção e aumentando os lucros das empresas.

Por outro lado, as atividades capazes de gerar vantagens competitivas, como a gestão, a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos, a

publicidade e a propaganda etc., mantiveram-se nos países centrais, onde as empresas contam com mão de obra mais especializada, centros de pesquisa avançados, modais de transporte e telecomunicações mais ágeis e modernos, redes de contatos mais densas etc.

Ao contrário da internacionalização do capital e da produção que se verificou entre 1950 e 1970, com a transferência de indústrias completas no formato taylorista/fordista aos países semiperiféricos e periféricos, a dispersão espacial das indústrias tornou-se mais complexa com a reestruturação produtiva das empresas. Etapas diferenciadas da produção foram alocadas em cidades, regiões ou países diversos, explorando, em cada um deles, vantagens locacionais que atendam, de forma eficaz, a prerrogativa de reprodução dos capitais da indústria.

Desse modo,

o desenvolvimento industrial tem-se caracterizado, [...], por um aprofundamento da divisão técnica e social do trabalho, dando lugar a um sistema produtivo simultaneamente fragmentado e integrado. Na verdade, ocorre uma sobreposição de formas e organização da produção de estruturas industriais. É possível, portanto, a convivência de diferentes modos de produção em um mesmo lugar. O novo não significa a ruptura completa e total com o velho. A antiga ordem das coisas não pode desaparecer e resistir às mudanças (MENDES, 1997, p. 55).

As grandes corporações, portanto, impõem aos lugares a sua própria divisão territorial do trabalho, realizando um uso corporativo do território (SILVEIRA, 2010, 2011a, 2011b) e consagrando a lógica do desenvolvimento desigual e combinado através de contínuas reestruturações na divisão internacional do trabalho da indústria.

Vale lembrar que a internacionalização do capital e da produção, a partir da década de 1970, veio acompanhada de uma série de reestruturações em outras esferas da sociedade capitalista (economia, política, cultura, organização espacial etc.), as quais maximizaram o intercâmbio global de mercadorias, pessoas, capitais, valores, informações, ordens etc., e possibilitaram a constituição de uma economia informacional e de uma sociedade em rede (CASTELLS, 1996).

Conforme Castells (1996, p. 119),

uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX. Chamo-a de informacional, global e em rede. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto, [...].

Esse conjunto de transformações nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e na organização espacial da sociedade capitalista, a partir da década de 1970, conformou o contexto histórico da globalização.

De acordo com Diniz (2001, p. 2),

as características e a natureza das transformações indicam que a globalização não é um simples aumento da internacionalização mas sim um processo distinto, na forma e no conteúdo. Não se trata de uma simples expansão da atuação das grandes corporações à escala mundial e na ampliação do mercado, acelerada nos 30 anos que se seguiram à II Guerra Mundial, mas de uma mudança nas relações de poder, na criação de cadeias de valor baseadas em novas formas de cooperação e competição, na destruição ou desestruturação das autonomias monetárias nacionais. Neste novo contexto vem ocorrendo mudanças nos padrões de organização industrial com a expansão do horizonte econômico das companhias, decorrente da redução do espaço econômico e do tempo, ampliando as fontes de recursos, o mercado e as tecnologias para além das fronteiras nacionais ou continentais. Pode ocorrer, também, a desincorporação e despersonalização da tecnologia, com o aumento da difusão e integração de soluções plurais e flexíveis, mudanças nas relações entre oferta e demanda, entre produção e consumo, com ampliação e diversificação da cesta de bens e serviços. Amplia-se a interdependência, mas alteram-se as formas de contratação, competição, cooperação e dependência, bem como as relações entre Estados Nacionais, entre Estado e as empresas privadas, em um processo simultâneo de homogeneização e diferenciação.

Na década de 1990, a globalização aprofundou-se com a superação da bipolaridade geopolítica, a disseminação das novas tecnologias de informação e a melhoria geral nas condições de circulação material e imaterial da sociedade, com a incorporação de modernos e ágeis sistemas de transportes e de telecomunicações ao território. Ademais, esse período é marcado pela disseminação de políticas neoliberais, que apregoam a intervenção mínima do Estado na economia e a desregulamentação dos mercados como forma de restringir os entraves à circulação do capital.

Chesnais (1996, p. 13) descreve a mundialização “[...] como uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação”. Trata-se de um contexto histórico que se caracteriza por ações que objetivam reduzir os limites ao movimento e ao acúmulo global de capitais, o que implica, necessariamente, na definição de novos marcos regulatórios para as trocas econômicas e espaciais mundialmente estabelecidas.

Os principais mecanismos que comandam o desempenho e a regulação das relações econômicas no contexto da mundialização são:

- a) as estratégias globais empregadas pelas empresas-líderes da economia mundial;
- b) a liberalização, a desregulamentação e a integração dos mercados nacionais;
- c) a difusão do ideário neoliberal;
- d) a supremacia das finanças nas relações internacionais;
- e) o desenvolvimento tecnológico (CHESNAIS, 1996).

Esses novos marcos regulatórios visam potencializar a geração global de valor e impactam diretamente as relações internacionais, que se tornaram mais densas e complexas. Ao invés de minimizar as diferenças sociais e espaciais, a mundialização reforça as assimetrias internacionais a favor dos países da tríade - Estados Unidos, União Europeia e Japão -, onde se concentram a maior parte dos capitais, as sedes de grandes corporações e os insumos de maior valor (novas tecnologias e informações), bem como os mercados consumidores com maior poder aquisitivo (CHESNAIS, 1996).

Assim sendo, a mundialização tem caráter eminentemente político, porque enseja modificações nas estruturas e nas relações de poder. As mudanças incidem, sobretudo, na figura do Estado Nação, cujos papéis e funções são relativizados para

garantir a hipermobilidade do capital e a realização da lógica reticular com que passou a se orientar a produção, fragmentada entre diversos lugares.

Nesse sentido,

nós passamos, no último quarto do século XX, de um sistema econômico internacional a um sistema econômico global. Trata-se de uma importante mutação geopolítica das condições de produção, de competição e de interdependência. O antigo regime internacional era caracterizado pela soberania dos Estados, a quem competia definir, entre outros, suas políticas monetárias e alfandegárias. A ordem que substitui aquela é uma ordem global difusa na qual as relações entre os estados diluem-se, [...], ao proveito das conexões entre economias regionais afastadas, ligadas entre elas por intercâmbios complexos feitos de competição e de colaboração (BENKO, 2001, p. 7).

Benko (2001) e Benko e Pecqueur (2001) apontam o “deslizamento de escalas” como importante desdobramento da mundialização. Esse processo caracteriza-se por uma recomposição dos espaços, que se exprime pelo adensamento das relações global-local, pelas políticas “localistas” e pela guerra fiscal tendo como contrapartida a “perda” de funções do Estado Nacional.

Nesse contexto,

uma nova palavra-chave aparece: a “glocalização”, ou articulação crescente dos territórios locais à economia mundial. [...]. Em geografia, a noção de glocalização é uma maneira de destacar a persistência de uma inscrição espacial de fenômenos econômicos, a localização dos lugares de produção de uma multinacional nos territórios. Este horrível neologismo “glocalização” exprime a sua maneira essa sutil sinergia entre as instituições locais infranacionais e a competitividade estimada nos mercados internacionais (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 35).

Essas mudanças tiveram como aspectos centrais:

- a) a expressiva mobilidade do capital resultante da fragmentação do processo produtivo entre diferentes países e regiões (“multinacionalização”);
- b) o aumento da concorrência entre Estados, blocos econômicos e grandes empresas por capitais e insumos estratégicos, como as novas tecnologias e a informação;
- c) a transnacionalização da produção e a globalização dos mercados e do comércio;
- d) e as mudanças no perfil do Estado Nacional (BENKO, 1996, p. 45 - 47).

Por fim, Corrêa (1999) analisa os impactos da globalização sobre a rede urbana. Enquanto fase superior da espacialidade capitalista, resultante do espraiamento do capital produtivo pelas grandes corporações, a globalização suscita reestruturações nas esferas econômica, social, política, cultural e na organização espacial da sociedade contemporânea, as quais se processam de forma seletiva no território. Essa seletividade acarreta refuncionalizações, especializações e fragmentações distintas nos centros que compõem a rede urbana, modificando-os na sua organização e na sua dinâmica socioespacial.

Nesse cenário de hipermobilidade do capital e dos estabelecimentos industriais em escala planetária, propiciada pela evolução das condições técnicas de produção e de circulação material e imaterial, algumas cidades pequenas brasileiras despontaram como destinos para investimentos das multinacionais, abrigando grandes indústrias e participando de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de extensão global.

Desse modo, as transformações de ordem técnica, econômica e política que asseguraram a internacionalização do capital e da produção, desde a década 1950, passando pela reestruturação produtiva da década de 1970, alcançaram elevado grau de sofisticação na década de 1990, com a globalização neoliberal e a guerra fiscal dos lugares, tornando viável a inserção de algumas cidades pequenas aos circuitos espaciais de produção e aos círculos de cooperação das grandes indústrias. Essa realidade demonstra a capacidade corporativa de explorar vantagens locais em escala global, inclusive em lugares com menor tradição no setor secundário, onde geralmente se exploram a posição geográfica privilegiada no território, os baixos custos da mão de obra, o pequeno grau de sindicalização dos trabalhadores, a doação de terrenos e a concessão de incentivos fiscais e creditícios etc.

Assim sendo, a dinâmica locacional das indústrias em escala global revela o aprofundamento e a maior complexidade da divisão internacional do trabalho da indústria, motivada pela reprodução dos capitais, mundialmente.

1.2. Dinâmica locacional das indústrias em escala regional

Aos efeitos das transformações na atividade produtiva em escala global, conjugaram-se processos e reestruturações em curso na escala regional, aprofundando a divisão territorial do trabalho da indústria no Brasil.

A dinâmica locacional das indústrias em escala regional caracteriza-se pela desconcentração espacial dos estabelecimentos, alterando os padrões de localização das unidades produtivas e o direcionamento dos fluxos industriais pelo território brasileiro.

Tanto a concentração quanto a desconcentração da indústria estão relacionadas à formação socioespacial brasileira, ou seja, às diferentes temporalidades e espacialidades de uso do território com as quais o país se integrou de forma periférica ao sistema capitalista (MOREIRA, 2004).

As causas da concentração industrial no Centro-Sul, notadamente em São Paulo e sua capital, estão associadas ao volume de economias de aglomeração mais expressivo nessa área em detrimento do restante do país. As economias de aglomeração reduzem os custos operacionais da indústria, motivo pelo qual interferem nos padrões de localização das unidades produtivas e contribuem para o desenvolvimento desigual e combinado no território brasileiro.

Para Rocheznel (1983, p. 17),

a causa primordial deste processo criador de desequilíbrios regionais é a mesma que engendra a concentração de capital. A acumulação do capital, tanto numa empresa, como numa região, faz-se pela reinversão de uma parte do excedente no processo produtivo. Quanto maior o excedente ([...]), tanto maior a reinversão e maior a acumulação. As economias externas oferecidas pelas cidades constituem atrativos à localização industrial e compensam uma maior incidência dos custos de transferência. O poder multiplicador do investimento industrial, por sua vez, repercute intensamente no setor terciário (urbano), ao elevar e diversificar a demanda global de serviços. O aumento correspondente na oferta de serviços permite o aparecimento de novas “economias de aglomeração”, fortalecendo o poder atrativo das grandes cidades sobre as correntes migratórias de capital e força de trabalho, cuja escala, em nível nacional ou regional, indica a intensidade dos desequilíbrios regionais e, conseqüentemente, as regiões mais rentáveis, segundo a dinâmica privada de realização do lucro e reprodução do capital.

De acordo com Cano (1977, 2002, 2008), as raízes da concentração industrial em São Paulo remontam à manifestação de relações capitalistas avançadas em seu território com a formação do complexo cafeeiro no final do século XIX, proporcionando-lhe maior desenvolvimento industrial, econômico e urbano do que nos outros estados.

Desse modo, a avaliação das condições histórico-geográficas da concentração industrial no Brasil e, particularmente, em território paulista,

não se trata, [...], de analisar apenas a atividade cafeeira em São Paulo, antes de 1930, mas sim, de verificar o desenvolvimento de relações capitalistas de produção aí vigentes e a formação de um complexo econômico: o complexo capitalista cafeeiro de São Paulo. [...]. É nele que a economia de São Paulo se prepara para a consolidação de sua posição no mercado nacional, que se daria após a Grande Depressão. Ao contrário das demais regiões, São Paulo contou com elementos fundamentais para sua expansão diversificada e concentradora: avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado “interno” e, desde muito cedo, uma avançada agricultura mercantil, mesmo se excluído o café. Daí decorreu seu processo de concentração industrial e, já antes de 1930, sua estrutura industrial era a mais avançada do país, contando, inclusive, com o incipiente compartimento produtor de bens de produção, instalado com vistas ao mercado nacional. Daí se estabeleceu, desde cedo, uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial “centro-periferia” (CANO, 1977, p. 15).

Pintaudi e Carlos (1995) consideram que a concentração industrial em São Paulo, no final do século XIX e no primeiro quartel do século XX, esteve associada a uma série de elementos circunscritos ao complexo cafeeiro que, de forma integrada, conferiram maior dinamismo econômico e urbano a esse estado, como:

- a) a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, com o ingresso massivo de imigrantes no mercado de trabalho;
- b) a ampliação e a diversificação do mercado de consumo de cunho popular;
- c) a melhor instrumentalização do território com a implantação de inovações técnicas no setor de telecomunicações e de transportes, com destaque para as ferrovias;
- d) as inversões de capital agrícola (café) no setor secundário, principalmente nos gêneros tradicionais da atividade industrial, como a produção de alimentos, o beneficiamento de produtos agrícolas, a indústria têxtil etc.;

- e) o crescimento urbano e a conformação de uma rede de cidades mais articulada e diferenciada.

As políticas de substituições de importações empreendidas pelo governo federal a partir da década de 1930 contribuíram para exacerbar a concentração industrial, econômica e demográfica em São Paulo. Tais políticas visavam à expansão, à diversificação e à integração do espaço industrial brasileiro, e envolviam grandes obras de infraestruturas (sistemas de engenharia nas áreas de transportes, telecomunicações e energia), a criação de indústrias estatais de base, a padronização das leis trabalhistas, a extinção das barreiras alfandegárias entre os estados e a integração do mercado e do território do nacional.

Naquele contexto, a capital paulista apresentava as condições mais adequadas para reduzir o ciclo de valorização do capital devido ao seu desenvolvimento econômico e urbano anterior, motivo pelo qual absorveu a maior parte dos investimentos em infraestrutura e na atividade industrial.

Além disso, as vantagens da localização industrial em São Paulo foram reforçadas pela unificação dos mercados regionais e a fluidez crescente do território, que ampliaram a área de mercado das indústrias instaladas em sua capital, retroalimentando os mecanismos de concentração industrial e fomentando o processo de metropolização.

A partir da década de 1950, o Brasil integrou-se de forma mais estreita à internacionalização do capital promovida pelas multinacionais, tornando-se um dos NICs. Por força das economias de aglomeração presentes em seu território, São Paulo captou o maior volume de recursos estrangeiros, ampliando e diversificando seu parque industrial com a introdução de grandes indústrias estruturadas no modelo taylorista/fordista.

Mendes (1991, p. 25 – 26) considera que

o processo de substituição de importações implementado no país, após 1950, ocorreu, em grande parte, mediante investimentos de capital estrangeiro, que trouxe ao país técnicas de produção em massa, ou seja, o modelo taylorista/fordista de produção. Os novos ramos industriais, nesse momento da industrialização brasileira, surgiram fortemente concentrados espacialmente, pois buscavam a proximidade dos mercados consumidores e o aproveitamento das economias de aglomeração oferecidas pelas grandes cidades, ou seja, taxas de lucro mais elevadas. Obviamente, a Região Sudeste e São Paulo, em particular, tinham, nessa oportunidade, as condições prévias de desenvolvimento

urbano-industrial, que lhes possibilitaram renovar-se de acordo com o crescimento econômico acelerado [...]. Por isso, acabaram atraindo as unidades fabris ligadas aos novos ramos da indústria brasileira. [...]. Esse crescimento econômico se fez acompanhar de novas ondas de modernização no aparato técnico da produção e do consumo, novos meios de comunicação, transformações na atividade agrária e acelerado incremento populacional urbano.

Àquela época, havia correspondência entre os processos de industrialização e de metropolização. Desse modo, a concentração das indústrias nos espaços metropolitanos era, simultaneamente, condição e resultado do processo de valorização do capital da indústria no país (CARLOS, 1997; SPOSITO, 2008).

De acordo com Rothenzel (1983), Moreira (2004) e Cano (2008), a concentração industrial no Brasil atingiu o ápice durante a década de 1960, consolidando a primazia econômica da metrópole paulistana sobre o território nacional.

No entanto, a concentração excessiva de atividades econômicas e de população nas metrópoles do Centro-Sul e o aprofundamento das disparidades regionais suscitaram a manifestação de forças centrífugas sobre as unidades produtivas e os investimentos no setor secundário, potencializando o processo de desconcentração industrial a partir da década de 1960 e, sobretudo, a partir de 1970.

A desconcentração industrial no Brasil está relacionada às deseconomias de aglomeração nas áreas tradicionais de concentração industrial e à disseminação de condições gerais de produção pelo interior, as quais favoreceram a ampliação e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho da indústria no país.

As deseconomias de aglomeração resultam do acúmulo excessivo de atividades econômicas nas metrópoles e nos grandes centros urbanos e contribuem para o aumento dos custos de operacionalização das indústrias, dificultando, pois, o processo de valorização do capital.

As deseconomias de aglomeração envolvem:

- a) os problemas logísticos associados à sobrecarga das infraestruturas que dão suporte imediato à produção (sistemas de telecomunicações, de fornecimento de água, de energia, de transportes), prejudicando a circulação dos insumos, das mercadorias e dos trabalhadores das indústrias;

- b) a elevação dos preços do solo urbano devido à competição entre as diversas modalidades de usos possíveis (residencial, comercial, serviços, circulação, preservação histórico-cultural e ambiental etc.) pelas melhores localizações, restringindo ou encarecendo planos futuros de expansão ou de modernização das unidades fabris;
- c) os problemas ambientais e os conflitos com a vizinhança relacionados às atividades das indústrias, como a produção de poluentes, de mau cheiro, de ruídos, de congestionamentos, a manipulação de produtos nocivos à saúde humana etc.;
- d) a sindicalização dos trabalhadores e, conseqüentemente, o crescimento das pressões pela valorização do trabalho frente ao capital.

Por conseguinte, as deseconomias de aglomeração suscitaram forças de dispersão sobre os estabelecimentos consolidados nas áreas tradicionais de concentração fabril e sobre os novos investimentos na indústria, os quais tenderam, respectivamente, a migrar ou se direcionar para outras partes do país, com condições mais propícias para a reprodução do capital.

Por sua vez, a disseminação de condições gerais de produção pelo território nacional resultou, sobretudo, da intervenção do Estado na economia e na organização do território e das reestruturações territoriais associadas à unificação do mercado interno, à internacionalização da economia, à modernização do campo, ao desenvolvimento da indústria pesada, à instrumentalização do território, aos fluxos migratórios, à urbanização acelerada etc.

O Estado brasileiro passou a intervir diretamente na desconcentração das atividades produtivas nas décadas de 1960 e 1970, como forma de racionalizar o uso do território e promover um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado entre suas regiões, visando manter (ou recuperar) os índices de crescimento econômico e atenuar as consequências da concentração econômica e demográfica no Centro-Sul.

A industrialização tornou-se a principal estratégia adotada pelo Estado para dinamizar áreas estagnadas, haja vista os efeitos de motricidade que os grandes empreendimentos exercem sobre a estrutura econômica e o território no curto e médio prazo. Nesse sentido, as desonerações fiscais e o financiamento público para a localização de grandes indústrias no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste objetivavam conter o esvaziamento demográfico e o declínio dos indicadores

socioeconômicos nessas regiões, além de evitar o agravamento dos problemas sociais e ambientais nas grandes cidades do Centro-Sul.

Entre as principais ações do Estado brasileiro para promover e ordenar a atividade industrial no território durante as décadas de 1960 e 1970 destacaram-se:

- a) a atuação das autarquias de desenvolvimento regional - como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa), e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) -, as quais, recorrendo às políticas de incentivos fiscais e creditícios, procuravam captar grandes investimentos nacionais e internacionais da indústria para as áreas sob suas jurisdições;
- b) os investimentos em grandes obras de infraestrutura nas áreas de energia elétrica, transportes e telecomunicações, os quais dariam suporte à produção e à circulação do capital;
- c) as medidas para “romper” os desequilíbrios estruturais da economia brasileira, por meio da implantação de grandes projetos nas áreas de carvão, siderurgia, celulose, não ferrosos, álcool de cana, energia elétrica, petróleo e petroquímica na periferia do país, consubstanciados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979) (CANO, 2008).

Durante o regime militar, os governos estaduais passaram a agir incisivamente na promoção e no ordenamento da atividade industrial em seus territórios, alinhando-se às políticas desenvolvimentistas adotadas pelo governo federal.

Nery (2003) afirma que os governos estaduais passaram a induzir a industrialização principalmente a partir da década de 1960, utilizando-se, sobretudo, das reduções fiscais sobre o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e da implantação de sistemas de engenharia nas áreas de transporte, telecomunicações e de energia elétrica no território.

Minas Gerais, por exemplo, desenvolveu uma política agressiva de atração de investimentos nacionais e internacionais no setor secundário a partir de 1960, reforçando seu pioneirismo na consecução de políticas de promoção da indústria na década de 1940, com a criação da Cidade Industrial de Contagem (OLIVEIRA, 1976).

As ações do governo estadual objetivavam reestruturar e modernizar a economia mineira através da industrialização, reduzindo os desníveis de desenvolvimento econômico perante aos estados mais dinâmicos do país, São Paulo e Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 1976).

Para tanto, o governo mineiro utilizou-se de subvenções fiscais, do financiamento público de empreendimentos industriais, dos investimentos na instrumentalização do território, da implantação de distritos industriais e da elaboração de estudos técnicos sobre a “vocação” econômica dos municípios e das regiões de planejamento do estado.

Ademais, foram criados órgãos públicos para fomentar e racionalizar a atividade industrial no território mineiro, como o BDMG, em 1962; o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi)³, em 1968; e a CDI-MG⁴, em 1971 (BARBOSA, 1979).

Como efeito das políticas industriais empreendidas pelo governo estadual, instalaram-se em Minas Gerais importantes indústrias, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Usiminas, a Belgo-Mineira, a Mannesman, a Alcan, a Cominci, a Alcoa, a Danone, entre outras, as quais dinamizaram seu parque industrial e elevaram a participação do estado na indústria e na economia brasileira.

Dessa forma, as ações empreendidas pelo governo federal e estados contribuíram para a disseminação das condições gerais de produção, o que, obviamente, se processou de forma heterogênea pelo território nacional em função dos diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico entre as unidades federativas, das oscilações na capacidade de financiamento do Estado e do imperativo de valorização rápida do capital.

Avaliadas as causas da desconcentração industrial, abordam-se suas principais características e impactos sobre a organização e a dinâmica do espaço industrial brasileiro.

A desconcentração industrial no Brasil coincidiu com as mudanças estruturais na indústria em escala global, a partir da reestruturação produtiva promovida pelas multinacionais. Por meio da disjunção espacial da produção, os investimentos estrangeiros deixaram, paulatinamente, de formar grandes unidades produtivas em

³ Atualmente, o Indi utiliza a nomenclatura Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INDI, 2018).

⁴ Órgão anexado pela Codemig em 2003 (MAGALHÃES, 2003).

moldes tayloristas/fordistas para conceber unidades industriais mais “enxutas” e “flexíveis”, dedicadas a etapas específicas da produção industrial. De modo geral, os novos investimentos foram destinados principalmente a espaços não metropolitanos, como as cidades médias, que dispunham das condições gerais de produção e passaram a integrar circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de alcance global.

Além disso, indústrias consolidadas nas metrópoles passaram por um processo de modernização de suas fábricas, recorrendo à externalização de funções produtivas, à flexibilização das relações contratuais com fornecedores, clientes e trabalhadores e à fragmentação do processo produtivo entre diversas partes do país como estratégias para amplificar a reprodução dos capitais.

Em geral, a interiorização da indústria no Brasil, por meio da realocação dos estabelecimentos ou dos novos fluxos de investimentos, abrange as fases mais padronizadas da produção, intensivas em insumos ou em mão de obra, aproveitando-se das economias de aglomeração no interior do país e das políticas de promoção da indústria adotadas pelos governos.

Fresca (2010b, p. 122 – 123) avalia que:

com relação aos investimentos de origem externa à rede urbana em atividades industriais e agroindustriais, verifica-se a maximização dos lucros onde diferentes fatores de localização o permitam, dado a especificidade da atividade. Neste processo, aparece a busca de novas localizações como enfrentamento às deseconomias de aglomeração e às crises emanadas das macropolíticas econômicas nacionais, gerando diversas transferências industriais de áreas metropolitanas para cidades de diferentes tamanhos. Tais investimentos por um lado criam novos empregos, geram impostos, novas logísticas por serviços especializados de diversas naturezas, especialmente aqueles oriundos de corporações multinacionais de capital internacional. De outro lado, acabam por impor menores salários que os correspondentes nas áreas metropolitanas, bem como se aproveitam de fracos ou inexistentes movimentos sindicais em favor dos trabalhadores, para ampliar a extração de mais-valia.

Lencioni (2007) considera que a reestruturação industrial no Brasil se caracteriza pela desconcentração dos gêneros tradicionais ou com tecnologia madura simultaneamente à centralização do capital, do poder decisório e das indústrias intensivas em tecnologia e informação nas metrópoles, nas quais a densidade de infraestruturas urbanas, de sedes empresariais, de instituições públicas, de centros de pesquisa, de consultoria e de bancos etc., e a

disponibilidade de mão de obra especializada constituem fatores locais preponderantes para concentração dessas atividades no território.

A concentração de atividades modernas e de gestão é mais intensa em São Paulo, que perde importância relativa enquanto metrópole industrial, mas reafirma sua primazia econômica no país enquanto metrópole informacional ou centro de gestão do território (CORRÊA, 1996).

Nesse sentido, a inserção de novos lugares, como algumas cidades médias e pequenas, aos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de grandes indústrias, bem como a redefinição das funções exercidas pela metrópole paulistana refletem no aprofundamento da divisão territorial do trabalho da indústria, seguidas da reestruturação das hierarquias urbano-regionais no Brasil.

A desconcentração industrial atingiu com maior intensidade as cidades médias brasileiras que apresentavam economias de aglomeração suficientes para acolher a atividade produtiva e menor incidência dos problemas típicos dos grandes centros urbanos, derivados da concentração excessiva de atividades econômicas e de população no território.

Ademais, a desconcentração industrial em direção às cidades médias foi estimulada pelas políticas de desenvolvimento regional nas décadas de 1970 e 1980. De acordo com Corrêa (2007a, p. 27),

no Brasil, a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento, que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos polos de desenvolvimento e das regiões-programa, estabeleceu-se a noção de “cidades de porte médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos. Trata-se de uma retórica de um sistema de planejamento que, na década de 1980, foi esvaziado.

Obviamente, não foram todas as cidades médias que se beneficiaram da desconcentração industrial. Mendes (1991, 1997) aponta que o processo foi mais acentuado nas cidades bem localizadas em relação aos principais corredores logísticos, com boas condições de acessibilidade aos principais centros consumidores e difusores de informação, e/ou naquelas que passaram por experiências endógenas de industrialização, apresentando, pois, dinamismo industrial, econômico e urbano mais expressivo.

Vários estudos empíricos sobre a industrialização de cidades paulistas foram realizados no contexto da desconcentração industrial no Brasil, como é o caso de Rio Claro (SP) (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987), Sumaré (SP) (MENDES, 1991), Limeira (SP) (FIRKOWSKY; SELINGARDI-SAMPAIO, 1992), Americana (SP) (MENDES, 1997), Araras (SP) (ZAMBARDA; SELINGARDI-SAMPAIO, 2001) e Bauru (SP) (TOLEDO, 2009), por exemplo.

A desconcentração industrial vem ocorrendo de forma heterogênea no país, revelando diferentes temporalidades e espacialidades do uso industrial do território. De acordo com Firkowsky (2005), até a década de 1990, a desconcentração industrial atingiu principalmente o interior de São Paulo, orientando-se pela maior fluidez do território e pela rede urbana mais densa e articulada que se desenvolveu nesse estado.

A dispersão dos estabelecimentos industriais e o adensamento das relações interindustriais no território paulista permitiram a conformação de uma área de concentração industrial extremamente dinâmica, que detém a maior parte das indústrias e das riquezas no país, estabelecendo interações espaciais nas diferentes escalas geográficas.

Selingardi-Sampaio (2009) denomina essa área de Multicomplexo Territorial Industrial Paulista, entidade geográfica resultante de um intenso e complexo uso industrial do território, marcada pela pluralidade e densidade de infraestruturas, de unidades produtivas e de fluxos industriais, razão pela qual constitui a área industrial mais dinâmica no território brasileiro.

Selingardi-Sampaio (2009, p. 18 – 19) relata que:

[...] ao longo da sequência de espacializações que a atividade industrial configurou no Estado de São Paulo, entre 1950 e 2005, evidencia-se a gradativa estruturação de uma grande aglomeração espacial da indústria (a sudeste, leste e centro-leste do estado), polinucleada e hierarquizada, a qual congrega a esmagadora maioria dos municípios mais industrializados e, não por acaso, encontra-se indissociavelmente integrada ao grande aglomerado metropolitano/urbano paulista (três metrópoles oficialmente delimitadas, outros espaços metropolizados, inúmeras cidades grandes e médias), o mais importante e denso do país. Principal área de incidência e concentração da indústria em São Paulo, a referida aglomeração – que, em razão de seus fixos, já pode ser considerada uma permanência histórica, ainda que, contraditoriamente, estruturada e reestruturada em meio a certas fragmentações e rupturas – constitui um extenso e múltiplo complexo territorial, de

diversificadas produções industriais, gradualmente espacializado e conformato por meio de:

- a) extensão territorial de aglomerações industriais menores preexistentes, segundo uma orientação geral ditada pelos princípios de proximidade e contiguidade espaciais (até uma situação de plena coalescência espacial);
- b) estabelecimento de uma espessa trama de relações interindustriais, ou *linkages* [...], intra-setoriais e intersetoriais, trama que, igualmente, foi estendida no espaço, contribui para caracterizar a aludida área como um denso espaço de fluxos e, entre muitas outras propriedades, atua com um conjunto de redes transmissoras de tecnologia, conhecimento e inovação.

Analisando os rumos e as tendências dos processos de industrialização e de urbanização em São Paulo, Lencioni (2004) discute a conformação da “cidade-região” a partir da década de 1970, área composta pela Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e pelas Regiões Administrativas de Campinas (SP), Sorocaba (SP), São José dos Campos (SP) e Baixada Santista (SP), e que se caracteriza pela maior concentração industrial e urbana e pela maior densidade de infraestruturas e de fluxos materiais e imateriais no território brasileiro.

O desenvolvimento da “cidade-região” ocorreu paulatinamente ao espraiamento das indústrias pelo interior paulista sob o comando da metrópole paulistana, que centralizou o poder regulatório das atividades econômicas no território. Dessa forma, a desconcentração industrial, bem como a constituição da “cidade-região” não sinalizaram a reversão da polarização no país. Na realidade, representam o aprofundamento da concentração industrial que se estende ao entorno metropolitano, quando São Paulo desenvolve e reafirma sua primazia econômica sobre o território nacional (LENCIONI, 2004).

No entanto, o processo de desconcentração industrial não se restringiu ao interior de São Paulo, estendendo-se a outros estados brasileiros. Além dos complexos industriais derivados das políticas de desenvolvimento regional, durante as décadas de 1960 e 1970, evidencia-se o deslocamento das indústrias da RMSP no sentido dos principais eixos de circulação rodoviária do país, como a Rodovia Fernão Dias, em direção a Minas Gerais, a Rodovia Regis Bittencourt, em direção aos estados sulinos, e a Rodovia Presidente Dutra, em direção ao interior fluminense.

Diniz e Crocco (1996) reconhecem que a desconcentração industrial no Brasil é mais acentuada no interior do polígono Belo Horizonte (MG) – Uberlândia (MG) –

Londrina (PR) – Maringá (PR) – Porto Alegre (RS) – Florianópolis (SC) - São José dos Campos (SP) – Belo Horizonte (MG), devido à densidade da rede urbana e da base acadêmico-universitária e à maior fluidez do território, decorrente da variedade e melhor qualidade dos sistemas técnicos de transportes, de telecomunicações e de energia em seu interior.

Para Santos e Silveira (2011, p. 269), a desconcentração da atividade produtiva é mais intensa na Região Concentrada, principal área de manifestação do meio técnico-científico-informacional no país:

a Região Concentrada, abrangendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação. Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, e a uma vida comercial mais intensa.

A Região Concentrada acumula as condições mais propícias para o desenvolvimento dos diferentes tipos de indústria no país, motivo pelo qual influencia as escolhas locacionais e condensa, em seus limites, a maior parte dos efeitos da desconcentração industrial no Brasil.

Além da Região Concentrada, a desconcentração industrial está associada, principalmente, à expansão da fronteira agrícola ou mineral, à influência de antigas áreas industriais vinculadas a uma grande concentração populacional, como Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, ou à formação de “enclaves” de industrialização em lugares com pouca tradição fabril, mediante a concessão de incentivos fiscais e creditícios, capazes de reduzir sensivelmente os custos de produção (SILVEIRA, 2011b).

Por último, no contexto da globalização neoliberal, a desconcentração industrial é influenciada pela guerra fiscal dos lugares, tornando ainda mais complexa a divisão territorial do trabalho da indústria no país.

A guerra fiscal dos lugares consiste na competição entre os lugares pelos investimentos de empresas nacionais e internacionais na indústria, tendo em vista os efeitos multiplicadores de emprego e de renda associados à atividade secundária.

Para tanto, utilizam-se de subvenções fiscais, isenções de tributos, financiamento público dos empreendimentos industriais, investimentos em infraestruturas etc.

De acordo com Santos e Silveira (2011, p. 296),

fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos”.

Em um cenário de redefinição dos papéis do Estado, Selingardi-Sampaio (2009, p. 355 – 356) avalia, no plano político-institucional, os condicionantes que intensificaram a guerra fiscal dos lugares no Brasil:

[...], no vazio deixado pelas políticas de planejamento nacional, medrou um novo modelo de ação pública, fragmentado, e fundado em práticas localistas. [...]. Dessa forma, governos estaduais e municipais, devidamente amparados pela Constituição de 1988, puderam desencadear um renhido embate de ofertas de concessões fiscais e creditícias às empresas, na ânsia de induzi-las em suas decisões locacionais.

Com a guerra fiscal dos lugares, os municípios, inclusive de cidades pequenas, tornaram-se protagonistas na captação de investimentos nacionais e internacionais da indústria, concentrando esforços no sentido de criar condições vantajosas à localização industrial, sobretudo em seus aspectos fiscais.

Cataia (2003) assinala que, na realidade, as políticas industriais baseadas em isenções fiscais favorecem a transferência de recursos do setor público para o privado, em um processo de alienação do território.

Quanto menos diversificada e dinâmica é a estrutura econômica de uma cidade ou região, maiores serão as vantagens (investimentos públicos em infraestruturas, isenções fiscais, linhas de financiamento etc.) que os governos terão de conceder para despertar o interesse dos empresários e competir pelos investimentos. Esse é o caso de muitas cidades pequenas.

Evidentemente, a concessão de incentivos fiscais e creditícios isoladamente não define a localização da indústria, porém, conjugada a outros fatores como a

posição geográfica, os custos e o perfil da mão de obra, a infraestrutura urbana etc., pode decidir a implantação de um empreendimento industrial entre lugares que apresentem, do ponto de vista dos empresários, características similares.

Nesse sentido, as transformações na indústria em escala global e regional convergem no sentido de ampliar o alcance da atividade produtiva e de aprofundar a divisão territorial da indústria, tornando mais complexa a estrutura e a dinâmica do espaço industrial no país.

À manifestação predominantemente metropolitana do fato industrial, que perdurou até a década de 1960, seguiu-se um processo de fragmentação e de dispersão da atividade industrial pelo território na década de 1970, integrando, principalmente, as cidades médias do Centro-Sul. Na década de 1990, o maior desenvolvimento tecnológico, a melhoria nas condições de circulação material e imaterial, bem como a competição entre cidades, estados e países pelos grandes investimentos da indústria na guerra fiscal dos lugares, possibilitaram a emergência de novos lugares, como algumas cidades pequenas, como *lócus* da transformação industrial de grandes indústrias.

Assim sendo, as transformações recentes na atividade produtiva, nas escalas global e regional, evidenciam o refinamento das estratégias e das bases técnicas com as quais as grandes indústrias exploram as condições mais propícias para a reprodução de seus capitais no território. No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, algumas etapas do processo produtivo foram direcionadas às cidades pequenas, lugares geralmente com pouca tradição na atividade secundária, revelando a capacidade das grandes indústrias de efetuar um uso cada vez mais corporativo do território nacional.

Após a discussão dos processos que dinamizam o espaço industrial em perspectiva multiescalar, verifica-se que as cidades pequenas passaram a ter maior participação nos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de grandes indústrias, contribuindo diretamente para a valorização de seus capitais, o que será abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2. INDUSTRIALIZAÇÃO EM CIDADES PEQUENAS: PRINCIPAIS ABORDAGENS

O termo cidade pequena é amplamente difundido no meio acadêmico, na política, na mídia e no senso comum. De modo geral, o adjetivo “pequena” descreve um conjunto de cidades que se caracteriza pelas dimensões reduzidas do tecido urbano e da população, em oposição às metrópoles, às cidades grandes e às cidades médias.

No imaginário social, as cidades pequenas são representadas de diversas formas. Em uma conotação positiva, são consideradas locais “pacatos” e seguros (SPOSITO; SILVA, 2013), onde é possível contato com a vida campestre e com a natureza. Nessas cidades ainda predominariam os “tempos lentos” e uma maior sociabilidade em contraste com os grandes centros, cujo cotidiano é marcado pelos altos custos de vida, engarrafamentos, violência, degradação ambiental etc. Por esses motivos, algumas cidades pequenas desenvolvem a atividade turística (turismo rural, histórico-cultural, religioso, ecoturismo etc.) ou atraem indivíduos que, em busca de melhor qualidade de vida, nelas fixam residência.

Ademais, há uma espécie de saudosismo em relação às cidades pequenas: pessoas que delas migraram em busca de empregos nos grandes centros as associam aos bons momentos da juventude, evidenciando um “problema de geração”, “aquele em que se diz que o seu tempo foi melhor que hoje” (BACELAR, 2005, p. 1399).

Todavia, a alusão às cidades pequenas nem sempre tem caráter positivo. A dinâmica econômica pouco expressiva, a oferta insuficiente de postos de trabalho e a carência ou a má qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos produzem um quadro de estagnação econômica que estimula o esvaziamento demográfico nessas cidades. Outrossim, práticas clientelistas podem ser comuns, quando a administração pública, principal geradora de empregos na cidade, alinha-se aos interesses da elite local. As cidades pequenas aparecem, então, como espaços de atraso socioeconômico e de resistência à modernização contemporânea. Além disso, problemas típicos de grandes centros têm se tornado recorrentes nessas cidades, rompendo a ideia de que seriam lugares “pacatos” e seguros.

Essa pluralidade de acepções (positivas e negativas) denota a multiplicidade de significados e de papéis que as cidades pequenas assumem enquanto

particularidade e diversidade do fenômeno urbano no território, tornando-as um campo extenso e complexo para investigação geográfica no Brasil.

No entanto, as abordagens tradicionalmente privilegiam os grandes aglomerados urbanos (cidades grandes e, principalmente, metrópoles) por força da complexidade social e demográfica, da organização interna e da dinâmica socioespacial que caracteriza esses lugares.

As metrópoles e as cidades grandes concentram as principais instituições do Estado e as sedes das corporações que comandam o capitalismo transnacional; nesse sentido, constituem lugares a partir dos quais os agentes hegemônicos coordenam o processo produtivo e disseminam bens, informações, valores, hábitos, inovações, ordens etc., em escala global. As metrópoles são os centros de gestão do território na sociedade capitalista, motivo pelo qual detêm elevado grau de centralidade e ocupam o ápice da hierarquia urbana (CORRÊA, 1996).

As cidades médias, por seu turno, ganharam destaque nos estudos geográficos com a dispersão espacial das atividades econômicas sob o efeito de processos como a modernização do campo, a reestruturação produtiva das empresas, a desconcentração industrial, a disseminação de novos produtos e hábitos de consumo, e a globalização. A menor incidência de problemas recorrentes nos grandes centros (especulação imobiliária, dificuldades logísticas, problemas sociais e ambientais etc.) e as economias de aglomeração (suporte urbano, mão de obra barata, acessibilidade, políticas de incentivos, espaços industriais planejados etc.) disponíveis nessas cidades tornaram-nas ambientes propícios para investidores nacionais e internacionais, que buscavam novas frentes para valorização do capital no Brasil.

Nesse sentido, grandes somas de capitais foram direcionadas à agricultura, à indústria e à construção de modernos equipamentos de consumo (hipermercados, *shopping centers*, redes de franquias etc.) nessas cidades, modificando seus conteúdos e imprimindo-lhes novas dinâmicas socioespaciais. Destarte, as cidades médias converteram-se em protagonistas no processo de modernização do território que se processa no Brasil desde a década de 1970, ampliando suas funções na divisão territorial do trabalho e seu grau de centralidade na rede urbana (SPOSITO et al., 2007).

Por sua vez, o exame das cidades pequenas, feito regularmente, tem caráter secundário se comparado às pesquisas sobre metrópoles, cidades grandes e

médias. Em geral, os trabalhos caracterizam-se pela natureza empírica e não propõem conceitos universais para a análise científica das cidades pequenas nos diferentes contextos histórico-geográficos em que estão inseridas (MAIA, 2005; BACELAR, 2005, 2009, 2010; SPOSITO; SILVA, 2013).

Não obstante, as cidades pequenas são importantes para o entendimento da realização do urbano no território, uma vez que:

- a) expressam uma particularidade do processo geral de urbanização, na qual a escala de realização do urbano é menor do que aquela observada nos núcleos urbanos mais complexos (DAMIANI, 2006; BACELAR, 2009; HENRIQUE, 2010; SPOSITO; SILVA, 2013);
- b) abarcam um agrupamento heterogêneo de lugares, resultado de um processo dinâmico de diferenciação socioespacial associado às diferentes espacialidades e temporalidades de apropriação e de uso do território;
- c) são maioria no Brasil, em suas diferentes formações socioespaciais e recortes regionais (CORRÊA, 1999, 2011).

Desse modo, a investigação científica sobre as cidades pequenas justifica-se porque tais lugares constituem um recorte teórico/empírico do fato urbano, dotado de significação específica na totalidade do processo de urbanização (SPOSITO; SILVA, 2013). Além disso, algumas cidades pequenas vêm sendo refuncionalizadas com atividades econômicas mais dinâmicas (agricultura moderna, indústria, turismo etc.), diversificando os papéis tradicionalmente exercidos na divisão territorial do trabalho.

Assim sendo,

não há dúvidas de que há relevância no estudo das cidades pequenas na análise espacial contemporânea. Além de expressarem importante fatia do fato urbano, elas demonstram significados cada vez mais complexos, do ponto de vista econômico, por exemplo, e ligados ao capital internacional, numa síntese de contatos e interações espaciais múltiplas que merecem cada vez mais o olhar atento do pesquisador, na tentativa de capturar analiticamente as recentes transformações socioespaciais que são desencadeadas com o avanço da mundialização e expansão do capital (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 62).

No caso da indústria, a implantação recente de grandes estabelecimentos em cidades pequenas extrapola os estudos clássicos em Geografia Industrial, que

concebiam as metrópoles, as cidades grandes e algumas cidades médias como destinos prioritários dos grandes investimentos na atividade produtiva.

Dessa forma, nesse capítulo, analisam-se as cidades pequenas enquanto particularidade do processo geral de urbanização no Brasil, que engloba uma variedade de contextos histórico-geográficos ou singularidades. Do ponto de vista dos agentes sociais envolvidos na produção, essa pluralidade de contextos reserva possibilidades distintas para a reprodução do capital, motivo pelo qual não são todas as cidades pequenas que recebem grandes capitais da indústria.

Na primeira seção do capítulo, examinam-se os diferentes critérios para definição e caracterização das cidades pequenas, bem como o significado destes lugares na organização e na dinâmica do espaço urbano. Na segunda, abordam-se as cidades pequenas em sua diversidade, ou seja, a partir de alguns papéis desempenhados na divisão territorial do trabalho no Brasil. Na terceira, avalia-se o uso industrial do território em cidades pequenas, tema pouco explorado pelos geógrafos, mas que ganha importância na medida em que se aprofunda a divisão territorial do trabalho da indústria no país.

2.1. Definição e caracterização de cidades pequenas

A ausência de conceitos universais para o tratamento científico das cidades pequenas contribui para a proliferação de definições e classificações que, baseadas em critérios estáticos ou arbitrários, pouco revelam os significados e os papéis desempenhados por esses lugares na divisão territorial do trabalho.

A definição de cidades é comumente oficializada por lei ou decreto (SPOSITO; SILVA, 2013), portanto é de competência do Estado. Os critérios para definição ou classificação de cidades normalmente são fixados por instituições como o IBGE, dedicadas a pesquisas sobre a organização e a dinâmica do território. Os critérios oficiais constituem a principal referência para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos sobre a temática urbana.

No Brasil, o critério oficial para a definição de cidades é o político-administrativo, que confere a todos os aglomerados que são sedes municipais a condição de cidade (BRASIL, 1938). A população urbana, por sua vez, é composta pelo somatório de pessoas residentes na sede (cidade) e nos distritos (vilas)

municipais. Desse modo, o critério político-administrativo fundamenta-se no papel das cidades enquanto centros de gestão do território, independentemente de sua complexidade em termos demográficos, morfológicos e funcionais.

O critério político-administrativo é alvo de críticas. Em primeiro lugar, porque provoca confusão semântica entre os termos município e cidade, utilizados indistintamente como sinônimos (MAIA, 2005). Nessa perspectiva, os municípios de São Paulo (SP), com 11.253.503 habitantes (IBGE, 2010), e de Água da Saudade (MG), com 825 habitantes (IBGE, 2010), são denominados cidades, a despeito dos diferenciais de tamanho, de organização interna, de dinâmica socioespacial, de centralidade e de funções exercidas na divisão territorial do trabalho.

Em segundo lugar, porque a gênese de novos municípios geralmente remonta aos interesses políticos e financeiros de uma elite local, ao invés do caráter verdadeiramente urbano do distrito-sede ou de um dinamismo econômico que justifique o desmembramento territorial e, por conseguinte, a replicação do aparelho de Estado em nível municipal. Assim, o volume reduzido ou insuficiente das receitas concebidas localmente faz com que esses municípios não consigam arcar com suas atribuições constitucionais, dependendo, para tanto, das verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do ICMS, repassadas, respectivamente, pelos governos federal e estadual (BACELAR, 2005, 2009, 2010).

Em outros países, critérios de expressão quantitativa são mais empregados para definição e classificação de cidades. Os indicadores usualmente adotados são: contingente populacional, densidade demográfica, percentual da PEA dedicada ao setor secundário e terciário, o número de eleitores, a presença de determinados equipamentos urbanos, como agências bancárias, teatros, escolas etc. (MELO, 2008).

Não há um padrão: cada Estado estabelece combinações específicas entre os indicadores e os limiares quantitativos julgados pertinentes para delimitar e categorizar as cidades. Como se encontram na base da hierarquia urbana, o reconhecimento de uma cidade pequena ocorre quando o aglomerado satisfaz as condições mínimas pré-fixadas para a definição de cidades.

Melo (2008) discrimina os parâmetros utilizados por alguns países para definição de cidades pelo critério quantitativo. Dinamarca, Islândia, Argentina, França e Espanha, por exemplo, consideram como cidades as aglomerações

urbanas com população maior ou igual, respectivamente, a 250 habitantes, 300 habitantes, 2.000 habitantes, 2.000 habitantes e 10.000 habitantes.

No Canadá e nos Estados Unidos, a delimitação de cidade varia de acordo com as províncias, no primeiro; e as unidades federadas, no segundo: ordinariamente, realiza-se distinção entre *town*, com população mínima entre 500 e 2.500 habitantes; e *city*, com população mínima entre 3.000 e 5.000 habitantes (MELO, 2008).

No Chile, adota-se critério híbrido: cidades são entidades urbanas com mais de 2.000 habitantes ou que contêm entre 1.001 e 2.000 habitantes mais o mínimo de 50% da PEA dedicada às atividades secundárias ou terciárias (MELO, 2008).

Em Portugal, definem-se cidades como aglomerados contínuos, com eleitorado superior a 8.000 pessoas e que detêm pelo menos a metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corpo de bombeiros, casa de espetáculo e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimento de ensino infantil e secundário, transportes públicos, urbanos e suburbanos, parques e jardins públicos (MELO, 2008).

No Brasil, o critério quantitativo é adotado principalmente para fixar tipologias entre cidades com base na hierarquia urbana. O Ipea (2002), por exemplo, define as localidades com população inferior a 50.000 habitantes como cidades pequenas.

No entanto, o critério quantitativo também suscita críticas, principalmente porque generaliza, sob mesma classificação, realidades histórico-geográficas díspares. Dessa forma, duas cidades com população de 45.000 habitantes, igualmente classificadas como pequenas, podem comportar-se de maneira distinta nas redes urbanas em que estão inseridas. Se localizada na área mais urbanizada do Centro-Sul, certamente terá condição de cidade pequena; porém, se situada em áreas de baixa densidade demográfica, como a Amazônia, ou com população rural expressiva, como no Sertão Nordeste, poderá assumir funções intermediárias na rede urbana.

Outrossim, existem diferenciações substantivas entre cidades pequenas que participam de uma mesma rede urbana. A área de influência de uma cidade com população inferior a 10.000 habitantes provavelmente estará restrita ao território oficialmente sob a sua jurisdição; enquanto outra cidade, também pequena, mas com população de 50.000 habitantes, poderá dispor de equipamentos e serviços

urbanos mais complexos, exercendo centralidade que ultrapassa seus limites e polariza outras cidades pequenas das adjacências, como é o caso dos “polos microrregionais” identificados por Endlich (2009).

Sposito e Silva (2013) consideram que o critério quantitativo empobrece a discussão conceitual sobre o espaço urbano por seu caráter determinista, pois reduz as cidades a uma simples expressão numérica, subtraindo-lhes a significação histórica, geográfica e sociológica.

Roma (2008) salienta que o critério quantitativo é plausível, mas insuficiente para a compreensão do espaço urbano, pois restringe as análises ao aspecto populacional, subestimando os efeitos da diversidade regional e dos vários ritmos de modernização entre as parcelas do território sobre o processo de urbanização.

Sposito (2006), por sua vez, estabelece a distinção entre os termos “cidade de pequeno, médio, e grande porte”, de conotação estatístico-demográfica; e os termos “cidade pequena, média, grande e metrópole”, que remetem ao critério funcional, ou seja, que consideram os significados e os papéis dos diferentes tipos de cidade no processo geral de urbanização e na divisão territorial do trabalho. Evidentemente, a segunda terminologia é mais ampla e complexa, na medida em que integra elementos de ordem demográfica, morfológica e da dinâmica socioespacial no processo de produção das cidades nas escalas intra e interurbana.

Nesse sentido, um processo complexo como a urbanização, que assume diferentes formas e conteúdos no território, não pode ser apreendido apenas pelo critério quantitativo, que desconsidera aspectos relevantes da realidade urbana, como a morfologia, as funções exercidas na divisão territorial do trabalho, a diversidade econômica, social e cultural, o contexto regional, a ação dos agentes sociais locais e regionais, as interações espaciais, a gestão do território, o modo de vida urbano etc. Contudo, a dimensão quantitativa não deve ser negligenciada, mas redimensionada, pois “o fenômeno urbano de um ponto de vista funcional é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema” (SANTOS, 1979, p. 69 – 70).

No que concerne ao aspecto morfológico, o espaço intraurbano estrutura-se de maneira mais simples nas cidades pequenas devido ao tamanho reduzido da população e à menor variedade e alcance das funções desempenhadas na rede urbana.

De acordo com Amorim Filho (2005), é possível reconhecer os níveis hierárquicos de cidades por meio dos diferenciais de organização do espaço intraurbano. O modelo de estruturação do espaço intraurbano, composto por zona central, zona pericentral, zona periférica e auréola periurbana, pode ser transposto para os diferentes tipos de cidades; assim, o discernimento da hierarquia urbana fundamenta-se no grau de individualização, de extensão territorial e de complexidade morfológico-funcional das referidas estruturas no espaço urbano como um todo. Quanto maior o nível hierárquico de uma cidade, mais extensa, diferenciada e complexa será a organização morfológico-funcional de seu espaço intraurbano.

As cidades pequenas dispõem de zoneamento morfológico-funcional relativamente simples, em fase inicial de estruturação, de modo que as estruturas do espaço intraurbano não se individualizam com clareza (AMORIM FILHO, 2005). As principais características das estruturas que compõem o espaço intraurbano das cidades pequenas são:

- a) zona central – rua e praça principal, poucos estabelecimentos terciários (administrativos, comerciais, religiosos), forte presença de função residencial, pequena diferenciação morfológica e paisagística;
- b) zona pericentral – pouca diferenciação em relação ao centro; confundindo-se, igualmente, com a periferia;
- c) zona periférica – a não ser por algumas vilas, que acompanham estradas, pouco se distingue da zona pericentral, transição brusca para a zona rural;
- d) auréola periurbana – praticamente não existe enquanto zona de transição urbano-rural, já que não ocorre, na prática, tal transição (AMORIM FILHO, 2005, p. 44).

O modelo proposto por Amorim Filho (2005) apresenta tipos ideais para classificação das cidades, consistindo, pois, em importante contribuição teórico-metodológica em termos de “áreas de comparabilidade” (ENDLICH, 2011). Entretanto, o conjunto das cidades pequenas abrange um universo heterogêneo de lugares, o que dificulta, obviamente, a caracterização desses centros apenas pelo viés morfológico. Cidades pequenas com população inferior a 10.000 habitantes, cuja dinâmica econômica está vinculada às atividades agrícolas, aproximam-se mais do modelo proposto. Por outro lado, cidades cuja população chega aos 50.000 habitantes, e que dispõem de atividades terciárias e secundárias relativamente dinâmicas, apresentam espaço intraurbano mais diferenciado e complexo. Tais

idades podem contar com eixos ou áreas de concentração de estabelecimentos comerciais, de pontos de visitação turística, espaços industriais planejados etc., ou apresentar indícios de autoss segregação e segregação induzida, inclusive em estágios avançados de favelização.

Dessa forma, o critério funcional ou qualitativo demonstra-se mais coerente para a definição de cidades pequenas, sem perder de vista, evidentemente, a relevância da dimensão morfológica, quantitativa e político-administrativa na caracterização destes lugares. Na realidade, os critérios se conjugam, mas a perspectiva funcional permite elucidar de maneira mais significativa o sentido e os papéis atribuídos às cidades pequenas no quadro urbano da sociedade capitalista.

O critério funcional qualifica as cidades pequenas a partir da rede de relações que estabelecem com seu entorno imediato (relações cidade-campo), na escala local, e com outros lugares (inserção na rede urbana), na escala interurbana. Em ambos os casos, o foco da análise recai sobre os papéis ou funções que essas cidades desempenham na divisão territorial do trabalho.

Em geral, as cidades pequenas constituem o nível mais elementar de realização do urbano no território. O debate sobre essas cidades requer, em um primeiro momento, o reconhecimento dos fatores que delimitam as aglomerações urbanas em seu estágio menos complexo, ou seja, enquanto formas-conteúdo que se diferenciam e se relacionam com o espaço rural.

De acordo com Santos (1979, p. 70 - 71), o exame geográfico das cidades locais implica necessariamente na distinção entre o urbano e o rural, de modo que:

nosso problema, [...], consiste em definir essas aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior de complexidade das atividades urbanas capazes, em um dado momento, de garantir ao mesmo tempo um crescimento autossustentado e um domínio territorial. [...].

Quando o nível se situa abaixo dessa cota, não se pode mais propriamente falar de dissociação geográfica da produção. Existe, de certa forma, coabitação ou interdependência funcional entre atividades agrícolas e atividades não agrícolas. Em outros termos, as atividades não agrícolas presentes na aglomeração dependem estreitamente das atividades agrícolas do ambiente e desapareceriam sem elas. A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço.

A diferenciação cidade-campo reside, pois, na capacidade da aglomeração de organizar o espaço, ou seja, de firmar sua autonomia frente às atividades que se desenvolvem no campo, hierarquizando suas relações com este. Tal autonomia é derivada da centralidade econômica exercida pela aglomeração através da distinção e da concentração espacial de atividades não agrícolas.

Nesse sentido, “[...], as cidades locais dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência” (SANTOS, 1979, p. 70), pois sua área de influência é estritamente local.

Não são todas as aglomerações que detêm o *status* de cidade na análise miltoniana. O termo “pseudocidades” designa os aglomerados incapazes de garantir um crescimento autônomo e autossustentado, porque suas dinâmicas socioespaciais estão diretamente associadas à atividade primária (agrícola e extrativismo) ou dependem de uma única atividade econômica. O mesmo raciocínio se aplica aos centros que não dispõem de autonomia por força do contexto geográfico em que estão inseridos, como é o caso das cidades-dormitórios, que integram conjuntos metropolitanos (SANTOS, 1979).

Assim sendo, o conceito de cidade local privilegia as relações econômicas que se processam no território, mas minimiza outros aspectos relevantes da realidade urbana, como os papéis das cidades na gestão do território e enquanto *lôcus* da vida urbana e da sociedade de consumo (BACELAR, 2005, 2009, 2010).

Bacelar (2005, 2009, 2010) aponta que as noções de cidade local e de “pseudocidades” condenam alguns lugares - principalmente aqueles com população inferior a 10.000 habitantes e que têm nos repasses de verbas federais e estaduais sua principal fonte de receitas - ao “limbo conceitual e metodológico”, extraíndo-lhes a significação urbana.

Segundo o autor,

o que, a nosso ver, está mais em debate não é se um agrupamento de casas, edifícios, ruas e avenidas é ou não cidade, mas sim se este local é urbano, ou melhor, se este local está inserido no modo de vida urbano. Aí sim está a grande especulação a ser feita: se as cidades pequenas consomem o mesmo urbano que outras localidades, como acesso a serviços, à mídia, e ao consumismo inerente a sociedades urbanas (BACELAR, 2009, p. 3 – 4).

O conceito de cidade pequena é mais abrangente do que o de cidade local, porque extrapola a avaliação dos aglomerados a partir da complexidade mínima para integrar cidades que, em sua diversidade, compõem o menor escalão da rede urbana.

Em suma,

a partir do nível mínimo de atividades [...], há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isso não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópole, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades acima do mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais (FRESCA, 2001, p. 77).

As cidades pequenas envolvem uma variedade de contextos histórico-geográficos, que inclui desde os centros com dinamismo econômico inexpressivo e área de influência circunscrita à escala local até as aglomerações cuja centralidade estende-se à escala microrregional ou aquelas especializadas na produção agrícola moderna, industrial ou terciária.

Assim sendo, a identificação das cidades pequenas deve efetuar-se a partir da inserção destas na rede urbana, ou seja, com base nas interconexões que estabelecem com outros lugares. Em outras palavras, o reconhecimento das cidades pequenas deve basear-se no grau de centralidade exercida por tais cidades na rede urbana, o que está diretamente relacionado às suas funções na divisão territorial do trabalho (FRESCA, 2001, 2009, 2010a).

Em 2007, o IBGE (2007) publicou obra intitulada “Região de Influência das Cidades” (Regic)⁵ no Brasil, que classifica os centros de acordo com o grau de

⁵ Este estudo foi desenvolvido pela Diretoria de Geociências do IBGE e teve como finalidade renovar as pesquisas oficiais sobre a rede urbana brasileira, bem como analisar a hierarquia urbana no país atualmente. Para tanto, estabeleceu-se a classificação das cidades e delimitaram-se suas respectivas áreas de influência de acordo com os seguintes critérios: a) a capacidade de gestão do território, segundo os graus de centralidade derivados da presença de instituições do Poder Executivo e do Poder Judiciário no nível federal, de empresas e de diferentes equipamentos e serviços; b) a intensidade dos relacionamentos com outros lugares, ou seja, número de vezes que a cidade foi citada como destino de deslocamentos interurbanos; c) o tamanho demográfico; d) a dimensão da área de influência na rede urbana; e) as diferenciações regionais. As cidades foram classificadas em cinco níveis hierárquicos, em ordem decrescente na hierarquia urbana e de área de influência, como descrito resumidamente a seguir:

1. *Metrópole*, composta pelos 12 maiores centros urbanos do país, que se caracterizam pela extensão do espaço urbanizado, elevado contingente populacional, fortes relacionamentos entre si e maior amplitude da área de influência. Subdividem-se em:
 - a) *Grande Metrópole Nacional*, representada unicamente por São Paulo (SP);

centralidade que exercem no território. As diretrizes utilizadas para a definição da hierarquia urbana são a capacidade de gestão do território, a intensidade dos relacionamentos entre os centros na rede urbana, o tamanho demográfico e a área de influência de cada cidade, levando-se em consideração as diferenciações regionais do país. Em ordem decrescente de hierarquia, as cidades foram classificadas como metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona ou centros locais. Do ponto de vista do presente trabalho, as duas últimas tipologias podem ser caracterizadas como cidades pequenas. Nos centros locais, a centralidade não excede o limite municipal e a cidade atende fundamentalmente às necessidades básicas da população local; em geral, possuem população inferior a 10.000 habitantes. Os centros de zona, por sua vez, têm área de atuação restrita ao seu entorno imediato, no âmbito de uma mesma rede urbana.

Para Corrêa (1999, 2011), as cidades pequenas são pontos na rede urbana, a qual consiste na forma espacial composta por centros conectados física e funcionalmente e por meio da qual os excedentes são criados e apropriados de maneira heterogênea. Tradicionalmente concebidas como últimos elos na transição

-
- b) *Metrópoles Nacionais*, exemplificadas por Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF);
 - c) *Metrópoles*, como Manaus (AM), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS).
 - 2. *Capital Regional*, composta por 70 centros urbanos que detêm capacidade de gestão imediatamente inferior às metrópoles e área de influência regional; oferecem vasta gama de atividades e serviços para outros municípios. Subdivide-se em:
 - a) *Capital Regional A* - 11 centros urbanos, com medianas de 955.000 habitantes e 487 relacionamentos;
 - b) *Capital Regional B* - 20 centros urbanos, com medianas de 435.000 habitantes e 406 relacionamentos;
 - c) *Capital Regional C* - 39 centros urbanos, com medianas de 250.000 habitantes e 162 relacionamentos.
 - 3. *Centro Sub-Regional*, que integra 169 centros urbanos com atividades de gestão menos complexas, área de atuação mais reduzida e relacionamentos externos à rede efetuados principalmente com a Grande Metrópole Nacional e as Metrópoles Nacionais. Subdividem-se em:
 - a) *Centro Sub-Regional A* - 85 centros urbanos, com medianas de 95.000 habitantes e 112 relacionamentos;
 - b) *Centro Sub-Regional B* - 79 centros urbanos, com medianas de 71.000 habitantes e 71 relacionamentos.
 - 4. *Centro de Zona*, que abrange 556 centros urbanos de menor porte e atuação restrita a sua área imediata, onde exercem funções elementares. Subdividem-se em:
 - a) *Centro de Zona A* - 192 centros urbanos, com medianas de 45.000 habitantes e 49 relacionamentos;
 - b) *Centro de Zona B* - 346 centros urbanos, com medianas de 23 habitantes e 16 relacionamentos.
 - 5. *Centro Local*, que abarca 4.473 centros urbanos cuja centralidade e atuação restringem-se aos limites municipais, servindo apenas aos seus habitantes. Em geral, possuem população inferior a 10.000 habitantes (IBGE, 2007).

do urbano e do rural, as cidades pequenas sempre ocupam o nível inferior da hierarquia urbana.

Endlich (2011) aponta que a análise das cidades pequenas deve se pautar em duas perspectivas de estudo complementares: a complexidade mínima e as áreas de comparabilidade. No primeiro caso, trata-se de reconhecer o limiar da cidade em sua forma genérica, que varia ao longo do tempo, pois os atributos demográficos, morfológicos e funcionais das cidades modificam-se com os diferentes ritmos e características do processo de urbanização. O segundo caso tem natureza classificatória, porque delimita os níveis hierárquicos entre os centros que participam da rede urbana com base nas funções que desempenham na divisão territorial do trabalho.

Nesses termos, a compreensão das cidades pequenas passa, necessariamente, pela análise de seus significados na totalidade do processo de urbanização, que se realiza de forma diferenciada e hierárquica no território através da rede urbana.

A rede urbana resulta do desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico, sendo simultaneamente produto, meio e condição para a divisão social e territorial do trabalho, uma vez que:

[...] possibilita reinvestimentos do excedente acumulado em outras atividades produtivas, sejam urbanas ou rurais, para que se amplie a reprodução do capital e novos excedentes sejam gerados. Tais investimentos pressupõem a existência de fluxos diversos e a existência de vários pontos no território ou centros urbanos de uma rede onde se verificam os processos de tomada de decisões, vendas, transformações industriais, prestação de serviços etc. No entanto, o excedente acumulado e as possibilidades de reinvestimentos em esferas produtivas não se realizam de modo homogêneo, ocorrendo desigualmente em uma rede urbana, que é internamente diferenciada. Esta desigualdade de investimentos privilegia alguns lugares, gerando diferenciações cada vez mais acentuadas; determinados centros urbanos tornam-se capazes de apropriar, por processos, mecanismos e agentes diversos, de valor excedente que circula e criar novos valores, enquanto outros centros urbanos têm menores possibilidades de apropriação do valor excedente, aí permanecendo pequena parcela de mais-valia (FRESCA, 2010b, p. 121).

Nessa perspectiva, as cidades pequenas, que se situam na base da hierarquia urbana, são lugares onde parcela da mais-valia extraída localmente ocorre em favor dos centros urbanos mais complexos. Em conjunto, as cidades

pequenas representam uma particularidade do processo de urbanização, fruto de desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico, cujo poder de decisão sobre o ciclo de valorização do capital é menor do que aquele reservado às cidades médias, às cidades grandes e, principalmente, às metrópoles.

Assim sendo, tais cidades aparecem como “espaços de repetição de processos” (DAMIANI, 2006; HENRIQUE, 2010), ou seja, assimilam técnicas, ordens, valores, normas e hábitos concebidos e difundidos pelas metrópoles, a partir das quais os agentes hegemônicos coordenam a produção, a circulação e o consumo de bens materiais e imateriais, bem como a reprodução dos capitais em escala global.

Por conseguinte, os vetores de urbanidade (indústria, agroindústria, megaobras, mineração e obras públicas, como presídios, universidades etc.) implantados recentemente em algumas cidades pequenas, bem como as transformações de ordem econômica, social e espacial a eles associadas, atribuem novas funcionalidades a esses lugares, redefinindo seus papéis na divisão territorial do trabalho segundo a racionalidade capitalista propagada e controlada a partir das metrópoles (HENRIQUE, 2010).

Nessa pesquisa, adota-se a seguinte noção de cidades pequenas proposta por Sposito e Silva (2013, p. 31):

a cidade pequena possui, [...], uma materialidade no seu plano espacial, enquanto forma no processo de urbanização, e uma imaterialidade que pode estar relacionada aos seus fluxos (de diferentes dimensões e natureza) que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais etc.

Essa realidade não está dissociada de um ponto de compreensão maior, ou seja, a cidade, embora a adjetivação pequena retrate uma relação de mensuração e qualificação quanto ao seu tamanho, expresso no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global.

Nessa compreensão, a cidade pequena apresenta uma dimensão geral que é comum aos demais centros urbanos, na expressão da cidade e abrange uma totalidade. De outro modo, revela particularidades, ou seja, predicados que são parte do todo em conjunto e pode conter singularidades, isto é, características únicas que se combinam na produção desigual do espaço na divisão territorial do trabalho.

Enfim, as cidades pequenas consistem em uma particularidade do desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico e caracterizam-se pela

menor complexidade demográfica, morfológica e funcional em relação aos centros que ocupam os níveis superiores da hierarquia urbana. Contudo, o conjunto das cidades pequenas é heterogêneo e complexo, motivo pelo qual a identificação e caracterização desses lugares deve se processar a partir da inserção na rede urbana, o que permite melhor apreender os significados e os papéis desempenhados por esses lugares no universo urbano da sociedade capitalista.

2.2. Cidades pequenas e divisão territorial do trabalho no Brasil

A rede urbana brasileira é composta majoritariamente por municípios com cidades pequenas (CORRÊA, 1999, 2011), os quais detêm expressivo domínio territorial e constituem referência espacial para muitos brasileiros.

Nas áreas de ocupação rarefeita, a presença do Estado efetiva-se basicamente por intermédio das cidades pequenas, uma vez que a oferta de serviços públicos elementares é de responsabilidade dos municípios. Desse modo, os pequenos centros urbanos possuem importante papel na apropriação, na integração e na gestão do território nacional.

As cidades pequenas compõem um grupo heterogêneo de lugares, pontuado por singularidades que remontam a um cenário mais amplo, derivado das múltiplas temporalidades e espacialidades de uso, ocupação e integração do território, que condicionam a evolução e a organização do espaço urbano no país.

Essa variedade de contextos histórico-geográficos é resultado de um processo contínuo e cumulativo de diferenciação socioespacial do território nacional. De acordo com Corrêa (2007b, p. 68),

as diferenças socioespaciais, tanto na escala da rede urbana como na escala do espaço intraurbano, resultam da acumulação de inúmeras formas de interações espaciais desenvolvidas em um período de tempo de certa duração. Esse acúmulo, por sua vez, é o resultado de processos e práticas espaciais. Os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade. Postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço, os processos espaciais constituem um movimento de massa, envolvendo uma sequência sistemática e regular de ações em um período de tempo relativamente longo. Repetitividade e duração longa são traços definidores dos processos espaciais, distinguindo-os das práticas espaciais.

Nos diferentes contextos históricos, os impactos dos processos socioespaciais acometem de forma desigual os centros que participam de uma rede urbana, diferenciando-os demográfica, morfológica e funcionalmente. Por conseguinte, a diferenciação socioespacial entre as cidades está diretamente relacionada aos papéis historicamente desempenhados por cada lugar na divisão territorial do trabalho.

Para Fresca (2010b, p. 118),

[...] em cada etapa histórica da produção, sua realização pressupõe um lugar ou região próprio, dotado de especificidades que melhor atendem à produção ou fração da mesma, permitindo ao lugar e região ser dotado de uma significação particular, pois a cada momento alterar-se-á o uso produtivo deste segmento do espaço.

A distribuição das funções entre as cidades que integram uma rede urbana fundamenta-se na constituição prévia de cada lugar, fruto das funções desempenhadas em divisões territoriais do trabalho anteriores, sendo que:

cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões territoriais do trabalho. [...]. Lembremos, em primeiro lugar, de que a cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões territoriais do trabalho chegam e se implantam, mas sem a exclusão da presença dos restos de divisões territoriais do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas. Em outra situação, consideremos, apenas, para fins analíticos, que, dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria divisão territorial do trabalho. Num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico (SANTOS, 2008, p. 136).

Nesses termos, a inteligibilidade das cidades pequenas brasileiras, em sua diversidade, suscita a compreensão de seus processos formativos, das funções tradicionalmente exercidas na divisão territorial do trabalho e daquelas assumidas recentemente com a incorporação desigual do território nacional aos processos socioespaciais contemporâneos, com destaque para a globalização.

Essa análise permite compreender o papel de cada cidade na divisão territorial do trabalho vigente, o seu grau de inserção na rede urbana, o alcance de suas interações espaciais e sua dinâmica socioespacial, permitindo, pois, precisar

sua individualidade enquanto lugar (SANTOS, 2008). Em outras palavras, esse tipo de raciocínio permite identificar, no conjunto das cidades pequenas, uma particularidade de manifestação do urbano no território, diferente demográfica, morfológica e funcionalmente das cidades médias, das cidades grandes e das metrópoles, uma série de especificidades que singularizam os lugares de acordo com sua evolução histórico-geográfica.

No que tange aos processos formativos, Deffontaines (1938) explica que a rede urbana brasileira se desenvolveu de forma lenta e desarticulada, pois o modelo de ocupação do território, fundado na grande fazenda e sua colônia de trabalhadores, caracterizava-se pela dispersão populacional. As cidades pequenas, em geral, surgiam espontaneamente em pontos estratégicos do território, junto às reduções jesuíticas, aos postos de defesa militar, às minas de ouro e diamantes, aos lugares de pouso de tropas e caravanas, aos portos marítimos e fluviais, às estações ferroviárias, às “bocas de sertão” etc. Essas pequenas aglomerações desenvolviam-se em um cenário de reduzida mobilidade espacial e serviam como entrepostos para aprovisionamento de mercadorias, transbordo de cargas, controle fiscal do Estado, manutenção de equipamentos e oferta de alguns serviços básicos, como hospedarias e estalagens, alimentação etc. (DEFFONTAINES, 1938).

A análise de Deffontaines (1938) remonta ao período em que a economia brasileira era essencialmente agrícola, o que perdurou aproximadamente até a década de 1960. Assim, o Brasil era menos industrializado, urbanizado e articulado, e as cidades pequenas situavam-se essencialmente na confluência do urbano e do rural (CORRÊA, 2011).

No decorrer do processo de ocupação do território brasileiro, as cidades pequenas multiplicaram-se, tornando-se importantes formas geográficas nas quais se processavam as trocas econômicas e a gestão do território, principalmente no interior do país. De acordo com Corrêa (1999, p. 45), em toda a parte,

a elevada ocorrência de pequenos centros deriva, de um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho. De outro, deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em *plantations* caracterizados por trabalhos intensivos. Decorre, então, uma grande demanda de bens e serviços caracterizados por limitados alcances espaciais mínimo e máximo, responsáveis pela relativa proliferação de inúmeros centros de

mercado no espaço. Deriva, adicionalmente, da pequena mobilidade espacial da população, associada aos transportes pré-mecânicos e mesmo ferroviário, sendo inexistentes ou pouco usuais o caminhão e o automóvel. A pequena mobilidade implica a ampliação, ainda mais, do número de pequenos centros de mercado.

Até a década de 1960, as cidades pequenas eram pouco diferenciadas em termos funcionais e, na divisão territorial do trabalho, desempenhavam basicamente os papéis de lugares centrais (prestação de bens e serviços básicos para a sua hinterlândia) e pontos de captação e repasse dos excedentes produzidos no campo (CORRÊA, 2011).

Para Corrêa (2011, p. 8),

a pequena cidade constituía um nó fundamental na rede de relações econômicas envolvendo o urbano e o rural. Situava-se no começo de uma longa cadeia de comercialização, beneficiamento, se necessário, de produtos do mundo rural. Por outro lado, situava-se no fim de outra cadeia, a de distribuição de produtos industrializados, provenientes de fora, sobretudo das grandes cidades. Alguns produtos industrializados, contudo, eram produzidos localmente, visando ao mercado local.

Nesse sentido, a dinâmica econômica e urbana das cidades pequenas detinha forte vinculação com as atividades agrícolas, motivo pelo qual o cotidiano nesses lugares era fortemente marcado por traços da vida rural. Essa característica persiste, em diversos graus de intensidade, em muitas cidades pequenas brasileiras.

A indústria não era novidade entre as cidades pequenas, como aponta Corrêa (2011), mas aparecia como atividade complementar, pouco desenvolvida em termos técnicos e com área de mercado reduzida. Algumas cidades pequenas, no entanto, foram capazes de se especializar na produção industrial (geralmente de gêneros tradicionais) ao longo de seu desenvolvimento econômico e urbano, evidenciando a manifestação de forças endógenas de industrialização.

Em circunstâncias de reduzida mobilidade espacial da população e de baixo grau de integração do território, o isolamento relativo conferia às cidades pequenas papel mais significativo na vida econômica, social e política nas diferentes redes urbanas. A cidade pequena era o ponto focal da vida política e social de sua hinterlândia, na qualidade de centro de gestão do território (presença de instituições e serviços públicos e de uma elite local, formada por fazendeiros e profissionais

liberais) e como lugar de sociabilidade, onde ocorriam os encontros, os comícios, as missas, as festividades religiosas e cívicas etc. (CORRÊA, 2011).

De acordo com Geiger e Davidovich (1961), até a década de 1960, as singularidades entre as cidades brasileiras eram apreendidas basicamente a partir das diferenças regionais, ou seja, enquanto reflexos das diferentes economias agrícolas que condicionaram a apropriação do território e a integração do país ao mercado internacional.

Assim sendo, a combinação de aspectos como a matriz cultural, a antiguidade de povoamento, o nível de renda e de acessibilidade da área, a estrutura agrária, a densidade demográfica da hinterlândia e as relações de cada centro com o mercado demarcava as distinções entre as cidades pequenas até aquela década (CORRÊA, 2011).

Na divisão territorial do trabalho, a diferenciação entre as cidades pequenas acentuou-se na década de 1960, consoante às novas dinâmicas socioespaciais no território brasileiro sob a influência crescente e desigual de processos como:

- a) a entrada maciça de capitais externos no país, que diversificaram a base produtiva e dinamizaram sua economia, integrando-o ao capitalismo transnacional;
- b) a introdução de atividades agrícolas modernas com vistas à exportação de *commodities* e seus impactos sobre a estrutura fundiária, o deslocamento da fronteira agrícola e o êxodo rural;
- c) a expansão e a diversificação do parque industrial;
- d) a urbanização acelerada e concentrada no território;
- e) a disseminação de novos produtos e hábitos de consumo, com a produção e a comercialização de bens de consumo duráveis;
- f) a maior fluidez e integração do território a partir da disseminação de modernos e ágeis sistemas de transportes e telecomunicações, que maximizaram e baratearam a circulação de insumos, mercadorias, pessoas, capitais, informações etc.

Na prática, esses processos incitaram o aprofundamento da divisão territorial do trabalho no Brasil, refletindo a tendência simultânea de articulação e fragmentação do território no atual estágio do capitalismo.

Na década de 1970, as ações do Estado no sentido de modernizar e disciplinar o uso do território, bem como as iniciativas dos empresários em explorar

vantagens locacionais no interior do país, contribuíram para a desconcentração das atividades econômicas em benefício, principalmente, das cidades médias, as quais ampliaram suas funções na divisão territorial do trabalho e expandiram seu grau de centralidade, impactando as cidades pequenas em suas áreas de influência.

De acordo com Sposito et al. (2007, p. 39),

as cidades médias, no geral, tiveram, [...], seus perfis funcionais orientados pelos interesses de distribuição da produção industrial em escala nacional. Assim, o consumo teve papel mais importante na orientação dos papéis intermediários dessas cidades do que propriamente a produção industrial. [...].

A passagem de uma economia do tipo fordista para sistemas de produção caracterizados como flexíveis trouxe alterações para a economia brasileira e mudou, simultaneamente, a participação do país na divisão internacional do trabalho e a divisão regional do trabalho, em termos técnico-econômicos e territoriais.

O sistema urbano refletiu essas mudanças, tanto que se redefiniu para a elas dar apoio. A diminuição relativa do crescimento demográfico das duas principais metrópoles – [...] – ocorreu à medida que outras metrópoles regionais cresceram em ritmo mais acentuado, em função da desconcentração da atividade produtiva industrial. Como parte desse movimento, as cidades médias tiveram aumento de participação nesse sistema urbano, à medida que parte das cidades pequenas perdeu importância relativa, tanto demográfica quanto economicamente.

A maior oferta de empregos e a maior variedade de bens e serviços disponíveis nas cidades médias, somadas às melhores condições de circulação pelo território, reduziram as áreas de influência de muitas cidades pequenas, que perderam centralidade nos diferentes recortes regionais.

Soares (2007, p. 466 – 467) afirma que

[...], ao mesmo tempo em que as cidades médias dinamizaram vários pontos do território, elas também capitalizaram os recursos dos centros urbanos vizinhos. Enquanto muitos deles enfrentam precárias condições de existência, as cidades médias polarizam atividades e recursos e, conseqüentemente, promovem o esvaziamento de funções tradicionais em outras cidades de seu entorno. Desse modo, os espaços da cidade média cada vez mais se sofisticam e se diversificam, enquanto grande parte dos centros menores se vê privado de equipamentos, empregos e condições de vida.

No entanto, não houve apenas a perda de centralidade por parte das cidades pequenas no contexto da globalização e da reestruturação do território nacional.

Segundo Corrêa (1999), alguns centros desenvolveram-se para atender finalidades específicas, como: a) fornecer suporte urbano e logístico à produção e à comercialização de produtos primários, caso das *company towns* e das cidades criadas por empresas de colonização durante a expansão da fronteira agrícola; b) assegurar a presença do Estado em áreas fronteiriças; c) abastecer fazendeiros e peões em regiões de baixa densidade demográfica, como no Centro-Oeste e no Norte do país.

Além disso, algumas cidades pequenas modificaram seus conteúdos, ganhando centralidade ou especializando-se na divisão territorial do trabalho. Esta realidade é comumente identificada nas “cidades do campo” (SANTOS, 2009), que foram refuncionalizadas após o ingresso de uma ou mais mercadorias agrícolas comercializadas em larga escala no mercado internacional, como a soja, o milho, o algodão, a cana-de-açúcar, a carne etc.

Para Santos (2009, p. 56),

as cidades locais mudam de conteúdo. Antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. [...]. A cidade torna-se *lócus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão territorial do trabalho agrícola, porque obrigada a afeiçoar-se às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas.

Nesse sentido, a “cidade do campo” é um centro adaptado para apoiar a atividade agrícola através do fornecimento de insumos, de máquinas e equipamentos, de pessoal técnico especializado, consultores, credores etc. e sua dinâmica socioespacial está diretamente condicionada por demandas exógenas (SANTOS, 2009).

Em algumas “cidades do campo” desenvolveram-se indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas (agroindústrias) ou de produção de máquinas e equipamentos utilizados nas lavouras. A especialização de cidades pequenas em atividades agrícolas modernas instigou a concentração fundiária e o êxodo rural; nesse sentido, parte da população outrora residente no campo migrou para outras cidades ou se mantém na zona urbana da cidade pequena, na condição de trabalhador volante.

A partir da década de 1990, sob a influência da globalização neoliberal e da guerra fiscal dos lugares, algumas cidades pequenas passaram por refuncionalizações relacionadas aos setores secundário e terciário da economia, que antes incidiam basicamente sobre as cidades médias.

No caso da atividade industrial, algumas cidades pequenas tornaram-se *lôcus* da produção de grandes indústrias, participando de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação de grande alcance no território e que expressam o aprofundamento da divisão territorial do trabalho da indústria.

No que tange ao setor terciário, algumas cidades pequenas tornaram-se destinos turísticos, em suas diferentes modalidades - rural, religioso, histórico-cultural, de aventura, ecoturismo etc. – em decorrência da redução dos custos de circulação e das iniciativas do Poder Público em fomentar tal atividade. Nesses lugares, o turismo representa importante tributário das receitas municipais, além de influenciar a organização e a dinâmica socioespacial no território local.

A disseminação de novos produtos e hábitos da sociedade de consumo também é percebida nas cidades pequenas através da implantação de redes e lojas de franquias que atuam nas escalas nacional ou global. A difusão desses fixos, outrora restritos aos centros urbanos mais complexos, não ocorre de forma homogênea entre as cidades pequenas, mas se orienta principalmente pelos diferenciais de renda e de padrão de consumo, estando, pois, mais presentes nas cidades pequenas do Centro-Sul (KLAFKE, 2015).

Ademais, a ocorrência de problemas urbanos típicos dos grandes centros, como a especulação imobiliária, o crescimento urbano desordenado, o desenvolvimento de loteamentos clandestinos, a autossegregação e a segregação induzida, o acréscimo nos índices de violência urbana, a degradação ambiental, entre outros, vem se intensificando em muitas cidades pequenas. Apesar da menor escala de incidência dos referidos processos, as cidades pequenas compartilham as contradições sociais da sociedade brasileira na (re)produção do espaço urbano.

Portanto, a globalização, cujos efeitos são sentidos de maneiras distintas pelo território, contribui para a diferenciação socioespacial entre as cidades pequenas brasileiras. As disparidades crescentes entre tais lugares, nas diferentes redes urbanas, demonstram a tendência de fragmentação e especialização do território no atual estágio do capitalismo. Após impactar as cidades médias, a partir da década de 1970, essas tendências caminham em direção às cidades pequenas, que perdem

parte das funções tradicionalmente exercidas na rede urbana, ou ampliam-nas, desempenhando novos papéis na divisão territorial do trabalho e participando de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de grandes indústrias ou de grandes empresas agrícolas, comerciais ou de serviços.

Vale frisar que a compreensão dos traços comuns e das singularidades entre as cidades pequenas sinaliza a necessidade de formulação de políticas públicas específicas para esses lugares, que deem conta de suas potencialidades e vulnerabilidades como forma de fomentar o desenvolvimento territorial (MOURA, 2009). A mera transposição de modelos de planejamento e gestão concebidos nos grandes centros nem sempre gera os efeitos desejados nas cidades pequenas, uma vez que não são adequados à realidade desses lugares.

2.3. Industrialização em cidades pequenas brasileiras: estudos empíricos

Tradicionalmente, a análise geográfica considera que há relação direta entre concentração industrial e tamanho urbano, porque a partir de determinado grau de industrialização e de urbanização surgem economias de aglomeração que manifestam forças centrípetas sobre os investimentos no setor secundário. Desse modo, a industrialização tenderia a apresentar caráter cumulativo e concentrado no território, até o momento em que o efeito inverso, ou seja, o acúmulo de deseconomias de aglomeração produzisse forças centrífugas sobre os estabelecimentos consolidados e os novos investimentos nas áreas de concentração industrial, os quais passariam, então, a se dispersar (PORCARO, 1977).

Na Geografia Industrial, o fenômeno da industrialização esteve, usualmente, associado às metrópoles e às cidades grandes estendendo-se, posteriormente, às cidades médias. As cidades pequenas, por outro lado, geralmente ficaram “às margens” dos grandes investimentos da indústria de transformação até a década de 1990, basicamente pela baixa amplitude de suas economias de aglomeração.

Entretanto, a industrialização não é um fenômeno circunscrito às metrópoles, às cidades grandes e às cidades médias; e, nas cidades pequenas, o setor industrial não se restringe às agroindústrias, como é o caso das “cidades do campo”, mencionadas por Santos (2009).

A seguir, avaliam-se alguns estudos empíricos sobre a industrialização em cidades pequenas brasileiras, os quais foram reunidos em três grupos que revelam

similitudes entre si quanto à importância do setor secundário na economia, na absorção da mão de obra e na capacidade de dinamizar o território local, quanto às principais origens dos capitais investidos na produção, quanto à especialização da estrutura produtiva, quanto ao alcance das interações espaciais, entre outros aspectos.

Este agrupamento dos estudos empíricos tem dupla finalidade. Em primeiro lugar, ressaltar que, apesar das distinções quanto ao perfil, aos ritmos e à intensidade, o uso industrial do território não é exclusividade dos centros urbanos mais complexos, concretizando-se, também, em muitas cidades pequenas espalhadas pelo país. Em segundo lugar, enfatizar que o uso industrial do território se materializa de diversas formas nas cidades pequenas devido à complexidade crescente das relações industriais e à pluralidade de contextos histórico-geográficos em que tais cidades estão inseridas no Brasil.

Nesse sentido, tais discussões procuram enriquecer esta tese com a contribuição de estudos empíricos sobre a industrialização em cidades pequenas, desenvolvidos por outros pesquisadores brasileiros. Obviamente, este exercício não esgota as possibilidades e as especificidades do processo de industrialização entre as cidades pequenas do país, não havendo, pois, a pretensão de fixar uma tipologia sobre o uso industrial do território nesses lugares.

O primeiro agrupamento abrange cidades pequenas com estabelecimentos de pequeno e médio porte mantidos majoritariamente por capitais locais e/ou regionais. Nesses lugares, o desenvolvimento das indústrias promove a geração de emprego e renda e constitui fator de diversificação econômica em relação às atividades agrícolas tradicionalmente praticadas. Existem cidades pequenas com distritos industriais e que, no contexto da guerra fiscal dos lugares, adotam políticas de incentivos fiscais e creditícios para fomentar a industrialização local. Apesar da pouca expressividade nas escalas regional e nacional, a atividade industrial nessas cidades constitui importante aspecto para a compreensão da dinâmica socioespacial no território local.

Em Sombrio (SC), por exemplo, Beltrão (2001) discute como os excedentes de capitais concebidos localmente pela atividade mercantil manifestaram forças endógenas suficientes para estimular o crescimento industrial do município a partir da década de 1970, com desenvolvimento dos gêneros calçadista, de vestuário, de cerâmica e de alimentos. Embora sejam de pequeno porte e com área de mercado

limitada à escala regional, essas indústrias são relevantes para a economia do município, pois geram postos de trabalho e aquecem o comércio.

Em Elói Mendes (MG), Oliveira (2006) identificou a presença de pequenas indústrias de gêneros tradicionais (alimentos, vestuário, móveis etc.), dispersas pelo tecido urbano ou instaladas no distrito industrial, criado na década de 1990, em parceria com a CDI-MG. Em sua maioria, as fábricas no distrito industrial são de capitais locais, mas há pequenas e médias indústrias paulistas que ali se instalaram no contexto da desconcentração industrial de São Paulo, aproveitando-se dos baixos custos da mão de obra, dos incentivos do governo municipal e da proximidade da BR 381 (distante aproximadamente 40 km). A principal empresa é a Souza Campos Confeções, indústria têxtil (confeções em jeans) com origem em São Paulo (SP), que implantou sua unidade no município em 1997. Embora Elói Mendes não se caracterize pela pujança industrial, as indústrias na cidade empregam parte significativa da PEA residente na área urbana e constituem elemento de diversificação econômica em relação à cafeicultura e à produção de leite, tradicionais no município.

No contexto da mesorregião do Sudoeste Paranaense, Casaril e Sampaio (2016) abordam a inserção da cidade pequena de Ampére (PR) na rede urbana de Francisco Beltrão (PR), a partir da produção de móveis e confeções. Segundo os autores, a presença de indústrias de capitais locais e regionais que comercializam produtos em outros estados e países qualifica Ampére como cidade pequena ao invés de centro local na rede urbana, nos termos da diferenciação proposta por Fresca (2001, 2010a).

O segundo grupo é composto por cidades pequenas onde se verificam experiências de industrialização relacionadas à inversão de capitais de outros setores econômicos ou à iniciativa de agentes locais e regionais responsáveis pela especialização da estrutura produtiva em determinado gênero da indústria de transformação.

Fresca (2010b) aponta que existem cidades pequenas que passaram por processos de especialização industrial e cujas mercadorias dominam amplas fatias do mercado regional ou nacional, competindo com suas congêneres metropolitanas ou instaladas em cidades médias. Nesses casos, a indústria emprega parte significativa da PEA e contribui com boa parte das receitas municipais,

materializando-se na paisagem e condicionando a dinâmica socioespacial no território local.

Cabe, pois, registrar alguns exemplos de estudos empíricos realizados sobre a especialização industrial em cidades pequenas brasileiras.

Crocco et al. (2003) e Santos, Crocco e Simões (2003) examinam a origem e as principais características das indústrias calçadistas em Nova Serrana (MG). O desenvolvimento desse gênero industrial está associado à passagem e ao pouso de retirantes nordestinos, que desde a década de 1920 se dirigiam ao sul do país para a comercialização de gado. As primeiras fábricas formaram-se na década de 1940 e a produção destinava-se ao suprimento de arreios e botinas para os boiadeiros. Na década de 1980, com o *boom* dos produtos sintéticos, gradualmente a produção de calçados em couro foi substituída por novos materiais para atender consumidores de menor sofisticação dos mercados local e regional. As principais características das indústrias calçadistas em Nova Serrana são: pequeno porte dos estabelecimentos, baixo grau de capitalização e de domínio tecnológico das empresas, pequena capacidade de inovação, inexistência de um ambiente de cooperação consolidado, expressivo grau de informalidade entre as firmas.

Matushima (2005) avalia o processo gerador e a evolução das indústrias de confecções em Ibitinga (SP), município especializado na produção de artigos de cama, mesa e banho. A origem das indústrias de confecções na cidade deriva das atividades artesanais (bordados) realizadas por mulheres para complementação da renda familiar na década de 1970, quando havia participação restrita do sexo feminino no mercado de trabalho. A criação de indústrias de capitais endógenos e de um ambiente institucional e normativo adequado ao desenvolvimento da indústria de confecções propiciou a especialização da estrutura econômica do município, cujos produtos são comercializados nos mercados nacional e global.

Mendes e Poletto (2009) discutem a estruturação do APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes (SP), cujas principais características são: a) a concentração espacial de indústrias ceramistas de capitais locais e de organização familiar; b) a presença de empresas fornecedoras de insumos e prestadoras de serviços especializados; c) a atuação de instituições de apoio e de suporte à produção industrial, como a Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento, o Centro Cerâmico do Brasil e o Centro de Inovação Tecnológica em Cerâmica etc.; d) a disponibilidade de matéria prima de ótima qualidade (argilas da

Formação Corumbataí). Além de Santa Gertrudes, indústrias situadas em Rio Claro (SP), Limeira (SP), Piracicaba (SP) e Cordeirópolis (SP) integram o APL; porém, é em Santa Gertrudes que se concentra a maior parte das fábricas, das empresas fornecedoras de insumos e prestadoras de serviços, das instituições de apoio e suporte e o maior volume de produção de materiais cerâmicos. A formação do APL é resultado do processo de modernização e de diversificação das indústrias de telhas e lajotões em funcionamento no município nos anos 1990, ampliando seus campos de atuação e áreas de mercado. Os pisos e revestimentos cerâmicos do APL de Santa Gertrudes abastecem o mercado nacional e internacional (Estados Unidos, Austrália, África do Sul, América do Sul e alguns países europeus), estabelecendo interações espaciais entre a cidade e as escalas regional, nacional e global.

Fresca (2009, 2010a) descreve a especialização industrial de Loanda (PR) na metalurgia de sanitários a partir da iniciativa de um empresário individual que fabricava torneiras para atender à demanda crescente pelo produto durante as obras de saneamento básico no município, nos anos 1980. Na década seguinte, a expansão do mercado consumidor (de local/regional para nacional) estimulou o aparecimento de novos estabelecimentos e a diversificação da produção de artigos sanitários a partir da iniciativa de ex-funcionários da indústria precursora. De acordo com Fresca (2010a), o setor disponibiliza parcela expressiva dos empregos diretos no município, além de comercializar 15% dos artigos sanitários em metal no país.

Veiga (2010) avalia a reinserção de Jaguapitã (PR) na rede urbana norte paranaense a partir da especialização de sua estrutura econômica na produção de mesas de bilhar. A fabricação de mesas de bilhar teve início na década de 1970, com base em iniciativas de empresários individuais. Nas décadas de 1980 e 1990, o número de micro e pequenas indústrias de capitais locais expandiu-se com base nos *spin offs* dos primeiros estabelecimentos fabris. Atualmente, Jaguapitã possui o maior número de estabelecimentos e constitui a origem da maior parte das mesas de bilhar comercializadas no Brasil.

Zambarda (2011) analisa a conformação do APL de bichos de pelúcia, acessórios infantis e enxovais de bebê na cidade de Tabatinga (SP) e em seu distrito de Corupá. O arranjo produtivo desenvolveu-se na década de 1990, quando a citricultura, principal atividade econômica do município, entrou em declínio devido à desvalorização do dólar e seus impactos sobre as exportações de laranja. Naquele momento, a produção de artigos infantis tornou-se fator de diversificação econômica,

criando oportunidades de emprego fixo no município, principalmente para pessoas do sexo feminino. As pequenas e médias indústrias que compõem o APL são de capitais locais e se destacam na produção e na comercialização de artigos infantis no Brasil, motivo pelo qual Tabatinga é conhecida atualmente como a “capital nacional dos bichos de pelúcia, dos acessórios infantis e dos enxovais para bebês”.

Carneiro (2013) aborda a especialização produtiva de Jaguaruana (CE) na confecção de redes de dormir, tornando-se um de seus principais produtores no Nordeste e líder no Ceará. A concentração de fiações e tecelagens no município deriva de fatores históricos – cultivo do algodão e conhecimentos tácitos -, da proximidade aos insumos e ao mercado consumidor e da disponibilidade de mão de obra com custo reduzido. Em geral, as indústrias são de pequenas dimensões, empregam baixo grau de sofisticação tecnológica e são mantidas por capitais endógenos. Os índices de terceirização e de informalidade são expressivos, absorvendo principalmente mão de obra familiar. Não obstante a capitalização discreta das indústrias e a precariedade nas relações de trabalho, Carneiro (2013) sublinha a importância da produção de redes de dormir na geração de emprego e renda em Jaguaruana, diminuindo os fluxos migratórios de seus moradores para outras partes do país.

Além dos exemplos mencionados, existem outras cidades pequenas especializadas na produção industrial, cujas mercadorias são comercializadas nos mercados regional, nacional e/ou global, como é o caso de Jacutinga (MG) e Monte Sião (MG) (malharias), Juruiaia (MG) (moda íntima feminina), João Monlevade (MG) (mineração e siderurgia), Ubá (MG) (móveis), Pedreira (SP) (cerâmica), Birigui (SP) (calçados infantis), Borda da Mata (MG) (pijamas), entre outras.

Como é possível depreender, há uma multiplicidade de cidades pequenas especializadas na indústria de transformação, cujos produtos são referência nos mercados regional ou nacional. As diferenciações de gênese, de organização industrial, de dinâmica socioespacial e das interações espaciais estabelecidas por tais cidades sinalizam a complexidade do uso industrial do território brasileiro, rompendo com a ideia de que são lugares eminentemente agrícolas ou que o fato industrial se encontra circunscrito às metrópoles, às cidades grandes e às cidades médias.

Fresca (2010a, p. 80) considera que

aí se encontra uma das questões para ser discutida, pois as análises da produção industrial têm sido na geografia ainda tratada basicamente para as regiões metropolitanas e mais recentemente para as denominadas cidades médias, enquanto as cidades pequenas não têm recebido maior atenção. Isso não significa que seja neste grupo de cidades que se encontrem as maiores produções ou mais importantes do ponto de vista da geração de empregos ou inovações, dentre outras coisas. Mas nelas ocorre uma parcela da produção que tem sido desconsiderada da análise.

Essa consideração é especialmente válida a partir da introdução de elevadas somas de capitais da indústria e da implantação de grandes estabelecimentos em cidades pequenas brasileiras a partir da década de 1990, as quais compõem o terceiro agrupamento de estudos empíricos contidos nesta tese.

As transformações em curso na atividade produtiva, discutidas anteriormente, a disseminação de condições gerais de produção pelo território e as políticas de incentivos empreendidas por estados e municípios na guerra fiscal dos lugares contribuíram para a integração de algumas cidades pequenas brasileiras aos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação comandados por grandes indústrias, nacionais e internacionais, na condição de *lócus* das fases mais padronizadas da produção industrial.

Desse modo, verifica-se a emergência de algumas cidades pequenas como destinos prioritários para a alocação de grandes investimentos na transformação industrial no Brasil, as quais competem com as cidades médias, as cidades grandes e as metrópoles, em tese, lugares mais aptos para receber os grandes capitais da indústria em virtude das economias de aglomeração neles disponíveis.

Existem poucos registros empíricos sobre a industrialização em cidades pequenas com base em investimentos externos, basicamente por se tratar de um fenômeno relativamente recente na industrialização brasileira.

Em Gavião Peixoto (SP), Pereira (2005) analisa a incorporação do território local aos circuitos espaciais de produção e aos círculos de cooperação da Embraer, desde 2001, quando foram implantadas no município as linhas de montagem dos caças AMX e ALX, a fábrica de móveis em madeira para jatos corporativos, a unidade para reforma dos caças F5 e a pista de testes para aeronaves. As ações da Embraer em Gavião Peixoto respondem à lógica multiterritorial adotada pela

empresa com o fito de explorar vantagens locacionais em território paulista, que concentra as condições gerais de produção para a produção competitiva de aeronaves para os mercados nacional e internacional. A opção pela cidade pequena resultou da criação de um ambiente normativo e institucional adequado às atividades da empresa, envolvendo diretamente o Poder Público Estadual e Municipal por meio do fornecimento das infraestruturas, de linhas de crédito e do financiamento de pesquisas para a produção das aeronaves. Pereira (2005) frisa que o uso corporativo do território de Gavião Peixoto pela Embraer promoveu uma especialização de caráter exógeno e hierárquico que se sobrepõe a um contexto pretérito de relações socioespaciais, quando a economia do município se concentrava na citricultura e na produção de cana-de-açúcar. Após a introdução do segmento aeroviário, foram percebidas novas dinâmicas socioespaciais no município, além do acréscimo de funções na rede urbana.

Em Irati (PR), Ferreira (2009) avalia que a atuação da Iracome do Brasil LTDA (fios elétricos automotivos), de origem francesa, da Yazaki Autoparts do Brasil (chicotes elétricos automotivos), de capital japonês, e da Fosforeira do Brasil S/A (Fobrás) (fósforos), pertencente a um grupo espanhol, inaugurou um ciclo de crescimento industrial baseado em forças exógenas. O ingresso de capitais internacionais no município faz parte das estratégias das empresas de explorar vantagens locacionais em escala global, consoante ao processo de internacionalização do capital produtivo. A disjunção espacial da produção destas empresas rumo a Irati foi motivada pela posição geográfica da cidade no território paranaense - próxima a Curitiba (PR) e com fácil acesso ao porto de Paranaguá (PR) -, a qualidade satisfatória dos sistemas de transportes e de telecomunicações, a disponibilidade de mão de obra barata, a política de incentivos fiscais e as leis ambientais menos rigorosas. Nesse sentido, Irati exerce papel de *lócus* da produção propriamente dita, haja vista que a instalação das grandes indústrias se orienta basicamente pelos baixos custos da mão de obra e pelas vantagens fiscais, não corroborando para o adensamento de cadeias produtivas que integrem outras indústrias e setores da economia local.

No contexto da Região Metropolitana de Campinas (RMC), Moreira Júnior (2015) ressalta que a industrialização das cidades pequenas deve ser compreendida à luz das economias de aglomeração disponíveis no conjunto metropolitano. Assim sendo, o crescimento industrial nessas cidades relaciona-se à extensão do tecido

produtivo de Campinas para áreas contíguas, orientando-se basicamente pelos principais eixos de transporte, pelo processo de conurbação e pelas políticas de incentivos dos governos municipais. As cidades pequenas da RMC vivenciaram processos distintos de industrialização quanto à intensidade, ao tamanho dos estabelecimentos, à estrutura industrial e ao peso da atividade secundária na economia local etc.

Jaguariúna (SP), por exemplo, beneficiando-se das facilidades logísticas derivadas de sua integração direta com Campinas, desenvolveu um parque industrial complexo, onde coexistem grandes indústrias de gêneros tradicionais, como a Ambev (bebidas), e de alta tecnologia, como a Compaq (material eletrônico e equipamentos de comunicações) (MOREIRA JÚNIOR, 2015).

Em Monte Mor (SP), por sua vez, o crescimento industrial está condicionado pelo processo de conurbação em andamento: indústrias que antes funcionavam em Campinas transferiram-se para a cidade pequena, instalando-se às margens da rodovia que liga os dois centros urbanos. As principais vantagens para a realocação dos estabelecimentos em Monte Mor são as facilidades logísticas, os menores custos dos terrenos e as políticas municipais de incentivos (MOREIRA JÚNIOR, 2015).

A instalação de grandes indústrias em cidades pequenas brasileiras aparece como importante campo exploratório para a Geografia Industrial, haja vista a multiplicação do número de cidades pequenas que vêm recebendo grandes investimentos externos na atividade produtiva, como desdobramento da globalização, da desconcentração da indústria brasileira e da guerra fiscal dos lugares. Como exemplos, é possível enumerar a implantação da Mercedes em Iracemápolis (SP), da Toyota em Porto Feliz (SP), da Unilever em Aguaí (SP) e em Igarassu (PE), entre outros.

De modo geral, a industrialização das cidades pequenas a partir do grande capital deve ser pensada à luz do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, da maior fluidez do território e da redução dos entraves à circulação do capital, os quais criaram condições propícias para a instalação de grandes indústrias nesses lugares. Essas cidades vêm passando por um intenso ciclo de crescimento industrial e econômico enquanto *lócus* da produção propriamente dita, ampliando suas funções na divisão territorial do trabalho e fixando

sinergias no âmbito dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação da escala local à global.

Entretanto, não são todas as cidades pequenas que recebem investimentos externos expressivos. Na realidade, aquelas bem localizadas em relação às principais infraestruturas logísticas (rodovias, aeroportos, portos, hidrovias etc.) e próximas a importantes centros urbano-industriais do país (metrópoles e algumas cidades grandes e médias) despontam como destinos prioritários para tais investimentos.

Outros fatores que influenciam as decisões locacionais das grandes indústrias são: os custos e o perfil da mão de obra disponível na cidade e nos municípios circunvizinhos, a presença de insumos (água, energia, matérias-primas etc.), as políticas de incentivos à implantação industrial, o caráter pouco restritivo das leis ambientais, a disponibilidade de infraestrutura urbana para suportar os processos de transformação industrial etc.

Vale lembrar que a entrada de capitais externos, bem como a implantação de grandes indústrias, pode promover uma série de efeitos positivos e negativos na estrutura produtiva e na dinâmica socioespacial das cidades pequenas. Entre os impactos positivos destacam-se a geração de emprego e renda, a atração de novas indústrias, a diversificação econômica, o aquecimento do setor terciário, o aumento na arrecadação de impostos etc. Entre as consequências negativas enumeram-se: a apropriação privada de recursos públicos, principalmente através das políticas de incentivos fiscais, a interferência de poderosos agentes externos na política e na economia local, a imposição de demandas exógenas à sociedade e ao território local, o crescimento acelerado e desordenado do tecido urbano, a maior incidência dos mecanismos especulativos no mercado imobiliário, a sobrecarga nas infraestruturas urbanas, os transtornos logísticos, a poluição ambiental etc.

Ademais, a implantação de grandes estabelecimentos em uma cidade pequena tende a torná-la mais dinâmica economicamente, diferenciando-a de outras que participam da mesma rede urbana. Desse modo, modificam-se as hierarquias e o direcionamento dos fluxos na rede urbana, revelando um processo de produção do espaço urbano e regional mais complexo com a entrada de capitais exógenos.

Em síntese, as cidades pequenas comportam uma parcela da produção que historicamente é negligenciada na análise geográfica. Entre as cidades pequenas existem diferenciações substantivas quanto à estrutura e à dinâmica industrial, à

intensidade, aos ritmos da industrialização e aos agentes sociais envolvidos nesse processo.

Com base nessas considerações gerais sobre a definição, a caracterização, a diversidade e o uso industrial do território nas cidades pequenas brasileiras, será abordado, a seguir, o processo de industrialização em Extrema.

CAPÍTULO 3. A INDUSTRIALIZAÇÃO EM EXTREMA: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

3.1. Aspectos geográficos em Extrema

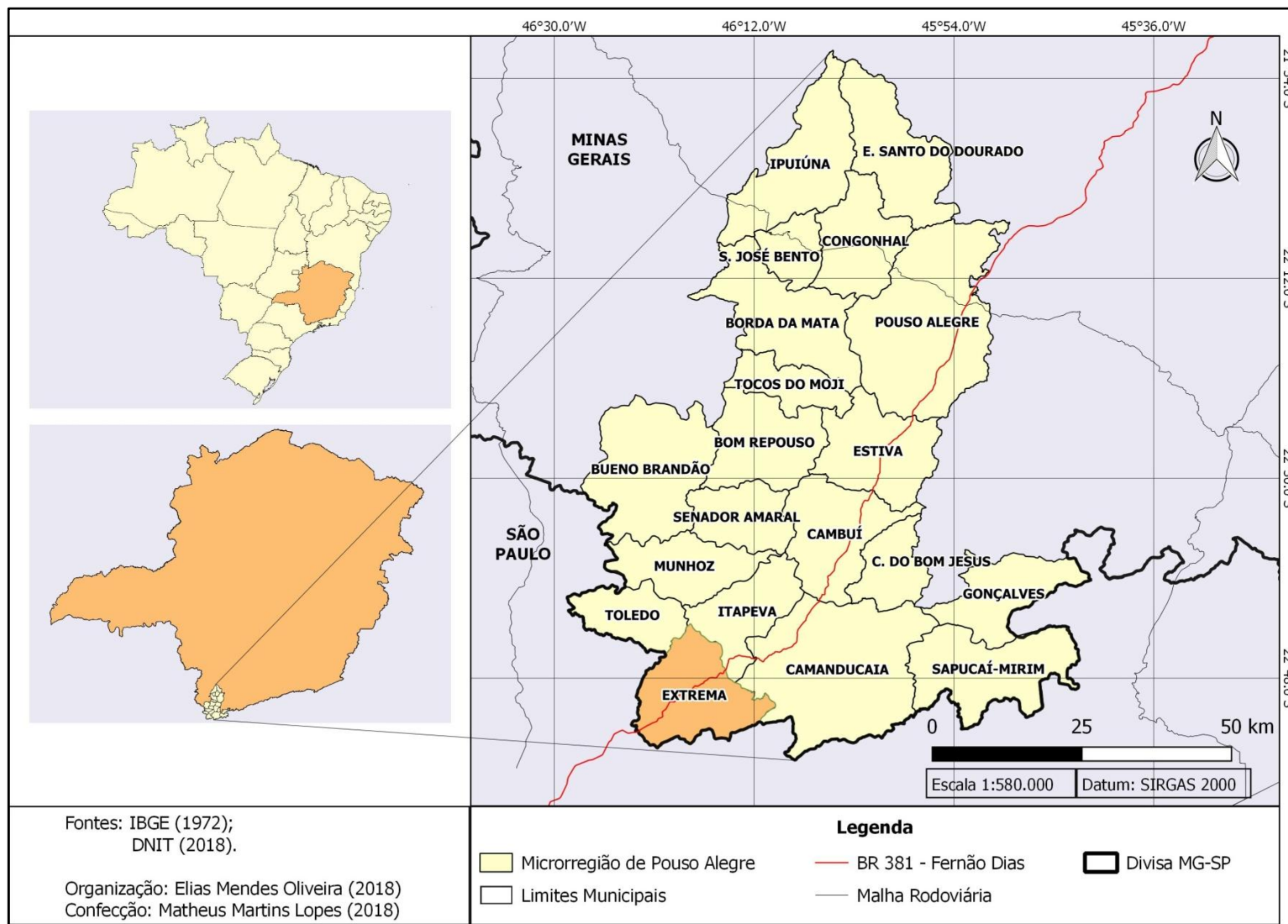
Extrema está situada na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, mais precisamente na microrregião de Pouso Alegre (MG), que é composta pelos municípios de Bom Repouso (MG), Borda da Mata (MG), Bueno Brandão (MG), Camanducaia (MG), Cambuí (MG), Congonhal (MG), Córrego do Bom Jesus (MG), Espírito Santo do Dourado (MG), Estiva (MG), Extrema (MG), Gonçalves (MG), Ipuiúna (MG), Itapeva (MG), Munhoz (MG), Pouso Alegre (MG), Sapucaí-Mirim (MG), Senador Amaral (MG), Senador José Bento (MG), Tocos do Moji (MG) e Toledo (MG) (IBGE, 1972) (Mapa 1).

A denominação “Extrema” refere-se à localização do município no extremo sul de Minas Gerais, junto à divisa com São Paulo (Mapas 1 e 2). Conhecida como “O Portal de Minas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017b), Extrema é a primeira cidade mineira às margens da BR 381, no sentido São Paulo (SP) – Belo Horizonte (MG). Os municípios limítrofes a Extrema são: Camanducaia (MG), Itapeva (MG), Toledo (MG), Pedra Bela (SP), Joanópolis (SP) e Vargem (SP) (IBGE, 2017).

A cidade está distante 484 km de Belo Horizonte (MG), 100 km de São Paulo (SP) e 500 km do Rio de Janeiro (RJ) (ALMG, 2017) (Mapa 2). Encontra-se, pois, bem posicionada em relação aos principais centros urbano-industriais do país, com destaque para a capital paulista, com a qual mantém vínculos socioeconômicos e espaciais que condicionam a dinâmica territorial e os papéis exercidos atualmente pelo município na divisão territorial do trabalho.

Além disso, Extrema está próxima a importantes cidades do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, como Pouso Alegre (94 km), Santa Rita do Sapucaí (126 km), Itajubá (MG) (138 km), Varginha (MG) (200 km) e Poços de Caldas (MG) (202 km); e do interior paulista, como Campinas (SP) (104 km), São José dos Campos (136 km), e Santos (176 km).

Mapa 1. Localização de Extrema (MG) na microrregião de Pouso Alegre (MG) – 2018.



Fonte: Adaptado da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972).

Mapa 2. Posição geográfica de Extrema (MG) no território brasileiro – 2017.



Fonte: IBGE (2010).

A BR 381, principal via de acesso ao município e à cidade, é um importante fixo do território nacional, que potencializa os fluxos de mercadorias e pessoas em uma das áreas mais dinâmicas e urbanizadas do país (Mapa 2). Ademais, a rodovia constitui o principal eixo da desconcentração industrial em território mineiro, estimulando o crescimento e a diversificação industrial nas cidades do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em sua área de influência direta, como Pouso Alegre (MG), Três Corações (MG), Varginha (MG) e Extrema (MG).

Assim sendo, o município está inserido na área de maior concentração econômica, demográfica e urbana do país. A posição geográfica estratégica de Extrema facilita o contato das indústrias com os insumos e os mercados consumidores e de trabalho disponíveis na fração mais dinâmica do território nacional, reduzindo o tempo e os custos das transações econômicas. Por conseguinte, aspectos ligados à posição geográfica aparecem como fundamentais para a compreensão do crescimento industrial, econômico e urbano no município nas últimas décadas.

No tocante à hierarquia urbana, Extrema foi classificada como “Centro de Zona B” pelo IBGE (2007). A cidade integra simultaneamente duas redes urbanas, ambas na área de influência direta da capital paulista (“Grande Metrópole Nacional”) (Figuras 1 e 2). A primeira rede urbana é estruturada a partir de Pouso Alegre (“Capital Regional C”) (Figura 1), ao passo que a segunda é organizada por Bragança Paulista (SP) (“Centro Sub-Regional B”) e subordinada a Campinas (SP) (“Capital Regional A”) (Figura 2) (IBGE, 2007).

Desse modo, a inserção de Extrema nas duas redes urbanas demonstra a articulação do município à capital e ao interior paulista, com os quais mantém laços econômicos, sociais e espaciais mais estreitos do que com outras regiões mineiras polarizadas por Belo Horizonte.

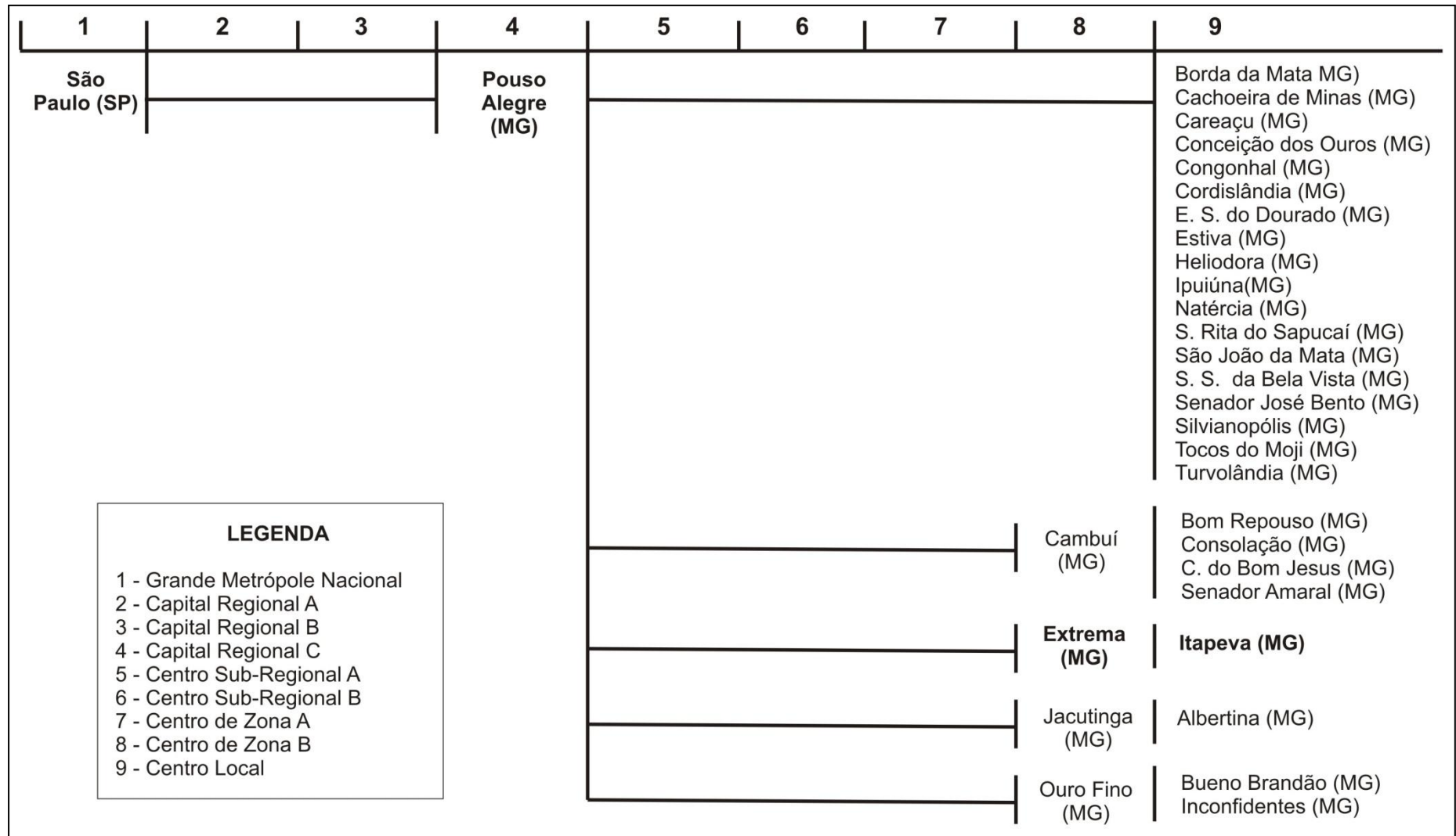
De acordo com as Figuras 1 e 2, Extrema exerce influência sobre Itapeva – cidade vizinha e distante aproximadamente 16 km -, em ambas as ramificações da rede urbana (IBGE, 2007). Como o grau de centralidade exercido por Extrema não se restringe à escala local, não é possível caracterizá-la como “cidade local”, segundo os critérios definidos por Santos (1979).

Na realidade, Extrema constitui um “polo microrregional” nos termos propostos por Endlich (2009), pois a industrialização baseada em grandes estabelecimentos, a presença de centros de distribuição de grandes empresas, o setor terciário relativamente diversificado e a atividade turística conferem maior dinamismo econômico ao município em seu contexto regional, diferenciando-o das cidades pequenas mais próximas.

O território municipal possui 244,586 Km² (IBGE, 2017). A zona urbana é composta unicamente pelo distrito-sede, que se encontra no sopé da Serra do Lopo e às margens da BR 381 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a, 2017b).

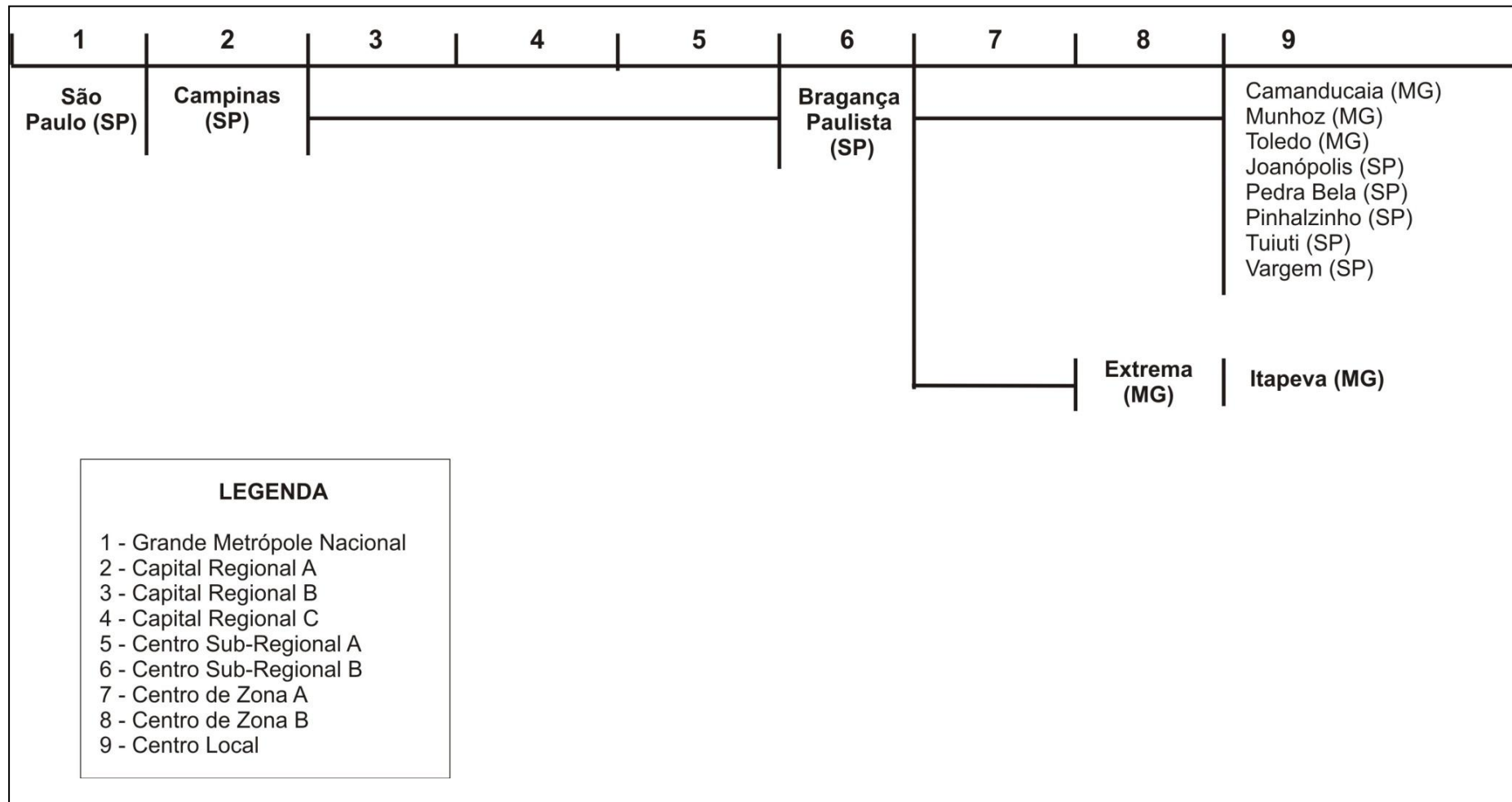
A topografia é predominantemente acidentada, típica da Província do Planalto Atlântico (AZEVEDO, 2008). O município situa-se no Espigão Sul da Serra da Mantiqueira, que em tupi guarani significa “lugar onde nascem as águas”, haja vista o grande número de nascentes que jorram das encostas (RIBEIRO, 2008).

Figura 1. Inserção de Extrema (MG) na rede urbana polarizada por São Paulo (SP) e com ramificação em Pouso Alegre (MG) – 2007.



Fonte: Adaptado da Regic (IBGE, 2007).

Figura 2. Inserção de Extrema (MG) na rede urbana polarizada por São Paulo (SP) e com ramificações em Campinas (SP) e Bragança Paulista (SP) – 2007.



Fonte: Adaptado da Regic (IBGE, 2007).

O relevo acidentado interfere diretamente na economia e no uso do território local, pois está associado às corredeiras, quedas d'águas e mirantes explorados pelo turismo. Ademais, a ocupação é dificultada nas áreas de maior declividade, corroborando para o maior desenvolvimento da pecuária extensiva em detrimento da agricultura nos trechos mais íngremes das encostas (AZEVEDO, 2008; ZOLIN, 2010).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Extrema (2005a, p. 101),

a cidade está localizada em terreno de topografia acidentada, com grandes desníveis, dificultando sobremaneira a implantação e a operação de atividades atinentes à infraestrutura. Esta condição repete-se na área rural. Apesar de não possuir distritos, Extrema conta com núcleos organizados, mas que estão mais distantes do seu centro. É um fato que demanda uma análise mais detalhada, pois esse distanciamento implica em custos adicionais relativos à implantação, manutenção e gestão da infraestrutura.

O clima típico em Extrema é o tropical de altitude, com variação anual das temperaturas entre 16°C e 21°C. Os índices de precipitação registram valores próximos a 191 mm no período mais chuvoso e 30 mm na estação mais seca do ano (AZEVEDO, 2008).

As terras do município pertencem à Bacia Hidrográfica do Rio Jaguari, que atravessa o perímetro urbano, abastecendo a cidade. O Rio Jaguari tem importância estratégica, pois é o principal tributário do Sistema Cantareira, que fornece água para milhões de pessoas na Grande São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a; AZEVEDO, 2008; JARDIM, 2010; ZOLIN, 2010). Destarte, os vínculos de Extrema com a metrópole paulistana não se restringem à dinâmica industrial e imobiliária (chacreamento) ou ao turismo, mas se estendem à questão ambiental, assumindo claramente uma dimensão política (pressões pela conservação dos recursos hídricos).

A vegetação original é a mata atlântica, bastante modificada devido à substituição de florestas nativas por áreas agrícolas (plantações e pastagens) (JARDIM, 2010). Os remanescentes de mata encontram-se nas áreas mais acidentadas e integram as rotas turísticas ou são alvos dos programas locais de conservação do meio ambiente.

De modo geral, as características ligadas à posição geográfica, à fisiografia e à inserção de Extrema na rede urbana contribuem para a compreensão do uso e

ocupação do território local, bem como dos papéis desempenhados pelo município na divisão territorial do trabalho.

3.2. Aspectos históricos e socioeconômicos em Extrema

A apropriação do Sul e Sudoeste de Minas pela Coroa Portuguesa está associada às bandeiras paulistas, que desbravaram o território colonial em busca de índios, de metais e de pedras preciosas no século XVII.

Entre 1674 e 1681, Fernão Dias Paes Leme (1608 – 1681), conhecido na historiografia como “O Caçador de Esmeraldas”, adentrou o território à procura da lendária “Sabarabuçu”, serra de prata e esmeraldas, mencionada pelos índios (TAUNAY, 2012). A trajetória de sua expedição assemelha-se ao traçado da BR 381 em Minas Gerais e São Paulo, motivo pelo qual a BR 381 leva seu nome (ALMEIDA, 2004).

De acordo com Ribeiro (2008), a bandeira de Fernão Dias partiu de São Paulo de Piratininga, transpôs a Serra da Mantiqueira e cruzou o Rio Jaguari no primeiro ano de expedição. Dessa forma, os paulistas atravessaram as terras que atualmente compõem o município de Extrema em 1674.

A descoberta de ouro no Quadrilátero Ferrífero e o desenvolvimento da economia aurífera no século XVIII intensificaram o fluxo de pessoas e as trocas comerciais no interior da Colônia. Naquele contexto, o sul de Minas Gerais tornou-se ponto estratégico nas rotas estabelecidas pelos portugueses entre o litoral e as áreas de mineração.

Os caminhos percorridos pelos viajantes eram pontilhados por pontos de pouso e de passagem, onde as tropas descansavam e se reabasteciam com mantimentos. Segundo Deffontaines (1938), muitas cidades no sul de Minas Gerais desenvolveram-se a partir desses pontos de pouso e de passagem, como Pouso Alto (MG), Passa Quatro (MG), Passa Vinte (MG) e Pouso do Mandú (MG) (atual Pouso Alegre).

Em 1720, a Coroa Portuguesa decidiu fragmentar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, criada em 1709, fundando as Capitânias de São Paulo e de Minas Gerais. O desmembramento territorial visava atender às reivindicações dos mineiros envolvidos na Revolta de Vila Rica, que estavam descontentes com o governante

paulista, além de ampliar o controle da Metrópole sobre as áreas de mineração, coibindo o contrabando de ouro e diamantes (COSTA, 2011).

A imprecisão dos marcos divisórios e a descoberta de ouro de aluvião em Ouro Fino (MG) e Santana do Sapucaí (MG) - atual Silvianópolis (MG) - incitaram disputas territoriais entre as Capitanias de São Paulo e de Minas Gerais pelas terras entre o Rio Sapucaí e a Serra da Mantiqueira, em meados do século XVIII (SANTOS; COSTA, 2016).

Em 1764, o Governador Luiz Diogo da Silva impôs o domínio da Capitania de Minas Gerais sobre o território em litígio; para tanto, implantou postos fiscais ou registros junto às principais rotas comerciais que cruzavam a área (SANTOS; COSTA, 2016).

Nos registros a Coroa Portuguesa exercia o controle fiscal na Colônia, coletando tributos relativos à movimentação de gado e à comercialização de mercadorias pelos tropeiros. Além disso, os postos fiscais tinham a função de fiscalizar a circulação de metais preciosos, assegurando o recolhimento do quinto, imposto devido à extração do ouro (RIBEIRO, 2008). Nesse sentido, os registros eram entrepostos a partir dos quais a Coroa Portuguesa exercia a gestão do território, principalmente nas áreas de ocupação mais rarefeita e junto às rotas comerciais.

A ocupação do território de Extrema intensificou-se com a transferência do registro do Pouso do Mandú, estabelecido em 1755, para a margem esquerda do Rio Jaguari, em 1764, por Luiz Diogo da Silva. Tal iniciativa visava assegurar o domínio da Capitania de Minas Gerais sobre as terras ao norte da Serra do Lopo, fazendo frente às ambições territoriais paulistas.

Para Ribeiro (2008, p. 17),

a instalação de um posto fiscal representava o crescimento automático da região escolhida, por causa do corredor comercial que se estabeleceria nesse percurso. Em poucos anos, os moradores começaram a se instalar na região de Extrema, mas, como não havia um nome, o local passou a ser chamado simplesmente de Registro.

Colonos mineiros, oriundos de Camanducaia (MG) e Cambuí (MG), e paulistas, vindos de Bragança Paulista, Atibaia (SP) e São José do Curralinho (SP) (atual Joanópolis) fundaram as primeiras fazendas no território de Extrema, onde plantavam milho, arroz, feijão e algodão ou criavam gado e suínos. Os produtos

agrícolas eram negociados em Bragança Paulista, principal centro comercial nas adjacências àquela época (RIBEIRO, 2008).

A gênese do núcleo urbano de Extrema remonta à construção de uma ermida em invocação a Santa Rita, nas terras concedidas à Igreja por um fazendeiro local, em 1832. No decorrer dos anos, casas e pequenos estabelecimentos comerciais foram criados ao redor da capela, dando origem ao pequeno povoado de Registro. A maior parte da população vivia no campo e se dedicava às atividades agrícolas, característica comum ao território brasileiro naquele momento (RIBEIRO, 2008).

A introdução da cafeicultura nas décadas de 1820 e 1830 imprimiu novas dinâmicas socioespaciais no sul de Minas (CANO, 2002). O café tornou-se o principal produto de exportação do país na segunda metade do século XIX, motivando a ampliação dos cafezais e a substituição de outras culturas pelo café. Em Extrema, as plantações de café coexistiam com a pecuária extensiva de gado, praticada em áreas cuja declividade trazia maiores empecilhos à cafeicultura (AZEVEDO, 2008).

Em 1871, o povoado de Registro foi elevado a distrito de Camanducaia (MG), com o nome de Santa Rita de Extrema, em alusão à padroeira e à posição geográfica da localidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017b).

Em 1874,

Extrema tinha 60 casas, quatro ruas irregulares e um largo da igreja (Matriz), onde também se encontrava um modesto cemitério. Não tinha um trilho que se pudesse chamar de estrada, mas os particulares faziam picadas e pontes provisórias. Nem um professor de instrução primária pago pelo governo, nem sequer agência do Correio (VEIGA, 1874, p. 21 apud RIBEIRO, 2008, p. 21).

A imigração italiana teve papel fundamental no crescimento urbano em Extrema. Os trabalhadores italianos sucederam a mão de obra africana nas fazendas de café após a abolição da escravidão em 1888. Os europeus chegaram a Santa Rita de Extrema no final do século XIX e início do século XX. A maior parte das famílias ocupava-se das atividades no campo, mas alguns imigrantes fixaram residência no núcleo urbano, onde se dedicavam às profissões liberais, como sapataria, marcenaria, barbearia, comércio etc. Alguns fundaram pequenas indústrias (RIBEIRO, 2008).

Em 1901, Santa Rita de Extrema foi elevada a município, com desmembramento territorial de Camanducaia (MG). Em 1915, a Lei Estadual nº 663/1915 (MINAS GERAIS, 1915) alterou a nomenclatura do município, que passou a ser denominado “Extrema” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017b).

Na década de 1930, a população de Extrema vivenciou os efeitos da Revolução Constitucionalista por força de sua posição geográfica, na divisa com São Paulo. Ribeiro (2008) aponta que há relatos da movimentação de tropas no território local e do temor da comunidade extremense com os perigos da guerra.

Na década de 1940, a cidade foi equipada com algumas melhorias urbanas, como o fornecimento de energia elétrica pela Empresa Electra Bragantina (1941), a pavimentação de algumas ruas centrais e a criação de pousadas e restaurantes para atender à população em trânsito entre São Paulo e Belo Horizonte (RIBEIRO, 2008).

Em 1948, a cidade recebeu a visita de engenheiros do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que efetuaram os primeiros estudos técnicos para a construção de rodovia federal interligando as capitais paulista e mineira (RIBEIRO, 2008).

De acordo com Ribeiro (2008, p. 127),

quase no final da década de 1940, Extrema já não era mais aquela pequena vila cercada de poucas casas no Largo da Matriz, com carros de bois e cavalos passando a todo tempo. A zona urbana começava a crescer em ritmo acelerado, tanto que o número de residentes nessa região praticamente dobrou de 500 para mais de 1.000 pessoas. De 100 modestas casas passou a 300, incluindo prédios de pequeno porte.

Em 1958, como parte do programa desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, teve início a construção da Rodovia Fernão Dias, cujas obras foram concluídas em 1961 (ALMEIDA, 2004; FONSECA, 2009). Naquele contexto, a implantação de rodovias fazia parte do projeto modernizador empreendido pelo Estado, que previa a promoção da indústria automobilística e a integração do mercado e do território nacional.

Nesse sentido,

a Rodovia Fernão Dias foi construída em uma época em que obras de grande porte foram inauguradas e muitos projetos de integração do território foram colocados em prática. Brasília, a atual capital do país, foi inaugurada em 1961, tendo sido iniciadas as obras para sua efetivação em meados da década de 1950. O período também foi caracterizado por grandes projetos como a Sudene e a Zona Franca de Manaus. Observa-se que a época em que se deu a inauguração da BR 381 era um momento de perspectivas de desenvolvimento e crescimento econômico e industrial, atrelados à integração por meio das rodovias (FONSECA, 2009, p. 15).

De modo geral, a criação da BR 381 estimulou a diversificação econômica e a urbanização no município. A partir da década de 1960, Extrema assumiu novas funções na divisão territorial do trabalho, as quais lhe modificaram a paisagem, a dinâmica socioespacial e o alcance das interações espaciais.

A apropriação de parcelas do território local por paulistas consiste em um dos processos em curso no município, desde a inauguração da Rodovia Fernão Dias. As belezas naturais, o clima serrano, a tranquilidade “típica” das cidades pequenas, os baixos custos do solo (em relação a São Paulo), a proximidade geográfica e as facilidades logísticas constituem os principais atrativos que estimulam moradores da metrópole e de grandes cidades paulistas a adquirir lotes na zona rural de Extrema, onde mantêm chácaras e sítios (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a). Desse modo, Extrema tornou-se local de segunda residência, recebendo grandes fluxos de população flutuante nos finais de semana, férias e feriados.

A demanda crescente por terrenos na zona rural potencializou a especulação imobiliária no município, que passou a contar com estabelecimentos dedicados ao parcelamento e à comercialização de lotes rurais. Para Oliveira (2010), a dinâmica imobiliária incentivou o êxodo rural de pequenos agricultores, que decidiram vender suas propriedades diante das dificuldades crescentes no campo e da oferta de empregos nas indústrias que se instalaram em Extrema, a partir de 1970.

A atividade turística também foi beneficiada pela instalação da Rodovia Fernão Dias. As facilidades logísticas aumentaram o número de visitantes, atraídos ao município pelas belezas naturais e pelo ambiente bucólico (RIBEIRO, 2008). O Poder Público local atuou diretamente na estruturação da atividade turística a partir da década de 1960 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2016), como estratégia para diversificar a economia local.

Conforme a Prefeitura Municipal de Extrema (2016, p. 40),

no ano de 1960, ocorreu a primeira tentativa de institucionalizar o turismo no município de Extrema, quando através da Lei nº 392 de 1967, foi criado o Conselho Municipal de Turismo com a competência de ‘estudar e propor à administração municipal as medidas necessárias à difusão e amparo ao turismo no município, em colaboração com os órgãos e entidades especializadas, promover cursos para a formação técnica e prestar assistências às caravanas turísticas’. [...]. Associamos esta ação à conjuntura dos anos 1950 – 1960, quando se verifica dois aspectos importantes: a ampliação e a melhoria da infraestrutura de transportes e a definição de uma Política Nacional de Turismo através da criação da Embratur – Empresa Brasileira de Turismo – e do Conselho Nacional de Turismo, em 1966.

O desenvolvimento da atividade turística impulsionou, gradativamente, a expansão do setor terciário (rede hoteleira, restaurantes, bares, agências de turismo etc.), gerando emprego e renda para o município.

No que concerne ao setor secundário, desde a década de 1970, foram implantadas unidades produtivas que migraram da RMSP para Extrema, no contexto da desconcentração industrial no Brasil. A BR 381 tornou-se o principal vetor de manifestação deste processo em Minas Gerais, impulsionando o crescimento industrial de alguns municípios em sua área de influência, como é o caso de Extrema.

Até meados da década de 1990, as indústrias exógenas que se instalaram em Extrema eram formadas por capitais nacionais, provenientes de São Paulo. Tais indústrias foram atraídas basicamente pela proximidade geográfica da capital paulista, pelas facilidades logísticas associadas à Rodovia Fernão Dias e pelas políticas de incentivos adotadas pela administração municipal e estadual.

A partir da década de 1990, as transformações na economia e no território de Extrema acentuaram-se como desdobramentos da duplicação da BR 381, da globalização neoliberal, da guerra fiscal dos lugares e da desconcentração industrial no país.

As obras de duplicação do trecho Belo Horizonte - São Paulo da Rodovia Fernão Dias tiveram início em 1993 e foram financiadas pelos Governos de Minas Gerais e São Paulo, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (ALMEIDA, 2004).

De acordo com Fonseca (2009, p. 19),

com o passar dos anos a rodovia passou a apresentar uma série de problemas, principalmente relacionados aos desgastes da sua pavimentação, prejudicando motoristas e causando graves acidentes. A deterioração da rodovia podia ser justificada em parte devido ao aumento dos fluxos de automóveis, ônibus e caminhões, que contribuíam para o desgaste da estrada. A Rodovia Fernão Dias com pistas simples já não poderia atender de forma segura o fluxo de veículos que aumentara na década de 1990, e foram esses fatores que contribuíram para sua efetiva duplicação.

As intervenções na BR 381 objetivavam minimizar os estrangulamentos logísticos associados aos fluxos crescentes de pessoas e mercadorias, os quais dilatavam os custos com transportes. As obras foram integralmente concluídas em 2005 e tiveram impacto expressivo na economia e na dinâmica territorial de Extrema e do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (FONSECA, 2009).

Entre os principais efeitos da duplicação da Rodovia Fernão Dias sobre a economia, a sociedade e o território de Extrema, destacam-se:

- a) a instalação de grandes indústrias, nacionais e internacionais, de gêneros diversos, que aqueceu o mercado de trabalho, ampliou a arrecadação de impostos e impulsionou a economia e o crescimento urbano no município;
- b) a implantação de centros de distribuição de grandes empresas que atuam no mercado nacional e latino-americano;
- c) o maior desenvolvimento da atividade turística;
- d) a expansão e a diversificação do setor terciário como desdobramento da atividade turística (hotéis-fazenda, hotéis, serviços turísticos, restaurantes, lojas de artesanato e de produtos típicos da cidade) ou pela introdução de novos serviços, como a oferta de ensino superior e de especialidades médico-hospitalares;
- e) a perda substancial de relevância do setor primário na economia local;
- f) o acréscimo das taxas de urbanização e a expansão física da cidade;
- g) o aumento do grau de centralidade exercido pela cidade nas redes urbanas de que participa.

Os dados do IBGE (2010) revelam que Extrema possuía 28.599 habitantes em 2010, sendo 26.023 residentes na zona urbana e 2.576 na zona rural, o que perfazia uma taxa de urbanização de 90,99%. Para o ano de 2017, as estimativas do

IBGE (2017) apontavam que a população do município totalizaria 34.344 habitantes, um acréscimo de aproximadamente 20% em relação a 2010.

Atualmente, a economia do município é bastante dinâmica e diversificada. A tabela 1 mostra o Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes por atividade econômica e o PIB-M de Extrema em 2015.

Tabela 1. VAB por atividade econômica e PIB-M a preços correntes de Extrema (MG) – 2015.

Item	Valor (mil reais)	% do PIB-M
Valor adicionado bruto da agropecuária	7.133,69	0,14
Valor adicionado bruto da indústria	1.196.425,88	23,52
Valor adicionado bruto dos serviços, exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social	2.483.326,34	48,82
Valor adicionado bruto da administração, saúde e educação públicas e seguridade social	156.163,30	3,07
Valor adicionado bruto total	3.843.049,21	75,55
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	1.243.088,63	24,45
Produto interno bruto municipal	5.086.137,84	100,00

Fonte: Adaptado do Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2015b).

As atividades agrícolas contribuíram com o menor percentual de receitas geradas no município em 2015 - 0,14% do PIB-M (Tabela 1) - e comumente são praticadas em pequenas propriedades, na modalidade da agricultura familiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a). Em geral, as mercadorias produzidas no campo são comercializadas na Feira do Produtor Rural, que acontece aos sábados, na praça central da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017b).

A pecuária extensiva de bovinos constitui a principal atividade agrícola no município desde 1970, com o declínio da economia cafeeira (AZEVEDO, 2008). Conforme o último Censo Agropecuário, realizado em 2006, contabilizavam-se 10.383 cabeças de gado em Extrema (IBGE, 2006a). As principais plantações eram de feijão, milho, tomate, uva e café (JARDIM, 2010).

No início dos anos 2000, a Prefeitura Municipal de Extrema realizou um diagnóstico da economia e do território local como parte dos trabalhos para a elaboração da Agenda 21 do município. Nesse estudo, detectou-se que:

[...] a zona rural conta com pequenas propriedades, muitas chácaras e vários loteamentos. O setor agropecuário é pouco desenvolvido. O produtor dispõe de poucos recursos. O avanço técnico da agricultura é limitado e com pouco aproveitamento da área de cultivo, resultando em baixa produtividade e com limitações de qualidade. A produção está mais voltada para a subsistência, sendo mínima a comercialização.

Uma característica marcante da zona rural é a transformação de perfis – do “agricultor tradicional” para o de “sitiente”; este quer o desenvolvimento de sua propriedade rural, mas deseja o lazer e o contato mais próximo com a cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a, p. 127).

O baixo grau de capitalização dos pequenos agricultores, a oferta de postos de trabalho nas grandes indústrias e nos centros de distribuição, bem como a demanda por lotes no campo, por pessoas de fora, estimularam movimentos migratórios em escala intramunicipal, interferindo na dinâmica imobiliária das zonas rural e urbana.

O êxodo rural constitui uma das preocupações centrais em Extrema desde os anos 1990. O esvaziamento do campo, o aumento geral no valor dos imóveis na cidade e no campo, e os problemas sociais, econômicos e ambientais decorrentes do crescimento rápido e desordenado do núcleo urbano suscitaram a formulação de alternativas para reduzir os fluxos migratórios e valorizar o trabalhador do campo. Entre as estratégias adotadas destacam-se a promoção do turismo rural e os Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PPSA), como do Projeto Conservador das Águas, que prevê a bonificação de agricultores com verbas públicas em prol da conservação dos recursos hídricos do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005b; JARDIM, 2010).

O setor secundário gerou 23,52% do PIB-M em 2015 (Tabela 1). Atualmente, Extrema conta com 255 indústrias (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017c; CARVALHO, 2018), que se caracterizam pela diversidade de tamanho dos estabelecimentos, de gêneros industriais, de formas de organização industrial, de domínio tecnológico, de áreas de mercado etc.

O setor terciário foi o principal tributário das receitas municipais em 2015, com 48,82% de representatividade no PIB-M (Tabela 1), em decorrência da diversificação econômica, da geração de emprego e renda e do desenvolvimento da economia urbana a partir do crescimento industrial e da difusão da sociedade de consumo nos anos 1990.

Extrema possui estabelecimentos comerciais e de serviços que atendem a população local, os turistas e os indivíduos de cidades pequenas do entorno, os quais se dirigem à cidade à procura de serviços médico-hospitalares e educacionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a, 2017c).

A cidade conta com uma instituição de ensino superior desde 2002 - a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema (Faex) -, que possui cursos de graduação nas áreas de engenharias e ciências sociais (FAEX, 2018).

A partir da década de 2000, foram instalados em Extrema centros de distribuição de empresas que exploram o mercado nacional e internacional. Em geral, estas empresas foram atraídas pela posição geográfica privilegiada, pelas facilidades logísticas, pela doação de terrenos e pelos incentivos fiscais concedidos pelos governos estadual e municipal. Os centros de distribuição aumentaram a oferta de postos de trabalho na cidade, atraindo a população do campo e dos municípios vizinhos, e intensificaram os fluxos de mercadorias, pessoas e informações no território local.

A Centauro Esportes, empresa de capitais mineiros, inaugurou seu centro de distribuição de roupas e materiais esportivos em 2008. A proximidade de São Paulo constituiu o fator locacional mais relevante para a implantação da unidade em Extrema. Em 2012, a firma anunciou a expansão dos investimentos no município com a ampliação de seu centro de distribuição. A empresa mantém um *Outlet* de produtos esportivos muito afamado entre os turistas e as pessoas que circulam pela BR 381 (BIANCHETTI, 2011).

O Grupo Netshoes implantou um centro de distribuição em 2015. A empresa brasileira é uma das principais distribuidoras de produtos esportivos na modalidade *e-commerce* da América Latina, atuando no Brasil, na Argentina e no México. Os fatores locacionais determinantes para a instalação do centro de distribuição na cidade foram a posição geográfica privilegiada em relação aos principais mercados consumidores da empresa (São Paulo e Minas Gerais), as boas condições logísticas para o transporte de mercadorias através da BR 381 e dos aeroportos em um raio de 120 km (Guarulhos, Congonhas e Viracopos) e a disponibilidade de mão de obra qualificada em Extrema (O REGISTRO, 2015).

A Johnson & Johnson Brasil, empresa de capitais norte-americanos, criou um centro de distribuição em Extrema nos anos 2000. A empresa explora os seguintes segmentos de mercado: higiene oral, saúde da mulher, cuidados com a pele,

medicamentos, cuidados com o bebê e com a criança e cuidados tópicos (JOHNSON & JOHNSON BRASIL, 2017).

Além dessas empresas, estão presentes em Extrema os centros de distribuição da Biolab Farmacêutica (medicamentos), da Dafiti (moda), da Mundial (utensílios domésticos), da Nakata Automotiva (autopeças) e da Ambev (bebidas) (CARVALHO, 2018). De acordo com Carvalho (2018), estão previstas a instalação da Campari (bebidas), da Hinode (higiene pessoal e cosméticos) e da Estrella Galicia (bebidas), reforçando o papel do município como entreposto logístico no território nacional.

O turismo representa uma atividade importante para o setor terciário em Extrema. No município, praticam-se o turismo ecológico, rural e religioso. O turismo ecológico fundamenta-se nas visitas aos acidentes naturais, como rochas, mirantes, cachoeiras, corredeiras, fragmentos de mata, entre outros, e na prática de esportes de aventuras, como *rapel*, *trekking*, *rafting*, tirolesa, voo de *paraglider* etc. O turismo rural está associado às atividades que exploram o ambiente bucólico do campo e o comércio de produtos artesanais, como doces, quitandas, *souvenirs* etc. O turismo religioso, por sua vez, tem no Santuário de Santa Rita de Cássia seu principal ponto de visitação (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2016).

Desde 2007, a Secretaria de Turismo de Extrema operacionaliza o Projeto Rotas Turísticas, que tem o objetivo de orientar os fluxos turísticos no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2016). As rotas turísticas de Extrema, bem como seus principais atrativos, encontram-se discriminados no quadro 1.

Quadro 1. Rotas e principais atrativos turísticos em Extrema (MG) – 2016.

Rotas turísticas	Principais atrativos turísticos
Águas	Parque Municipal da Cachoeira do Salto, <i>rafting</i> no Rio Jaguari, Prainha Ronan Ranoi, Pico do Lobo-Guará.
Pedras	Pedra do Índio, Cachoeira do Índio, Recanto Tathy, retiro budista.
Rosas	Santuário de Santa Rita de Cássia, Mirante da Caixa d'Água, Parque Municipal de Eventos/Cine Teatro, Feira do Produtor Rural, Parque Municipal da Cachoeira do Jaguari, prédios históricos.
Sol	Cachoeira das Anhumas, Prainha do Juncal.
Ventos	Serra do Lopo, Pedra do Cume, Pedra das Flores, Parque Ecológico Pico dos Cabritos, Convento AimKarim, Reserva Florestal do Sauá, rampas de voo livre.

Fonte: Adaptado do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável 2017 – 2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2016).

O município conta ainda com um calendário cultural, que prevê a realização de eventos como a Mostra de Dança, a Feira Literária e a Mostra de Cinema, a Festa do Imigrante, o Festival Nacional da Canção, o Festival de Inverno, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017b). Estas festividades atraem visitantes e contribuem para a divulgação de Extrema pelo país.

Recentemente, a administração local lançou o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável 2017 – 2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2016), cujas estratégias e planos de ação visam elevar o turismo à condição de segunda economia no município. O estímulo à atividade turística constitui uma opção tácita da Prefeitura Municipal de Extrema de minimizar a dependência econômica em relação aos capitais externos, impulsionando a diversificação da estrutura produtiva em bases endógenas.

Um fato importante sobre os indicadores econômicos de Extrema diz respeito à parcela expressiva do PIB-M gerada pelo recolhimento de impostos, sendo 24,45% do total em 2015 (Tabela 1). De acordo com Carvalho (2018), esse volume de capitais foi obtido principalmente junto às grandes indústrias que operam na cidade, conferindo “relativa” autonomia financeira ao município⁶ frente aos repasses de verbas federais e estaduais. Essa característica contrasta com a realidade da maior parte das cidades pequenas no Brasil, que dependem do FPM e do ICMS transferidos, respectivamente, pela União e pelos estados, conforme Bacelar (2005, 2009, 2010).

Segundo dados da FJP (2010), Extrema configurava como o segundo polo industrial de Minas Gerais em arrecadação de ICMS em relação ao número de habitantes em 2010, ultrapassado somente por Betim (MG). Além disso, o município alcançou o terceiro maior PIB-M (5.086.137,84 de reais) do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2015, atrás de Pouso Alegre (6.554.233,15 reais) e de Poços de Caldas (6.503.681,84 reais), maiores cidades da mesorregião, mas à frente de outras cidades maiores que Extrema, como Varginha (4.609.515,32 reais), Itajubá (2.714.508,27 reais), Passos (2.153.032,61 reais), Alfenas (2.126.719,20 reais), Guaxupé (2.084.701,33 reais), Três Corações (2.010.570,00 reais) e Santa Rita do Sapucaí (1.427.485,39 reais) (IBGE, 2015b). Em 2015, o PIB-M de Extrema foi o 15º e o 179º maior em Minas Gerais e no Brasil, respectivamente (IBGE, 2015b).

⁶ De acordo com a Prefeitura Municipal de Extrema (2017c), a administração local em Extrema encerrou o ano fiscal de 2016 com 45.000.000 de reais em caixa.

As verbas arrecadadas pela Prefeitura Municipal de Extrema permitem a melhoria da infraestrutura e dos serviços urbanos, bem como os investimentos em outras atividades econômicas (como o turismo), melhorando, de forma substantiva, os indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida do município. De acordo com o IBGE (2015b), o PIB *per capita* municipal foi de 153.743,36 reais em 2015, bastante superior à média brasileira de 28.876,00 reais.

O IDH-M em Extrema chegou a 0,732 em 2010, com frações de 0,849 para longevidade, 0,729 para renda e 0,633 para educação (SEBRAE-MG, 2010). O IDH-M é classificado como alto, colocando o município na 75ª posição em Minas Gerais e na 967ª posição no Brasil no *ranking* de IDH-M (SEBRAE-MG, 2010). De acordo com a Firjan (2015), Extrema foi considerado o melhor município mineiro para se viver em 2013, segundo o Índice de Responsabilidade Social. Em 2015, Extrema alcançou o primeiro lugar no índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (FIRJAN, 2015).

Outro elemento importante para a melhoria dos indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida em Extrema está relacionado às ações da prefeitura e da sociedade local em defesa do meio ambiente, algumas das quais se tornaram referências nacional e internacional.

Em 1997, o município passou a integrar a Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (APA Fernão Dias), criada pelo governo mineiro para preservar remanescentes de mata atlântica e renovar a qualidade dos recursos hídricos na Bacia do Rio Jaguari. A implantação da APA Fernão Dias visa disciplinar o uso dos recursos naturais de maneira sustentável, conservar o conjunto paisagístico e a cultura regional, promover o ecoturismo e gerar renda para a população dos municípios participantes. De acordo com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF, 2017), o território de Extrema está totalmente inserido na APA, que também abrange terras dos municípios de Sapucaí-Mirim (MG), Itapeva (MG), Camanducaia (MG), Toledo (MG), Brasópolis (MG), Gonçalves (MG) e Paraisópolis (MG).

Na década de 2000, a temática ambiental ganhou maior destaque devido às preocupações do Poder Público em contrabalancear os impactos do crescimento industrial e urbano acelerado sobre o meio ambiente. Para tanto, procurou-se racionalizar o uso do território, diversificar a estrutura econômica, aprimorar os indicadores sociais e melhorar a qualidade ambiental no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a).

Em 2005, Extrema tornou-se pioneira na confecção da Agenda 21, no Brasil, ao estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento sustentável após a identificação das potencialidades e dos estrangulamentos da economia e do território local. Entre as ações previstas no documento constam: a racionalização do uso do solo, o fomento à atividade turística, a qualificação da mão de obra, a melhoria dos indicadores socioeconômicos e da qualidade de vida, a atração de indústrias de base tecnológica, a recuperação e a conservação dos recursos naturais, a integração das políticas setoriais do município e a participação ativa da sociedade civil (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a).

Conforme Jardim (2010), a implementação do Projeto Conservador das Águas em 2005 - Lei Municipal nº 2100/2005 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005b) - tornou Extrema pioneira no PPSA no Brasil. Em linhas gerais, o programa objetiva manter a qualidade dos mananciais de água e promover a adequação ambiental das propriedades rurais por meio da recuperação de matas ciliares e do estabelecimento de corredores ecológicos. A Prefeitura Municipal de Extrema procura engajar os proprietários rurais treinando-os com práticas adequadas de manejo da água e do solo, ressarcindo-os com fundos públicos (JARDIM, 2010).

O programa tem impacto positivo na conservação dos recursos naturais, no turismo e na diversificação de renda dos agricultores. O Projeto Conservador das Águas foi premiado nacional – Prêmio Caixa de Melhores Práticas em Gestão Local 2011/2012 - e internacionalmente - *Greenvana Greenbest* 2012, Prêmio Internacional por Melhores Práticas para a Melhoria das Condições de Vida/Organização das Nações Unidas - Habitat 2014 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017b).

Vale lembrar que a conservação dos recursos hídricos em Extrema tem importância geoestratégica, na medida em que o Rio Jaguari é o principal contribuinte do Sistema Cantareira, que fornece água a milhões de pessoas na RMSP. Nesse sentido, os vínculos de Extrema com a capital paulista caracterizam-se também pela dimensão geopolítica.

No entanto, a expansão econômica e a urbanização não engendraram apenas os efeitos “desejados” em Extrema (diversificação da base produtiva, geração de emprego e renda, aumento da arrecadação municipal etc.), refletindo, pois, a dinâmica contraditória da produção do espaço geográfico no capitalismo.

Entre as principais consequências do crescimento econômico e urbano, após 1990, também se destacam:

- a) o crescimento da especulação imobiliária no campo e na cidade, com o subsequente aumento geral no valor dos imóveis (urbanos e rurais);
- b) o êxodo rural e os fluxos migratórios inter-regionais que induzem a expansão física da cidade, aumentando a demanda por moradias e as pressões por investimentos públicos em habitação, infraestrutura e serviços públicos;
- c) a sobrecarga das infraestruturas e dos serviços urbanos, inclusive por parte dos habitantes das cidades pequenas mais próximas (CARVALHO, 2018; ABRAHÃO, 2018; RIBEIRO, 2018; MARQUES et al., 2018);
- d) o aumento da criminalidade no município, principalmente em função da proximidade e das facilidades de acesso a São Paulo (SP) pela BR 381 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a);
- e) a vulnerabilidade de Extrema a cenários econômicos desfavoráveis que induzam as indústrias e os centros de distribuição a reduzir seus quadros de funcionários ou a encerrar suas atividades, impactando a arrecadação de impostos e os demais setores econômicos do município.

Após esta discussão sobre os aspectos históricos e a caracterização socioeconômica de Extrema, será analisado o processo de industrialização local em perspectiva histórico-geográfica.

3.3. Fases da industrialização em Extrema

Visando compreender a evolução do uso industrial do território em Extrema, propõe-se uma periodização do processo de industrialização local.

De acordo com Santos e Silveira (2011, p. 24),

períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoiada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período.

O critério utilizado para a definição das fases de industrialização em Extrema foi a origem dos capitais investidos na indústria, o qual permitiu avaliar, em perspectiva histórico-geográfica:

- a) as mudanças nos padrões de localização industrial no Brasil e no mundo, as quais constituem, simultaneamente, condição e reflexo da divisão territorial do trabalho da indústria, que se intensifica com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção;
- b) a criação das condições gerais de produção em Extrema, cujo grau de complexidade possibilitou o ingresso do grande capital da indústria no território local em meados da década de 1990.

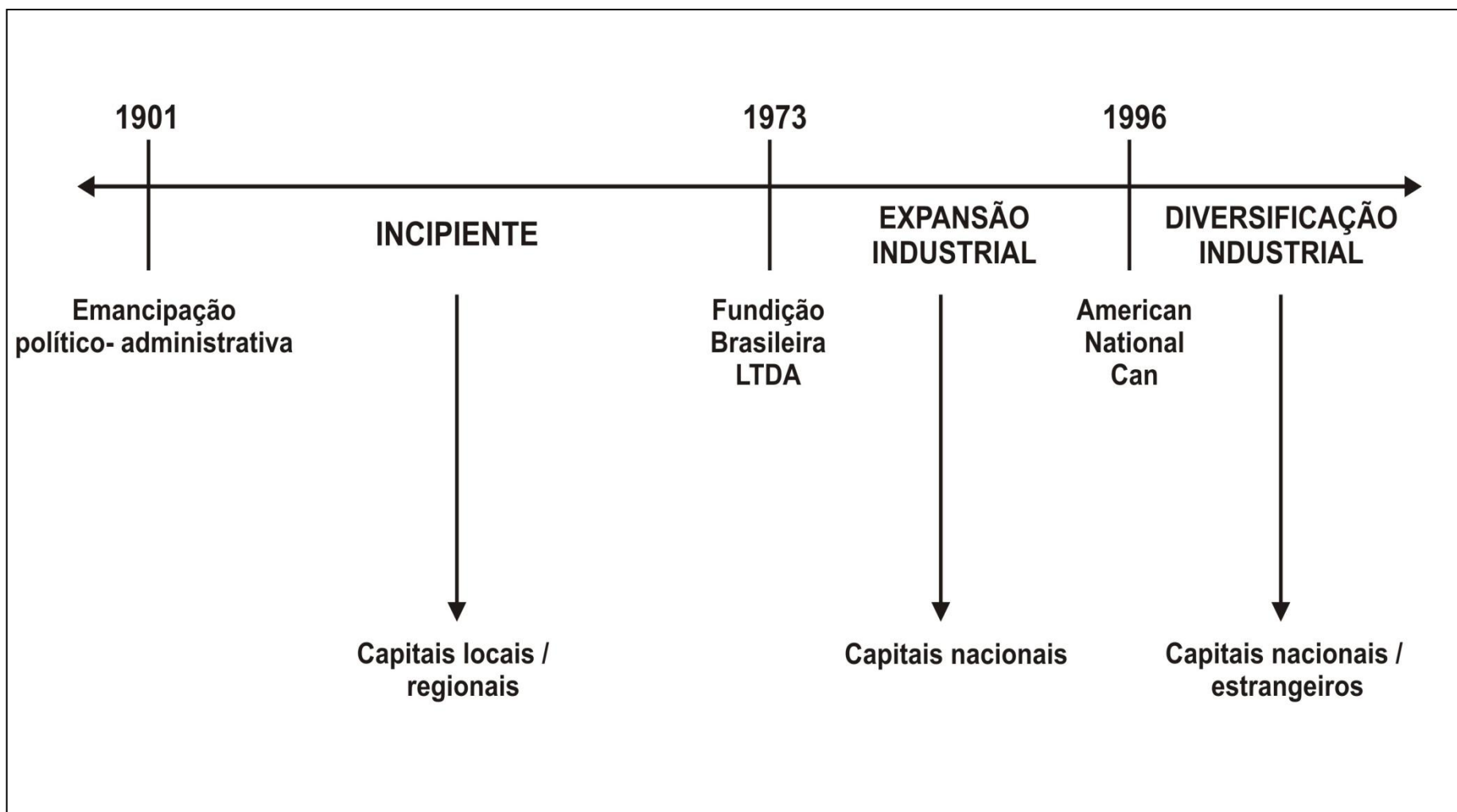
A periodização proposta visa detalhar a intensidade, a ação dos agentes sociais, as características e os principais impactos do uso industrial do território nas diferentes fases de industrialização identificadas no município. Em outras palavras, procura-se relativizar o uso industrial do território perante as funções historicamente exercidas por Extrema na divisão territorial do trabalho, bem como avaliar a capacidade da indústria de organizar e dinamizar a economia e o território local em recortes temporais distintos.

Do ponto de vista do uso industrial do território, cada fase de industrialização apresenta coesão quanto ao tipo e ao tamanho das indústrias, à procedência dos insumos, às áreas de mercado, às formas de organização industrial, ao emprego de tecnologias mais modernas e ao alcance das interações espaciais estabelecidas por Extrema.

As datas definidas como marcos entre as fases são momentos a partir dos quais se iniciou uma (re)estruturação efetiva da indústria e do território local, sob a influência dos processos que condicionam a dinâmica locacional das indústrias nas diferentes escalas geográficas e contextos históricos. A sucessão de fases, nas referidas datas, não significa o rompimento abrupto e definitivo com a indústria do período anterior, mas a criação de condições gerais de produção para a fase seguinte, dialeticamente.

A análise da bibliografia, dos dados secundários sobre a indústria, a economia e a demografia local, e das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo possibilitou a delimitação de três fases de industrialização em Extrema: fase incipiente (1901 – 1972), fase de expansão industrial (1973 – 1995) e fase de diversificação industrial (1996 – 2018). A figura 3 apresenta a cronologia das fases de industrialização em Extrema, enquanto o quadro 2 sintetiza as principais características de cada fase.

Figura 3. Cronologia das fases de industrialização em Extrema (MG) – 1901/2018.



Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

Quadro 2. Características das fases de industrialização em Extrema (MG) – 1901/2018.

Características principais	Fases de industrialização		
	Incipiente	Expansão industrial	Diversificação industrial
Recorte temporal	1901 – 1972	1973 – 1995	1996 – 2018
Duração	72 anos	23 anos	23 anos
	(1º momento)		
Divisão territorial do trabalho	Gestão do território Uso agrícola	Gestão do território Local de segunda residência	Gestão do território Local de segunda residência
	(2º momento)	Uso turístico Uso industrial	Uso turístico Uso industrial Entrepasto logístico Polo microrregional
	Gestão do território Local de segunda residência Uso turístico		
Origem principal dos capitais investidos na indústria	Local ou regional	Nacional	Nacional e internacional
Tamanho dos estabelecimentos	Micro ou pequeno	Pequeno ou médio	Médio ou grande
Gêneros industriais	Tradicionais	Complexo metalmecânico	Diversos
Organização da produção	Familiar	Familiar / Fordista	Familiar / Fordista / Especialização flexível
Área de mercado	Local ou regional	Nacional	Nacional ou global
Indústrias representativas	Não há registro	Fundição Brasileira Frum	Pandurata Alimentos Multilaser
		Climp Industrial Yanes Camping Granasa Minas	CRM Alimentos HBA Hutchinson Fagor Ederlan Panasonic

Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

3.3.1. Fase incipiente (1901 – 1972)

A fase incipiente começou em 1901, com a emancipação político-administrativa de Extrema em relação à Camanducaia, e estendeu-se até 1972, ano que antecedeu as operações da Fundação Brasileira LTDA, primeira indústria de capitais exógenos no município (Figura 3 e Quadro 2).

O aspecto central da fase incipiente consiste no caráter pouco dinâmico da industrialização local, representada por micro e pequenos estabelecimentos formados por capitais locais ou regionais.

Os registros sobre as indústrias da fase incipiente são escassos, provavelmente pelas condições rudimentares de produção, pelo baixo grau de capitalização dos empresários e pelas dimensões reduzidas do mercado consumidor, características que determinavam um ciclo de vida bastante curto aos estabelecimentos. As poucas informações obtidas sobre as indústrias daquele período foram extraídas da obra de Ribeiro (2008), que descreve o surgimento de algumas fábricas ao relatar a história do município.

De modo geral, os estabelecimentos eram de pequeno porte, operavam os gêneros tradicionais da atividade industrial e possuíam organização familiar. De acordo com Ribeiro (2008), as indústrias fabricavam alimentos, bebidas, móveis, telhas e tijolos ou beneficiavam produtos agrícolas como arroz, milho e café.

Os insumos utilizados na produção (leite, frutas, madeira, carne, argila etc.) eram obtidos no campo e a área de mercado das indústrias raramente excedia a escala local. Algumas fábricas localizavam-se nas fazendas onde eram extraídas as matérias-primas (RIBEIRO, 2008), evidenciando o caráter complementar da transformação industrial em relação à agropecuária.

Nesse sentido, as indústrias que se desenvolveram durante a fase incipiente eram incapazes de dinamizar a economia e o território local ou de estimular interações espaciais mais complexas entre o município e as escalas geográficas mais amplas, ao contrário do que se verificaria nas fases posteriores.

A incipiência da industrialização em Extrema, naquela época, era condizente com a concentração do uso industrial do território nas metrópoles e com os papéis desempenhados pelas cidades pequenas na rede urbana, ou seja, como lugares centrais na transição urbano-rural (CORRÊA, 2011).

A despeito do uso industrial bastante simples do território, a dinâmica socioespacial em Extrema, durante os 72 anos da fase incipiente, foi marcada por dois momentos distintos - 1901 a 1960 e 1961 a 1972 (Figura 4) -, diferenciados de acordo com as funções exercidas pelo município na divisão territorial do trabalho.

A transposição de um momento para o outro coincidiu com um período de profundas transformações no país - internacionalização da economia, modernização do campo, expansão e diversificação do parque industrial, ampliação da malha rodoviária, integração do mercado e do território nacional, urbanização acelerada e concentrada, difusão de novos produtos e hábitos de consumo etc.-, as quais criaram as condições para a introdução de capitais externos da indústria em Extrema, na década de 1970, dando início à fase de expansão industrial.

Entre 1901 e 1960, a economia local era essencialmente agrícola (Figura 4). Na divisão territorial do trabalho, Extrema desempenhava a função de fornecedora de café para os mercados nacional e internacional. À exceção dos períodos de crise na atividade, caracterizados por quedas contínuas nas cotações internacionais do produto, o café tornou-se a principal fonte de renda para o município, interferindo diretamente nos demais setores da economia e na dinâmica do território.

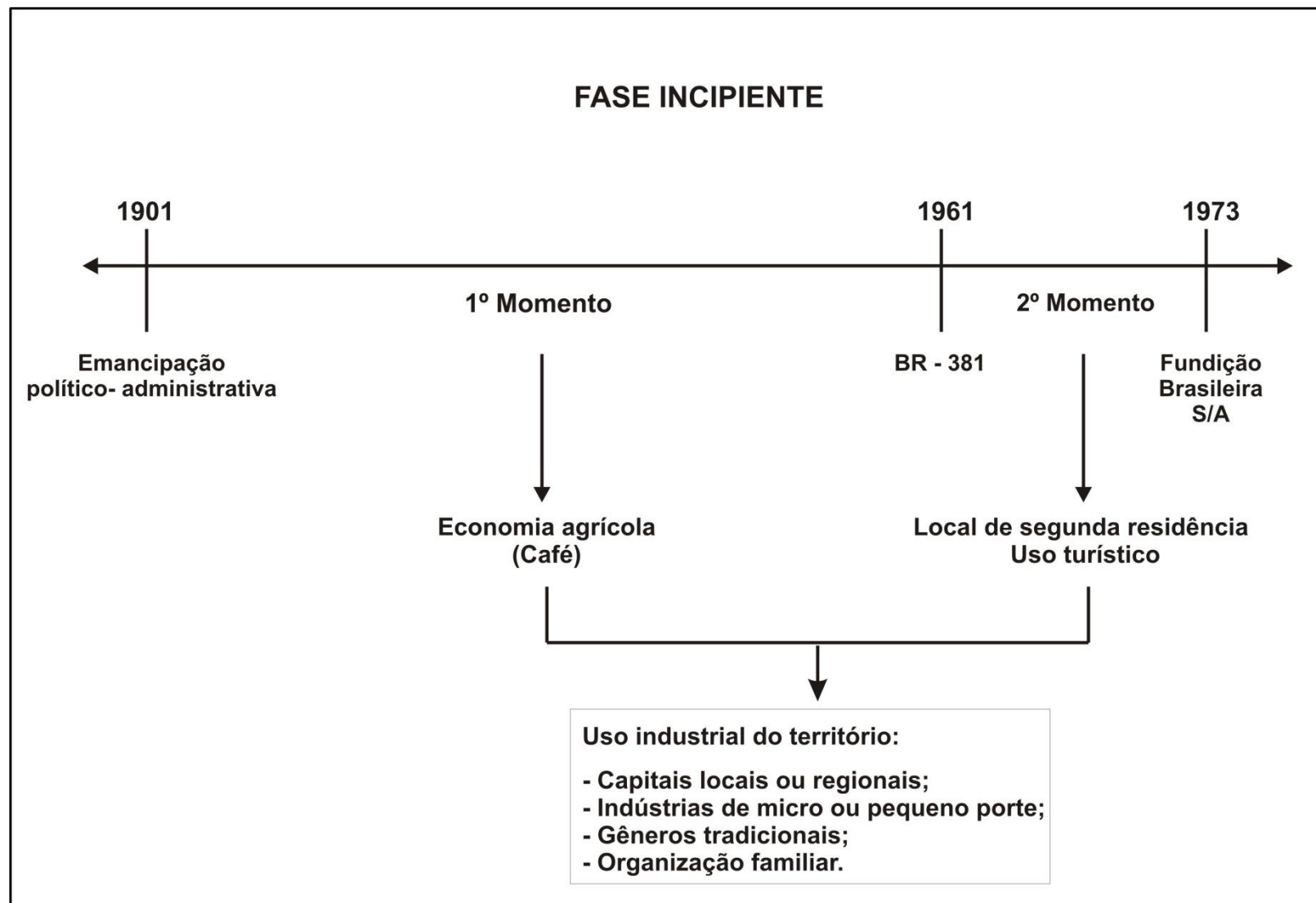
A tabela 2 apresenta o perfil econômico de Extrema entre 1920 e 1959, ou seja, nesse primeiro momento da fase incipiente. Não foram encontrados dados estatísticos para o período entre 1901 e 1920; entretanto, acredita-se que as análises a seguir se apliquem ao referido intervalo no que diz respeito ao predomínio do setor primário na formação do PIB-M e à baixa representatividade da indústria no conjunto das atividades econômicas.

Tabela 2. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1920/1959.

Setor	Ano			
	1920	1939	1949	1959
Primário	2.270,45	4.489,11	5.476,68	5.932,33
Secundário	77,14	75,84	305,34	295,65
Terciário	704,25	1.126,08	2.836,69	3.955,01
Total	3.051,84	5.691,03	8.618,71	10.182,99

Fonte: Adaptado do Ipeadata (IPEA, 2017).

Figura 4. Dinâmica socioespacial durante a fase incipiente de industrialização em Extrema (MG) – 1901/1972.



Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

De modo geral, os dados da tabela 2 evidenciam o peso das atividades agrícolas na economia local entre 1920 e 1959, as quais contribuíram com mais da metade das receitas municipais nos anos selecionados. Em 1920, o setor primário era responsável por 74,4% das divisas locais, cifras que chegaram a 78,88% em 1939; a 63,54% em 1949 e a 58,26% em 1959. Apesar da variação negativa de 21,69% de representatividade no PIB-M, entre 1920 e 1959, a importância do setor primário em Extrema era inquestionável.

O setor secundário contribuía com percentuais mínimos do PIB-M: 2,53% em 1920, 1,33% em 1939, 3,54% em 1949 e 2,9% em 1959. Dessa maneira, a indústria detinha baixíssima capacidade de dinamizar a economia e o território local, apesar da variação positiva de 14,62% de representatividade entre 1920 e 1959 (Tabela 2).

O setor terciário, por sua vez, produziu 23,07% das receitas locais em 1920, 19,79% em 1939, 32,92% em 1949 e 38,84% em 1959, com acréscimo de 68,36% de contribuição entre as atividades econômicas, entre 1920 e 1959 (Tabela 2). O principal fator que explica a importância crescente do setor terciário foi o incremento das taxas de urbanização em meados do século XX, como mostra a tabela 3.

Tabela 3. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1920/1960.

Ano	População			Crescimento demográfico (%)	Taxa de urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1920	-	-	8.919	-	-
1940	1.175	10.999	12.174	36,49	9,65
1950	1.497	11.329	12.826	5,35	11,67
1960	3.543	5.321	8.864	-30,89	39,97

Fonte: Adaptado do IBGE Cidades (IBGE, 2017).

Conforme as informações contidas na tabela 3, o número de residentes na zona rural era bastante superior ao da zona urbana entre 1940 e 1960, excedendo 60% do total de habitantes. Essa realidade comprova uma dinâmica territorial baseada essencialmente nas atividades agrícolas, as quais ocupavam a maior parte da mão de obra e representavam as principais fontes das receitas municipais.

Durante o primeiro momento da fase incipiente, a dinâmica demográfica em Extrema era influenciada por outros processos que incidiam sobre o território brasileiro. A concentração industrial e econômica engendrou movimentos migratórios no país, cujo principal destino era a RMSP. De acordo com Cano (1977), Minas

Gerais, juntamente com os estados nordestinos, originou os principais fluxos de imigrantes que chegaram a São Paulo (SP) durante o século XX.

No caso de Extrema, a proximidade geográfica da capital paulista e a dependência da economia local em relação à cafeicultura, que oscilava momentos de crise e de expansão, certamente motivaram correntes migratórias, contribuindo para o crescimento demográfico ínfimo no município entre 1920 e 1960. A população local cresceu 36,49% entre 1920 e 1940, 5,35% entre 1940 e 1950 e decaiu 30,89% entre 1950 e 1960 (Tabela 3).

Embora a queda do número de habitantes entre 1950 e 1960 também possa ser explicada pelo desmembramento do distrito de Toledo em 1953 (IBGE, 2017), o crescimento negativo de 0,62% entre 1920 e 1960 constitui indício do esvaziamento demográfico por emigração no município. Após o decurso de quatro décadas, Extrema possuía 55 habitantes a menos em 1960 do que em 1920 (Tabela 3).

Em contraposição ao crescimento populacional pouco expressivo, a urbanização intensificou-se, com uma trajetória ascendente de 242,5% entre 1950 e 1960 (Tabela 3). Esse processo era condizente com as mudanças na economia, na sociedade e no território nacional àquela época, como a inversão do centro dinâmico da economia de agrário-exportador para urbano-industrial, o consumo de bens industrializados, as políticas desenvolvimentistas do Estado etc.

Em Extrema, a profundidade das mudanças remonta principalmente às obras de implantação da BR 381, iniciadas em 1958, as quais imprimiram novas dinâmicas socioespaciais no território local, que conformariam o momento seguinte da fase incipiente de industrialização, entre 1961 e 1972 (Figura 4).

De modo geral, os dados estatísticos das tabelas 2 e 3 reforçam a premissa de que as atividades agrícolas constituíam o principal setor da economia local, empregando a maior parte dos trabalhadores e condicionando a organização e a dinâmica do território até o final dos anos 1950. Cabe, pois, analisar algumas características do espaço industrial incipiente que se desenvolveu em Extrema entre 1901 e 1960.

Muitas das pequenas indústrias que se desenvolveram em Extrema, no final do século XIX e início do século XX, estavam associadas aos conhecimentos técnicos trazidos do país de origem pelos imigrantes italianos no contexto da economia cafeeira, à semelhança do que ocorria em algumas cidades do interior

paulista. O exemplo mais emblemático é a produção de vinhos após a introdução da viticultura na zona rural (RIBEIRO, 2008).

Ao contrário das cidades do interior paulista, que manifestaram forças endógenas de industrialização no período áureo da cafeicultura, os pequenos estabelecimentos em Extrema não contribuíram para a diversificação econômica e o dinamismo urbano mais intenso no território. Apesar da proximidade geográfica de São Paulo (SP), Extrema não foi integrada ao complexo cafeeiro paulista por modal ferroviário, assumindo claramente posição desfavorável na provisão de infraestruturas mais modernas e, por conseguinte, no acesso ao mercado consumidor mais representativo daquele momento.

Além disso, as ações dos estados no sentido de promover a industrialização, principalmente em cidades pequenas, eram menos efetivas até meados do século XX.

Minas Gerais foi pioneiro nas políticas de fomento à industrialização na década de 1940, com a criação da Cidade Industrial de Contagem e a implantação de infraestruturas modernas no território estadual (OLIVEIRA, 1976). Entretanto, até a década de 1970, tais políticas preconizavam os grandes complexos industriais nas imediações de Belo Horizonte, que se expandia econômica e demograficamente, ou em áreas propícias para o desenvolvimento do complexo metalmeccânico⁷, segmento no qual o estado detinha vantagem comparativa⁸, como a Zona Metalúrgica e o Vale do Rio Doce (DULCI, 2000; PAULA, 2002).

⁷ De acordo com Rosenthal (1999), o complexo metalmeccânico ou metalomeccânico abrange as atividades industriais relacionadas à transformação de metais e abarca uma série de conhecimentos, técnicas e tecnologias empregadas na produção, no processamento e na utilização de ferro, alumínio, aço e outras ligas metálicas. Conforme Lima e Anschau (2013), a fabricação de produtos de metal, de máquinas e equipamentos; de máquinas para escritório e equipamentos de informática; de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações; de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros; e de veículos automotores e de outros equipamentos de transporte constituem os gêneros industriais da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) (IBGE, 2006b) que integram o complexo metalmeccânico.

⁸ A especialização da indústria mineira no complexo metalmeccânico é resultado de uma série de condicionantes histórico-geográficos. De acordo com Paula (2002), a origem da indústria mineira remonta ao século XIX e concentrava-se na região central da província, onde floresceu a economia aurífera no século XVIII. Essa indústria, que operava de maneira rudimentar e caracterizava-se pelo baixo nível de desenvolvimento tecnológico, era representada basicamente pelos seguintes gêneros industriais: extração mineral, siderurgia e têxtil. No início do século XIX, Dulci (2000) identificou duas tendências nas políticas desenvolvimentistas do estado para superar o atraso econômico de Minas Gerais em relação a São Paulo e ao Rio de Janeiro: a) a diversificação econômica por meio da modernização agrícola e do desenvolvimento de indústrias tradicionais, com vistas ao mercado interno; b) a especialização produtiva na siderurgia como forma de dinamizar a economia e o território, aproveitando-se das reservas minerais do estado. A partir da década de 1930, a especialização industrial em Minas Gerais foi impulsionada pela integração do mercado e do território

Ainda assim, Ribeiro (2008) ressalta as iniciativas da administração local no sentido de estimular a industrialização em Extrema, tendo em vista a diversificação econômica, a geração de emprego e renda, o aumento da arrecadação municipal e o crescimento mais autônomo, usualmente associados ao setor secundário.

Nesse sentido,

[...] se constatou o interesse de grandes empresas de instalarem sedes no município. Foi o caso da empresa paulista Lourenço Giomi Cia LTDA, que no dia 17 de abril de 1954, requereu junto à Prefeitura uma série de isenções e benefícios para poder iniciar suas atividades na cidade. A famosa fabricante dos tecidos Rayon fez pedidos como a aquisição de um terreno para a instalação de sua indústria com área de seis mil metros quadrados localizados entre as Rua Benjamin Constant, Brasil e 22 de julho, isenção de qualquer tipo de impostos e taxas pelo prazo de 15 anos, fornecimento de luz no primeiro ano de 55 kW, e de 80 kW do segundo em diante. A Câmara aprovou o pedido da doação do terreno alegando ser do “interesse do município a instalação e o funcionamento de sua primeira fábrica de tecidos, cuja repercussão virá, sobremaneira, influir no crescente desenvolvimento do progresso do município”.

O negócio acabou não vingando, mas ficou evidente que Extrema já não era vista, simplesmente, como portal de entrada de Minas. Grande parte deste interesse começou a ser despertado com o avanço das obras de pavimentação da Rodovia Fernão Dias (RIBEIRO, 2008, p. 166 – 167).

Em outro relato, Ribeiro (2008, p. 187) aponta que

depois do fracasso da instalação da fábrica de tecidos Rayon, Extrema ganhou, no ano de 1958, a primeira fábrica de tecidos de algodão chamada Tecelagem Extrema LTDA, de propriedade de Juvenal Luiz Maximiano. Desapareceu tempos depois sem deixar vestígio algum de existência, um fenômeno comum para aqueles que se atreviam a criar algum novo tipo de comércio, mas incompreensível para muitos moradores da cidade que passou a ser conhecida a partir de 1958 como a “joia da fronteira”.

As tentativas locais de fomentar a industrialização mostraram-se infrutíferas, basicamente porque Extrema não dispunha de economias de aglomeração suficientes para atrair investimentos externos naquele estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, quando o padrão de

nacional, quando se intensificou a complementaridade entre parque industrial mineiro e economia paulista (PAULA, 2002). No pós-guerra, a internacionalização da economia brasileira e o desenvolvimento da indústria automobilística aprofundaram o desenvolvimento do complexo metalmeccânico em Minas Gerais, principalmente após a implantação da unidade industrial da Fiat em Betim, em 1973 (PAULA, 2002).

localização da indústria era extremamente concentrado no país. Ademais, as condições de acessibilidade à cidade não eram favoráveis à circulação de insumos, mercadorias e pessoas, minimizando as vantagens da proximidade geográfica com São Paulo (SP).

Desse modo, as vantagens fiscais e a concessão de terrenos, isoladamente, não despertavam o interesse dos empresários por Extrema, os quais optavam pela metrópole paulistana ou pelas cidades mais dinâmicas do interior paulista.

Assim sendo, o espaço industrial em Extrema entre 1901 e 1960 era bastante simples e as pequenas indústrias operavam em condições praticamente artesanais. Em meados da década de 1950,

[...] Extrema era formada por pequenas indústrias de laticínios, fecularias (fábricas de farinha), extração e beneficiamento de madeira, beneficiamento de café e arroz, carvão vegetal, olarias e extração de pedras e areias. O movimento industrial do município em 1955 foi de Cr\$ 8.361.805,00 – e os principais produtos agrícolas eram café, batata inglesa, tomate, milho, cebola, arroz, feijão, mandioca e cana-de-açúcar (RIBEIRO, 2008, p. 184).

A tabela 4 mostra a organização do espaço industrial em Extrema em 1955, quando o primeiro momento da fase incipiente de industrialização se aproximava do fim.

Tabela 4. Organização industrial em Extrema (MG) – 1955.

Tipo de indústria	Número de estabelecimentos	Pessoal empregado
Extrativa mineral	08	29
Transformação e beneficiamento da produção agrícola	16	38
Total	24	67

Fonte: Adaptado da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959, p. 120).

Os dados da tabela 4 apontam algumas características do espaço industrial em Extrema durante a fase incipiente de industrialização, quais sejam: a) o pequeno número de estabelecimentos; b) a geração de quantidade reduzida de postos de trabalho; c) a presença de gêneros tradicionais da indústria; d) a organização tipicamente familiar, pois o número de funcionários era pouco maior do que o dobro do número de estabelecimentos na indústria de transformação e beneficiamento da

produção agrícola e do que o triplo, no caso da indústria extrativa; e) a indústria de transformação estava diretamente vinculada à agropecuária.

Nesses termos, as fontes estatísticas e a bibliografia reiteram o caráter complementar da indústria na economia bem como a capacidade reduzida dos estabelecimentos de organizar e dinamizar o território local, qualidade atribuída às atividades agrícolas (em especial, à cafeicultura) até os primórdios da década de 1960.

Entre 1961 e 1972, ou seja, no período imediatamente posterior à conclusão das obras da BR 381, as condições de acessibilidade a Extrema foram substancialmente alteradas. Por meio da rodovia, a conexão do município com os principais centros urbano-industriais do Brasil tornou-se mais ágil, rápida e barata, contribuindo para o desenvolvimento de novas dinâmicas socioespaciais baseadas em atividades não agrícolas (Figura 4) e para a ampliação das interações espaciais com a capital e o interior paulista.

De acordo com Fonseca (2009, p. 14),

a partir da inauguração da rodovia os investimentos passaram a priorizar as áreas de sua influência, num processo que se assemelhava com o que ocorreu quando da instalação do sistema ferroviário no país, em que muitas fábricas e núcleos populacionais surgiram nas proximidades das estradas de ferro. O contexto histórico em que se deu a inauguração da Fernão Dias foi caracterizado por um período em que se investia maciçamente no setor industrial, de transportes e automotivo.

A dinâmica socioespacial em Extrema, entre 1961 e 1972, caracterizou-se por dois aspectos fundamentais:

- a) a queda expressiva do setor primário na composição do PIB-M, evidenciando o declínio da agropecuária enquanto principal atividade econômica do município;
- b) a diversificação da estrutura econômica local com aumento de participação do setor secundário e, principalmente, do setor terciário na geração das receitas municipais e na organização do território.

A tabela 5 demonstra a participação dos setores econômicos na composição do PIB-M em 1970, durante o segundo momento da fase incipiente de industrialização em Extrema.

Tabela 5. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1970.

Setor	Ano
	1970
Primário	3.966,26
Secundário	1.012,94
Terciário	6.669, 76
Total	11.648,96

Fonte: Adaptado do Ipeadata (IPEA, 2017).

A comparação dos dados das tabelas 2 e 5 permite identificar as principais tendências da economia de Extrema na passagem do primeiro para o segundo momento da fase incipiente: perda substancial de contribuição do setor primário na geração de divisas e diversificação da estrutura produtiva do município.

Como descrito anteriormente, o decréscimo da participação das atividades agrícolas na formação do PIB-M aparecia como orientação geral desde a década de 1950 (Tabela 2). Em 1970, o setor primário foi definitivamente superado pelo conjunto dos demais setores da economia na geração das receitas locais, com 34,04% de representatividade contra 8,69% da indústria e 57,27% do comércio e serviços (Tabela 5). No intervalo entre 1959 e 1970, que marcou a transposição do primeiro para o segundo momento da fase incipiente, a contribuição do setor primário decaiu 41,57% (Tabelas 2 e 5).

As atividades agrícolas jamais se equiparariam aos outros setores econômicos na formação do PIB-M, passando a contribuir com os menores volumes das riquezas concebidas no município. Por conseguinte, a dinâmica econômica e a organização do território, baseadas nas atividades agrícolas, foram gradativamente superadas no decurso de um momento para o outro da fase incipiente. Existem duas hipóteses plausíveis para esse fato.

Em primeiro lugar, a economia cafeeira a partir da qual se estruturava a economia do município entrou em crise a partir de 1960 devido às recorrentes desvalorizações do produto no mercado internacional. Segundo dados do IBGE (1959), o café ocupava a terceira posição na geração de divisas entre as plantações, atrás de produtos como a batata inglesa e o milho, em 1955. Simultaneamente, a pecuária bovina despontava como principal atividade agrícola do município, característica que persiste nos dias atuais.

De acordo com Azevedo (2008, p. 61),

até 1955, a divisão do uso da terra entre as culturas no município de Extrema obedecia ao esquema tradicional das áreas cafeeiras. O café, como cultura de base econômica, ocupando as maiores extensões, seguido pelo milho para os animais e arroz e feijão para os trabalhadores.

Na década de 1970, os dados já mostram o resultado do processo de decadência da cultura cafeeira e o reforço da cultura de milho numa área cuja vocação criatória se define. O feijão amplia sua posição e percebe-se o início de uma pequena diversificação de culturas.

Em segundo lugar, outras atividades econômicas (mercado imobiliário, turismo, comércio, serviços e indústria) aumentaram sua participação na economia, influenciando a organização e a dinâmica do território e contribuindo para a redução de representatividade do setor primário na geração de riquezas locais.

Durante a década de 1960 e meados da década de 1970, o setor terciário ascendeu à condição de principal tributário das receitas municipais, com 57,27% de participação em 1970 (Tabela 5). Em relação a 1959, as atividades comerciais e de serviços expandiram em 47,45% sua participação no PIB-M em 1970 (Tabelas 2 e 5), sinalizando a importância crescente do terciário na economia e na organização do território.

O aumento de importância do terciário entre 1961 e 1972 em Extrema resultou basicamente:

- a) do ingresso de agentes sociais externos ao município, notadamente paulistas, que se mudaram ou fixaram casas de segunda residência na zona rural (sítios e chácaras), dirigindo-se a Extrema nos finais de semana, férias e feriados;
- b) dos investimentos do Poder Público na estruturação da atividade turística (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2016), com a finalidade de diversificar a economia local (RIBEIRO, 2008);

A população flutuante, relacionada aos sítios e chácaras e ao turismo, estimulou a ampliação e a diversificação dos estabelecimentos comerciais e de serviços no espaço urbano e, conseqüentemente, o aumento de contribuição do setor terciário na economia.

Por sua vez, a indústria manteve a última colocação na geração de riquezas em termos absolutos, com 8,69% de representatividade no PIB-M em 1970 (Tabela

5). Entretanto, em termos relativos, o setor secundário teve o acréscimo expressivo de 199,65% de participação em relação a 1959 (Tabelas 2 e 5).

Do ponto de vista do uso industrial do território, o período entre 1961 e 1972 apresentou caráter transitório, porque a indústria aumentou sua participação na geração das riquezas, principalmente para atender ao mercado consumidor mais exigente, de procedência externa ao município, mas manteve traços de continuidade com os estabelecimentos formados entre 1901 e 1960, como o pequeno porte das unidades produtivas, os gêneros tradicionais, a organização familiar, os capitais endógenos, a área de mercado de extensão local ou regional etc.

A tabela 6 apresenta as características do espaço industrial de Extrema em 1970.

Tabela 6. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 1970.

Gênero industrial	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	
		Operários	Total
Produtos de minerais não metálicos	25	49	61
Metalurgia	1	X	X
Produtos alimentares	4	X	X
Total	30	55	70

Fonte: Adaptado do Censo Industrial (IBGE, 1970, p. 58).

As informações sobre pessoal ocupado por gênero industrial estão incompletas na fonte dos dados da tabela 6, motivo pelo qual as análises a seguir fazem alusão principalmente aos indicadores “número de estabelecimentos por gênero industrial” e “total de pessoas ocupadas pelo setor secundário”.

De modo geral, os dados referentes a 1970 também revelam o desenvolvimento incipiente do espaço industrial do município. Entre 1961 e 1972, ainda se observa a quantidade reduzida de estabelecimentos e a pequena variedade de gêneros industriais, com predomínio das indústrias de produtos alimentares e de transformação de produtos de minerais não metálicos.

Na década de 1960, Ribeiro (2008) relata a presença de alguns estabelecimentos em Extrema, como a Companhia Melhoramentos Indústria de Papel S/A, o Laticínios Auro, a fábrica de biscoitos de Mário Rosa, uma cerâmica e dezenas de olarias próximas à Serra do Lopo, onde as propriedades físico-químicas do solo eram propícias para a fabricação de tijolos. O grande número de olarias

justifica o peso do gênero transformação de produtos de minerais não metálicos no número de estabelecimentos e na absorção da mão de obra pela indústria, como aponta a tabela 6.

Além disso, há registros de casos frustrados de implantação de indústrias de capitais exógenos no município, como a Alfrema, fábrica de sabão e perfumes, em 1968; a Vision, fábrica de lentes para óculos, que preferiu instalar sua unidade em Brasópolis (MG), onde conseguiu incentivos mais rentáveis; a Knorr e a Maizena, que optaram por Pouso Alegre (MG), cidade maior e mais dinâmica da microrregião a que pertence Extrema (RIBEIRO, 2008).

Nesse sentido, as características dos estabelecimentos mantiveram o caráter complementar da indústria na economia em Extrema, entre 1961 e 1972. Apesar de sua expansão relativa na composição do PIB-M, o setor secundário ainda detinha pouca capacidade de dinamizar e organizar o território local, papel então desempenhado pelo mercado imobiliário e pelo turismo, amplamente aquecidos pelas facilidades de acesso ao município por meio da Rodovia Fernão Dias.

Entre 1959 e 1970, o PIB-M aumentou 14,4% (tabelas 2 e 5), cifras bastante aquém daquelas que seriam observadas a partir da próxima fase de industrialização, sob os efeitos da implantação de estabelecimentos de capitais exógenos no município.

Além disso, o turismo e o mercado imobiliário não incitaram uma dinâmica urbana mais expressiva em Extrema pela dimensão eminentemente rural que tais atividades assumiram àquela época. A tabela 7 mostra a população urbana e rural em Extrema, em 1970.

Tabela 7. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1970.

Ano	População			Crescimento demográfico (%)	Taxa de urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1970	2.427	6.483	8.910	0,52 ¹	27,23

Fonte: Adaptado do IBGE Cidades (IBGE, 2017).

¹ Crescimento demográfico em relação a 1960, cujos valores absolutos constam da tabela 3.

Como descrito anteriormente, a diversificação da estrutura econômica em Extrema iniciou-se na década de 1960, quando os efeitos da implantação da BR 381 repercutiram sobre a organização e a dinâmica do território local. Entre 1961 e 1972, algumas características do primeiro momento da fase incipiente ainda eram

perceptíveis no município, como o esvaziamento demográfico, a crise da cafeicultura, a estagnação econômica e o predomínio da população rural sobre a urbana.

Entre 1960 e 1970 houve um declínio de 31,87% na taxa de urbanização, contrariando a orientação geral de crescimento da população urbana em relação à rural, observada no país. Esse fato não decorreu de um maior dinamismo da economia agrícola, mas do parcelamento de terras na zona rural (chacreamento) que atraiu pessoas de fora, as quais fixaram residência no município. Trata-se de um período marcado pela implantação de bairros rurais, com características semiurbanas (maior densidade demográfica do que nas áreas ocupadas por plantações e pastagens, disponibilidade de infraestrutura urbana, contiguidade ao espaço urbano etc.) (OLIVEIRA, 2010), maximizando a representatividade da população rural sobre a urbana e invertendo a lógica de aumento das taxas de urbanização.

Desse modo, as atividades terciárias que condicionavam a dinâmica territorial do município (mercado imobiliário e turismo), ao mesmo tempo em que ampliavam o mercado urbano e estimulavam o desenvolvimento de algumas indústrias (olarias, alimentícias, móveis etc.), redimensionaram a importância do campo para a economia e a sociedade local naquele período.

Esse movimento, motivado e determinado por demandas externas, reforçou as mudanças na estrutura fundiária e no deslocamento da população (êxodo rural e migrações), conjugando dinâmicas socioespaciais aparentemente contraditórias - esvaziamento demográfico, decréscimo da taxa de urbanização (em relação a 1959) e expansão dos setores terciário e secundário.

Em síntese, durante a longa fase incipiente de industrialização, Extrema não dispunha das condições gerais de produção – desenvolvimento urbano, densidade e diversidade de mercado consumidor, situação logística favorável, excedente de capitais etc. – que promovessem um desenvolvimento industrial mais pujante no território local. Em comum com outras cidades pequenas espalhadas pelo país, a dinâmica socioespacial em Extrema estava condicionada basicamente pelas atividades desenvolvidas no campo. Entretanto, no período subsequente à conclusão das obras da BR 381, as melhores condições de acessibilidade e a acentuação dos vínculos espaciais com São Paulo, bem como a definição de

Extrema como cidade-polo nas políticas industriais do Governo de Minas Gerais, conformariam as condições gerais de produção para o ingresso de capitais nacionais da indústria no município, na década de 1970.

3.3.2. Fase de expansão industrial (1973 – 1995)

A fase de expansão industrial teve início em 1973, com as operações da Fundação Brasileira LTDA, e perdurou até 1995, ano que precedeu a fundação da American National Can, primeiro estabelecimento multinacional em Extrema (Figura 3 e Quadro 2).

A segunda fase de industrialização inaugurou os investimentos exógenos da indústria no município, rompendo com a procedência endógena dos capitais que dinamizavam o incipiente espaço industrial formado na fase anterior.

A origem principal dos recursos investidos na indústria durante a fase de expansão industrial era nacional, mais precisamente paulista, revelando a incorporação progressiva do município ao processo de desconcentração espacial da indústria no Brasil, a partir da RMSP.

Em sua maioria, os capitais externos formaram pequenos e médios estabelecimentos estruturados em regime fordista e que tinham no mercado brasileiro o principal destino da produção.

A fase de expansão industrial caracterizou-se por uma mudança quantitativa e qualitativa em relação à fase incipiente. Quantitativa, devido à ampliação do parque industrial do município, com aumento substancial das unidades fabris no território. Qualitativa, em decorrência do maior porte e da tendência de especialização produtiva nos gêneros industriais que integram o complexo metalmecânico, como a metalurgia, a fabricação de produtos em metal ou de peças e equipamentos de transporte.

Além disso, o aporte de capitais externos na economia local imprimiu novas dinâmicas socioespaciais em Extrema durante a segunda fase de industrialização, entre as quais se destacaram:

- a) a consolidação do declínio das atividades primárias na composição do PIB-M, as quais perderam a capacidade de organizar e dinamizar o território local;

- b) a expansão e a diversificação da economia local, com aumento considerável do PIB-M;
- c) a emergência do setor secundário à condição de principal tributário das receitas municipais;
- d) o maior volume das interações espaciais do município com a capital e o interior paulista em função dos investimentos externos na indústria, da continuidade do parcelamento de imóveis rurais e da atividade turística.

A tabela 8 descreve a composição do PIB-M durante a fase de expansão industrial em Extrema:

Tabela 8. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1975/1985.

Setor	Ano		
	1975	1980	1985
Primário	5.946,42	8.776,48	6.664,70
Secundário	8.639,41	43.142,64	79.906,31
Terciário	12.952,15	23.733,67	34.128,77
Total	27.537,98	75.652,79	120.699,78

Fonte: Adaptado do Ipeadata (IPEA, 2017).

Os dados da tabela 8 reafirmam a tendência de decréscimo das atividades primárias na composição do PIB-M. O setor contribuiu com 21,59%, 11,6% e 5,52% das receitas em 1975, 1980 e 1985, respectivamente. No intervalo entre 1975 e 1985, ou seja, no decorrer da fase de expansão industrial, a geração de divisas pelo setor primário declinou 74,43%. Comparando-se os dados referentes a 1985 e 1970, no final da fase incipiente, a participação do setor primário no PIB-M regrediu 83,78% (Tabelas 5 e 8).

Como descrito anteriormente, a perda de importância das atividades agrícolas na dinâmica do território local estava associada às transformações econômicas e na estrutura fundiária, na transposição do primeiro para o segundo momento da fase incipiente, quando o mercado imobiliário (chacreamento) e o turismo substituíram a cafeicultura enquanto principais atividades econômicas em Extrema.

Durante a segunda fase de industrialização, a queda de participação das atividades agrícolas no PIB-M consolidou-se com a implantação de indústrias paulistas, as quais tornaram mais complexa a dinâmica socioespacial e mais amplas as interações espaciais em Extrema.

O setor secundário produziu 31,38%, 57,03% e 66,2% das receitas locais em 1975, 1980 e 1985, respectivamente (Tabela 8). Entre 1970 e 1975, ou seja, na passagem da primeira para a segunda fase de industrialização, o setor expandiu em 261,1% sua participação no PIB-M (Tabelas 5 e 8) devido aos efeitos da instalação das primeiras indústrias paulistas - Fundação Brasileira LTDA, em 1973, e Indústria Metalúrgica Frum LTDA, em 1974 - sobre a dinâmica econômica do município.

Em 1975, de forma inédita, a indústria ultrapassou as atividades agrícolas na formação do PIB-M, com 31,38% de contribuição contra 21,59% (Tabela 8). Todavia, naquele ano, o setor terciário manteve-se como principal tributário das receitas locais, com 47,03% de representatividade no PIB-M, haja vista o período relativamente curto das operações da Fundação Brasileira LTDA e da Indústria Metalúrgica Frum LTDA para promover efeitos mais profundos nos indicadores econômicos daquele momento.

A trajetória ascendente da indústria na geração das receitas locais acentuou-se com a instalação de outras indústrias de capitais exógenos, entre 1975 e 1980, como a Climp Industrial de Parafusos S/A, em 1975, e a Yanes Camping LTDA, em 1978 (SEF-MG, 2018). Nesse intervalo, a participação da indústria no PIB-M aumentou 81,74% (Tabela 8). Em 1980, o setor secundário ascendeu à condição de principal contribuinte das divisas em Extrema, com 57,03% de participação, contra 31,37% do setor terciário e 11,6% do setor primário (Tabela 8).

O crescimento da indústria desacelerou entre 1980 e 1985 em relação ao quinquênio anterior, momento em que a economia brasileira enfrentava um quadro geral de crise, porém manteve a variação positiva de 16,08%. Em 1985, o setor secundário manteve-se como maior gerador das riquezas locais: 66,2%, contra 28,28% do setor terciário e 5,52% do setor primário (Tabela 8).

Os dados de 1985 revelam que a indústria teve um crescimento de 110,96% de participação no PIB-M em relação a 1975, no início da mesma fase (Tabela 8). Em relação a 1970, no final do segundo momento da fase incipiente, o acréscimo de participação da indústria no PIB-M alcançou a cifra de 661,79% em 1985 (Tabelas 5 e 8). Se comparado a 1959, término do primeiro momento da fase incipiente, a expansão da indústria em 1985 foi de extraordinários 2.182,75% (Tabelas 2 e 8).

A base de dados da tabela 8 não disponibiliza informações relativas ao PIB-M de Extrema no intervalo entre 1986 e 1995, ou seja, nos anos finais da fase de

expansão industrial. No entanto, outras fontes de pesquisa ratificam a importância do setor secundário para a economia local naquele decênio. No documento intitulado “Duplicação da Rodovia Fernão Dias: região e municípios – estudos básicos para orientar planos diretores dos municípios situados na área de impacto da duplicação da Rodovia Fernão Dias / Extrema”, publicado pela FJP (1996, p. 18), consta que:

o setor secundário mostra-se como o de maior importância relativa no município de Extrema, apresentando uma boa participação na economia municipal, seja em termos da população ocupada, seja em termos do valor total da produção.

Não restam dúvidas, pois, de que a indústria se tornou a principal atividade econômica de Extrema durante a fase de expansão industrial, com impactos diretos na composição do PIB-M, na absorção da PEA e na dinâmica socioespacial do município.

Em relação à fase incipiente, a inserção de capitais externos da indústria no território local ampliou as funções desempenhadas por Extrema na divisão territorial do trabalho: além da produção agrícola, das casas de segunda residência e do turismo, o município tornou-se *locus* da produção para pequenas e médias indústrias de capitais paulistas, as quais intensificaram e diversificaram os vínculos espaciais entre o município e São Paulo.

No que tange ao setor terciário, observa-se a tendência declinante do comércio e dos serviços na composição do PIB-M, devido ao desenvolvimento mais expressivo do setor secundário durante a fase de expansão industrial. O setor terciário gerou 47,03% das receitas locais em 1975, 31,37% em 1980 e 28,28% em 1985 (Tabela 8).

O setor terciário reduziu sua participação em 39,87% no PIB-M, entre 1975 e 1985, durante a fase de expansão industrial; e 50,62% entre 1970 e 1985, comparando-se a fase de expansão industrial com o final da fase incipiente (Tabelas 5 e 8).

Apesar da tendência declinante na composição do PIB-M, o setor terciário ampliou-se e diversificou-se em termos absolutos, a cifras de 83,24% entre 1975 e 1980, 43,8% entre 1980 e 1985 e 163,5% entre 1975 e 1985, como consequência do

desenvolvimento da indústria, da atividade turística e do aquecimento da economia urbana (Tabela 8).

Outra importante característica da fase de expansão industrial diz respeito à expansão da capacidade econômica do município, com o aumento considerável e contínuo do PIB-M sob a influência da industrialização. O PIB-M cresceu 174,72% entre 1975 e 1980 e 59,54% entre 1980 e 1985. Durante a fase de expansão industrial (1975 – 1985), o total acumulado de crescimento do PIB-M variou 338,3% (Tabela 8). Em relação ao último momento da fase incipiente, em 1970, o crescimento do PIB-M foi de 936,14%, em 1985 (Tabelas 5 e 8).

As mudanças de ordem econômica, impulsionadas pela expansão industrial em Extrema, repercutiram na organização e na dinâmica do território local, como demonstra a tabela 9.

Tabela 9. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1980/1991.

Ano	População			Crescimento demográfico (%)	Taxa de urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1980	5.843	4.938	10.781	21,00 ¹	54,19
1991	9.088	5.226	14.314	32,77	63,49

Fonte: Adaptado do IBGE Cidades (IBGE, 2017).

¹ Crescimento demográfico em relação a 1970, cujos valores absolutos constam da tabela 7.

Entre 1970 e 1980, observa-se o crescimento demográfico e das taxas de urbanização na ordem de 21% e 99,01%, respectivamente (Tabelas 7 e 9), revelando os impactos das operações das indústrias de capitais exógenos e da economia urbana sobre a dinâmica demográfica do município.

Durante a década de 1970, ocorreu a inversão entre a população rural e urbana, sinalizando um dinamismo econômico mais autônomo da cidade em relação às atividades desenvolvidas no campo. Todavia, até a década de 1980, parcela expressiva da população, quase a metade, ainda residia na zona rural (Tabela 9).

Entre 1980 e 1991, as taxas de urbanização aumentaram 17,16% (Tabela 9), como resultado do êxodo rural motivado, principalmente, pela procura de imóveis no campo (chacreamento) e pelas oportunidades de empregos nas indústrias instaladas na cidade.

As taxas de crescimento populacional amplificaram-se em 56,05% entre 1980 e 1991, revertendo definitivamente o processo de esvaziamento demográfico

observado durante a fase incipiente e instaurando uma dinâmica econômica e urbana mais intensa no município (Tabela 9).

Em suma, os dados estatísticos revelam que tanto a economia quanto a indústria em Extrema se expandiram e diversificaram na passagem da primeira para a segunda fase de industrialização, paralelamente à perda expressiva de importância das atividades agrícolas na estruturação e na dinâmica do território local, modificando, inclusive, os padrões de localização da população e de geração das riquezas locais. Cabe, pois, discutir em maiores detalhes as características do processo de industrialização entre 1973 e 1995.

De modo geral, o crescimento industrial em Extrema durante a segunda fase de industrialização foi impulsionado pelo ingresso de capitais externos na economia local. Em sua maioria, tais recursos eram de origem paulista e foram direcionados ao município no contexto da desconcentração espacial da indústria brasileira, que se manifesta desde a década de 1960 (ROCHENZEL, 1983; MOREIRA, 2004; CANO, 2008; SELINGARDI-SAMPAIO, 2009).

As facilidades logísticas por meio da BR 381, criada nos anos finais da fase incipiente, direcionaram a dispersão dos estabelecimentos industriais, que migraram da RMSP para o território mineiro e tornaram-se fator determinante para o crescimento industrial de algumas cidades do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, como Extrema.

Nesse sentido, a presença da rodovia representou condição geral de produção para os investimentos industriais de origem exógena no município, haja vista a agilidade e os menores custos nas transações econômicas entre as indústrias instaladas em Extrema e as áreas mais dinâmicas do país, como a RMSP, distante apenas 100 km.

Além disso, o Governo de Minas Gerais passou a intervir de forma mais incisiva na promoção da indústria no estado. Em 1968, foi publicado o “Diagnóstico da economia mineira”, o qual elencava as potencialidades e os entraves para o desenvolvimento econômico nas diferentes regiões administrativas do estado.

As análises contidas naquele documento orientaram as ações do BDMG, do Indi e da CDI-MG, agências criadas na mesma época para estimular o desenvolvimento econômico no estado (BARBOSA, 1979).

A elaboração de estudos técnicos sobre a estrutura e a capacidade econômica de frações do território, bem como a implantação de órgãos específicos para fomentar a industrialização estavam relacionadas às políticas de substituição das importações, então adotadas no país. Como parte do ideário desenvolvimentista, as diferentes esferas político-administrativas do Estado intervinham diretamente na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial, por meio da elaboração de estudos de viabilidade dos empreendimentos, da implantação de obras de infraestrutura, das desonerações fiscais e das facilidades de financiamento às empresas.

Por força de sua posição geográfica estratégica, entre os três principais centros urbano-industriais do país, a mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais despontou como área propícia para captação de investimentos externos, conjugando esforços da administração estadual e dos municípios da região para atrair eventuais investidores.

De acordo com Diniz (1978, p. 181),

a região Sul de Minas, por sua posição intermediária entre a região central do estado — onde se localiza grande proporção do parque industrial mineiro, especialmente a indústria básica — e São Paulo, transformou-se em região estratégica para a localização industrial. A existência de cidades de porte médio, boa infraestrutura e alguns recursos naturais contribuíram primeiro para que esta localização se fizesse de forma relativamente desconcentrada.

Talvez uma demonstração de que os incentivos fiscais cumpriram grande força locacional foi a transformação da cidade de Extrema, até então sem nenhuma representatividade econômica e sem nenhuma indústria⁹, em uma cidade industrial, dada sua proximidade a São Paulo e a possibilidade de gozo dos incentivos fiscais mineiros. Foram implantados naquela cidade seis projetos industriais, gerando mais de 1.000 empregos. Como consequência, a região Sul de Minas é hoje uma área potencial para novas localizações.

A partir da década de 1970, o Indi tornou-se importante interlocutor entre a Prefeitura Municipal de Extrema e os empresários, divulgando as vantagens da localização industrial na cidade e mediando as negociações relativas à doação de terrenos, à implantação de infraestruturas básicas e aos incentivos fiscais e

⁹ Em sua análise, Diniz (1978) desconsidera as micro e pequenas fábricas com implantação anterior à década de 1970, ou seja, durante a fase incipiente de industrialização, provavelmente em função do ciclo de vida bastante reduzido dos estabelecimentos e da pouca relevância das pequenas e poucas indústrias na composição do PIB-M e na ocupação da PEA local.

creditícios concedidos pelos governos local e estadual às indústrias. Nesse sentido, as ações do Indi revelaram o ingresso de um importante agente social na organização e na dinâmica do espaço industrial de Extrema durante a fase de expansão industrial: o Governo de Minas Gerais.

Em 1975, por meio de parceria firmada entre a CDI-MG e a Prefeitura Municipal de Extrema, foi criado o primeiro distrito industrial em Extrema, às margens da BR 381, no Bairro do Rodeio (MAGALHÃES, 2003). A construção desse espaço objetivou atrair investimentos externos da indústria ao município, oferecendo aos empresários terrenos devidamente preparados, com as infraestruturas básicas e com boas condições logísticas para a viabilidade dos empreendimentos.

Havia, portanto, uma conjuntura histórico-geográfica favorável ao crescimento industrial e econômico em Extrema, com a expansão do parque industrial estimulada pelo ingresso de capitais nacionais da indústria no município, no contexto da desconcentração industrial no Brasil.

As tabelas 10 e 11 evidenciam a evolução do espaço industrial de Extrema quanto ao número de estabelecimentos e ao pessoal ocupado por gênero industrial, durante a segunda fase de industrialização.

Tabela 10. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 1975.

Gênero industrial	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	
		Operários	Total
Transformação de produtos de minerais não metálicos	39	5	85
Metalurgia	2	X	X
Material de transporte	1	X	X
Produtos alimentares	7	15	27
Bebidas	1	X	X
Total	50	193	308

Fonte: Adaptado do Censo Industrial (IBGE, 1975, p. 64).

Tabela 11. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 1980.

Gênero industrial	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	
		Operários	Total
Extração de minerais	2	X	X
Transformação de produtos de minerais não metálicos	61	146	278
Metalurgia	6	617	662
Material de transporte	2	X	X
Madeira	2	X	X
Mobiliário	2	X	X
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	5	116	123
Produtos alimentares	12	21	45
Bebidas	5	6	18
Editorial e gráfica	1	X	X
Total	98	994	1231

Fonte: Adaptado do Censo Industrial (IBGE, 1980, p. 170).

Em meados de 1970, implantaram-se em Extrema duas fundições mantidas por capitais nacionais, como reflexo do processo de dispersão espacial das indústrias, da influência do governo estadual, das políticas de incentivos, das facilidades logísticas e da posição geográfica privilegiada do município no território nacional.

Em 1975, havia 50 estabelecimentos industriais em Extrema, um acréscimo de 66,67% em apenas cinco anos, que também passou a contar com os gêneros de transportes e de bebidas (Tabelas 6 e 10). Além disso, houve uma expansão na ordem de 340,00% na quantidade de pessoas empregadas pelo setor secundário em relação a 1970, no final da fase incipiente (Tabelas 6 e 10).

A instalação da indústria paulistana Fundação Brasileira LTDA, em 1973, foi o primeiro investimento exógeno de maior porte no município, marcando o início de uma série de implantações de indústrias nacionais em Extrema. Equivocadamente, as bibliografias sobre a história do município estabeleceram essa data como os primórdios da industrialização local, desconsiderando todos os pequenos empreendimentos anteriores de iniciativa endógena.

De acordo com Ribeiro (2008), a Fundação Brasileira LTDA transferiu a unidade produtiva fundada em 1951 na capital paulista para Extrema, por força da desapropriação do imóvel para as obras do metrô. O empresário Nicolau Cesarino desejava um local adequado à produção, em um raio de 100 km de São Paulo, seu principal mercado consumidor. Nas negociações com a Prefeitura Municipal de

Extrema, a empresa foi beneficiada com a doação do terreno junto à BR 381 e com incentivos fiscais.

Entre 1975 e 1980, o espaço industrial expandiu-se e diversificou-se ainda mais, e o setor secundário tornou-se o principal tributário das receitas municipais (Tabelas 8 e 11). A quantidade de estabelecimentos cresceu 96%, enquanto o número de postos de trabalho variou positivamente em 299,67%. Os gêneros extração de minerais, madeira, mobiliário, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e editorial e gráfica foram introduzidos em Extrema, tornando mais extenso e complexo o seu parque industrial (Tabelas 10 e 11).

Apesar do gênero transformação de produtos de minerais não metálicos abranger a maior parte do número de estabelecimentos, 62,24% do total, observa-se a expressiva concentração técnica da produção na metalurgia, que disponibilizou 53,78% dos postos de trabalho em Extrema, em 1980 (Tabela 11).

As razões para o expressivo desenvolvimento da metalurgia em Extrema estão relacionadas à implantação de indústrias de capitais exógenos, como a Fundação Brasileira LTDA, a Indústria Metalúrgica Frum LTDA, a Yanes Camping LTDA e a Climp Industrial de Parafusos S/A.

As indústrias de capitais externos diferenciavam-se daquelas de capitais endógenos pelo maior porte, grau de capitalização, complexidade tecnológica e área de mercado, razão pela qual imprimiram a tendência de especialização metalmecânica ao parque industrial de Extrema durante a segunda fase de industrialização.

De acordo com FJP (1988, p. 84);

[...], Extrema, na microrregião de Pouso Alegre, tem sua produção industrial praticamente restrita à metalurgia, que representa 81,01% do valor da transformação industrial, 53,78% do pessoal ocupado e 85,04% dos salários. A indústria de vestuário e calçados tem algum relevo na ocupação da mão de obra local (9,99%). De qualquer forma, nenhum destes dois gêneros tem maior significado no âmbito do estado.

Ainda que as principais indústrias metalmecânicas, como a Fundação Brasileira LTDA, a Indústria Metalúrgica Frum LTDA, a Climp Industrial de Parafusos S/A e a Yanes Camping LTDA, tenham sido instaladas na década de 1970, a tendência de especialização do parque industrial fortaleceu-se durante a década de

1980 e nos anos iniciais da década de 1990, quando foram implantadas outras indústrias do setor, como a Granasa Minas Indústria e Comércio LTDA, em 1988, e a Nasha Indústria e Comércio LTDA, em 1990 (SEF-MG, 2018).

Conforme a FJP (1996, p. 26),

o avanço do setor secundário em Extrema deu-se a partir de meados da década de setenta com a instalação da Fundação Brasileira. Desde então, o município tem se especializado nos gêneros da metalurgia e de materiais de transportes, num processo que tem sido favorecido pela mineirização da Fiat, pelas vantagens tributárias oferecidas pelo município fronteiriço de Extrema e pelo próprio processo de descentralização de São Paulo iniciado na década de 1980.

De modo geral, a tendência de especialização industrial nos gêneros industriais que integram o complexo metalmecânico em Extrema, durante a segunda fase de industrialização, remonta:

- a) em um quadro mais amplo, à especialização industrial de Minas Gerais na transformação de metais e na produção de bens intermediários, historicamente construída ao longo do século XX;
- b) à posição geográfica estratégica do município em relação às montadoras de automóveis em território paulista e em Betim, as quais constituíam o principal destino da produção das indústrias de materiais de transporte e das fundições que foram implantadas em Extrema.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 287 – 288), funcionavam em Extrema, em 1983, as empresas:

[...] Yanes Camping, Climp Industrial de Parafusos, Indústria e Metalúrgica Frum, Fundação Brasileira, Vip Confecções, Extrema Flex LTDA, Mistral Indústria de Cigarros, Premig Petróleo Minas, Biscoitos Fronteira e Mak Confecções. Para quem sofreu e esperou durante décadas pela abertura de indústrias para a geração de empregos, a cidade começava sua arrancada rumo ao progresso industrial, mas nada ainda que permitisse à administração municipal sonhar com grandes verbas de investimentos.

Em 1995, a FJP (1996, p. 45 – 46) listou os seguintes empreendimentos industriais em Extrema: Petróleo de Minas Gerais LTDA (fábrica de lubrificantes), São Marco S/A (indústria química), Fundação Jaguari LTDA (metalurgia), Maroré Indústria e Comércio LTDA (artefatos de borracha), Extrema Flex LTDA (calçados),

Agroindustrial Tábata LTDA (adubos e fertilizantes), Yanes Camping LTDA (extintores de incêndio), Climp Industrial de Parafusos S/A (metalurgia), Fundação Brasileira LTDA (metalurgia), Micro Circuitos ASA LTDA (artigos eletrônicos), Granasa Minas Indústria e Comércio LTDA (metalurgia), Indústria Metalúrgica Frum LTDA (autopeças) Datatronix Componentes Eletrônicos MG LTDA (eletroeletrônicos), Equitran Equipamentos para transportes, Extela Indústria e Comércio LTDA (telas), Fábrica de Farinhas Santa Rita (alimentos), Indústria e Comércio de Biscoitos Fronteira LTDA (alimentos), Ibertex Indústria e Comércio de Borrachas (artefatos de borracha), Limetais Ligas e Metais LTDA (metalurgia) e Indústria Metalúrgica Benair LTDA (metalurgia).

Em síntese, o ingresso de capitais paulistas em Extrema expandiu e diversificou sobremaneira o incipiente parque industrial formado na fase anterior. O crescimento industrial impulsionado pela introdução de capitais e agentes externos no município engendrou novas dinâmicas socioespaciais - geração de emprego e renda, crescimento demográfico, urbanização, maior volume das interações espaciais com São Paulo -, as quais modificaram a organização e a dinâmica do território local.

No entanto, Extrema ainda não constituía destino preferencial para o grande capital da indústria durante a segunda fase de industrialização, como ocorreria a partir de meados da década de 1990. Pouso Alegre, na condição de cidade média no contexto microrregional, recebeu as maiores somas de capitais exógenos da indústria em função das condições mais propícias para a reprodução do capital em seu território, como o maior volume das economias de aglomeração, os estímulos governamentais, a posição geográfica estratégica etc.

3.3.3. Fase de diversificação industrial (1996 – 2018)

A fase de diversificação industrial iniciou-se em 1996, com as atividades da American National Can, e estende-se aos dias atuais (Figura 3 e Quadro 2). A principal característica da terceira fase de industrialização consiste no ingresso do grande capital da indústria em Extrema, por meio da implantação de grandes estabelecimentos que expandiram e diversificaram sobremaneira o parque industrial do município.

Durante a fase de diversificação industrial, o setor secundário consolidou-se como principal atividade econômica em Extrema, condicionando a organização e a dinâmica do território. O grande diferencial em relação à fase anterior consiste na participação maciça do capital estrangeiro, revelando a incorporação do território local ao processo de globalização.

A instalação das multinacionais em Extrema ocorreu na mesma época da implantação de grandes indústrias nacionais e da manifestação de forças endógenas de industrialização, que contribuíram para a proliferação de micro, pequenos e médios estabelecimentos, de capitais locais ou não, na cidade. Desse modo, evidencia-se um processo de diversificação do espaço industrial em quesitos como o tamanho dos estabelecimentos, o gênero industrial, o domínio tecnológico das indústrias, a procedência dos insumos utilizados na produção, as áreas de mercado das empresas, as formas de organização industrial, o alcance das interações espaciais do município etc.

Assim sendo, o uso industrial do território local tornou-se mais complexo e dinâmico a partir da fase de diversificação industrial. Na divisão territorial do trabalho, Extrema ascendeu à condição de *lôcus* da produção de grandes indústrias, integrando-se a circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação comandados por poderosas corporações que atuam nas escalas global e nacional.

A duplicação da Rodovia Fernão Dias teve papel fundamental para o desenvolvimento industrial em Extrema, a partir de meados dos anos 1990, assegurando as facilidades logísticas que rebaixaram os custos de produção e contribuíram para a proliferação de empreendimentos industriais na cidade. Em outras palavras, a duplicação da BR 381 reforçou a posição geográfica estratégica de Extrema para os grandes investimentos da indústria, representando, pois, condição geral de produção para o crescimento industrial, econômico e urbano no município, desde então.

As obras na BR 381 tiveram início em 1993 e caracterizaram-se por vários problemas de financiamento, os quais estenderam os prazos de conclusão do empreendimento para 2005, ou seja, 12 anos após as primeiras intervenções na rodovia. Entretanto, as diferentes etapas de consecução das obras contribuíram para aquecer a economia dos municípios em sua área de influência porque representavam um abatimento geral nos custos com transportes (ALMEIDA, 2004).

De acordo com Sardenberg e Moura (2016),

a década de 1990 traz outro marco importante para o desenvolvimento da região [Sul e Sudoeste de Minas Gerais]: a duplicação do trecho da BR 381 que liga Belo Horizonte à cidade de São Paulo, também chamado de Rodovia Fernão Dias. A importância dessa rodovia como fator de atração de novos empreendimentos fica evidente já na segunda metade dos anos 1990, quando 50% dos investimentos industriais realizados no estado foram realizados em sua área de influência (ademais, o volume de tais investimentos foi, nesse mesmo período, três vezes maior na microrregião de Pouso Alegre do que nas microrregiões de Poços de Caldas e Itajubá, cujos municípios se encontram mais afastados da Fernão Dias).

No caso de Extrema, Fonseca (2009, p. 54) assinala que

as perspectivas em relação à duplicação da BR 381 eram bastante promissoras para as indústrias que chegavam ao município, principalmente devido ao menor tempo de viagem, às facilidades para o escoamento das mercadorias, à redução dos custos de transportes, à diminuição do número de acidentes, à proximidade com o grande mercado consumidor paulista e à disposição de mão de obra em um município que deduz boa qualidade de vida.

Obviamente, as condições gerais de produção que propiciaram o desenvolvimento da fase de diversificação industrial não se limitaram às facilidades logísticas decorrentes da duplicação da BR 381. Na realidade, a industrialização em Extrema, a partir de meados da década de 1990, está relacionada a uma série de fatores que conjugam processos e ações de agentes sociais que atuam nas diferentes escalas geográficas, como:

- a) o aprimoramento das condições técnicas de produção com base no desenvolvimento tecnológico, aprofundando a fragmentação do processo produtivo no território e a conformação de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de extensão global ou nacional;
- b) a liberalização dos fluxos econômicos no contexto da globalização neoliberal, que restringiram os entraves à circulação do capital e permitiram às empresas explorar vantagens locais em lugares distintos;
- c) a integração de Extrema à globalização através da implantação de unidades produtivas ou da aquisição das indústrias desenvolvidas na fase anterior por multinacionais, como a Fundação Brasileira LTDA e a Yanes Camping LTDA;

- d) a intensificação do processo de desconcentração industrial no país, com a extensão do tecido industrial paulista em direção ao Sul e Sudoeste de Minas Gerais, orientando-se pelo traçado da Rodovia Fernão Dias;
- e) a atuação direta da administração local e de seu principal parceiro na esfera estadual, o Indi, na criação de condições atrativas no território para os investimentos externos durante a guerra fiscal dos lugares, como a criação de distritos industriais, a implementação de obras de infraestrutura, a doação de terrenos e a concessão de incentivos fiscais.

Consequentemente, foram criadas vantagens locais no território de Extrema capazes de elevar o município a um dos destinos preferenciais para grandes investimentos da indústria no Brasil, ultrapassando algumas cidades maiores e mais importantes da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, como Poços de Caldas (MG), Varginha (MG), Alfenas (MG) e Passos (MG).

No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, os fatores locais determinantes para a implantação de grandes indústrias de capitais exógenos em Extrema são:

- a) a posição geográfica estratégica do município no território nacional, na área de maior concentração econômica, demográfica e urbana, bem posicionado em relação aos principais centros urbano-industriais do país: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG);
- b) as facilidades logísticas representadas pela densidade e variedade de infraestruturas de transportes em áreas contíguas. A BR 381, que corta o território local, confere condições favoráveis de acessibilidade a Extrema;
- c) os baixos custos com a remuneração da mão de obra local e nos municípios do entorno (VAZ, 2013);
- d) a presença de três distritos industriais (Pessegueiros I, Pessegueiros II e Pires) localizados às margens da BR 381, que oferecem condições propícias de sítio urbano às atividades industriais;
- e) a estratégia de doação de terrenos e de isenções fiscais empreendidas pela Prefeitura Municipal de Extrema para atrair investimentos externos;
- f) a interlocução do governo estadual na elaboração de estudos técnicos, na divulgação dos atrativos locais existentes no município, na mediação dos contatos entre a Prefeitura Municipal de Extrema e as empresas, nas

isenções de ICMS e nos programas de financiamento público dos empreendimentos industriais;

- g) a disponibilidade de suporte urbano à transformação industrial, representado pelos sistemas de abastecimento de água, saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, fibra ótica, transporte urbano etc.

O crescimento industrial, econômico e urbano em Extrema, durante a fase de diversificação industrial, vem causando grande repercussão na mídia especializada em assuntos econômicos, na imprensa nacional e no meio político, como o comprovam as manchetes abaixo:

- “As vantagens de Extrema” (ISTO É DINHEIRO, 2001);
- “Incentivos fiscais do Governo Anastasia geram emprego e renda e atraem novos investimentos para Extrema, no Sul de Minas” (VALOR ECONÔMICO, 2011);
- “Extrema, o paraíso tributário das empresas” (STEFANO, 2012);
- “Com 172 empresas, Extrema vira segundo polo industrial de Minas Gerais” (PORTAL G1 SUL DE MINAS, 2012);
- “Extrema move uma região” (JORNAL O TEMPO, 2013);
- “Desenvolvimento industrial de Extrema movimentou o Sul de Minas” (DEMÉTER, 2013);
- “Indústrias são importantes para a economia e o crescimento de Extrema” (GAZETA DA CIDADE, 2015);
- “Extrema fecha 2016 com saldo positivo na criação de emprego” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017d);
- “Polo industrial sustentável alavanca desenvolvimento em cidade de Minas Gerais” (PORTAL G1 SUL DE MINAS, 2016);
- “Revista Exame noticia que Extrema é a cidade mais desenvolvida do Brasil” (GAZETA DA CIDADE, 2016);
- “Prefeitura de Extrema se reúne com o Indi e discute atração de empresas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017e);

Em sua maioria, as unidades fabris das grandes indústrias implantadas em Extrema são filiais e dedicam-se às fases mais padronizadas da produção, como a transformação ou a montagem industrial. A matriz das indústrias brasileiras ou a central de operações no país, no caso das multinacionais, normalmente estão

sediadas na capital paulista, desfrutando de atrativos locacionais como: a) a maior densidade de infraestruturas, de serviços e de modais de transportes mais modernos; b) a proximidade com importantes instituições públicas, bancárias, universitárias e de consultorias especializadas; c) a concentração de sedes empresariais etc.

Por essa razão, na topologia estabelecida pelas empresas em seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, Extrema exerce o papel de *lócus* da produção propriamente dita, na qual se exploram aspectos ligados à logística, aos baixos salários e às subvenções fiscais concedidas pelo Poder Público, fatores locacionais que desoneram a produção e corroboram para o aumento dos lucros. Prova disso é o baixo grau de integração das grandes indústrias entre si, com os estabelecimentos de capitais locais e com as demais atividades econômicas praticadas no município.

As principais indústrias estrangeiras que passaram a investir na economia de Extrema durante a fase de diversificação industrial são:

- a) a norte-americana Ball do Brasil LTDA, que adquiriu a inglesa Rexam do Brasil LTDA¹⁰, e atua na fabricação de latas de alumínio;
- b) a norte-americana Kidde Brasil LTDA, que produz extintores de incêndio após a aquisição da Yanes Camping LTDA;
- c) a Fagor Ederlan Brasileira Autopeças LTDA, que pertence ao Grupo Mondragón, de origem espanhola, e que comprou a Fundação Brasileira LTDA, primeiro estabelecimento industrial de maior porte em Extrema;
- d) a francesa HBA Hutchinson Brasil Automotive LTDA, que fabrica peças automotivas em borracha;
- e) a belgo-francesa Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA, que produz chocolates;
- f) a japonesa Panasonic do Brasil LTDA, que produz a linha branca de eletrodomésticos;
- g) a mexicana Dalka do Brasil LTDA, que produz reservatórios rotomoldados.

Os principais investimentos de capitais nacionais estão associados:

- a) à Delo Indústria e Comércio LTDA, que produz artigos para escritório e papelaria;

¹⁰ A Rexam do Brasil LTDA já havia adquirido a unidade industrial da American National Can, primeiro empreendimento multinacional em Extrema, em 2000 (ABRALATAS, 2013).

- b) à CRM Indústria e Comércio de Alimentos LTDA (Kopenhagen e Chocolates Brasil Cacau), que fabrica chocolates;
- c) à Pandurata Alimentos LTDA (Bauducco), que se dedica à fabricação de bolos e biscoitos;
- d) à Multilaser Industrial S/A e à Force-line Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos LTDA, que produzem equipamentos eletrônicos e de informática;
- e) à Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos LTDA, que produz filmes de polietileno;
- f) à metalúrgica CNS Central de Núcleos Siliciosos EIRELI;
- g) à Excil Comércio e Indústria LTDA, que fabrica peças para o setor automotivo;
- h) à Barasch Indústria e Comércio de Produtos Eletroeletrônicos LTDA, que produz artigos e materiais elétricos.

A implantação de grandes indústrias potencializou as transformações na economia e no território de Extrema, em curso desde a fase de expansão industrial. A tabela 12 permite visualizar a evolução da indústria em relação às demais atividades econômicas durante a fase de diversificação industrial.

Tabela 12. PIB-M por atividade econômica em Extrema (MG) com base nos preços em reais do ano 2000 – 1996/2010¹¹.

Setor	Ano			
	1996	2000	2005	2010
Primário	3.673,96	2.705,41	2.875,61	2.325,37
Secundário	44.336,08	136.145,58	151.420,20	301.805,66
Terciário	29.149,02	121.236,52	301.026,37	417.105,72
VAB	-	260.087,51	455.322,18	721.236,75
Impostos	-	66.086,48	106.275,80	157.571,28
PIB-M	77.159,06	326.173,99	561.597,98	878.808,03

Fonte: Adaptado do Ipeadata (IPEA, 2017).

Os dados da tabela 12 reafirmam duas tendências da economia de Extrema desde a fase de expansão industrial: a representatividade mínima do setor primário

¹¹ Na fonte dos dados que integram a tabela 12, houve uma alteração no cálculo do PIB-M entre 1996 e 2000 (IPEA, 2017). Até 1998, o PIB-M resultava do somatório do valor adicionado, a preços constantes, dos setores primário, secundário e terciário da economia. A partir de 1999, além da adição do valor adicionado dos setores econômicos - doravante denominada Valor Adicionado Bruto (VAB) -, a contabilidade do PIB-M passou a considerar os impostos arrecadados pelos municípios. Nas análises a seguir, em que se mensura e se compara a representatividade dos setores econômicos na geração das receitas em Extrema, o PIB-M de 1996 corresponde ao VAB dos anos 2000, 2005 e 2010.

na composição do PIB-M e o aumento da capacidade econômica do município em resposta à diversificação do setor terciário e, principalmente, à aceleração do processo de industrialização.

A contribuição do setor primário na geração das divisas teve trajetória descendente durante toda a fase de diversificação industrial, com representatividade de 4,76% no PIB-M, em 1996; de 1,04% no VAB, em 2000; de 0,63% no VAB, em 2005; e de 0,32% no VAB, em 2010¹² (Tabela 12). Entre 1996 e 2010, o setor primário perdeu 93,28% de participação no conjunto das atividades econômicas (Tabela 12), basicamente pelos mesmos motivos observados nas fases anteriores, quais sejam: o acréscimo de contribuição dos outros setores na economia local, o êxodo rural motivado pela procura de imóveis rurais para construção de sítios e chácaras e pela oferta de oportunidades de emprego na cidade, a baixa produtividade e a capitalização das pequenas propriedades rurais.

O setor secundário, por sua vez, oscilou quanto a sua participação na geração das divisas municipais. Os números revelam que a geração de riquezas pelo setor perfazia 57,46% do PIB-M, em 1996; cifras que chegaram a 52,35% do VAB, em 2000; a 33,25% do VAB, em 2005; e a 41,84% do VAB, em 2010¹³ (Tabela 12). Entre 1996 e 2010, houve variação negativa de 27,18% de representatividade da indústria na geração das riquezas locais entre os setores de atividade econômica (Tabelas 12).

O decréscimo da participação do setor secundário na geração de divisas em um cenário de expansão dos investimentos externos, aparentemente, apresenta-se como fato contraditório. Todavia, a expansão do setor terciário, que retomou a condição de principal tributário do VAB e do PIB-M, está associada, em grande parte, aos efeitos multiplicadores de emprego e renda e ao desenvolvimento da economia urbana, motivados pelo crescimento industrial a partir dos grandes investimentos de capital da indústria no município.

O setor terciário contribuiu com 37,78% do PIB-M em 1996, números que chegaram a 46,61% do VAB, em 2000; a 66,12% do VAB, em 2005; e a 57,84% do

¹² Em relação ao PIB-M, a contribuição do setor primário foi de 0,83%, em 2000; de 0,51%, em 2005; e de 0,26%, em 2010 (Tabela 12).

¹³ A participação do setor secundário no PIB-M de Extrema foi de 41,74%, em 2000; de 26,96%, em 2005; e de 34,34%, em 2010 (Tabela 12).

VAB, em 2010¹⁴. Entre os setores de atividade econômica, a variação do setor terciário para o período entre 1996 e 2010 foi de 53,10%, positivamente (Tabela 12).

Além dos impactos da industrialização, a evolução do setor terciário deve ser avaliada a partir de outras perspectivas. Em primeiro lugar, o desenvolvimento do setor acompanhou a tendência da economia contemporânea de proliferação dos estabelecimentos comerciais e de serviços relacionados à sociedade de consumo. Em segundo lugar, instalaram-se em Extrema centros de distribuição de grandes empresas, como a Centauro Esportes, o Grupo Netshoes, a Johnson & Johnson Brasil, a Biolab Farmacêutica, a Dafiti, a Mundial etc., que disponibilizaram postos de trabalho e movimentaram grande quantidade de capitais no município, contribuindo para elevar a participação do setor na economia. Por fim, o investimento público na estruturação e na divulgação da atividade turística também dinamizou o terciário, amplificando sua participação no VAB e no PIB-M.

O dinamismo econômico e urbano motivado pela celeridade do processo de industrialização incitou novas dinâmicas socioespaciais no território local, modificando suas formas e conteúdos. A tabela 13 evidencia as principais mudanças ocorridas na demografia de Extrema durante a fase de diversificação industrial.

Tabela 13. População urbana e rural em Extrema (MG) – 1996/2016.

Ano	População			Crescimento demográfico (%)	Taxa de urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1996	12.034	6.871	18.905	32,07 ¹	63,65
2000	12.902	6.317	19.219	1,66	67,13
2010	26.023	2.576	28.599	48,8	90,99
2017 ²	-	-	34.344	20,08	-

Fonte: Adaptado do IBGE Cidades (IBGE, 2017).

¹ Crescimento demográfico em relação a 1991, cujos valores absolutos constam da tabela 9.

² Estimativas do IBGE (2017).

Os dados da tabela 13 demonstram que a população municipal aumentou continuamente durante a fase de diversificação industrial, com variação positiva de 1,66% entre 1996 e 2000, de 48,8% entre 2000 e 2010 e 20,08% entre 2010 e 2017. Na realidade, a população local praticamente dobrou nos anos 2000, período que coincidiu com a implantação do maior número de indústrias exógenas em Extrema.

¹⁴ Em Extrema, o setor terciário concebeu 37,17% do PIB-M, em 2000; números que chegaram a 53,6%, em 2005; e a 47,46%, em 2010. O recolhimento de impostos sobre produtos, por sua vez, representou 20,26%, 18,93% e 17,94% do PIB-M em 2000, 2005 e 2010, respectivamente (Tabela 12).

Esse fato revela os impactos da oferta de postos de trabalho sobre a dinâmica demográfica, intensificando o êxodo rural e os movimentos migratórios inter-regionais (principalmente de São Paulo e dos estados nordestinos) em direção a Extrema.

A concentração de oportunidades de emprego nas indústrias e nos centros de distribuição é responsável, ainda, pelos deslocamentos pendulares com origem nos municípios próximos que têm a cidade de Extrema como ponto focal.

De acordo com Carvalho (2018), Ribeiro (2018), Abrahão (2018) e Marques et al. (2018), as indústrias em atividade na cidade recolhem funcionários em outras localidades, orientando-se pelos seguintes eixos, ambos com aproximadamente 50 km de extensão ao longo da BR 381: a) Extrema - Cambuí, no sentido nordeste; b) Extrema - Atibaia, na direção sudoeste, já nas imediações da RMS. Em geral, trabalham nas fábricas em Extrema pessoas de Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Toledo, Munhoz, Joanópolis, Vargem, Piracaia, Bragança Paulista e Atibaia, as quais se deslocam diariamente à cidade em ônibus fretados pelas indústrias (CARVALHO, 2018; ABRAHÃO, 2018; MARQUES et al., 2018).

Além do crescimento demográfico, observa-se o aumento das taxas de urbanização em Extrema durante a terceira fase de industrialização. Até os anos 2000, a população residente no campo era bastante expressiva, apesar de menor que a urbana, representando 36,35% do total de habitantes em 1996. Em 2010, a taxa de urbanização do município alcançou 90,99%, uma variação positiva de 42,95% em relação a 1996. A população rural, por outro lado, declinou 75,21% no mesmo intervalo (Tabela 13).

Assim sendo, a integração de Extrema aos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação controlados por grandes indústrias, durante a fase de diversificação industrial, promoveu profundos impactos na organização e na dinâmica do território local. Interações espaciais mais amplas e complexas foram estabelecidas, evidenciando a articulação mais estreita do município com processos e demandas de agentes sociais que operam nas escalas nacional ou global. Alguns aspectos da industrialização, como a diversificação econômica e o aumento da arrecadação local, se fizeram sentir no município, criando grandes expectativas no Poder Público e na sociedade quanto à promoção de um “desenvolvimento autônomo e sustentável” e à melhoria da qualidade de vida.

Além disso, a concentração das indústrias, bem como a expansão e a diversificação do setor terciário convergiram para o maior dinamismo da economia urbana, para a expansão física da cidade e para maior complexidade do espaço intraurbano, onde se processam os usos residencial, turístico, industrial e comercial do território. A diversificação econômica contribuiu para ampliar os papéis tradicionalmente exercidos pelo município na divisão territorial do trabalho, ampliando seu grau de centralidade na rede urbana, na qualidade de polo microrregional.

No entanto, é preciso atentar para o fato de que a concentração de grandes indústrias de capitais exógenos em uma cidade pequena faz parte das estratégias de reprodução do capital por meio da exploração de vantagens locacionais disponíveis em parcelas distintas do território. Nesse sentido, os investimentos externos realizados em Extrema revelam a capacidade de grandes indústrias de efetuar um uso cada vez mais corporativo do território, dentro de sua lógica de redução dos custos, de ampliação dos lucros e de inserção competitiva no mercado globalizado.

Por conta da própria racionalidade que caracteriza o sistema capitalista, a saturação das condições propícias para a produção em Extrema ou a abertura de outras frentes mais vantajosas à rentabilidade do capital podem significar a redução dos investimentos ou o encerramento das atividades de grandes empresas no município. Esse cenário certamente traria impactos “indesejados” para a economia, a sociedade e o território de Extrema, como a extinção de postos de trabalho, a queda na arrecadação de impostos, a desaceleração econômica etc.

Daí a importância de compreender o processo de industrialização em perspectiva histórico-geográfica, relacionando as diferentes modalidades de uso industrial do território às condições técnicas da produção e aos processos socioespaciais que, nos diferentes contextos históricos, integram de forma heterogênea os diferentes lugares à produção industrial, (re)posicionando-os na divisão territorial do trabalho.

CAPÍTULO 4. USO INDUSTRIAL DO TERRITÓRIO EM EXTREMA

O uso industrial do território em Extrema tornou-se mais complexo com a incorporação progressiva do município aos processos que condicionam a dinâmica locacional das indústrias nas diferentes escalas geográficas e contextos históricos.

A fase de diversificação industrial, ainda em curso, caracteriza-se pela expansão e pela diferenciação do parque industrial do município, motivadas, sobretudo, pelo ingresso de grandes estabelecimentos de origem exógena no território local.

A instalação de grandes indústrias orientou-se basicamente pela presença de alguns fatores locais em Extrema - localização estratégica, mão de obra abundante e barata, ações de instituições públicas e privadas –, os quais contribuem para a redução dos custos da produção industrial e, por conseguinte, para a reprodução dos capitais investidos.

Com a introdução de grandes unidades fabris em seu território, Extrema passou a integrar circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de grandes indústrias capazes de mobilizar insumos, mercadorias, trabalhadores, capitais, tecnologia e informações nas escalas nacional ou global.

As operações dos grandes estabelecimentos incitaram novas dinâmicas socioespaciais no município, tornando mais dinâmico e multifacetado o uso de seu território. Entre as principais transformações socioespaciais em Extrema destacam-se: o crescimento industrial, econômico e urbano, os movimentos migratórios intra e inter-regionais, a expansão urbana acelerada, o acréscimo de centralidade na rede urbana, a melhoria geral nos indicadores socioeconômicos e a manifestação crescente de deseconomias de aglomeração, como o aumento da especulação imobiliária, a elevação dos custos de vida, a maior incidência de problemas logísticos e urbanos etc.

No presente capítulo, aprofundam-se as discussões sobre a estrutura e a dinâmica do espaço industrial em Extrema durante a fase de diversificação industrial. Na primeira seção, caracteriza-se o parque industrial e os grandes estabelecimentos que operam na cidade. Na segunda seção, abordam-se os fatores locais em Extrema, os quais qualificaram esta cidade pequena como destino

preferencial para o grande capital da indústria no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

4.1. Dinâmica locacional e caracterização dos grandes estabelecimentos industriais de capitais externos em Extrema

O espaço industrial em Extrema é dinâmico e composto por uma variedade de indústrias que se diferenciam de acordo com o tamanho e o ciclo de vida dos estabelecimentos, o gênero industrial, a origem dos capitais investidos, o ano de fundação, a complexidade tecnológica, as formas de organização da produção e o alcance das áreas de mercado.

Os dados da tabela 14 caracterizam o parque industrial de Extrema conforme o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado por gênero industrial, em 2015.

Em 2015, havia 184 estabelecimentos da indústria em Extrema (Tabela 14), valor que equivalia a 13,25% dos estabelecimentos entre os setores de atividade econômica cadastrados pela Cnae¹⁵ (IBGE, 2006b). Para uma cidade pequena, esta quantidade de estabelecimentos industriais é relativamente grande. O número de unidades produtivas nos municípios contíguos é bem menos expressivo: Camanducaia (90 estabelecimentos), Itapeva (27 estabelecimentos), Joanópolis (53 estabelecimentos), Pedra Bela (20 estabelecimentos), Toledo (19 estabelecimentos) e Vargem (39 estabelecimentos) (IBGE, 2015a).

O parque industrial em Extrema é composto majoritariamente por estabelecimentos de micro e pequeno porte, de capitais locais ou não, criados principalmente durante a fase de diversificação industrial.

¹⁵ Os 21 setores de atividades econômicas listados pela Cnae, em sua versão 2.0, são: i. agricultura, pecuária, produção florestal e pesca; ii. indústrias extrativas; iii. indústrias de transformação; iv. eletricidade e gás; v. água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; vi. construção; vii. comércio, reparação de veículos e motocicletas; viii. transporte, armazenagem e correio; xix. alojamento e alimentação; x. informação e comunicação; xi. atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; xii. Atividades imobiliárias; xiii. atividades profissionais, científicas e técnicas; xiv. atividades administrativas e serviços complementares; xv. administração pública, defesa e seguridade social; xvi. educação; xvii. saúde humana e serviços sociais; xviii. artes, cultura, esporte e recreação; xix. outras atividades de serviços; xx. serviços domésticos e; xxi. organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (IBGE, 2006b).

Tabela 14. Número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gênero industrial em Extrema (MG) – 2015*.

Gênero industrial	Estabelecimentos	Pessoal ocupado
Fabricação de produtos alimentícios	28	2.790
Fabricação de bebidas	5	47
Fabricação de produtos do fumo	-	-
Fabricação de produtos têxteis	3	118
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	7	240
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1	X
Fabricação de produtos de madeira	7	33
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	5	76
Impressão e reprodução de gravações	4	16
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-	-
Fabricação de produtos químicos	5	58
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-	-
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	12	1.301
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	12	58
Metalurgia	10	121
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	20	328
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	12	1.165
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10	1.137
Fabricação de máquinas e equipamentos	5	138
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	6	982
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-	-
Fabricação de móveis	6	X
Fabricação de produtos diversos	8	19
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	17	96
Indústrias de transformação	183	9.048
Indústrias extrativas	1	X
Total – setor secundário	184	9.048
Total – atividades da Cnae	1.389	17.809

* Nota: na fonte das informações, os dados com menos de três informantes estão “desidentificados” com o caráter X.

Fonte: Adaptado do Cadastro Central das Empresas (IBGE, 2015a).

Em geral, os estabelecimentos caracterizam-se pelo ciclo de vida curto, típico das indústrias de tamanho reduzido, de gêneros tradicionais, de organização familiar e que exploram áreas de mercado restritas.

Os principais fatores que explicam o encerramento precoce das funções produtivas entre as pequenas indústrias são: a maior suscetibilidade à competição intercapitalista e aos cenários macroeconômicos desfavoráveis, a incapacidade

administrativa, a obsolescência das técnicas e das unidades fabris, o baixo grau de capitalização e de domínio tecnológico das empresas.

O ciclo de vida efêmero é especialmente válido para as pequenas fábricas formadas durante a fase incipiente, as quais operavam em condições rudimentares e em uma economia predominantemente agrícola. Durante o trabalho de campo, não foram identificados estabelecimentos fundados àquela época em atividade.

Entre as indústrias da fase de expansão industrial, foram reconhecidas poucas unidades fabris em funcionamento na cidade, como a Frum, a Granasa Minas ou a Nasha, as quais estão vinculadas ao complexo metalmeccânico. Para essas indústrias, a localização em Extrema mantém-se vantajosa devido ao aumento da demanda por peças intermediárias e às facilidades de acesso às montadoras de automóveis instaladas no Centro-Sul do país.

A despeito do ciclo de vida reduzido de muitas fábricas, o parque industrial mantém-se dinâmico. Dados recentes divulgados pela Prefeitura Municipal de Extrema (2017c) contabilizaram 255 estabelecimentos em 2017, sinalizando um acréscimo de 38,59% (ou 71 estabelecimentos) na quantidade de indústrias em apenas dois anos. Além disso, segundo Carvalho (2018), estão em análise 76 novos empreendimentos industriais (de diferentes portes, gêneros industriais e origens dos capitais investidos) a serem implantados na cidade.

A expansão e a diversificação do parque industrial em Extrema nas três últimas décadas decorrem:

- a) do acúmulo das condições gerais de produção para diversos tipos de indústrias no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, principalmente para as fases da produção propriamente dita, intensivas em trabalho e processos repetitivos;
- b) do modelo de industrialização que prioriza os grandes estabelecimentos de procedência exógena, cuja capacidade de resiliência às oscilações macroeconômicas e à concorrência intercapitalista é maior do que entre as indústrias de menor porte ou mantidas por capitais endógenos.

A participação da indústria extrativa em Extrema é mínima, tanto no número de estabelecimentos quanto na geração de postos de trabalho. Em 2015, foi computado somente um estabelecimento da indústria extrativa, sem informações relativas à oferta de empregos (Tabela 14). A baixa representatividade da indústria

extrativa foi uma constante durante as três fases de industrialização no município, resumindo-se a casos excepcionais, como a extração de granito em alguns pontos do Bairro Juncal (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a).

Desse modo, o parque industrial em Extrema é composto essencialmente por indústrias de transformação. Conforme a tabela 14, estão presentes no município 20 das 24 divisões da indústria de transformação catalogadas pela Cnae. Apenas os estabelecimentos relacionados à fabricação de produtos de fumo; de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; e de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, estão ausentes no território local.

Em 2015, as 183 indústrias de transformação disponibilizaram 9.048 postos de trabalho em Extrema (Tabela 14). Em relação às atividades econômicas da Cnae, a representatividade da indústria de transformação foi de 13,17% entre os estabelecimentos e de 50,8% das oportunidades de emprego, percentuais que divulgam a importância do setor secundário no mercado laboral do município.

Em relação à economia local, a relevância das indústrias de transformação já foi destacada no capítulo anterior, durante a interpretação da tabela 1. Em 2015, o setor secundário contribuiu com 23,52% do PIB-M, ou seja, praticamente um quarto das divisas locais.

Além disso, a atividade industrial é responsável pela maior parcela dos impostos recolhidos pelo município, que totalizou 24,45% do PIB-M em 2015 (Tabela 1). Em entrevista, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Extrema explica que:

o setor industrial é a principal economia do município e também o maior gerador de empregos. A industrialização impulsionou o desenvolvimento do comércio, dos serviços e também a arrecadação (que sustenta todos os programas sociais do município). O ICMS representa metade da arrecadação do município (CARVALHO, 2018).

Em função do significado da atividade secundária para o mercado de trabalho, a economia e a composição das receitas municipais, é lícito qualificar Extrema como uma “cidade pequena industrial” na divisão territorial do trabalho. A concentração de estabelecimentos e de fluxos industriais no território local condiciona a dinâmica socioespacial no município na medida em que impulsiona a

expansão e a diversificação da capacidade produtiva, o crescimento demográfico, a urbanização, os movimentos populacionais (êxodo rural, migrações pendulares e inter-regionais), a diferenciação do espaço urbano, o acréscimo de centralidade na rede urbana e o maior alcance das interações espaciais.

Ao contrário de outras cidades pequenas com tradição industrial, citadas no Capítulo 2, em que há especialização da estrutura produtiva ou a conformação de APLs, o “modelo de industrialização” em Extrema é baseado principalmente em grandes inversões de origem exógena, padrão que confere características peculiares à estrutura e à dinâmica de seu espaço industrial.

A oferta de empregos é maior nos gêneros industriais em que operam as grandes indústrias de capitais externos ao município. De acordo com a tabela 14, a fabricação de produtos alimentícios; de produtos de borracha e de materiais plásticos; de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e de veículos automotores, reboques e carrocerias disponibilizaram 30,83%, 14,38%, 12,87%, 12,57% e 10,85%, respectivamente, do total de ocupações nas indústrias em Extrema, em 2015. Em conjunto, estes cinco gêneros industriais responderam por 81,5% das oportunidades de emprego no setor secundário no município.

Os gêneros industriais em que há maior oferta de empregos evidenciam maior concentração técnica da produção. O número de funcionários por estabelecimento da indústria foi de 163,67 para a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; de 113,7 para a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; de 108,42 para a fabricação de produtos de borracha e de materiais plásticos; de 99,64 para a fabricação de produtos alimentícios e de 97,08 para a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (Tabela 14).

A concentração técnica da produção nesses gêneros industriais está associada às ações das seguintes unidades fabris no município:

- a) Pandurata Alimentos, CRM Alimentos e Barry Callebaut, na fabricação de produtos alimentícios;
- b) HBA Hutchinson, Soft Film e Dalka, na fabricação de produtos de borracha e de material plástico;

- c) Multilaser e Force-line, na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos;
- d) Panasonic e Barasch, na fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos;
- e) Fagor Ederlan, Frum, Kidde e Excil, na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias;

Nos demais gêneros da indústria de transformação, a relação entre o número de funcionários por estabelecimento da indústria foi inferior a 40, o que demonstra o predomínio de estabelecimentos de pequeno porte no parque industrial do município.

Em entrevistas, Abrahão (2018) e Carvalho (2018) afirmaram que existem poucas relações interindustriais entre as indústrias instaladas no município. Segundo Marques et al. (2018), a terceirização normalmente limita-se às funções que envolvem baixos índices de escolaridade, como a limpeza, a vigilância e a recepção. As empresas prestadoras de serviços terceirizados geralmente estão sediadas em Extrema ou em cidades próximas de São Paulo, como Bragança Paulista (ABRAHÃO, 2018).

De acordo com Abrahão (2018), a frágil integração entre as indústrias em Extrema é consequência de dois fatores. Em primeiro lugar, a centralização do capital nos setores que fornecem insumos-chave para a produção, como o PVC, o aço, o latão, o alumínio etc., cujas unidades produtivas não se encontram na cidade. Em segundo lugar, o “distanciamento relativo” das grandes indústrias, principalmente de capitais estrangeiros, em relação ao conjunto das atividades econômicas praticadas no município.

Nesse sentido, a diversificação do parque industrial e a baixa densidade de relações interindustriais expressam o papel desempenhado por Extrema na divisão territorial do trabalho da indústria como “*locus* da produção propriamente dita” para as grandes indústrias, envolvendo processos industriais repetitivos e intensivos em insumos e trabalho, como a transformação e a montagem industrial.

Nos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação das grandes indústrias, ocorrem em Extrema basicamente as funções de “chão de fábrica”, em que são explorados aspectos como a localização estratégica das indústrias no município (vantagens locacionais relacionadas à posição geográfica e ao sítio

urbano), a mão de obra barata e abundante e os incentivos concedidos pela administração municipal e estadual (isenções fiscais, doação de terrenos, acesso facilitado às linhas de crédito etc.). Por outro lado, as atividades mais nobres ou primazes da produção - pesquisa e desenvolvimento, publicidade e propaganda, gestão etc. -, capazes de gerar vantagens competitivas às empresas, geralmente são processadas a distância, na RMSP ou em outros países (MARQUES et. al., 2018).

Assim sendo, a implantação de grandes estabelecimentos em Extrema durante a fase de diversificação industrial revela a fragmentação do processo produtivo, a partir da qual os agentes hegemônicos realizam, cada vez mais, o uso corporativo do território, integrando lugares com menor tradição industrial, como a cidade pequena de Extrema, aos seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação.

A atuação das grandes indústrias também interfere nas transações econômicas e no alcance das interações espaciais estabelecidas pelo município. O gráfico 1 descreve a balança comercial de Extrema entre 2000 e 2016.

Gráfico 1. Balança comercial de Extrema (MG) – 2000/2016.



Fonte: Adaptado da Secex (2016).

Até meados de 2005, o comércio exterior em Extrema caracterizava-se pelo equilíbrio entre as importações e exportações, como mostra o gráfico 1. Nos anos

seguintes, as importações cresceram em ritmo acelerado enquanto as exportações permaneceram relativamente constantes.

O déficit da balança comercial atingiu o ápice nos primeiros meses de 2013, no valor aproximado de 642 milhões de dólares (SECEX, 2016). Desde então, observa-se um declínio nas importações, mas insuficiente para reverter o padrão deficitário da balança comercial do município (Gráfico 1). Em 2016, último ano da série histórica, a disparidade entre o valor das importações e exportações atingiu o valor de 366 milhões de dólares (SECEX, 2016).

A influência das grandes indústrias na conformação da balança comercial de Extrema é resultado da aquisição de grandes volumes de insumos obtidos no exterior. O aumento das importações a partir de 2005 coincidiu com o início das atividades de grandes estabelecimentos industriais no município, como a Panasonic, a Multilaser ou a Force-line, os quais adquirem peças e componentes eletrônicos no mercado internacional, notadamente da China (MARQUES et al., 2018).

Por sua vez, o crescimento menos expressivo das exportações revela que o mercado nacional constitui o foco principal das grandes indústrias instaladas em Extrema. A densidade do mercado interno, inclusive, é um dos fatores pelos quais o Brasil recebe grandes somas de capitais estrangeiros desde a década de 1950, quando se intensificou a internacionalização da economia brasileira e o país se tornou um dos NICs.

A atuação das grandes indústrias também interfere nas trocas materiais do município com outros países. Em 2016, os maiores gastos com importações derivaram da compra de circuitos integrados (12,3%), telefones (11,6%), carros (10,6%), peças para máquinas de escritórios (10,6%) e peças para veículos automotores (7,8%) (SECEX, 2016).

Obviamente, os dados da Secex (2016) consideram as importações de outros setores econômicos; todavia, o volume de capitais envolvidos na importação de algumas mercadorias está diretamente associado às grandes indústrias. Os circuitos integrados, por exemplo, são empregados na fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos por indústrias como a Panasonic e Barasch ou para a elaboração de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos pela Multilaser e Force-line.

As mercadorias importadas vieram principalmente da Ásia (77,6%), seguida da América do Sul (12,2%), Europa (7,3%), América do Norte e Central (2,4%) e

África (0,5%). As principais origens dos produtos importados foram: China (54,5%), Taiwan (11,5%), Argentina (11,5%), Hong Kong (2,3%), Cingapura (1,9%) e Estados Unidos (1,9%) (SECEX, 2016).

Em 2016, os principais produtos exportados por Extrema foram: peças para veículos (35,4%), máquinas de lavar domésticas (18,9%), refrigeradores (15,5%), correias de borracha (5,5%), folhas e chapas plásticas não trabalhadas (4,7%) e tubos de borracha (4,7%) (SECEX, 2016). Tais mercadorias estão associadas aos gêneros com maior concentração técnica da produção, ou seja, dominados por grandes indústrias, como a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (Fagor Ederlan, Frum, Kidde e Excil), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (Panasonic e Barasch); e de produtos de borracha e material plástico (HBA Hutchinson, Soft Film).

Os principais destinos das exportações de Extrema em 2016 foram: Argentina (23,5%), Peru (12,9%), Chile (10,9%), Colômbia (6,1%) e Equador (6%) (SECEX, 2016). Os países sul-americanos absorveram 75,1% dos produtos exportados pelo município, contra 15,2% das Américas do Norte e Central, 5,6% da Ásia, 3,4% da Europa e 0,7% da África (SECEX, 2016). A concentração das exportações de Extrema na América do Sul é plausível em função da proximidade geográfica e dos esforços de integração econômica entre os países do continente, como é o caso do Mercosul.

Dado o padrão do comércio exterior e o alcance das interações espaciais estabelecidas pelas grandes fábricas no município, a produção industrial em Extrema é diretamente afetada por fatores de origem externa, como as oscilações nos preços dos insumos importados, a concorrência internacional ou a abertura/fechamento de mercados estrangeiros para as mercadorias produzidas no Brasil. A expansão ou a redução da capacidade produtiva das indústrias têm impacto direto sobre a geração de emprego e renda no município, bem como sobre a capacidade da administração local de arrecadar impostos e convertê-los em políticas públicas de conotação social.

O quadro 3¹⁶ contém informações relativas às grandes indústrias de capitais exógenos que compõem o parque industrial em Extrema, como o ano de início das

¹⁶ O quadro 3 foi elaborado com informações extraídas de diversas fontes de pesquisa. A seleção das grandes indústrias considerou os estabelecimentos de médio e grande porte conforme critério utilizado pelo Sebrae (2013), baseado no número de funcionários. As indústrias de médio porte

atividades, o gênero industrial, o número de funcionários, o tamanho das unidades fabris, a localização da fábrica na cidade, a localização da sede empresarial e as origens dos capitais investidos. O mapa 3, por sua vez, mostra a distribuição dessas indústrias no território municipal.

possuem entre 100 e 499 trabalhadores, enquanto as de grande porte empregam 500 ou mais funcionários (SEBRAE, 2013). O ano de início das atividades das indústrias e o gênero industrial (Cnae) foram compilados da SEF-MG (2018). O número de funcionários foi obtido junto ao Sinmec (2016), com dados relativos aos anos de 2015 e 2016. A localização da sede das indústrias e a origem dos capitais investidos foram pesquisadas nas páginas eletrônicas das empresas.

Quadro 3. Grandes indústrias de capitais exógenos em Extrema (MG) – 2015/2016.

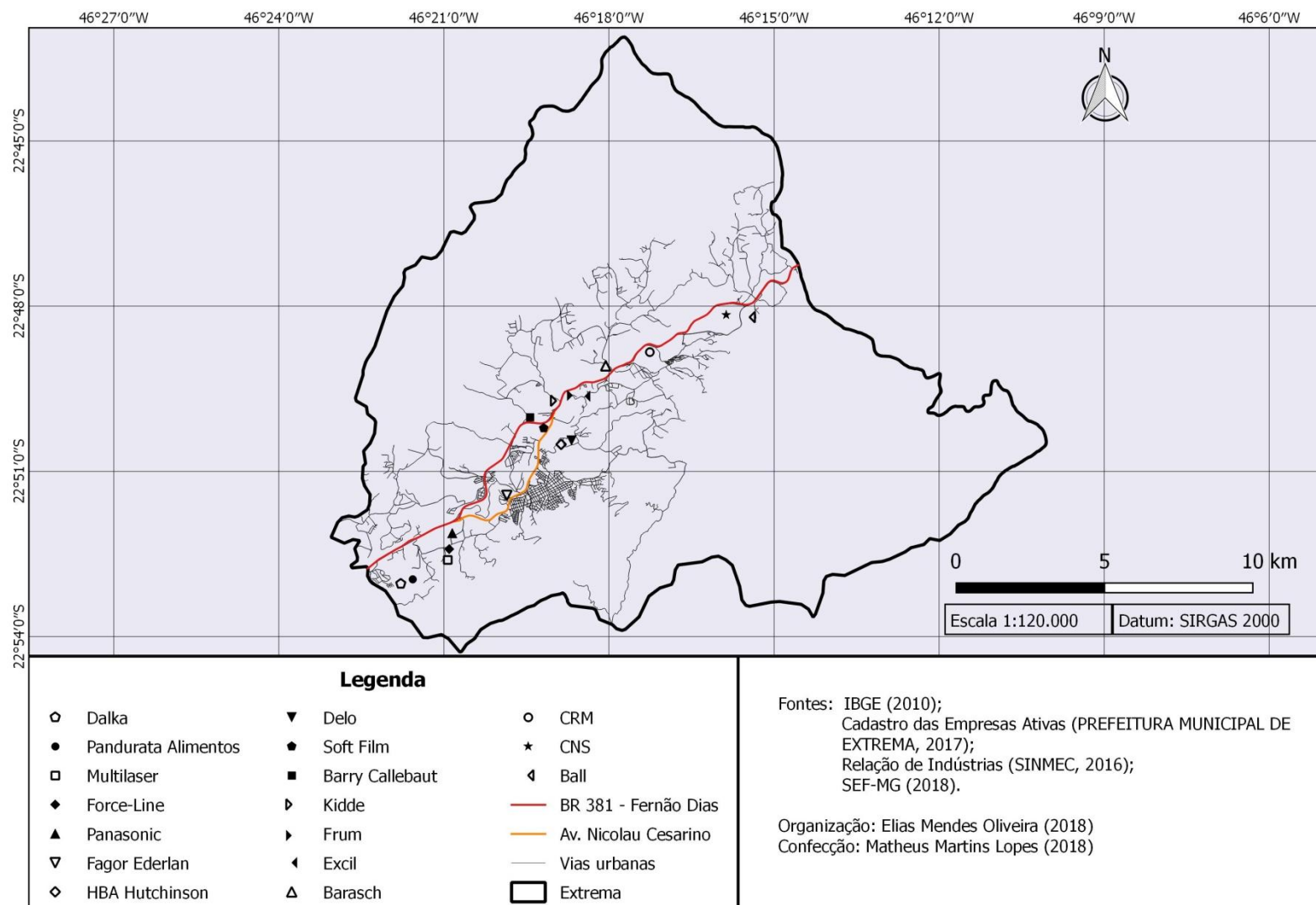
Indústria	Início das atividades	Gênero industrial	Funcionários	Tamanho	Bairro	Sede	Origem dos capitais
Pandurata Alimentos LTDA	2004	Produtos alimentícios	1.500	Grande	Pires	Guarulhos (SP)	São Paulo
Multilaser Industrial S/A	2005	Produtos eletrônicos	1.500	Grande	Pires	São Paulo (SP)	São Paulo
CRM Indústria e Comércio de Alimentos LTDA	2008	Produtos alimentícios	X	Grande	Roseira	São Paulo (SP)	São Paulo
HBA Hutchinson Brasil Automotive LTDA	1998	Produtos de borracha e de material plástico	750	Grande	Barreiro	Paris	França
Panasonic do Brasil LTDA	2011	Produtos e materiais elétricos	600	Grande	Ponte Alta	Osaka	Japão
Delo Indústria e Comércio LTDA	1997	Papel e celulose	450	Médio	Barreiro	Extrema (MG)	São Paulo
Fagor Ederlan Brasileira Autopeças LTDA (Grupo Mondragón)	2001	Automotivo	440	Médio	Ponte Alta	Arrasate-Mondragón	Espanha
Indústria Metalúrgica Frum LTDA	1974	Automotivo	429	Médio	Rodeio	Extrema (MG)	São Paulo
Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos LTDA (Grupo Zaraplast)	2009	Produtos de borracha e de material plástico	231	Médio	Tenentes	São Paulo (SP)	São Paulo
Kidde Brasil LTDA (United Technologies Corporation)	2000	Automotivo	200	Médio	Rodeio	Farmington (Connecticut)	EUA
Dalka do Brasil LTDA (Grupo Rotoplas)	2010	Produtos de borracha e de material plástico	180	Médio	Pires	Cidade do México	México
Force-line Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos LTDA	2006	Produtos eletrônicos	136	Médio	Pires	São Paulo (SP)	São Paulo

Ball do Brasil LTDA	2016	Produtos de metal	132	Médio	Pessegueiros	Broomfield (Colorado)	EUA
CNS Central de Núcleos Siliciosos EIRELI	2010	Metalurgia	120	Médio	Pessegueiros	São Paulo (SP)	São Paulo
Excil Comércio e Indústria LTDA	2008	Automotivo	110	Médio	Rodeio	Extrema (MG)	São Paulo
Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA	2009	Produtos alimentícios	107	Médio	Tenentes	Zurique (Suíça)	Bélgica
Barasch Indústria e Comércio de Produtos Eletroeletrônicos LTDA	2007	Produtos e materiais elétricos	105	Médio	Jardim	São Paulo (SP)	São Paulo

Fontes: Adaptado do Cadastro das Empresas Ativas (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017a); do Sinmec (2016); da SEF-MG (2018); das páginas eletrônicas das empresas.

Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

Mapa 3. Localização dos grandes estabelecimentos industriais de capitais exógenos em Extrema (MG) – 2018.



Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

A **Pandurata Alimentos LTDA** é um grupo empresarial com sede em Guarulhos (SP), que se destaca na fabricação de produtos forneados (pães, bolos, biscoitos, panetones, chocotones, torradas etc.) e derivados de batata. A empresa comercializa as marcas Bauducco, Visconti e Tommy - amplamente difundidas no mercado interno -, e a Hershey, após *joint venture* firmada, em 2008, com a multinacional americana The Hershey Company (BAUDUCCO, 2018).

As origens da Bauducco remontam à iniciativa de um empreendedor italiano que se mudou para o Brasil no final da década de 1940. Em 1952, a família Bauducco abriu sua primeira doceria em São Paulo (SP), introduzindo no país o panetone, uma receita tradicional da culinária italiana (BAUDUCCO, 2018).

Em 1962, foi inaugurada a primeira fábrica da empresa em Guarulhos (SP) (BAUDUCCO, 2018). Nas décadas seguintes, a Bauducco expandiu e diversificou a capacidade produtiva, ampliando seu campo de atuação nos mercados nacional e internacional. Em 2001, adquiriu a fábrica da Visconti (BAUDUCCO, 2016).

Atualmente, a Pandurata possui unidades fabris em Guarulhos (SP), Rio Largo (AL) e Extrema (MG), sendo que a última é “[...] considerada uma das mais modernas do setor, [...], concentrando a maioria de nossa produção” (BAUDUCCO, 2018).

A fábrica em Extrema está localizada no Distrito Industrial dos Pires (Mapa 3), enquanto o centro de distribuição se situa no Bairro da Roseira, junto à BR 381. A produção industrial teve início em 2004 (SEF-MG, 2018) e contabilizava 1.500 postos de trabalho em 2015/2016 (SINMEC, 2016).

A Pandurata Alimentos está passando por um processo de internacionalização do capital e da produção com a expansão do comércio exterior, (principalmente com os países latino-americanos) e com a implantação de unidades fabris na Argentina (Pandurata Argentina, em Buenos Aires) e nos Estados Unidos (Bauducco Foods, em Miami) (BAUDUCCO, 2016).

A **Multilaser Industrial S/A** é uma empresa nacional, com origem em São Paulo (SP), fundada em 1987. A indústria fabrica artigos eletrônicos, de informática e de telefonia, como *desktops*, *notebooks*, *tablets*, *pendrives*, filmadoras, aparelhos celulares, *smartphones*, caixas de som, amplificadores, som automotivo, *home theaters*, GPS, entre outros (MULTILASER INDUSTRIAL S/A, 2018).

Os produtos da Multilaser são comercializados no mercado nacional, principalmente junto às pessoas com menor poder aquisitivo (FEDER, 2016). O complexo industrial em Extrema foi construído em 2005 (SEF-MG, 2018) e iniciou suas atividades em 2007 (MULTILASER INDUSTRIAL S/A, 2018). Em 2015/2016, trabalhavam 1.500 operadores na unidade da empresa (SIMNEC, 2016), que funciona no Distrito Industrial dos Pires (Mapa 3).

A **CRM Indústria e Comércio de Alimentos LTDA** é um grupo empresarial sediado na metrópole paulistana. Desde 1996, a empresa administra a Copenhagen, firma criada por imigrantes letões em São Paulo (SP), na década de 1920 (KOPENHAGEN, 2016).

A fábrica em Extrema produz artigos em chocolate vendidos no mercado interno por duas redes de franquias: a Copenhagen e a Chocolates Brasil Cacau. A primeira comercializa chocolates finos para um público mais sofisticado, enquanto a segunda disponibiliza uma linha mais popular de produtos, destinada a pessoas com menor poder aquisitivo.

A produção industrial em Extrema começou em 2008 (SEF-MG, 2018), com a fabricação de chocolates para ambas as marcas. A unidade fabril está localizada no Bairro da Roseira, às margens da Rodovia Fernão Dias (Mapa 3).

Os dados do Sinmec (2016) não especificaram o número de operários do Grupo CRM nos anos de referência. Entretanto, durante as entrevistas, os interlocutores classificaram-no entre as cinco maiores indústrias em Extrema, mais precisamente na terceira colocação (CARVALHO, 2018; ABRAHÃO, 2018; MARQUES et al., 2018).

A **HBA Hutchinson Brasil Automotive LTDA** é a filial brasileira do Grupo Hutchinson, de origem francesa, que atua nos setores automotivo, aeroespacial e industrial. O Grupo Hutchinson opera em 25 países atualmente; a sede internacional da empresa localiza-se em Paris, enquanto a central brasileira de operações situa-se em Monte Alto (SP) (HUTCHINSON, 2018).

As unidades brasileiras da multinacional francesa estão em Casa Branca (SP) (estanqueidade de carrocerias), Monte Alto (peças de precisão, estanqueidade de precisão e sistemas antivibratórios), e Extrema (mangueiras e correias, gestão de fluidos e sistemas de transmissão), todas associadas ao gênero automotivo (HBA HUTCHINSON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA, [201-]).

A unidade industrial em Extrema está localizada no Bairro do Barreiro (Mapa 3), onde trabalhavam 750 funcionários em 2015/2016 (SINMEC, 2016). A corporação atua no município desde 1998 (SEF-MG, 2018), ou seja, desde os primórdios da fase de diversificação industrial.

As montadoras de automóveis localizadas próximas a Extrema, como a Volkswagen, a Fiat, a Renault, a General Motors, a Ford e a Toyota, são as principais clientes da HBA Hutchinson no território nacional (HBA HUTCHINSON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA, [201-]).

A **Panasonic do Brasil LTDA** pertence à Panasonic Corporation, uma multinacional fundada no Japão em 1918. A corporação, que tem sua sede em Osaka, atua em diversos países, sendo referência mundial no desenvolvimento e fabricação de produtos eletrônicos (PANASONIC BRASIL, 2018).

A Panasonic iniciou suas atividades no Brasil em 1967 com o nome de Panabrás, quando se ocupava da revenda de pilhas importadas da marca *National*. Em 1974, foi inaugurada a fábrica em São José dos Campos (SP), onde atualmente se fabricam pilhas, lanternas, componentes mecânicos para áudios, vídeos e micro-ondas, condicionadores de ar e eletrodomésticos. Em 1981, começaram as atividades em Manaus (AM), com a fabricação de televisores e aparelhos de áudio. Em 2011, a unidade industrial em Extrema passou a produzir os artigos da linha branca da empresa, composta por refrigeradores, *freezers* verticais e horizontais, condicionadores de ar, lavadoras de roupas e de louças, secadoras, fornos micro-ondas e fogões. O escritório administrativo e comercial da Panasonic está em São Paulo (SP) (PANASONIC BRASIL, 2018).

Os produtos da empresa abastecem o mercado interno ou são exportados, também, para países latino-americanos ou para os Estados Unidos (PANASONIC BRASIL, 2018). A fábrica em Extrema funciona no Bairro da Ponte Alta (Mapa 3), que contabilizava 600 funcionários em 2015/2016 (SINMEC, 2016).

A **Delo Indústria e Comércio LTDA** produz artigos de escritório e de papelaria em papel, papelão e material plástico, comercializados no Brasil e em vias de expansão para o mercado externo. Trata-se de uma empresa nacional criada por um empreendedor individual na capital paulista, nos anos 1990 (DELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, 2018).

A empresa foi transferida para Extrema em 1997 (SEF-MG, 2018) e constitui um dos primeiros empreendimentos de médio porte da fase de diversificação industrial. As operações industriais tiveram início em galpão alugado; em 2001, ocorreu a transferência da empresa para sede própria, no Bairro do Barreiro (Mapa 3). Em 2010, a Delo expandiu sua área industrial com a construção de nova unidade produtiva, contígua a sua primeira unidade fabril (DELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, 2018).

A Delo não possui fábricas em outros lugares; a produção e a administração da empresa são realizadas integralmente em Extrema. Em 2015/2016, as operações da Delo eram realizadas por 450 funcionários (SINMEC, 2016).

A **Fagor Ederlan Brasileira Autopeças LTDA** fabrica peças de segurança para eixos, freios e suspensão e ferro nodular para a indústria automotiva (FAGOR EDERLAN BRASILEIRA, 2018). A fábrica em Extrema remonta à antiga Fundação Brasileira LTDA, empresa familiar fundada em 1951 na capital paulista, que foi transferida para o município em 1973 (SEF-MG, 2018).

A Fundação Brasileira LTDA foi incorporada pela Fagor Ederlan S. Cooperativa em 2001, tornando-se a representante brasileira da Divisão Automotiva do Grupo Industrial Mondragón Corporación Cooperativa, chamando-se Fagor Ederlan Brasileira (FAGOR EDERLAN BRASILEIRA, 2018).

O Grupo Mondragón está sediado em Arrasate-Mondragón, no País Basco, Espanha, sendo referência internacional na organização cooperativa de empresas nas áreas industrial, de finanças, de conhecimento e de distribuição. A corporação atua em escala global, sendo composta por 268 entidades com filiais produtivas e delegações corporativas em 41 países (MONDRAGÓN CORPORATION, 2018).

De acordo com o Informe Anual do Grupo Mondragón, de 2012, além da unidade em Extrema, o grupo espanhol administra as seguintes fábricas no Brasil: a FPK do Brasil Componentes Automotivos LTDA, em São José dos Pinhais (PR); a Paranoá Indústria de Borracha-Cikautxo, em Diadema (SP); a Ulma Pré-Fabricados em Mineral Composite LTDA, em São Paulo (SP); e a Ulma Brasil Formas e Escoramentos LTDA, em Itapevi (SP). O escritório central do grupo fica na capital paulista (MONDRAGÓN CORPORATION, 2012).

Atualmente, o Grupo Mondragón emprega 73.635 pessoas ao redor do mundo (MONDRAGÓN CORPORATION, 2018). Especificamente em Extrema,

empregava 440 funcionários em 2015/2016 (SINMEC, 2016). As montadoras de automóveis instaladas no Brasil constituem o principal destino da produção da Fagor Ederlan (FAGOR EDERLAN BRASILEIRA, 2018).

A fábrica em Extrema localiza-se na Avenida Nicolau Cesarino, no Bairro da Ponte Alta (Mapa 3), em área bastante urbanizada, motivo pelo qual os maiores índices de conflito com a vizinhança correspondem às operações desta indústria (CARVALHO, 2018; MARQUES et al., 2018).

A **Indústria Metalúrgica Frum LTDA** consiste em uma indústria nacional que manufatura bens intermediários para o setor automotivo, como discos e tambores de freios, cubos de roda, suportes, algemas, braços de suspensão e peças em ferro fundido cinzento e nodular. O principal destino da produção são as montadoras de veículos pesados (caminhões, ônibus e carretas) (FRUM, 2018).

A indústria veio transferida da capital paulista para Extrema em 1974 (SEF-MG, 2018). Em 2015/2016, a Frum empregava 429 operários (SINMEC, 2016) no estabelecimento industrial localizado no Bairro do Rodeio (Mapa 3).

Os proprietários da Frum compõem o quadro acionário da **Excil Comércio e Indústria LTDA**, indústria fundada em 2008 (SEF-MG, 2018), no Bairro do Rodeio (Mapa 3). A Excil fabrica peças e acessórios para veículos automotores e operava com 110 funcionários em 2015/2016 (SINMEC, 2016).

A **Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos LTDA** é uma indústria química que produz filmes de polietileno, insumo-chave para a fabricação de descartáveis higiênicos (absorventes, fraldas infantis, fraldas geriátricas e filmes *stretch*) (ZARAPLAST, 2018).

A indústria funciona em Extrema desde 2009 (SEF-MG, 2018) e sua unidade industrial situa-se na Avenida Nicolau Cesarino, no Bairro dos Tenentes (Mapa 3). Em 2015/2016, operacionalizava a produção com 231 funcionários (SINMEC, 2016).

A Soft Film integra o Grupo Zaraplast, mantido por capitais nacionais e cuja sede se localiza em São Paulo (SP) (SANTOS, 2005). O grupo foi fundado em 1967 e atualmente é líder nacional na confecção e comercialização de embalagens flexíveis para alimentos, bebidas, artigos de higiene e limpeza, produtos agrícolas, químicos e petroquímicos (ZARAPLAST, 2018). Além da unidade fabril em Extrema, o Grupo Zaraplast mantém estabelecimentos em outros municípios paulistas, mineiros, gaúchos e baianos (ZARAPLAST, 2018).

A **Kidde Brasil LTDA** é uma multinacional norte-americana que iniciou suas atividades no Brasil em 1997. Atua no gênero automotivo, principalmente na produção de mangueiras e extintores de incêndios. Em 2005, a Kidde foi adquirida pela United Technologies Corporation (UTC), sediada em Farmington, Connecticut, Estados Unidos (KIDDE, 2018).

Os investimentos da Kidde em Extrema ocorreram após a aquisição da Yanes Camping LTDA, em 2000 (KIDDE, 2018). Na unidade fabril em Extrema, localizada no Bairro do Rodeio (Mapa 3), produzem-se extintores portáteis, automotivos e pó químico, os quais são comercializados no mercado nacional. As outras unidades da empresa no Brasil estão localizadas em Vinhedo (SP) (mangueiras de incêndio e espumas do tipo líquido gerador de espuma) e Ouro Fino (manômetros, válvulas e acessórios para extintores) (KIDDE, 2018).

A Kidde reduziu sensivelmente sua capacidade produtiva no Brasil em resposta à Resolução nº 556/2015 do Conselho Nacional de Trânsito, que tornou facultativa a presença de extintores de incêndios nos automóveis (ABRAHÃO, 2018). Consequentemente, vários postos de trabalho foram extintos, como noticiaram as seguintes manchetes de jornais: “Empresa demite mais de 150 funcionários em Ouro Fino” (MIRANDA JÚNIOR, 2015); “Empresa demite 350 por causa do fim de obrigatoriedade de extintores” (PORTAL G1 SUL DE MINAS, 2015); “Stimeic e Kidde fecham acordo para diminuir impactos nas demissões” (TEODORO, 2015).

De acordo com Abrahão (2018), existe a possibilidade de encerramento definitivo das operações da Kidde no país, afinal, as unidades de Ouro Fino e Vinhedo estão sendo fechadas e a fábrica em Extrema enxugou substancialmente a produção. Essa situação demonstra a vulnerabilidade dos lugares diante de decisões tomadas a distância e que impactam diretamente o mercado de trabalho e a economia dos municípios, que dão suporte à produção.

A **Dalka do Brasil LTDA** é uma indústria mexicana pertencente ao Grupo Rotoplas; produz reservatórios rotomoldados, que incluem tubos e conexões hidráulicas, plantas para tratamento de esgoto e purificadores de água. Em geral, suas mercadorias são empregadas em agroindústrias, na construção civil, na indústria ou em programas governamentais de combate à seca e de saneamento básico (ACQUALIMP, 2018).

A sede do Grupo Rotoplas fica na Cidade do México. A indústria vende seus artigos na Argentina, Belize, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Peru (ACQUALIMP, 2018). No Brasil, o grupo mexicano está presente desde 2001, quando lançou a marca Acqualimp; possui unidades produtivas em Extrema e Simões Filho (BA) (ACQUALIMP, 2018).

O estabelecimento em Extrema iniciou suas atividades em 2010 (SEF-MG, 2018) e atualmente abriga a matriz brasileira do Grupo Rotoplas (ACQUALIMP, 2018). A fábrica está instalada no Distrito Industrial dos Pires (Mapa 3) e era operacionalizada por 180 funcionários em 2015/2016 (SINMEC, 2016).

A **Force-line Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos LTDA** é uma empresa paulistana criada em 1984 e que atua em Extrema desde 2006 (SEF-MG, 2018), no Distrito Industrial dos Pires (Mapa 3). A indústria produz objetos de informática e eletrônica, como autotransformadores, interruptores e tomadas, *leds*, filtro de linha e protetores, *nobreaks*, extensões, artigos de áudio, vídeo, telefonia etc. (FORCE-LINE, 2018).

A administração da empresa situa-se na capital paulista, enquanto a produção ocorre em Extrema (FORCE-LINE, 2018). A Force-line atua no mercado nacional e operava com 136 funcionários em Extrema em 2015/2016 (SINMEC, 2016).

A **Ball do Brasil LTDA** pertence à Ball Corporation, uma corporação norte-americana sediada em Broomfield, Colorado, Estados Unidos. A multinacional tem presença global, atuando na fabricação de embalagens para bebidas, alimentos e produtos domésticos, além do setor aeroespacial (BALL CORPORATION, 2018).

No Brasil, a empresa mantém unidades produtivas em Águas Claras (RS), Benevides (PA), Brasília (DF), Cabo de Santo Agostinho (PE), Cuiabá (MT), Extrema (MG), Jacareí (SP), Manaus (AM), Pouso Alegre (MG), Rio de Janeiro (RJ), Simões Filho (BA) e Três Rios (RJ), as quais produzem latas em alumínio para o envase de bebidas. O escritório central da Ball Corporation na América do Sul localiza-se na capital fluminense (BALL CORPORATION, 2018).

A Ball iniciou suas atividades em Extrema em 2016, após a fusão com a indústria inglesa Rexam do Brasil LTDA, que já havia adquirido a American National Can em 2000 (ABRALATAS, 2013). As dependências da Ball em Extrema localizam-

se no Distrito Industrial dos Pessegueiros I (Mapa 3), em área industrial projetada inicialmente pela CDI-MG.

Para Carvalho (2018), Abrahão (2018) e Marques et al. (2018), a unidade industrial da Ball é uma das mais modernas e mecanizadas no município, motivo pelo qual emprega pequeno número de funcionários em relação a sua capacidade produtiva e de arrecadação. A unidade da Ball funcionava com 132 funcionários em 2015/2016 (SINMEC, 2016).

A **CNS Central de Núcleos Siliciosos EIRELI** é uma indústria nacional que fabrica aços magnéticos de grão orientado e não orientado e núcleos para transformadores utilizados na medição, na distribuição e na transmissão de energia elétrica ou em blindagens (CNS, 2013).

A produção foi transferida integralmente para Extrema em 2010 (SEF-MG, 2018), enquanto a matriz permanece em São Paulo (SP). (CNS, 2013). A CSN explora basicamente o mercado nacional. Sua unidade industrial funciona no Distrito Industrial dos Pessegueiros II (Mapa 3) e disponibilizava 120 postos de trabalho em 2015/2016 (SINMEC, 2016).

A **Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA** fabrica chocolates e pertence ao grupo Barry Callebaut, formado pela fusão das empresas belga Callebaut e francesa Cacao Barry (BARRY CALLEBAUT BRASIL, 2018).

Estruturada em uma rede global de produção e comercialização de insumos e mercadorias, a corporação belgo-francesa atua nos cinco continentes. Desde 1998, sua sede encontra-se em Zurique, na Suíça, onde são negociadas as ações da empresa na Bolsa de Valores (BARRY CALLEBAUT BRASIL, 2018).

No Brasil, a central de operações está alocada em São Paulo (SP). O estabelecimento em Extrema, que iniciou suas atividades em 2009 (SEF-MG, 2018), localiza-se às margens da BR 381, no Bairro dos Tenentes (Mapa 3). Em 2015/2016, a Barry Callebaut empregava 107 funcionários no município (SINMEC, 2016).

A **Barasch Indústria e Comércio de Produtos Eletroeletrônicos LTDA** foi fundada em São Paulo (SP), em 1967, por imigrantes romenos que se ocupavam da fabricação de colares, pulseiras e talheres em aço inoxidável incrustados por rochas ornamentais brasileiras (BARASCH SYLMAR, 2018).

No final da década de 1980, a empresa diversificou seu campo de atuação, importando e distribuindo baterias recarregáveis do grupo francês SAFT S/A. Nos anos 2000, a Barasch lançou sua própria marca de baterias, a *Planet Battery*; em 2003, passou a comercializar no Brasil os sensores de presença e centrais de alarmes da indústria israelense *Rokonet – Risco Group*. Atualmente, a Barasch atua na produção de artigos para presentes em pedras, de materiais elétricos e de produtos odontológicos (BARASCH SYLMAR, 2018).

A Barasch iniciou suas operações em Extrema no ano de 2007 com a produção de baterias seladas (SEF-MG, 2018). A fábrica¹⁷ é a única da empresa fora da capital paulista (BARASCH SYLMAR, 2018) e ocupa o prédio anteriormente utilizado pela Climp Industrial de Parafusos S/A, no Bairro do Jardim (Mapa 3) (ABRAHÃO, 2018).

Entre as grandes indústrias de capitais exógenos também existem diferenciações quanto ao tamanho dos estabelecimentos, aos gêneros industriais, à organização industrial, às áreas de mercado, às origens dos capitais investidos e às formas de ingresso no território local.

No que se refere ao tamanho dos estabelecimentos, apenas a Pandurata Alimentos, a Multilaser, a CRM, a HBA Hutchinson e a Panasonic foram classificadas como indústrias de grande porte, segundo a tipologia proposta pelo Sebrae (2013), porque empregavam 500 ou mais funcionários em 2015/2016 (SINMEC, 2016). Os outros estabelecimentos do quadro 3 foram considerados indústrias de médio porte, uma vez que contabilizavam entre 100 e 499 trabalhadores naqueles anos (SINMEC, 2016).

Quanto aos gêneros industriais, o campo de atuação das grandes indústrias é diversificado e abrange a fabricação de bens intermediários para indústrias automobilísticas (4 unidades), de produtos alimentícios (3 unidades), de produtos de borracha e material plástico (3 unidades), de produtos e materiais eletrônicos (2 unidades), de produtos e materiais elétricos (2 unidades), de produtos de papel e

¹⁷ De acordo com Abrahão (2018), a Barasch está encerrando suas atividades em Extrema por motivos ainda desconhecidos. No entanto, optou-se por relacioná-la entre as grandes indústrias de capitais exógenos por duas razões. Em primeiro lugar, pela criação de 105 postos de trabalho em 2015/2016, anos de referência dos dados do Sinmec (2016). Em segundo lugar, porque o CNPJ da empresa permanece ativo no Cadastro de Contribuintes de ICMS da SEF-MG (2018) e consta do Cadastro de Empresas Ativas da Prefeitura Municipal de Extrema, em 2017 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017a).

celulose (1 unidade), de produtos de metal (1 unidade) e metalurgia (1 unidade) (Quadro 3).

Em sua maioria, as unidades fabris estão relacionadas aos gêneros tradicionais da indústria, normalmente caracterizados pelo uso menos intensivo de tecnologias de ponta e pela produção de produtos com menor valor agregado, como alimentos, componentes para automóveis, artigos em papel e celulose, artigos em borracha e materiais plásticos e metalurgia.

Além disso, os estabelecimentos cujas operações envolvem maior conteúdo tecnológico, como a Multilaser, a Force-line ou a Panasonic, realizam basicamente a montagem industrial de seus produtos em Extrema, enquanto as atividades de pesquisa e desenvolvimento são realizadas nas grandes metrópoles brasileiras ou no exterior. Para essas indústrias, Extrema exerce a função de “plataforma produtiva”, onde são executados processos industriais repetitivos, intensivos em trabalho pouco qualificado e que tendem a ser amplamente disseminados entre as indústrias.

No que concerne à organização da produção, o documento da Agenda 21 esclarece que “as empresas não costumam estocar os seus produtos, trabalhando no sistema *just in time*, ou seja, o que é produzido é repassado imediatamente ao consumidor” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a). A fabricação sob demanda revela os esforços de racionalização do processo produtivo, concebidos durante a reestruturação produtiva das empresas entre as indústrias em Extrema.

No espaço industrial do município, coexistem indústrias bastante segmentadas espacialmente, cuja produção e comercialização de mercadorias ocorrem em escala global, como a Panasonic, a HBA Hutchinson, a Kidde, a Ball, a Fagor Ederlan e a Barry Callebaut; indústrias em fase crescente de internacionalização do capital e da produção, como a Pandurata Alimentos e a Dalka; e empresas que mantêm uma única unidade industrial, explorando principalmente o mercado interno, como a Delo, a Frum, a Excil, a Multilaser, a Force-line, a CRM Alimentos e a CNS.

A complexidade da organização industrial tende a ser proporcional à capitalização, ao domínio tecnológico, à área de mercado e ao poder de barganha das indústrias. Assim sendo, a fragmentação do processo produtivo e a extensão do mercado consumidor tendem a ser mais expressivas entre as corporações

internacionais devido à concentração e centralização do capital historicamente a seu favor em relação às indústrias nacionais.

Os grandes estabelecimentos em Extrema são formados por recursos de várias origens. As indústrias estrangeiras são principalmente de países centrais, como a França, a Espanha, a Bélgica, o Japão e os Estados Unidos, evidenciando casos de disjunção espacial da produção. A presença da Dalka explicita a internacionalização do capital e da produção por parte das empresas-líderes dos principais países semiperiféricos, como abordaram Sposito e Santos (2012).

A internacionalização do capital da produção em Extrema efetivou-se fundamentalmente por meio dos IEDs, com a construção de unidades próprias ou a aquisição de fábricas criadas durante a fase de expansão industrial. Durante o trabalho de campo não foram reconhecidas as outras modalidades de internacionalização do capital descritas por Sposito e Santos (2012), como os investimentos em portfólios e as NFIs.

A integração de Extrema ao processo de internacionalização do capital e da produção não acarretou a transferência de fábricas de outras cidades brasileiras, ou seja, os IEDs foram remetidos diretamente ao município, revelando a presença das condições propícias para as etapas da produção propriamente dita no território local, em meados da década de 1990.

Entre as empresas de capitais nacionais, há exemplos de desconcentração e de descentralização industrial. Para os casos de desconcentração industrial, as fases mais padronizadas da produção foram localizadas em Extrema, enquanto as atividades mais nobres ou primazes das empresas (gestão, desenvolvimento de pesquisas e de novos produtos, publicidade e propaganda etc.) foram mantidas nas cidades de origem dos investimentos, na RMSP. Esta situação reforça o padrão clássico da desconcentração industrial no Brasil, examinado por autores como Mendes (1991, 1997), Lencioni (2004, 2007), Selingardi-Sampaio (2009), entre outros. Entre as indústrias do quadro 3, a Pandurata Alimentos, a Multilaser, a CRM, a Soft Film, a Barasch, a Force-line e a CNS efetuaram desconcentração industrial para Extrema.

A descentralização industrial, por sua vez, envolve a transferência integral das funções produtivas e administrativas da empresa para outro lugar. A Delo e a Frum

constituem as empresas que efetivaram descentralização industrial. A Excil foi fundada em Extrema, porém é mantida por capitais paulistas.

Por último, vale ressaltar que as grandes inversões de origem exógena em Extrema ocorreram durante a fase de diversificação industrial, quando dispunham das bases técnicas (infraestrutura logística satisfatória, sistemas técnicos que dão suporte à produção, disponibilidade de terrenos etc.) e de conjuntura político-econômica (condições macroeconômicas favoráveis, incentivos fiscais e creditícios etc.) propícias para a reprodução do grande capital da indústria nesta cidade pequena.

Nesse sentido, reafirma-se a tese de que algumas cidades pequenas dispõem de vantagens locais relevantes para a reprodução do grande capital da indústria no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, motivo pelo qual atraem grandes estabelecimentos dedicados, principalmente, às etapas da produção propriamente dita.

Na seção seguinte, aprofunda-se o exame dos fatores locais associados ao crescimento industrial verificado recentemente no município e a análise dos papéis desempenhados por Extrema na divisão territorial do trabalho da indústria.

4.2. Fatores locais de atração das indústrias em Extrema

A identificação e a análise dos fatores locais associados ao crescimento industrial em Extrema, durante a fase de diversificação industrial, basearam-se nas entrevistas realizadas junto à Prefeitura Municipal de Extrema (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo e Secretaria de Turismo), ao Sinmec (com a colaboração de dois interlocutores, em momentos distintos) e aos sindicatos dos trabalhadores (Stimeic e Sindicavespar).

Os fatores locais apontados como “relevantes” para a implantação de grandes indústrias em Extrema encontram-se discriminados no quadro 4. Os roteiros das entrevistas constam dos Apêndices I, II, III e IV.

O peso conferido a cada fator no processo de industrialização local variou de acordo com a filiação institucional dos entrevistados. Os servidores do Poder Público dispõem de uma visão mais técnica e abrangente sobre o referido processo e ressaltaram as intervenções do Poder Público no sentido de expandir e diversificar o

parque industrial do município. Os representantes dos sindicatos dos trabalhadores destacaram aspectos ligados à mão de obra, como o perfil dos operários e os baixos salários. Os diretores do sindicato patronal enfatizaram a localização estratégica das indústrias em Extrema, as políticas industriais e os esforços do empresariado para atrair novos empreendimentos industriais ou para qualificar a mão de obra.

Nas análises a seguir, os fatores locacionais do quadro 4 foram reunidos em cinco tópicos: a) localização estratégica das indústrias no município, agrupando os aspectos ligados à posição geográfica (proximidade aos principais centros urbano-industriais do país, logística favorável) e ao sítio urbano (disponibilidade de infraestruturas, presença de distritos industriais); b) mão de obra abundante e barata; c) ações do governo estadual; d) ações do governo municipal; e) ações de instituições privadas ligadas à indústria, como a Fiemg, o Senai e o Sinmec.

Quadro 4. Fatores locacionais importantes para a localização industrial em Extrema (MG) – 1996/2018.

Fatores locacionais	Interlocutores					
	Poder Público Municipal		Sindicato Patronal - Sinmec		Sindicatos dos Trabalhadores	
	Des. Econômico	Turismo	Interlocutor 1	Interlocutor 2	Stimeic	Sindicavespar
Proximidade aos principais centros urbano-industriais brasileiros	X	X	X	X	X	X
Situação logística	X	X	X		X	X
Infraestrutura urbana	X					
Água abundante		X				
Mão de obra barata			X		X	X
Organização sindical			X			
Ações do governo estadual	X	X	X		X	X
Ações do governo municipal	X	X	X	X	X	X
Ações de instituições privadas de apoio à indústria	X		X	X		

Fontes: CARVALHO (2018); RIBEIRO (2018); ABRAHÃO (2018); CESARINO (2018); MARQUES et al. (2018); FARIA (2018).

Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

4.2.1. Localização estratégica em Extrema

A localização industrial em Extrema é estratégica porque os aspectos ligados à posição geográfica e ao sítio urbano do município contribuem para a redução dos custos operacionais do processo produtivo.

Corrêa (2004, p. 323) assinala que

a localização de cada cidade, [...], implica em ações envolvendo duas escalas espaciais, uma resultando em localização absoluta, o *sítio* e a outra em localização relativa, a *posição geográfica*. A primeira implica em análises com mapas de grandes escalas, 1:5.000, por exemplo, enquanto a segunda com mapas de pequenas escalas, 1:500.000, por exemplo. A localização absoluta, o sítio, é o chão sobre o qual a cidade se estende, podendo ser natural, via de regra alterado pela ação humana, ou artificialmente produzido. A localização relativa ou posição geográfica refere-se à situação locacional de uma cidade face a aspectos externos a ela, envolvendo o conteúdo natural e social das áreas circunvizinhas. Recursos naturais, produção, demanda e acessibilidade estão entre os principais aspectos da posição geográfica.

Souza (2013) afirma que os conceitos de sítio e posição geográfica são caros à Geografia Clássica e dizem respeito ao substrato espacial material da sociedade, ou seja, ao espaço geográfico em sua materialidade. Segundo o autor, enquanto o “[...] sítio costumava ser visto como um tributário de uma concepção ‘*absoluta*’ do espaço (espaço como receptáculo, continente de coisas), a posição nos remete a uma visão de espaço ‘*relativo*’” (SOUZA, 2013, p. 67).

Para os fins da presente pesquisa, a posição geográfica remete à escala interurbana e refere-se aos diferenciais de acessibilidade aos fatores de produção e aos mercados entre as localizações possíveis para as indústrias no território. O sítio urbano, por sua vez, diz respeito às infraestruturas e aos serviços que dão suporte imediato à produção industrial na escala intraurbana, como os sistemas técnicos de energia elétrica, de saneamento básico, de telecomunicações etc. ou à presença de distritos industriais.

Conforme o quadro 4, todos os entrevistados apontaram a posição geográfica como relevante para implantação de grandes indústrias em Extrema. Quando indagados sobre as vantagens da localização industrial no município, Carvalho (2018), Ribeiro (2018), Cesarino (2018) e Marques et al. (2018) responderam que:

you have the strategic location. Extrema is the closest city to São Paulo (SP) in another state, this is important. [...]. The advantage is being close... If I draw a radius of 700 km, I have 75% of the GDP of the country. Then the GDP happens here. I am one hour from São Paulo (SP), one hour from São José dos Campos, one hour from Guarulhos and one hour from Campinas. Then the location brings this logistical ease (CARVALHO, 2018).

the external factor of growth [industrial] is the big state emitter, which is sending for this region. And then it is incentivizing for here. Here you have the duplication of Fernão Dias, it is from Mercosul. If you will analyze the routes, the Fernão Dias has this importance. [...]. Why is it important here? Viracopos! Not duplicated? It is a dry port, then it is very important. Logistics here is unequal! People have the Port of Santos. The Port of São Sebastião is being duplicated... Then, our logistics in terms of ship and airplane is beautiful (RIBEIRO, 2018).

[...] our geographical position, we are only 100 km from the biggest consumer in Brazil, which is the city of São Paulo (CESARINO, 2018).

the location of the city is a strategic point for industry. We are located 10 km from São Paulo [estado], 100 km from the center of São Paulo (SP), we are "bordering" the Fernão Dias [...]. You are "geographically" placed. The Fernão Dias connects you with the center of São Paulo (SP), from there you pass 30 km, take Dom Pedro, which connects you to Rio de Janeiro and the Center-West; and a little "for" the front of São Paulo, you will take the south. It is two and a half hours from the Port of Santos, the biggest port in the country. We are on a geographical axis that connects you to all of Brazil. You are a short time from the biggest city in the country, the biggest market of labor and consumer; three hours from the big manufacturers... (MARQUES et al., 2018).

The geographical position in the area of major industrial concentration, economic, demographic and urban of the country appears as a locational factor extremely relevant for the installation of large industrial units in Extrema, during the phase of industrial diversification. The proximity of the São Paulo metropolitan area, in particular, is emphasized as a key element for local industrialization, given the density and the diversity of economic infrastructures and the consumer market, available in the largest Brazilian metropolitan area.

Nevertheless, geographical proximity alone does not represent a locational advantage for industries, after all, the reduced distance in relation to São Paulo did not stimulate a more vigorous industrial development in Extrema during the incipient phase.

Na realidade, o mérito da posição geográfica enquanto fator locacional para as indústrias deve ser relativizado de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, o grau de integração do mercado e do território e, sobretudo, as condições de acessibilidade aos pontos luminosos do território.

Para Corrêa (2004, p. 317 – 318),

a posição geográfica precisa ser contextualizada. Uma dada localização relativa pode ser extremamente importante em um dado momento histórico e não o ser mais em outro. A este respeito o conjunto de transformações econômicas e tecnológicas verificadas no século XIX alterou a posição geográfica das cidades. As transformações verificadas na segunda metade do século XX introduziram uma nova reavaliação. Assim, a inserção de uma cidade na rede de uma grande corporação, multilocalizada, pode conferir-lhe uma posição privilegiada face às cidades que não se constituem em nós da rede.

No caso de Extrema, a implantação industrial tornou-se gradualmente vantajosa a partir da década de 1970, em contexto marcado por profundas transformações socioespaciais decorrentes da internacionalização da economia brasileira, da modernização do campo, da urbanização acelerada, da desconcentração industrial, da instrumentalização do território com sistemas técnicos de transportes, telecomunicação e energia mais modernos e da integração nacional.

A construção e a duplicação da BR 381 representaram marcos para o desenvolvimento industrial, econômico e urbano em Extrema, porque aprimoraram as condições de acessibilidade do município em relação aos centros urbanos mais dinâmicos do país. Desde a inauguração da rodovia, o município vem ampliando suas funções na divisão territorial do trabalho - local de segunda residência, de uso turístico, de uso industrial, entreposto logístico, polo microrregional -, bem como o alcance de suas interações espaciais.

A distância reduzida e as facilidades logísticas intensificaram os vínculos espaciais de Extrema, principalmente com a capital e o interior paulista, permitindo às indústrias o acesso mais rápido e econômico aos bens materiais e imateriais e ao mercado consumidor da fração mais dinâmica do território nacional. Nesse sentido, a posição geográfica de Extrema é estratégica porque imprime celeridade ao

processo de valorização do capital no território, ou seja, contribui para a reprodução ampliada dos capitais e para a maior competitividade das indústrias no mercado globalizado.

A diversidade, a densidade e a qualidade dos transportes interferem diretamente no tempo e nos custos das transações econômicas pelo território. A infraestrutura logística de Extrema encontra-se representada no mapa 4.

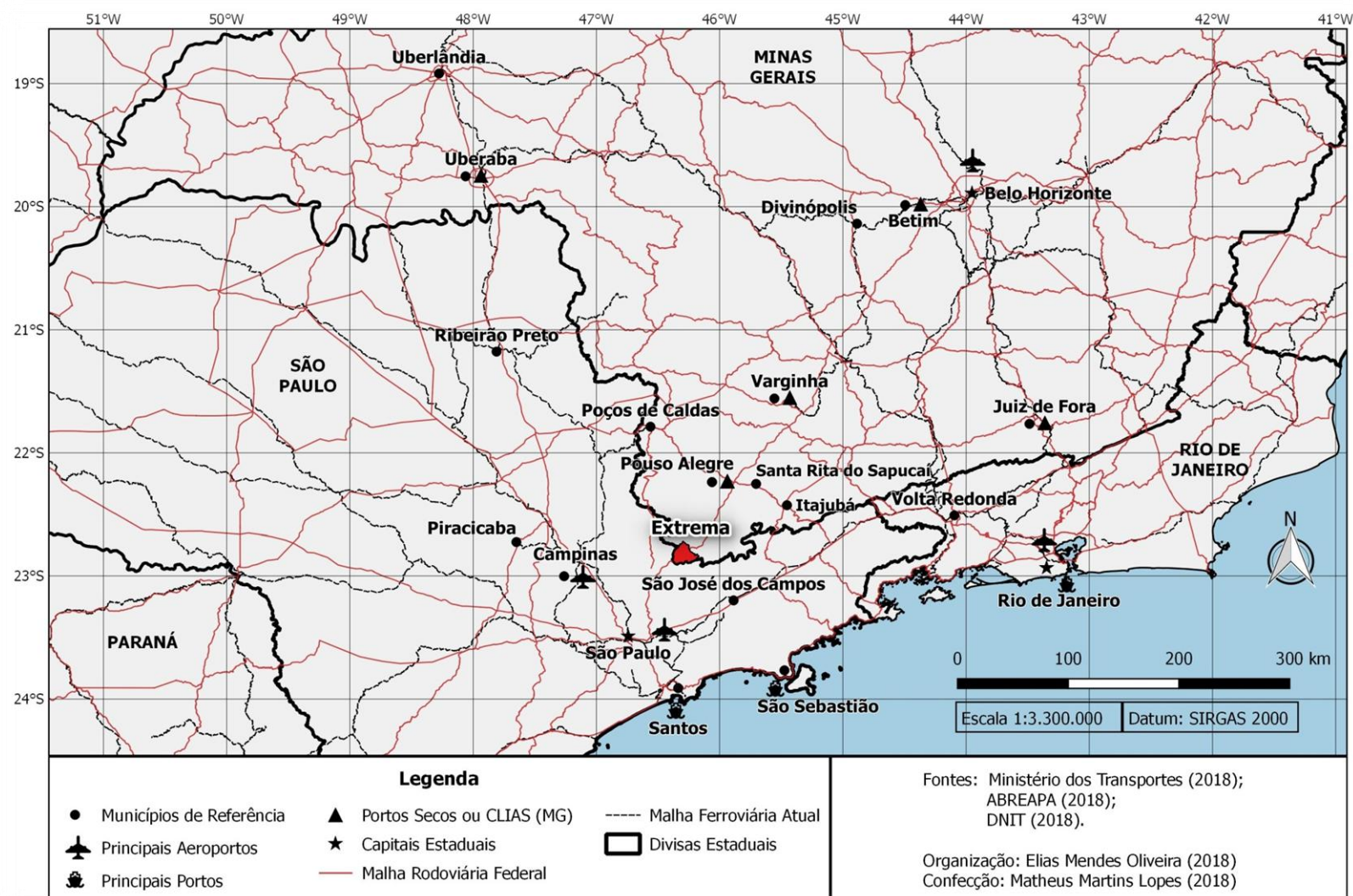
De modo geral, o município está bem posicionado em relação aos principais fixos do território brasileiro (rodovias, aeroportos, portos, portos secos), garantindo às indústrias maior agilidade na aquisição de insumos e no escoamento da produção.

Extrema é servida unicamente por modal rodoviário. A BR 381 constitui a principal via de acesso ao município, cortando seu território no sentido sudoeste – nordeste (Mapas 2 e 4). Com 1.181 km de extensão, a rodovia liga São Paulo (SP) a São Mateus (ES) (ALMEIDA, 2004) e estabelece a conexão direta entre o município e importantes cidades paulistas - São Paulo, Guarulhos, Bragança Paulista, Atibaia - , e mineiras - Pouso Alegre, Três Corações, Betim, Contagem, Belo Horizonte, Ipatinga e Governador Valadares.

A integração da BR 381 com a BR 116 e o Rodoanel, na RMSP, e com a BR 101, em território paulista ou capixaba, amplia as condições de acessibilidade de Extrema em relação ao Rio de Janeiro e às regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Destarte, as facilidades logísticas representadas pela Fernão Dias são fundamentais para a localização industrial em Extrema, assegurando a fluidez territorial necessária para a reprodução do capital.

A MG 460, por sua vez, consiste em uma rodovia estadual, com aproximadamente 40 km e pista simples. Estende-se do entroncamento com a BR 381, em Extrema, até o município de Munhoz (MG), passando por Toledo (MG), duas cidades pequenas da microrregião de Pouso Alegre.

Mapa 4. Infraestrutura logística de Extrema no território nacional – 2018.



Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

O acesso aos principais aeroportos do país, principalmente em território paulista, é favorecido pela proximidade geográfica e pelas facilidades de deslocamento por meio da BR 381 (Mapa 4). Extrema está a 119 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos e a 109 km do Aeroporto de Congonhas, ambos na RMSP, e a 125 km do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017c).

O modal aeroviário é essencial para viagens a longa distância, sendo correntemente utilizado por técnicos e executivos das indústrias ou para o transporte de cargas com maior valor agregado. Nas proximidades de Extrema, existem terminais de carga em Viracopos, Guarulhos e São José dos Campos (RECEITA FEDERAL, 2018) e projetos para a construção de um aeroporto internacional de cargas em Pouso Alegre (PORTAL G1 SUL DE MINAS, 2017).

A posição geográfica do município também privilegia o comércio exterior por meio dos portos de Santos, de São Sebastião e do Rio de Janeiro (Mapa 4). Como descrito anteriormente, muitos insumos utilizados na produção em Extrema são importados e algumas indústrias exportam suas mercadorias, reforçando a importância do acesso facilitado às instalações portuárias.

A proximidade aos portos secos e aos Centros Logísticos Industriais e Aduaneiros (Clas), em Minas Gerais, constitui outra vantagem locacional para as indústrias que praticam o comércio internacional, uma vez que nesses entrepostos ocorre o controle aduaneiro sobre a movimentação, a armazenagem e o despacho de mercadorias advindas ou destinadas ao exterior. No Sul e Sudoeste de Minas Gerais estão localizados o Porto Seco Sul de Minas, em Varginha, e o Clia Sul de Minas, em Pouso Alegre (Mapa 4).

Extrema não dispõe do modal ferroviário, deficiência que inibiu o desenvolvimento industrial durante a fase incipiente, restringindo as vantagens da distância reduzida em relação à capital paulista para a localização industrial no município.

Entre os planos de ação contidos na Agenda 21 de Extrema, pontuou-se a realização de “[...] estudo objetivando a viabilização da ferrovia, contando com o organismo federal para aproveitar o ramal de Santos-Jundiaí, hoje desativada” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2005a). Entretanto, o documento não especifica a finalidade das ferrovias (movimentação de cargas, de passageiros, ou

de ambos), nem os motivos para investimentos futuros nessa modalidade de transporte.

Durante o trabalho de campo, não foi possível comprovar a existência deste estudo ou a adoção de medidas específicas para a introdução dos trilhos no território local. Além disso, a falta de ferrovias aparentemente não constitui empecilho para a produção industrial em Extrema, haja vista o atual cenário da rede brasileira de transportes, baseada no modal rodoviário, e as facilidades de circulação através da BR 381.

A ausência de dutos para a oferta de gás natural foi apontada por Carvalho (2018) e Abrahão (2018) como um dos principais estrangulamentos para a produção industrial em Extrema. Algumas fábricas, principalmente do gênero alimentício, consomem grandes quantidades deste insumo. Atualmente, o gás natural é transportado por caminhões até as fábricas; se viesse encanado, geraria economia para as indústrias (CARVALHO, 2018).

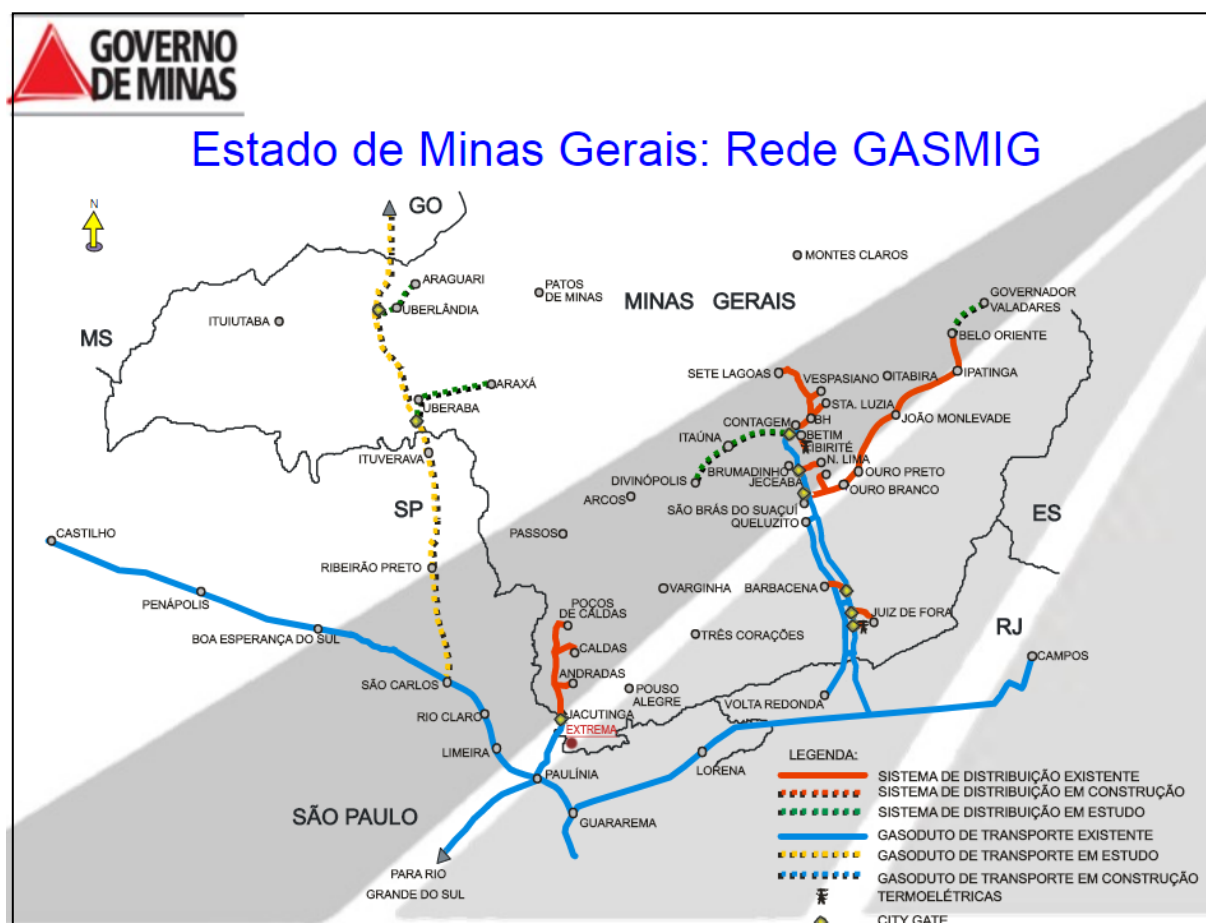
Para Carvalho (2018), a conexão com a rede paulista, que passa por Bragança Paulista, distante aproximadamente 30 km, constitui a alternativa mais viável para suprir as indústrias em Extrema com gás natural. No entanto, a comercialização do gás natural é exclusiva da Gasmig, cuja rede de distribuição é limitada com relação ao domínio territorial de estado, como ilustra o mapa 5 (GASMIG, [201-]).

Para solucionar essa deficiência infraestrutural e evitar uma possível transferência das unidades produtivas para outros lugares, foi aberto recentemente um canal de diálogos entre o empresariado, a Prefeitura Municipal de Extrema e o governo mineiro para viabilizar a oferta de gás natural a menores custos no município. De acordo com Carvalho (2018), estão sendo avaliadas duas opções: a criação de uma central de distribuição abastecida por caminhões ou a expansão da rede da Gasmig, de Jacutinga (MG) a Extrema. Em ambos os casos, a instrumentalização do território com o sistema de distribuição de gás natural suscitará vultosos investimentos em infraestruturas, certamente envolvendo recursos públicos.

Além dos transportes, a localização industrial em Extrema favorece especificamente alguns gêneros industriais, como aqueles que fabricam bens intermediários para a indústria automobilística. O mapa 6 mostra a posição

geográfica de Extrema em relação às principais montadoras de automóveis na Região Sudeste do Brasil.

Mapa 5. Rede de distribuição de gás natural da Gasmig – [201-].



Fonte: Gasmig (2018).

À exceção das unidades fabris situadas na porção central de Minas Gerais (Betim, Contagem e Sete Lagoas), as principais montadoras de automóveis estão dispostas em uma espécie de “arco industrial” - interligando Juiz de Fora (MG) a Ribeirão Preto (SP) - em relação ao território de Extrema. Por conseguinte, a posição geográfica facilita os intercâmbios entre as unidades fabris na cidade e as indústrias automobilísticas nas adjacências, reduzindo os custos das transações econômicas na produção veicular.

Desde a fase de expansão industrial, a integração das indústrias intermediárias com as montadoras de automóveis apresentava-se como condição propícia para o desenvolvimento industrial no município. Havia, inclusive, a tendência da especialização produtiva no complexo metalmeccânico.



A partir da década de 1990, a concentração das novas unidades da indústria automobilística no Centro-Sul reforçou a localização estratégica de Extrema para esse tipo de indústrias, atraindo, inclusive, grandes investimentos estrangeiros ao município (Fagor Ederlan, Kidde, HBA Hutchinson). No entanto, a tendência de especialização metalmecânica foi contrabalanceada pelos esforços dos agentes sociais envolvidos com a industrialização local para diversificar o parque industrial do município a partir da década de 1990, atraindo investimentos externos de outros gêneros industriais, como a produção de alimentos ou a fabricação de eletroeletrônicos.

Em síntese, a posição geográfica de Extrema assegura a fluidez territorial necessária para a reprodução dos capitais da indústria, ao mesmo tempo em que intensifica os vínculos e as trocas espaciais entre o município e outras localidades no Brasil e no mundo, ampliando o alcance de suas interações espaciais.

No que concerne às vantagens locacionais ligadas ao sítio urbano, o território de Extrema está equipado com as infraestruturas e os serviços urbanos que dão suporte imediato à produção industrial, como os sistemas de distribuição de energia elétrica, de abastecimento de água tratada, de esgotamento sanitário e de telecomunicações, além de serviços bancários, do corpo de bombeiros etc.

O Grupo Energisa é responsável pelo suprimento de energia elétrica em Extrema desde a aquisição da Empresa Elétrica Bragantina S/A, em 2014. Atualmente, a empresa distribui eletricidade para 788 municípios, atendendo, aproximadamente, 16,3 milhões de usuários no Brasil (GRUPO ENERGISA, 2017).

O saneamento básico é assegurado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), uma empresa de economia mista presente em 626 municípios do estado (COPASA, 2017).

O aterro sanitário e a coleta seletiva de lixo são administrados pela Prefeitura Municipal de Extrema (PREFETURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017b), enquanto as indústrias são responsáveis pela destinação ambientalmente correta de seus efluentes industriais (CARVALHO, 2018; ABRAHÃO, 2018; MARQUES et al., 2018).

Em Extrema, existem sistemas de telefonia (fixo e móvel) e provedores de *internet*. A rede bancária é composta por agências de várias instituições financeiras, como o Banco do Brasil, o Banco Bradesco, o Banco Itaú, a Caixa Econômica Federal, o Santander Brasil, entre outras (EXTREMA DE A A Z, 2018).

A implantação das infraestruturas é negociada diretamente entre as indústrias e as concessionárias que administram os serviços urbanos. Entretanto, a Prefeitura Municipal de Extrema atua como mediadora entre as partes, visando acelerar a instalação, a expansão ou a modernização dos empreendimentos industriais em seu território (CARVALHO, 2018).

Durante o trabalho de campo, foram identificados alguns obstáculos à produção industrial relativos à oferta ou à qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos em Extrema, como as interrupções no fornecimento de energia elétrica ou de água.

Abrahão (2018) reconhece que:

[...] você não tem toda a infraestrutura para atender isso [*o crescimento industrial, econômico e urbano no município*]. Existe um processo na prefeitura em cima do fornecimento de água de seis milhões de reais, porque falta água. Por quê? Não falta água porque não tem água tratada. A canalização da cidade é tão antiga e conforme a “coisa” foi crescendo... Se você pôs um “caninho” assim, o “caninho” assim dá para 500 m. Se você carrega mil metros, meu amigo, não chega água. Resistência criada pelo próprio tubo. Então hoje você tem problema de água, houve problema de energia, ainda tem, por causa da demanda, não tem toda a estrutura. A própria Fagor quando veio para cá, aquela subestação que você vê na porta da Fagor, o consumo deles era tão grande, caía tanto, que a Fagor, na época Fundação Brasileira, bancou perante a Bragantina aquela subestação para ter energia ali direto mais barata. [...]. Em termos negativos é aquilo: em todo lugar que cresce vai existir uma desordem no crescimento, porque se você não planejar, por água e esgoto, como é que fica? Então isso é difícil, e nós estamos em uma região de águas, Minas é muito “rica” em águas.

Conforme Marques et al., (2018), existem relatos da falta de novos números para a expansão da rede telefônica, bem como da interrupção recorrente dos serviços de *internet*, evidenciando o aumento expressivo da demanda pelos serviços de telecomunicações

Desse modo, os novos empreendimentos industriais e o crescimento urbano acelerado amplificam as solicitações por infraestruturas e serviços urbanos - energia elétrica, água, esgoto, habitação, educação, pavimentação etc. - além da capacidade das concessionárias e do Poder Público de fornecê-los de imediato. Por conseguinte, a sobrecarga ou a inadequação das infraestruturas econômicas e sociais são reflexos das rápidas transformações na dinâmica socioespacial do

município, as quais estão associadas, sobretudo, ao modelo de industrialização praticado a partir dos anos 1990.

Na medida em que as infraestruturas e os serviços urbanos encontram-se cada vez mais difundidos pelo país, principalmente entre os municípios do Centro-Sul, a sua disponibilidade no território local não constitui, *a priori*, o elemento central para a localização industrial em Extrema.

O principal aspecto para a instalação de grandes estabelecimentos em relação ao sítio urbano de Extrema diz respeito à presença de distritos industriais bem posicionados em relação à Rodovia Fernão Dias, acarretando facilidades logísticas na circulação de insumos, mercadorias e trabalhadores das indústrias.

Oliveira (1976) define os distritos industriais como espaços planejados especialmente para abrigar a atividade industrial e que são utilizados, simultaneamente, como instrumentos de indução e de ordenamento do uso industrial do território.

Em geral, as vantagens da localização nos distritos industriais remontam à disponibilidade de terrenos mais amplos e baratos do que em outras partes da cidade; à adequação das infraestruturas físicas às operações industriais; às facilidades logísticas para a obtenção de matérias-primas, para o escoamento de produção e para a circulação dos trabalhadores; à possibilidade de integração com outras indústrias; à menor incidência de conflitos com a vizinhança, decorrentes da produção industrial (ruídos, mau cheiro, congestionamentos, poluição etc.), entre outros.

De acordo com Oliveira (2012, p. 25 - 26),

os critérios observados pelo planejamento na implantação de distritos industriais prezam pela racionalização dos sistemas de circulação e de comunicação interna; preparação dos terrenos (terraplenagem, fechamento de lotes); oferta de todo o equipamento de infraestruturas básicas (fornecimento de água e energia elétrica, saneamento básico, limpeza pública); e localização mais adequada em relação ao tecido urbano. Sobre este último aspecto, convém frisar que a posição estratégica dos distritos industriais é de suma importância para se alcançarem os objetivos de promoção e ordenamento da indústria. Em geral, a implantação desses espaços ocorre nas periferias, junto às principais vias de circulação interurbana, permitindo o acesso facilitado aos fornecedores, clientes e mão de obra. Além disso, a (re)instalação das unidades produtivas nos distritos industriais, quase sempre, é facilitada pela cessão de incentivos fiscais e creditícios às empresas, o que reforça o movimento de periferação da indústria.

A criação do primeiro distrito industrial em Extrema, em convênio com a CDI-MG, efetivou-se em 1975, nos primórdios da fase de expansão industrial. A posição geográfica estratégica do município, na divisa com São Paulo e junto à BR 381, justificava a intervenção da CDI-MG na cidade. Além disso, a construção deste distrito revela a preocupação precoce do governo estadual de administrar o potencial de industrialização do município no contexto da desconcentração industrial, processo que se intensificava no Brasil, nos anos 1970.

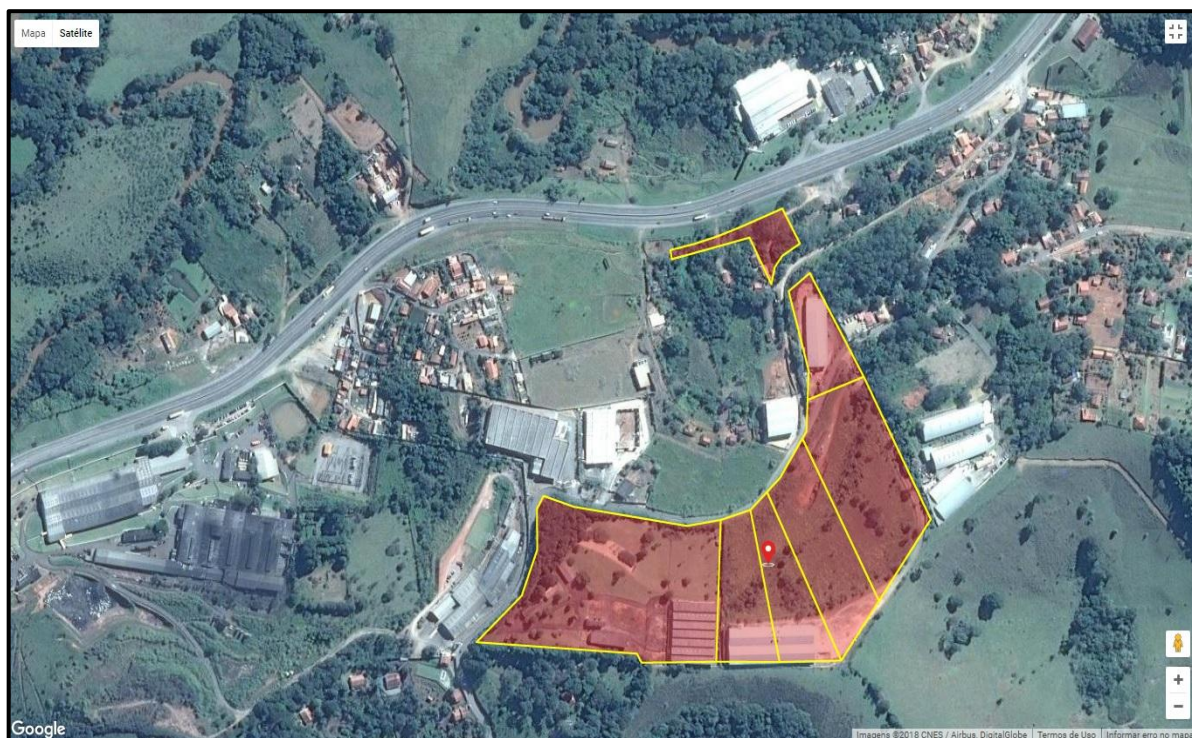
De acordo com Magalhães (2003), os procedimentos para a implantação do distrito industrial iniciaram-se em 1974, três anos após a fundação da própria CDI-MG, uma vez que Extrema foi definida como um dos destinos prioritários para o grande capital da indústria nos planos de desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Com 278.000 m² de extensão, o distrito industrial localiza-se no Bairro do Rodeio (Fotografia 1).

O segundo distrito industrial, com área total de 943.548 m², foi implantado em 1995 no Bairro dos Pessegueiros (Fotografia 2), também em parceria com a CDI-MG (MAGALHÃES, 2003).

As negociações entre a Prefeitura Municipal de Extrema e a CDI-MG para a implantação do distrito incluíram a isenção de impostos municipais - Lei Municipal n° 852/91 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA 1991) -, o estabelecimento de convênio entre as partes - Lei Municipal n° 1.179/95 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 1995a) -, e a doação de terreno – Lei Municipal n° 1.183/95 (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 1995b).

A construção do Distrito Industrial dos Pessegueiros resultou dos esforços dos agentes sociais diretamente envolvidos na industrialização local para a criação de condições gerais de produção capazes de expandir e diversificar o uso industrial do território em Extrema, no contexto da globalização neoliberal, da desconcentração industrial e da guerra fiscal dos lugares. A implantação da American National Can, primeiro estabelecimento multinacional no município, ocorreu justamente nesse distrito, em 1996, inaugurando a fase de diversificação industrial, ainda em curso.

Fotografia 1. Distrito industrial criado em parceria com a CDI-MG, no Bairro do Rodeio, em 1975 - 2018.



Fonte: Codemig (2018).

Fotografia 2. Distrito industrial criado em parceria com a CDI-MG, no Bairro dos Pessegueiros, em 1995 - 2018.



Fonte: Codemig (2018).

De modo geral, os convênios com CDI-MG objetivavam o acesso ao conhecimento acumulado daquela instituição na implantação de distritos industriais e na promoção do desenvolvimento industrial em Minas Gerais. Entretanto, a ocupação dos referidos espaços caracterizou-se por inúmeros inconvenientes, como o excesso de burocracia na doação de terrenos às indústrias, a falta de manutenção periódica das infraestruturas e de apoio técnico à prefeitura, os problemas na divulgação das vantagens locacionais no município junto ao empresariado, entre outros (CARVALHO, 2018).

De acordo com Carvalho (2018),

[...] a gente comprava o terreno, doava pra eles, eles vendiam para as empresas. Aí a gente pensou, [...], não faz sentido... Se eu compro, por que eles vão vender? Eles venderam mesmo. E aí a gente falou que não doa mais, que não quer mais a Codemig aqui; e aí a gente passou a fazer individualmente. [...]. E depois a gente viu que isso foi acertado, porque o distrito industrial de Pouso Alegre era Codemig e não tem manutenção. Aqui é nosso, então a gente faz a manutenção, eu cuido do asfalto, eu vejo a iluminação, a gente mesmo que faz... Então a gente abandonou...

Magalhães (2003) analisa a evolução e os papéis desempenhados pela CDI-MG na industrialização de Minas Gerais desde sua fundação, em 1971, até a incorporação pela Codemig em 2003, pela Lei Estadual nº 14.892/2003 (MINAS GERAIS, 2003). Segundo a autora,

o desempenho da companhia, desde sua criação até o início dos anos 80, articulado a políticas globais do governo do estado (instituição de cidades-polo, organização do sistema rodoviário, produção e distribuição de energia, bem como linhas de financiamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), apresentou saldos positivos e comprova a necessidade de um órgão, com a agilidade que a administração direta não possui, para atender um setor dinâmico como o da produção industrial. Por outro lado, verificou-se que o modelo de órgão criado como sociedade anônima funcionou bem sob o regime autoritário, mas ficou comprometido quando, junto com o processo de democratização do país, instaurou-se a prática nefasta do uso dos cargos de direção nos órgãos públicos em barganhas eleitorais: em sua maioria, os distritos industriais criados a partir de 1985 tiveram suas obras paralisadas tão logo ocorriam trocas de dirigentes da empresa (MAGALHÃES, 2003, p. 164 – 165).

Atualmente, Extrema conta com três espaços industriais¹⁸, comumente denominados “distritos industriais”¹⁹. Segundo Carvalho (2018), todos os distritos são pavimentados e dispõem de água encanada, esgotamento sanitário, iluminação pública e limpeza periódica.

O Distrito Industrial dos Pires (Fotografia 3) está localizado junto ao acesso sul da cidade pela BR 381, próximo à divisa com São Paulo. Abriga grandes indústrias, como a Multilaser, a Force-line, a Dalka, a Pandurata Alimentos, e os centros de distribuição da Centauro, da Netshoes e da Nakata Automotiva.

O Distrito Industrial dos Pessegueiros I (Fotografia 4) situa-se às margens da BR 381 no extremo nordeste do município, próximo ao limite entre Extrema e Itapeva. Corresponde ao distrito industrial criado em 1995 em conjunto com a CDI-MG, onde estão localizadas a Ball e os centros de distribuição da Johnson & Johnson e da Biolab Farmacêutica.

O Distrito Industrial dos Pessegueiros II (Fotografia 5) é circundado pela Rodovia Fernão Dias – como se fosse uma “ilha” -, onde estão localizadas a CNS, a Mlaser, a Nasha e a Festcolor.

A criação desses espaços industriais objetivou, basicamente: a) fomentar a atividade industrial no município, atraindo recursos de origem exógena no contexto da guerra fiscal dos lugares; b) ordenar o uso industrial do território, evitando problemas logísticos e conflitos com a vizinhança nas áreas urbanizadas ou em vias de adensamento urbano.

Carvalho (2018) esclarece que a ocupação dos distritos industriais era incentivada pela doação de terrenos, muitos dos quais de grandes dimensões, até meados dos anos 2000. Todavia, o esgotamento das reservas de imóveis da Prefeitura Municipal de Extrema inviabilizou as doações para os grandes empreendimentos, contemplando apenas algumas indústrias de micro e pequeno porte.

¹⁸ Durante o trabalho de campo, não foi possível constatar porque o primeiro distrito industrial - criado em 1975, no Bairro do Rodeio - não foi contabilizado entre os espaços industriais da cidade nas abordagens junto à Prefeitura Municipal de Extrema.

¹⁹ Ribeiro (2018) esclarece que as áreas industriais em Extrema não constituem formalmente “distritos industriais”, porque não foram licenciadas como tal nas normas urbanísticas do município. Nas palavras da entrevistada, “[...] não são distritos de verdade. Nós denominamos... porque, para você compor um distrito industrial, você tem que licenciar a área, não sei o quê... Nós não temos distritos efetivos, mas nós chamamos de distritos industriais, dizemos que temos três distritos industriais” (RIBEIRO, 2018).

Fotografia 3. Vista parcial do Distrito Industrial dos Pires, em Extrema (MG) – 2018.



Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

Fotografia 4. Vista parcial do Distrito Industrial dos Pessegueiros I, em Extrema (MG) – 2018.



Autor: Elias Mendes Oliveira (2018).

Fotografia 5. Imagem aérea do Distrito Industrial dos Pessegueiros II, em Extrema (MG) – 2018.



Fonte: Google Maps (2018).

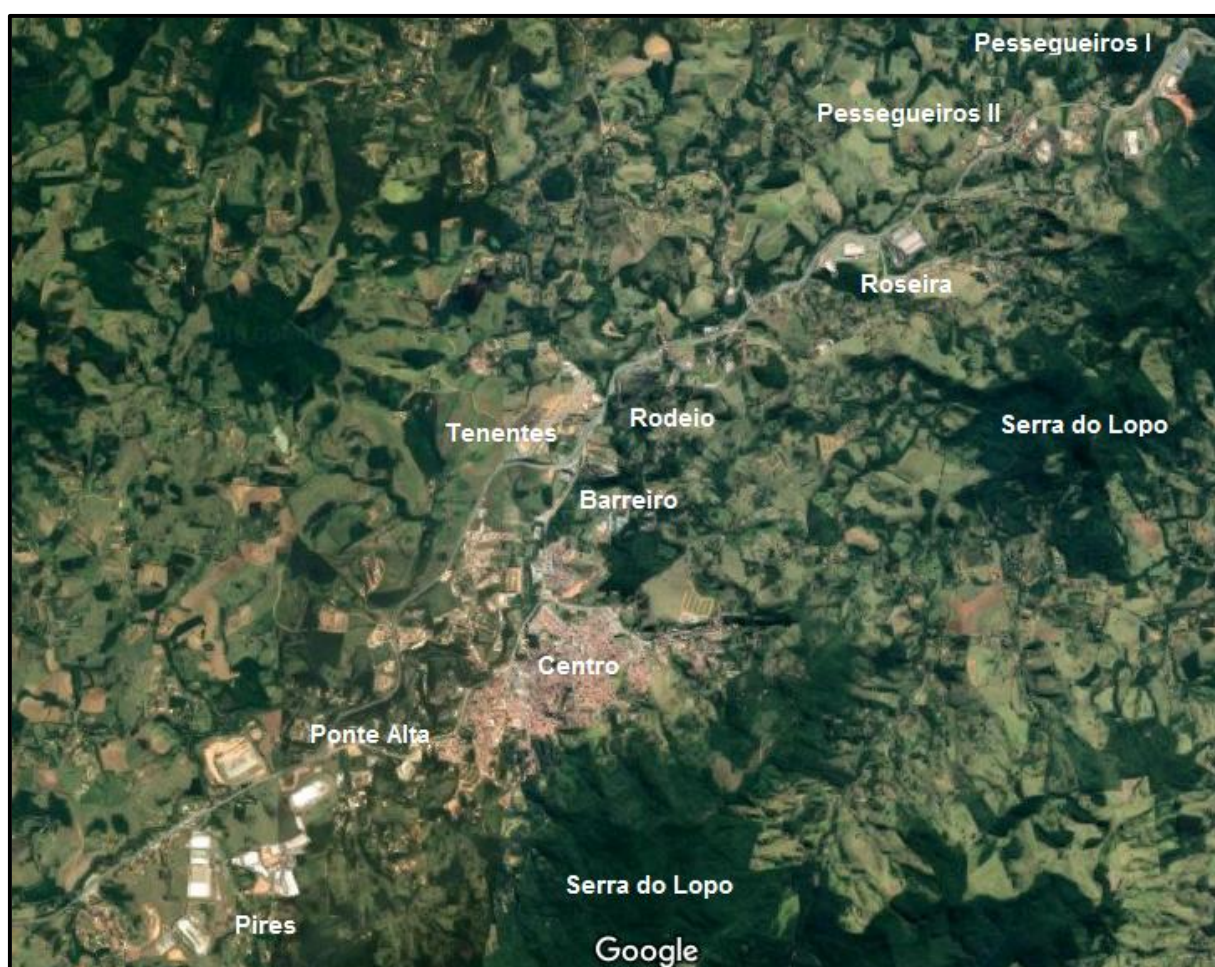
Desde então, as grandes indústrias que se instalaram no município negociaram os lotes diretamente com os proprietários fundiários (CARVALHO, 2018; RIBEIRO, 2018; ABRAHÃO, 2018). O mercado imobiliário, que já era bastante aquecido devido ao chacreamento e ao turismo, tornou-se ainda mais complexo com a demanda por grandes superfícies para a localização industrial em Extrema.

Ribeiro (2018) afirma que a especulação imobiliária se intensificou com a industrialização, pois as indústrias pleiteiam grandes extensões de terra e geralmente realizam pagamentos à vista, despertando o interesse dos proprietários de imóveis. Assim sendo, o uso industrial do território comumente é potencializado em detrimento das outras modalidades (comercial, serviços, residencial etc.), pressionando o poder público a fiscalizar de maneira ostensiva o cumprimento das normas urbanísticas.

A periferação das indústrias constitui a principal tendência da localização intraurbana das unidades fabris em Extrema. Durante a fase de diversificação industrial, a localização periférica dos estabelecimentos foi reforçada, tanto pelas políticas de ordenamento do território quanto pela necessidade de grandes superfícies dotadas de infraestruturas e facilidades logísticas (como o acesso fácil à BR 381) por parte das indústrias.

A maioria das indústrias em Extrema, principalmente as de médio e grande porte, distribuem-se ao longo da Rodovia Fernão Dias e da Avenida Nicolau Cesarino, conformando um “eixo industrial” no sentido sudoeste-nordeste, que integra os distritos industriais da cidade. As unidades fabris estão concentradas principalmente nos Bairros dos Pires, da Ponte Alta, do Barreiro, dos Tenentes, do Rodeio, da Roseira e dos Pessegueiros (Fotografia 6).

Fotografia 6. Localização intraurbana das indústrias em Extrema (MG) – 2017.



Fontes: Adaptado do Google Maps (2018) e do Cadastro das Empresas Ativas (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017a).

De modo geral, a implantação periférica das indústrias minimiza as deseconomias de aglomeração comumente associadas à localização central ou pericentral em Extrema, embora os entrevistados tenham mencionado a incidência gradual de congestionamentos na Avenida Nicolau Cesarino (RIBEIRO, 2018) e o aumento do número de acidentes envolvendo caminhões na BR 381 (ABRAHÃO, 2018).

Os conflitos com a vizinhança, identificados durante o trabalho de campo, estão associados principalmente às operações da Fagor Ederlan (Fotografia 7), como a emissão de poeira ou os congestionamentos, devido à localização da fábrica em área de ocupação urbana mais densa (CARVALHO, 2018; MARQUES et al., 2018).

Fotografia 7. Localização da Fagor Ederlan em Extrema (MG) – 2018.



Fonte: Adaptado do Google Maps (2018).

A unidade industrial da Fagor Ederlan, que originalmente pertencia à Fundação Brasileira LTDA, foi construída no início da década de 1970, àquela época, em área de ocupação rarefeita, relativamente distante do centro urbano. Nos anos seguintes, com o crescimento da população e das taxas de urbanização – inclusive como efeitos da industrialização local – a unidade fabril foi integrada ao tecido urbano em processo de expansão, engendrando os conflitos de vizinhança citados.

Em síntese, a localização industrial em Extrema é estratégica para as indústrias porque possibilita a redução dos custos das transações econômicas, na escala interurbana, e porque disponibiliza as infraestruturas e serviços urbanos que dão suporte à produção, na escala intraurbana. Entretanto, os aspectos ligados à posição geográfica e ao sítio urbano, de maneira isolada, não explicam o crescimento industrial em Extrema nas últimas três décadas, pois cidades pequenas, com características similares e que competem pelos capitais da indústria na guerra

fiscal dos lugares, como Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva ou Vargem, não lograram uma expansão industrial tão expressiva no mesmo período.

4.2.2. Mão de obra abundante e barata

A mão de obra constitui elemento-chave para as indústrias durante todo o processo produtivo. Como consta no quadro 4, três entrevistados destacaram aspectos ligados à mão de obra como significativos para a implantação de grandes estabelecimentos em Extrema, durante a fase de diversificação industrial.

A relevância da mão de obra como fator locacional para as indústrias varia de acordo com o perfil (diferenciação por sexos, escolaridade média, qualificação, conhecimentos tácitos etc.), os salários, a organização (sindicatos, associações, cooperativas etc.) e o contingente de trabalhadores existente nos lugares, respeitadas as diferenciações de tamanho, gênero industrial, domínio tecnológico, formas de organização industrial e capitalização entre as unidades produtivas.

Com a fragmentação espacial da produção, o peso da mão de obra nas escolhas locacionais depende cada vez mais da natureza dos processos produtivos desenvolvidos em cada lugar. Em Extrema, as grandes indústrias desenvolvem principalmente as fases da produção propriamente dita, intensivas em trabalho para a execução de processos repetitivos e com menor grau de complexidade tecnológica.

Destarte, a produção industrial em Extrema envolve grande quantidade de postos de trabalho, preenchidos predominantemente por operários com menor grau de escolaridade média e qualificação. A disponibilidade e os baixos salários qualificam a mão de obra como fator locacional para as grandes indústrias durante a fase de diversificação industrial em Extrema.

As ações das grandes indústrias influenciam diretamente o mercado laboral, tanto na quantidade quanto na categoria dos postos de trabalho ofertados. A tabela 15 descreve o mercado de trabalho em Extrema, tendo como referência o último dia de 2016.

Tabela 15. Mão de obra ocupada por atividade econômica em Extrema (MG) - 31/12/2016.

Atividade	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Extração mineral	4	3	7
Indústria de transformação	5.204	3.583	8.787
Serviços industriais de utilidade pública	22	2	24
Construção civil	119	5	124
Comércio	1.783	1.422	3.205
Serviços	1.861	2.065	3.926
Administração pública	210	410	620
Agropecuária	156	40	196
Total	9.359	7.530	16.889

Fonte: Adaptado da Rais (MTE, 2016).

As variáveis da tabela 15 demonstram que as indústrias de transformação foram responsáveis por 52,03% dos empregos em Extrema, no final de 2016, enquanto os serviços, o comércio, a administração pública, a agropecuária, a construção civil, os serviços industriais de utilidade pública e a extração mineral criaram, respectivamente, 23,24%, 18,98%, 3,67%, 1,16%, 0,74%, 0,14% e 0,04% do total de ocupações.

Assim sendo, os dados da tabela 15 assinalam a influência das indústrias de transformação no mercado laboral em Extrema. A especialização do mercado de trabalho na transformação industrial constitui um indício de que Extrema foi convertida em uma “cidade pequena industrial” durante a terceira fase de industrialização.

Quanto à oferta de empregos por sexo, observa-se o predomínio da mão de obra masculina sobre a feminina na indústria de transformação: 59,22% contra 40,78% (Tabela 15). Este comportamento do mercado de trabalho exprime as necessidades específicas de alguns gêneros industriais que envolvem força física e que são representativos no parque industrial de Extrema, como a fabricação de bens intermediários para o setor automotivo, de produtos de borracha e de material plástico, e a metalurgia (MARQUES et. al., 2018).

As profissões com maior oferta de empregos formais em Extrema, no final de 2016, estão relacionadas na tabela 16.

Tabela 16. Profissões com maior oferta de empregos formais em Extrema (MG) – 31/12/2016.

Ocupação	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Alimentador de linha de produção	1.448	1.323	2.771
Faxineiro	90	719	809
Almoxarife	511	188	699
Operador de forno (fabricação de pães, biscoitos e similares)	314	292	606
Montador de equipamentos eletrônicos (computadores e equipamentos auxiliares)	67	529	596
Total	2.430	3.051	5.481

Fonte: Adaptado da Rais (MTE, 2016).

As cinco profissões listadas na tabela 16 disponibilizaram 32,45% das oportunidades de trabalho em Extrema, no fim de 2016. Em relação ao total dos empregos no município, as funções que mais admitiram funcionários, em ordem decrescente, foram: alimentador de linha de produção (16,4%), faxineiro (4,79%), almoxarife (4,14%), operador de forno para fabricação de pães, biscoitos e similares (3,59%) e montador de equipamentos eletrônicos, como computadores e equipamentos auxiliares (3,53%) (Tabelas 15 e 16). Estas profissões se caracterizam pelo caráter repetitivo das atividades, pela baixa escolaridade média e, consequentemente, pelos salários reduzidos.

Os cargos diretamente relacionados à produção industrial - alimentador de linha de produção, operador de forno e montador de equipamentos eletrônicos - contabilizaram 23,52% do total de empregos em Extrema, quantidade superior à contribuição de quaisquer setores de atividade econômica listados na tabela 15. Entre as indústrias de transformação, a representatividade dos referidos cargos alcançou 45,21% do total de ocupações no término de 2016 (Tabelas 15 e 16).

Na medida em que os alimentadores de linhas de produção, os operadores de forno e os montadores de equipamentos eletrônicos realizam funções próprias ao “chão de fábrica” e considerando o peso dos referidos cargos no mercado de trabalho local, é possível qualificar Extrema como “*locus* da produção propriamente dita” na divisão territorial do trabalho da indústria vigente.

No final de 2016, admitiram-se mais mulheres do que homens no conjunto dos cinco cargos que disponibilizaram o maior número de empregos formais em Extrema - 55,66% contra 44,34% das vagas (Tabela 16). Estas cifras contrariam a tendência observada durante a interpretação da tabela 15, ou seja, o preenchimento

dos postos de trabalho predominantemente por pessoas do sexo masculino nas indústrias de transformação.

Por ocupação, os dados da tabela 16 indicam que se contrataram mais mulheres como faxineiras (88,87% das vagas) e montadoras de equipamentos eletrônicos (88,75% das vagas) e homens como almoxarifes (73,1% das vagas), alimentadores de linhas de produção (52,25% das vagas) e operadores de forno (51,81% das vagas). Para os dois últimos cargos, a diferença na composição do quadro de funcionários por sexo foi discreta.

A influência das maiores indústrias na geração de empregos, bem como no preenchimento diferenciado das vagas por sexo são perceptíveis em Extrema. O cargo de operador de fornos para a fabricação de pães, biscoitos e similares está diretamente vinculado à Pandurata Alimentos e caracterizou-se por certo equilíbrio na ocupação das vagas: 51,81% de homens e 48,19% de mulheres. Por outro lado, a função de montador de equipamentos eletrônicos, amplamente executada por mulheres - 88,75% contra 11,25% -, está associada a indústrias como a Multilaser e a Force-line (Tabela 16).

A baixa escolaridade média dos funcionários consiste em outra característica dos cargos que disponibilizaram a maior quantidade de empregos formais em Extrema. Marques et al. (2018) apontam que “a maioria das empresas só contrata com segundo grau completo. Tem muita gente que tem menos estudo e faz os trabalhos com remuneração menor ainda, braçal mesmo...”.

O perfil dos operários condiciona e reproduz o padrão remuneratório das indústrias em Extrema. As tabelas 17 e 18 divulgam, respectivamente, os salários médios por atividade econômica e para as profissões que disponibilizaram a maior quantidade de postos de trabalho em Extrema, no final de 2016.

O vencimento médio entre as indústrias de transformação foi de 2.493,48, no encerramento de 2016 (Tabela 17). De acordo com Marques et al. (2018), o salário nas indústrias comumente é fixado em convenções coletivas entre o empresariado e os sindicatos dos trabalhadores. Outros aspectos do contrato de trabalho - jornada de trabalho, férias, licenças, avaliação de desempenho, promoções, transporte, alimentação, segurança etc. - também são celebrados em convenções coletivas.

Tabela 17. Remuneração média dos empregos formais por atividade econômica em Extrema (MG) - 31/12/2016.

Atividade	Remuneração média
Extração mineral	1.151,86
Indústria de transformação	2.493,48
Serviços industriais de utilidade pública	2.793,47
Construção civil	1.724,46
Comércio	1.920,22
Serviços	1.647,60
Administração pública	3.541,71
Agropecuária	2.748,78
Total	2.227,33

Fonte: Adaptado da Rais (MTE, 2016).

Tabela 18. Remuneração média das profissões com maior oferta de empregos formais em Extrema (MG) - 31/12/2016.

Ocupação	Gênero		Média salarial
	Masculino	Feminino	
Alimentador de linha de produção	1.623,05	1.304,59	1.472,38
Faxineiro	1.167,37	925,53	952,47
Almoxarife	2.122,26	1.773,72	2.029,22
Operador de forno (fabricação de pães, biscoitos e similares)	2.507,65	2.279,44	2.397,74
Montador de equipamentos eletrônicos (computadores e equipamentos auxiliares)	1.556,77	1.531,40	1.534,26

Fonte: Adaptado da Rais (MTE, 2016).

No final de 2016, a indústria de transformação pagou, em média, o quarto maior vencimento em Extrema, atrás da administração pública (-29,6%), dos serviços industriais de utilidade pública (-10,74%) e da agropecuária (-9,29%), mas à frente do comércio (29,85%), da construção civil (44,59%), dos serviços (51,34%) e da extração mineral (116,47%), como especifica a tabela 17.

No entanto, as indústrias de transformação contribuíram com a maior parcela da massa salarial em Extrema, devido ao grande número de postos de trabalhos gerados nas unidades fabris. Cruzando-se as informações das tabelas 15 e 17, constata-se que as indústrias de transformação conceberam, em média, 58,24% do total dos salários no final de 2016, ou seja, mais da metade da massa salarial no município.

Assim sendo, além da primazia na geração de empregos, a transformação industrial constitui a principal atividade econômica responsável pela geração de renda no município, haja vista o volume de capitais injetados na economia e suas implicações sobre a expansão e a diversificação da estrutura produtiva local.

Entre os cinco principais cargos demandados pelas indústrias de transformação, receberam os maiores salários, em média e em ordem decrescente, os operadores de forno (2.397,74 reais), os almoxarifes (2.029,22 reais), os montadores de equipamentos eletrônicos (1.534,26 reais), os alimentadores de linha de produção (1.472,38 reais) e os faxineiros (952,47 reais) (Tabela 18).

Em média, estas cinco profissões tiveram remunerações inferiores à média das indústrias de transformação na data de referência dos dados. Em relação à média salarial do município (2.227,33 reais), apenas os operadores de forno embolsaram quantias ligeiramente superiores, no valor de 170,41 reais (Tabelas 17 e 18).

Estes números comprovam os baixos custos da mão de obra em Extrema, principalmente entre os cargos mais demandados pelas indústrias. Nesse sentido, os baixos salários constituem aspecto fundamental para a implantação de grandes indústrias na cidade durante a fase de diversificação industrial.

Entre homens e mulheres, a discrepância nas remunerações médias é ainda mais nítida. Independentemente das funções descritas na tabela 18, os salários médios para pessoas do sexo feminino foram inferiores aos indivíduos do sexo masculino. Por ocupação, o vencimento das mulheres foi 20,72%, 19,62%, 16,42%, 9,1% e 1,63% menor do que para os homens nos cargos de faxineiro, alimentador de linhas de produção, almoxarife, operador de forno e montador de equipamentos eletrônicos, respectivamente.

De acordo com Marques et al. (2018),

[...] se você olha pelo lado dos cargos mais importantes, a maioria é masculina. Tanto que a gente fez uma pesquisa a nível salarial entre homens e mulheres... Mesmo dentro do ramo metalúrgico, que segue convenção coletiva, quem entra na empresa não recebe menos que X. Então, onde é que está a diferença? [...]. Se existe uma convenção que fala que você tem que ganhar igual, mas a mulher no ramo metalúrgico ganha 30% menos, como assim? Isso acontece nos cargos de chefia... As mulheres não têm a mesma oportunidade que os homens... Às vezes, ela está ocupando o mesmo cargo que os homens, de gerência, supervisão, mas ela ganha menos que o homem [...].

Nesse sentido, as diferenças nas contratações e no valor dos salários entre homens e mulheres constituem vantagens comparativas para as indústrias de

transformação em Extrema, tanto nas etapas da produção propriamente dita, quanto nos cargos de gerência ou chefia.

Em síntese, o emprego de mão de obra barata, com menor grau de escolaridade média, reproduzindo as desigualdades salariais históricas entre homens e mulheres, condiz com o papel desempenhado por Extrema na divisão territorial do trabalho da indústria como *lôcus* da produção propriamente dita. Assim sendo, a importância da mão de obra como fator locacional para as grandes indústrias fundamenta-se nos baixos salários pagos aos trabalhadores, os quais são recrutados em Extrema ou em municípios próximos.

Os salários médios da indústria de transformação em Extrema e em municípios paulistas com maior tradição industrial foram relacionados na tabela 19.

Tabela 19. Remuneração média da indústria de transformação em municípios selecionados – 31/12/2016.

Município	Remuneração média
São José dos Campos (SP)	6.338,21
São Bernardo do Campo (SP)	5.552,25
Campinas (SP)	4.179,64
São Paulo (SP)	4.121,37
Extrema (MG)	2.493,48

Fonte: Adaptado da Rais (MTE, 2016).

Como é possível observar na tabela 19, as faixas salariais médias na indústria de transformação são maiores nas grandes cidades paulistas do que em Extrema. No término de 2016, os vencimentos foram, em média, 154,19% maiores em São José dos Campos, 122,67% em São Bernardo do Campo, 67,62% em Campinas e 65,28% em São Paulo.

Os menores custos da mão de obra, inclusive, estimulam a transferência das fases mais padronizadas da produção dos grandes centros urbano-industriais paulistas para algumas cidades do Sul e Sudoeste de Minas, como Extrema, Pouso Alegre, Varginha ou Três Corações. De acordo com Abrahão (2018), “[...] a gente percebe ainda que um dos motivos pelos quais as empresas vêm para cá é que o salário-base de Minas é bem mais baixo do que em São Paulo”.

Além disso, Extrema possui menor organização sindical se comparada aos municípios com maior tradição industrial. De modo geral, a sindicalização dos

trabalhadores representa deseconomia de aglomeração para as indústrias porque intensifica as pressões pela valorização do trabalho perante o capital.

Entre os fatores que justificam a interiorização da indústria no Brasil, Abrahão (2018) aponta que

[...] a gente queria vir para o interior por causa do sindicato. Você tinha outros problemas anteriormente... [...]. A gente via que as empresas se incomodavam muito com o sindicato, o sindicato era muito pesado. E no interior era muito mais leve, é até hoje.

Obviamente, existem instituições representativas dos trabalhadores em Extrema, porém com menor tradição e poder de barganha do que os sindicatos que atuam nos grandes centros urbano-industriais. Ao que tudo indica, a celeridade da industrialização local, somada ao atual cenário do sindicalismo brasileiro, explica a menor adesão e expressividade do movimento sindical em Extrema.

O Stimeic, o Sindalex e o Stiquimi estão sediados na cidade, enquanto o Sindicavespar está localizado em Pouso Alegre. Segundo Marques et al. (2018) e Faria (2018), os sindicatos em Extrema dedicam-se, principalmente, às convenções coletivas e à assessoria jurídica (individual ou coletiva) aos trabalhadores das indústrias.

Os efeitos da concentração de estabelecimentos e de empregos industriais não ficam circunscritos a Extrema, porque o contingente de operários no município é insuficiente para suprir a demanda das indústrias (CARVALHO, 2018; RIBEIRO, 2018; ABRAHÃO, 2018; MARQUES et al., 2018).

Como descrito no capítulo anterior, a disponibilidade de postos de trabalho nas indústrias estimulou uma série de movimentos migratórios – êxodo rural, migrações pendulares e inter-regionais – que têm a cidade de Extrema como destino. Os principais impactos dos deslocamentos populacionais sobre a dinâmica socioespacial do município são a urbanização acelerada, a demanda crescente por habitação, infraestrutura urbana e serviços públicos, a especulação imobiliária, o aumento dos fluxos materiais e imateriais pelo território e o maior alcance das interações espaciais.

Durante o trabalho de campo, foram levantados alguns estrangulamentos à produção industrial associados à mão de obra. Apesar de recrutar indivíduos com

baixo grau de escolaridade média, muitos processos industriais exigem o domínio de técnicas específicas capazes de otimizar a produção.

O conhecimento dessas técnicas, usualmente, não está disseminado entre os munícipes e os imigrantes que executam as tarefas do “chão de fábrica”. Em geral, as pessoas contratadas pelas indústrias ocupavam-se de atividades agrícolas, portanto, não estão habituadas aos processos rotinizados que caracterizam a atividade industrial.

De acordo com Carvalho (2018),

quando você olha para o Vale do Paraíba, eles já estão na quinta ou na sexta geração de industriais. No Sul de Minas, não. A grande massa vem de onde? Da zona rural! O “cara” que faz xixi a hora que dá vontade, come a hora que dá fome, choveu, ele para de trabalhar. Aí você pega esse sujeito, [...], e “enfia” num caixote de concreto, onde ele não vê o sol, onde ele fica oito horas em pé, onde para ir ao banheiro tem que pedir permissão; vira um choque, esse “cara” surta. Onde que a gente observou isso? Quando eu pego alguns dados de saúde pública para analisar. A grande massa de alcoólatras está dentro das indústrias, isso não é diferente das outras cidades, “tá”? A grande massa de depressivos está na indústria, mulheres com uma série de problemas ocupacionais na indústria, por quê? Esse “cara” não tem uma cultura fazendo isso... E ele começa a lembrar: metade da minha vida eu passei plantando morango, agora eu “tô” aqui em pé, batendo esse botão, o que vai ser da minha vida? Ele não tem um sentimento de pertencimento por aquilo ali. Então isso gera um problema. Então nós tivemos também que trabalhar isso... Quando você chega no ABC, é forte a cultura do menino que viu o avô lá fazendo greve, que era soldador, ferramenteiro... O avô fez o opala, aí o pai foi trabalhar na montadora também... Então, é um caminho natural, o jovem cresce vendo aquilo. Na nossa região a gente não tem isso ainda [...].

Para Ribeiro (2018),

[...] a grande fragilidade aqui é a mão de obra. Tudo bem que não precisa de uma mão de obra muito qualificada, mas precisa saber apertar o botão. Tem que aguentar ficar na linha de produção, tem horário pra fazer xixi. É legal ir à saúde também, [...], para ver por que as pessoas adoecem. Onde está o problema? Eu fico olhando, muitas pessoas que cuidavam de flores, ficavam vendo o sol nascer, vão para a linha de produção. Aí vai dar violência doméstica, vai dar suicídio, todas essas coisas, drogas, doenças psicológicas. Pega a lista de doenças? Vê se essas doenças, perder dedo, tendinite, veja os tipos de doenças, é legal a gente ver também como a saúde responde. Você já reparou a quantidade de médicos que têm aqui em Extrema? Isso tem a ver com a industrialização, tem muito médico. [...]. Você tira as pessoas que são da roça, mesmo o povo lá

do Nordeste vem de roça, de emprego a céu aberto. Aí você pega eles e “põe” na linha de produção, que pra fazer xixi tem hora... [...]. Tudo isso é a industrialização.

Nesse sentido, a velocidade das transformações socioespaciais em Extrema, a partir da industrialização, contrapõe duas lógicas aparentemente conflitantes. De um lado, as indústrias requerem a valorização rápida do capital, exigindo, para tanto, o ajustamento do território as suas necessidades quanto às infraestruturas econômicas e sociais que dão suporte à produção. Por outro lado, o lugar dispõe de uma dinâmica socioespacial previamente estabelecida, fruto da evolução histórica dos diferentes usos do território (agropecuária, turismo, chacreamento etc.), condicionando as relações sociais, o cotidiano e as interações espaciais do município.

Assim sendo, as contradições entre o antigo e o novo, entre o capital e o trabalho e entre o mercado e o Estado se apresentam como desafios para a sociedade e o poder local. Ao mesmo tempo em que as indústrias geram emprego e renda ou elevam a arrecadação de impostos no município, suas operações resultam, entre outros fatores, em maior demanda por habitação e pelos serviços de utilidade pública, problemas de saúde, especulação imobiliária e aumento das pressões antrópicas sobre o meio ambiente.

Com o objetivo de minimizar a falta de preparo dos indivíduos para o trabalho industrial, os agentes sociais diretamente envolvidos na industrialização local organizaram-se no sentido de implantar em Extrema uma unidade do Senai, instituição amplamente reconhecida na formação de quadros técnicos especializados para a indústrias, principalmente para as atividades do “chão de fábrica”.

A unidade Janez Hlebanja do Senai foi inaugurada na cidade em 1997 (ALMEIDA, 2018) e atualmente oferece os seguintes cursos:

a) iniciação profissional - auxiliar em eletrônica, comandos elétricos, eletrohidropneumática, recursos humanos, empreendedorismo, *marketing* e inovação, oratória, metrologia, montagem de computadores, *office (word / excel / power point)* e *excel*;

b) aperfeiçoamento - controlador logístico programável (CLP), inversor de frequência, assistente de planejamento, programação e controle de produção (CPP), inspetor de qualidade, almoxarife, programador de CNC, torneiro mecânico,

segurança na operação de empilhadeira NR-11, segurança na operação de ponte rolante NR-11, segurança em instalações e serviços em eletricidade NR-10, excel avançado, programador *web* (*webdesigner*) e lógica de programação;

c) qualificação - eletricista industrial, montador de painéis elétricos, assistente em planejamento, programação e controle da produção (PCP), inspetor de qualidade, almoxarife, mecânica de manutenção industrial, soldador no processo de eletrodo revestido, desenhista mecânico, operador de computador e montador e reparador de computadores;

d) técnico - eletroeletrônica, administração, logística, mecânica, eletromecânica, manutenção e suporte em informática (SENAI, 2018).

Os cursos abrangem as áreas de eletroeletrônica, gestão, metalmecânica, normas regulamentadoras e tecnologia da informação, qualificando os operários basicamente para as funções do “chão de fábrica” e para o apoio administrativo. A oferta dos cursos - na modalidade presencial ou a distância - está condicionada à demanda do público ou às necessidades, sazonais ou contínuas, das indústrias (SENAI, 2018).

A formação de “aprendizes industriais” constitui outro importante papel desempenhado pelo Senai em Extrema, uma vez que a Lei de Aprendizagem Industrial (Lei Federal nº 10.097/2000) estabelece que:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional (BRASIL, 2000).

De acordo com Abrahão (2018), antes da implantação do Senai em Extrema, a formação de aprendizes industriais ocorria em Pouso Alegre, aumentando os custos das empresas com deslocamentos de funcionários.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (2018), os cursos de aprendizagem industrial têm duração máxima de dois anos e são ofertados aos jovens entre 14 e 24 anos, matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos ou que tenham concluído o Ensino Médio. Para as pessoas portadoras de deficiência não há limite de idade. As jornadas de trabalho são de, no máximo, seis horas para quem não integralizou o Ensino Fundamental e

de oito horas para os demais. Aos aprendizes industriais são assegurados os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores em geral, como remuneração mensal (calculada a partir do salário mínimo/hora, podendo ser maior em respeito a convenções coletivas), férias, 13º salário, vale-transporte e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A legislação específica ainda que a contratação de aprendizes é opcional para as micro e pequenas empresas. Destarte, a exigência legal de contratação de aprendizes incide particularmente sobre os grandes estabelecimentos, haja vista o elevado contingente de trabalhadores envolvidos em suas operações industriais.

O provimento dos cargos para as funções que exijam formação de nível superior (graduação e/ou pós-graduação), como engenharias, contabilidade, administração, direito etc., foi apontado como outro entrave para a produção industrial em Extrema. Esses profissionais normalmente são recrutados em cidades médias ou grandes do entorno, como Bragança Paulista, Atibaia, São José dos Campos, Pouso Alegre, Campinas, ou São Paulo.

Abrahão (2018) afirma que

[...] aqui também tinha um problema, hoje já está mudando... Tinha o problema que você tinha o operário, mas o executivo você trazia de fora. Ainda hoje, se você for ver, para muitas empresas os executivos vêm do interior de São Paulo, vêm de outro lugar. Mas Extrema já está começando a trocar executivos dentro da região, não necessariamente em Extrema, mas pode ser Pouso Alegre ou até Bragança Paulista, mas já não vêm de São Paulo. Às vezes até um nível de supervisão você precisava buscar. Hoje tem muita gente formada [...].

Desse modo, a posição geográfica de Extrema, ao mesmo tempo em que corrobora para a implantação de grandes indústrias na cidade, ampliando a oferta de empregos com menores salários, inibe a retenção dos profissionais com maior poder aquisitivo, minimizando os efeitos do crescimento industrial, econômico e urbano sobre a diversificação de bens e serviços mais sofisticados no município.

A fundação da Faex, em 2002, objetivou justamente minimizar a falta de profissionais de nível superior em Extrema, explorando um nicho de mercado derivado da expansão industrial no município. Para tanto, foram amplamente assistidos pela Prefeitura Municipal de Extrema, que procurava evitar a

especialização do mercado de trabalho local em cargos com baixo grau de qualificação e, conseqüentemente, salários reduzidos.

Conforme Carvalho (2018),

o “nascimento” da faculdade aqui foi um dos nossos investimentos, porque nós emprestamos um prédio para “nascer” a faculdade; a faculdade “nasceu” dentro do prédio de uma escola municipal. Durante a noite a escola não funcionava. Então a faculdade funcionou lá durante a noite até que o prédio deles fosse construído. Ela pertence a um grupo de investidores, alguns lá de Varginha, do pessoal do Unis [*Centro Universitário do Sul de Minas*], eles são sócios da Faex aqui, porque a gente foi buscar gente com *know how*, gente que entendia do assunto. No primeiro momento, todo mundo não acreditou. Uma faculdade em Extrema? Hoje ela tem 2.500 alunos. Ela tem uma empregabilidade de 100%. Muita gente fala: “eu vou lá anunciar vaga”; não vá, perda de tempo, está todo mundo empregado. Por quê? Porque nós fizemos uma aproximação da faculdade com a indústria como em pouquíssimas cidades eu vi. Então a indústria demandava. Nós vamos investir agora em mecatrônica, eu preciso de gente. A faculdade corria e abria o curso de mecatrônica.

Atualmente, a Faex oferece cursos de graduação nas áreas de administração, análise e desenvolvimento de sistemas, ciências contábeis, direito, engenharia civil, engenharia de controle e automação (ênfase em elétrica), engenharia de produção, gestão da produção industrial (ênfase em mecânica), gestão de recursos humanos, logística e mecatrônica industrial; de pós-graduação em gestão de projetos com ênfase em PMI-PMBOK, gestão em finanças e controladoria, gestão em logística e *supply chain management* e gestão estratégica de pessoas com foco em lideranças, todos na modalidade MBA; e técnicos ou de extensão na área administrativa, contábil e logística (FAEX, 2018).

Entre os cursos oferecidos pela Faex, observa-se uma nítida especialização nas áreas de engenharias e ciências sociais aplicadas, as quais possuem relação direta com os perfis profissionais requisitados pelas indústrias. Com a importância crescente dos centros de distribuição na economia e no mercado laboral, aumenta-se a oferta dos cursos na área de logística.

O Programa Bolsa Estudantil, que financia cursos de graduação e pós-graduação para os moradores de Extrema, constitui outra estratégia da administração local para diversificar o mercado laboral do município. Além disso, a Prefeitura Municipal de Extrema disponibiliza transporte diário gratuito para os

estudantes matriculados em universidades localizadas em cidades próximas, como Itatiba (SP), Atibaia e Bragança Paulista (CARVALHO, 2018).

Os esforços da Prefeitura Municipal de Extrema para elevar o grau de qualificação do mercado de trabalho foram justificados por Carvalho (2018):

a nossa grande necessidade era mão de obra qualificada, porque senão iria continuar vendendo os braços pelo menor preço, a gente não ia ter acréscimo na massa salarial. Então, hoje, o Brasil tem 10% de graduados, Minas têm 8% de graduados, Extrema tem 18% de graduados na população. Esse ano, agora em 2017, nos 11 meses, Extrema gerou 1.128 novas vagas; 25% delas com salários a partir de 3.000 reais. Esse é o principal indicador da minha avaliação com o prefeito; cada secretário tem quatro indicadores de avaliação; o meu principal indicador são os empregos gerados com salários a partir de 3.000 reais porque a gente considerou que 3.000 é um salário bacana para gente viver na cidade, [...]. Então, meu esforço é para isso e aí entra a qualificação.

Dessa forma, as políticas municipais que visam à criação de condições propícias para o desenvolvimento das indústrias não se restringem à isenção dos impostos municipais ou à implementação de infraestruturas, estendendo-se às medidas que objetivam aprimorar o mercado de trabalho local. Em última instância, tais ações procuram elevar o nível salarial médio no município, potencializando a oferta de bens e de serviços mais qualificados, bem como a circulação de capitais na economia.

Em síntese, o significado da mão de obra como fator locacional para as indústrias depende da natureza dos processos industriais por elas introduzidos em Extrema, quais sejam: as etapas da produção propriamente dita intensivas em mão de obra barata.

Todavia, os salários reduzidos, assim como a localização industrial estratégica no município, não são suficientes para explicar a crescimento industrial de Extrema nas últimas três décadas, afinal, outras cidades pequenas da microrregião de Pouso Alegre, como Camanducaia, Itapeva e Cambuí, também apresentam condições similares nesse sentido.

Desse modo, além dos fatores locacionais de expressão regional, o entendimento do crescimento industrial em Extrema suscita o exame das ações empreendidas pelos agentes sociais diretamente envolvidos no processo de industrialização local, quais sejam: o Governo de Minas Gerais, a Prefeitura

Municipal de Extrema e as instituições privadas ligadas à indústria, como a Fiemg, o Senai e o Sinmec.

4.2.3. Ações do governo estadual

A administração estadual é a grande parceira da Prefeitura Municipal de Extrema no fomento à industrialização no território, participando ativamente da atração de grandes investimentos de origem exógena ao município. Durante o trabalho de campo, apenas um dos entrevistados não mencionou as ações do governo mineiro como fator influente no crescimento industrial em Extrema, nas últimas três décadas (Quadro 4).

Como descrito anteriormente, Minas Gerais detém longa tradição na implementação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento industrial, cujos objetivos principais são: a) ampliar e diversificar a estrutura produtiva do estado; b) promover o desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado entre suas regiões; c) elevar a representatividade política e econômica do estado no conjunto das unidades federativas brasileiras (DULCI, 2000; PAULA, 2002).

No contexto da guerra fiscal dos lugares, que coincide com a fase de diversificação industrial em Extrema, as principais estratégias utilizadas pela administração estadual para atrair novos investimentos ao estado são: a) a divulgação das vantagens da localização industrial em Minas Gerais junto às empresas nacionais e internacionais; b) a articulação com agentes públicos e privados para a viabilização dos empreendimentos industriais; c) a concessão de incentivos fiscais e creditícios às indústrias.

Atualmente, a Sedectes concentra as ações do governo mineiro que visam modernizar as atividades econômicas, atrair novos investimentos e tornar o estado mais competitivo nos cenários nacional e internacional. Entre as atribuições e objetivos da Sedectes destacam-se:

[...] apresentar e promover Minas Gerais como o estado que possui todas as condições favoráveis para a atração de investimentos. Entre estas condições estão a adoção de conceitos de gestão pública pelo Governo de Minas, o trabalho de maneira integrada com empresas públicas e autarquias, entre outras. Por entender que não cabe mais ao estado o papel de investidor, mas sim de agente indutor e facilitador do desenvolvimento econômico e social, as ações

realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento já estão dando frutos e apontam para um crescimento econômico sustentável. A Secretaria busca interiorizar sua atuação para aproveitar as potencialidades regionais, apoiando projetos de instalação de novas fábricas e a expansão de empresas que já estão em Minas. As iniciativas têm como objetivo a geração de emprego de qualidade e renda para os municípios, um caminho para reduzir as desigualdades regionais e melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano da população do estado (SEDECTES, 2018).

Para alcançar seus objetivos, a Sedectes apoia-se na atuação das agências estatais elencadas no quadro 5, as quais “[...] trabalham sinergicamente para atender às demandas relacionadas à implantação, estabelecimento de parcerias ou expansão de negócios em Minas Gerais” (INDI, 2018).

O campo de atuação das agências abrange áreas específicas, como a provisão de infraestruturas (Companhia Energética de Minas Gerais e Gasmig), a criação de um ambiente institucional e normativo propício aos investimentos (Codemig, Indi e Junta Comercial do Estado de Minas Gerais), e o financiamento de pesquisas (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) ou dos empreendimentos industriais, comerciais ou agrícolas (BDMG).

O Indi constitui a principal agência do governo estadual associada ao crescimento industrial e econômico em Extrema, durante a fase de diversificação industrial (CARVALHO, 2018).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Extrema (2017e),

Extrema sempre trabalhou alinhada com o Indi porque, para muitas empresas, é ele quem oferece o benefício mais expressivo que é o regime especial de ICMS. A administração municipal entra com os benefícios municipais e também todo o suporte para a entrega e acompanhamento dos projetos no Indi, [...].

Quadro 5. Agências estatais de fomento à atividade econômica em Minas Gerais – 2018.

	Agência estatal	Fundação	Competências principais
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	1962	Financiamento de projetos do setor público e privado, disponibilizando linhas de crédito para empresas de todos os portes e setores; participação em fundos de investimento ligados à inovação e sustentabilidade.
	Companhia Energética de Minas Gerais	1952	Fornecimento de eletricidade e desenvolvimento de fontes alternativas de energia (solar e eólica).
	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais	2003	Investimentos em três grandes eixos estratégicos: indústria de mineração, energia e infraestrutura; indústria de alta tecnologia; e indústria criativa; administração de distritos industriais criados pelo estado.
	Companhia de Gás de Minas Gerais	1986	Distribuição de gás natural canalizado no estado para indústrias (gás natural comprimido e liquefeito), condomínios (residencial) e pessoas físicas (automotivo).
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais	1985	Indução e fomento à pesquisa e à inovação científica e tecnológica no estado; apoio a projetos diversos por meio de linhas de crédito, consultoria e capacitação.
	Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais	1968	Prospecção, indução e atração de investimentos e assistência aos empreendimentos no estado.
	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais	1893	Registro público de empresas mais rápido do Brasil, com o prazo médio de nove dias para formalização dos requerimentos.

Fonte: Adaptado do Indí (2018).

De modo geral, o Indí divulga as potencialidades econômicas, define as prioridades e o direcionamento dos investimentos, além de contribuir com o planejamento econômico e territorial em Minas Gerais (INDI, 2018).

Especificamente, as ações do Indí abarcam:

- a) a difusão de informações detalhadas sobre áreas disponíveis (terrenos e edificações por municípios) para a implantação de empreendimentos dos

diversos setores econômicos, bem como a assistência às empresas durante as visitas técnicas nessas áreas;

- b) a mediação de acordos entre os investidores e os agentes financeiros - BDMG, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Banco do Nordeste - para a concessão de linhas de crédito aos empreendimentos;
- c) a promoção de encontros para geração de negócios entre potenciais clientes, fornecedores e parceiros nos vários setores produtivos, visando adensar as cadeias produtivas no território estadual;
- d) a divulgação de informações demográficas, econômicas e sociais atualizadas sobre os municípios e as regiões de planejamento do estado;
- e) a articulação com entes públicos e privados visando à melhoria do ambiente de negócios em Minas Gerais ou para atender demandas específicas dos empreendimentos;
- f) a orientação e o apoio às empresas durante o processo de licenciamento ambiental;
- g) a proposição de políticas públicas voltadas para a atração e a viabilidade dos empreendimentos em Minas Gerais;
- h) a atuação junto às concessionárias de serviços públicos para a oferta compatível de água, energia, gás natural, telefonia, transmissão de dados etc., requisitada pelos empreendimentos;
- i) a capacitação dos empresários em comércio exterior por meio de palestras, cursos e *workshops*;
- j) a elaboração e a divulgação da balança comercial de Minas Gerais, com periodicidade mensal e anual;
- k) a promoção comercial dos produtos e serviços mineiros, prestando apoio às empresas em feiras internacionais e na prospecção de novos mercados (INDI, 2018).

As ações do Indí no Sul e Sudoeste de Minas e em Extrema não são recentes. Durante a década de 1970, poucos anos após a criação do órgão, estudos técnicos elaborados pela agência estatal já apontavam a mesorregião e o município como destinos prioritários para grandes investimentos da indústria, no contexto da desconcentração industrial no Brasil.

A intervenção do Indi foi fundamental para a implantação dos grandes estabelecimentos de capitais nacionais durante a fase de expansão industrial em Extrema. O Indi contribuiu decisivamente para a instalação da Frum, da Yanes Camping, da Climp Industrial e da Granasa Minas, no município.

A partir da década de 1990, as ações do Indi no Sul e Sudoeste de Minas e em Extrema intensificaram-se devido à potencialidade da mesorregião e do município para atrair o grande capital da indústria no contexto da globalização neoliberal, da desconcentração industrial e da guerra fiscal dos lugares.

Em artigo intitulado “O que é que o Sul de Minas tem?”, publicado na página eletrônica do Indi, Sardenberg e Moura (2016) consideram que:

a região Sul e Sudoeste de Minas Gerais tem se mostrado bastante atrativa para a implantação de novos projetos de investimento. Cerca de 36% dos projetos da carteira do Indi localizam-se nessa região, superando até mesmo a região metropolitana, em segundo lugar com 25%. Mas quais seriam as razões para essa preferência por parte das empresas na definição da localidade de seus empreendimentos no estado? Como a região se tornou um ótimo local para se investir em Minas Gerais? Para além da proximidade com São Paulo, que em muitos casos é um fator determinante para essa definição, outras características do Sul e Sudoeste de Minas parecem ganhar um peso relevante para as análises dos investidores, tais como: infraestrutura logística, existência de cidades-polo bem estruturadas, presença de polos produtores nos segmentos do agronegócio (tradicionalmente forte na pauta produtiva local) e da cadeia eletroeletrônica (que se destaca por sua capacidade de inovação), quantidade e qualidade de instituições de ensino e de treinamento de mão de obra, localização estratégica e qualidade de vida.

Ao lado de Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha e Itajubá – centros urbanos maiores e que possuem maior tradição industrial -, Extrema figura como uma das “cidades-polo” do Sul e Sudoeste de Minas devido à atração de grandes empreendimentos ao seu território a partir de 2000, como as indústrias Panasonic, CRM Alimentos, Pandurata Alimentos, Multilaser, Borrachas Vipal e Barry Callebaut e os centros de distribuição da Centauro, da Dafiti e da Johnson & Johnson (SARDENBERG; MOURA, 2016).

A associação entre o Governo de Minas Gerais (e do Indi, em particular) e a Prefeitura Municipal de Extrema tornou-se mais profícua entre 2003 e 2014, quando o mesmo partido político (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) comandava, simultaneamente, a administração estadual e local. Naquele período,

ocorreram os maiores volumes de investimentos exógenos da indústria no município.

De acordo com Carvalho (2018),

hoje nós temos uma vantagem: quando lá atrás, quando o [Governador Antônio] Anastasia fez a primeira gestão dele, ele colocou uma questão, que assim resumiu tremendamente. Ele falava assim: “quando começamos isso, Extrema era o fim da “cadeia alimentar” de Minas. Hoje, Extrema é o portal de entrada do estado”. Então, foi graças ao poderio econômico que a gente construiu para a cidade, que a gente virou o jogo da discussão.

Não há dúvidas de que a colaboração entre os governos estadual e municipal, nos anos 2000, foi fundamental para a emergência de Extrema como destino preferencial para grandes indústrias em Minas Gerais (e mesmo no Brasil). A criação de um ambiente institucional e normativo propício à reprodução dos capitais da indústria, alinhando as iniciativas do governo estadual (subvenções fiscais, linhas especiais de crédito) e municipal (isenções fiscais, provisão de infraestruturas, doação de terrenos), explica o crescimento industrial mais intenso em Extrema do que em outras cidades pequenas da microrregião de Pouso Alegre, que apresentam características similares quanto à posição geográfica e à mão de obra, como Camanducaia, Cambuí ou Itapeva.

Ao que tudo indica, a alternância de poder em Minas Gerais modificou, em partes, a capacidade de Extrema de atrair investimentos industriais de maior monta. Ainda que o parque industrial do município permaneça dinâmico, com a introdução de novos recursos de procedência exógena, desde a mudança de partido no governo estadual, em 2015, localizaram-se na cidade principalmente estabelecimentos de pequeno ou médio porte, além dos centros de distribuição, ampliando o papel de Extrema como entreposto comercial e logístico.

De acordo com Abrahão (2018),

o governo do estado hoje... Estão quebrados, estão atrás de dinheiro e esquecem de fazer o seguinte: traz aqui “pra” dentro e depois a gente... dá os benefícios... Então, as coisas estão “trancadas”. Têm empresas aqui em Extrema hoje que estavam querendo ir “para o” Paraguai; o prefeito conseguiu, não vão mais embora. Temos empresas aqui que estão pensando em ir para outro lugar, porque ofereceram incentivos... [...] Têm empresas em Belo Horizonte que

receberam propostas de ir “pra” Bahia, “tinha” um protocolo de ir “pra” Bahia.

Ainda que a qualidade das relações entre a administração estadual e local tenha se modificado em relação aos anos 2000, permanece o objetivo de ambas as esferas de governo de atrair novos investimentos para o estado e o município, principalmente com a crise político-econômica no país a partir de 2014.

Nesse sentido, persiste a parceria entre a Prefeitura Municipal de Extrema e o Indi, no sentido de manter o município competitivo perante outros lugares, na guerra fiscal dos lugares. Além disso, as empresas dispõem de autonomia em suas escolhas locacionais, avaliando, além dos benefícios concedidos pelo Poder Público, outras variáveis que implicam na redução dos custos do processo produtivo, como as facilidades logísticas, a presença de insumos, o perfil da mão de obra, entre outros.

Em entrevista a um veículo de imprensa local, a atual diretora do Indi, Cristiane Serpa, considera que “[...] Extrema tem uma economia forte e uma administração municipal madura. De cada 10 contatos no Indi, oito pedem informações sobre a cidade. [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017e).

À semelhança das outras unidades federativas do Brasil, Minas Gerais também concede incentivos fiscais e creditícios às empresas como estratégia para angariar novos investimentos na guerra fiscal dos lugares. Os benefícios estaduais são negociados inicialmente pelo Indi; em seguida, os acordos pactuados com as empresas são remetidos ao BDMG, no caso da oferta de linhas especiais de crédito, ou à ALMG e à SEF-MG para apreciação e formalização, respectivamente, dos incentivos fiscais (ALMG, 2018).

O acesso facilitado ao crédito é empregado com o objetivo de estimular a atividade econômica e atrair novos empreendimentos para o estado, elevando a geração de emprego e renda. Por meio do BDMG, o governo mineiro disponibiliza linhas de crédito específicas às empresas de micro, pequeno, médio ou grande porte (ALMG, 2018).

Os incentivos fiscais, por sua vez, visam “[...] promover o desenvolvimento de atividades, segmentos e setores da economia ou regiões, condicionar comportamentos, bem como favorecer grupos ou parcelas da população” (ALMG,

2018). Em âmbito estadual, os incentivos fiscais incidem principalmente sobre o ICMS²⁰.

De acordo com a ALMG (2018), os incentivos fiscais em Minas Gerais abrangem as seguintes modalidades:

- a) anistia - perdão legal para multas decorrentes de infrações à legislação tributária. Abrange somente aquelas infrações praticadas anteriormente à vigência da lei que a conceder. Pode ser geral, quando beneficiar todos os sujeitos passivos enquadrados em determinada situação prevista em lei, ou limitada, quando, nos termos de lei, for concedida individualmente, por meio de despacho da autoridade administrativa em requerimento no qual o interessado comprova que preenche os requisitos legais.
- b) remissão - perdão total ou parcial do crédito tributário devido. Dispensa total ou parcial, por parte da fazenda pública, do pagamento do tributo devido, autorizado por lei.
- c) crédito presumido - técnica de apuração do imposto devido que consiste em substituir todos os créditos do ICMS, passíveis de serem apropriados em razão da entrada de mercadorias ou bem e abatidos no valor do imposto a pagar, por um determinado percentual relativo ao imposto debitado por ocasião das saídas de mercadorias ou prestações de serviço.
- d) isenção - modalidade de exclusão do crédito tributário, correspondente a uma não incidência tributária qualificada legalmente. Segundo a corrente doutrinária mais comum, consiste na dispensa legal do pagamento do tributo devido. Nesse caso, após descrever o fato gerador da obrigação tributária, hipótese legal de incidência do tributo, o legislador subtrai desse campo de incidência certos fatos ou atos que passam a ser insuscetíveis de tributação. A isenção pode ser concedida em caráter geral, quando alcançar todos os sujeitos passivos enquadrados em determinada situação prevista em lei, ou específico, quando for efetivada, em cada caso, por meio de despacho da autoridade administrativa em requerimento no qual o interessado comprova que preenche os requisitos legais.
- e) redução de base de cálculo - corresponde à desconsideração, para efeito do cálculo do valor do tributo, de parte do valor definido como base de cálculo, o que equivale à aplicação de uma alíquota menor.
- f) redução de alíquota - pode ser reduzida até a alíquota zero, gerando, nesse caso, um efeito semelhante à isenção.
- g) outras formas de incentivos são comumente utilizadas, como a instituição de tratamentos tributários diferenciados, com o estabelecimento de formas alternativas de apuração ou de prazos mais prolongados para pagamento de tributos, entre outros (ALMG, 2018).

²⁰ De acordo com a ALMG (2018) e a SEF-MG (2018), o Decreto nº 43.080/2002 (MINAS GERAIS, 2002) constitui o documento-base que regulamenta a incidência, a cobrança e a isenção do ICMS em Minas Gerais.

A isenção fiscal constitui o instrumento mais efetivo do governo estadual para captar investimentos externos, uma vez que, ao desonerar a produção, tais benefícios exercem influência sobre os empresários em suas escolhas locacionais. Em outras palavras, por meio das subvenções fiscais são criadas “condições artificiais” de atração das indústrias, mudando a qualidade dos lugares enquanto destinos “espontâneos” para a localização industrial.

A competição entre estados e municípios pelo grande capital, utilizando-se da isenção total ou parcial do ICMS, está no centro dos debates sobre a guerra fiscal dos lugares no Brasil, processo que contribuiu decisivamente para o crescimento industrial em Extrema em meados dos anos 1990.

Conforme a ALMG (2018), a isenção (total ou parcial) do ICMS contempla a fabricação das seguintes mercadorias em Minas Gerais:

- tintas de impressão;
- artefatos de plástico;
- telas metálicas, grades e redes de fio de alumínio;
- cofres-fortes, portas blindadas e artefatos semelhantes;
- injeção eletrônica;
- bombas para combustíveis, lubrificantes ou líquidos de arrefecimento;
- bombas de ar ou vácuo;
- ventiladores;
- instrumentos e aparelhos de pesagem;
- máquinas e aparelhos de impressão, partes e acessórios;
- máquinas de calcular e registradoras;
- máquinas e aparelhos mecânicos com função própria;
- válvulas solenoides;
- caixas de transmissão, redutores, multiplicadores e variadores de velocidade, incluídos os conversores de torques;
- motores, geradores e outros aparelhos e equipamentos elétricos, partes e peças;
- ignição eletrônica digital;
- aparelhos telefônicos, câmeras e outros aparelhos, equipamentos e acessórios de comunicação;
- equipamentos para aeronaves militares;

- fibras ópticas;
- instrumentos e aparelhos para navegação aérea ou espacial;
- aparelhos de raios-x, partes e acessórios;
- instrumentos, aparelhos e máquinas para medida ou controle;
- instrumentos e aparelhos digitais para análise física ou química;
- relógios e outros aparelhos de relojoaria;
- microscópios;
- instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, oftalmologia e veterinária;
- outras máquinas, aparelhos e dispositivos.

A legislação estadual prevê ainda a concessão de regime especial tributário aos estabelecimentos que se comprometam, nos protocolos de intenções firmados entre o governo e as empresas, a investir determinada quantia de capital e a gerar número acordado de empregos em Minas Gerais (ALMG, 2018).

De acordo com a Paixão ([201-]),

Regime Especial de Tributação (RET) é um processo administrativo por meio do qual a SEF-MG concede, em caráter individual, tratamento especial ao contribuinte, considerando as peculiaridades e as circunstâncias das operações ou das prestações que justifiquem a sua adoção. Atualmente, é um instrumento muito utilizado pelo estado para proteção do mercado e combate à guerra fiscal.

Durante o trabalho de campo, não foi possível especificar quais indústrias em Extrema recebem (ou receberam) incentivos fiscais ou creditícios do governo estadual. Em visita a uma das unidades da SEF-MG, foi dito que tais informações são sigilosas.

Entretanto, certamente as grandes indústrias em Extrema lograram algum tipo de incentivo fiscal de Minas Gerais, haja vista a proatividade do Indi no fomento à industrialização local e às menções dos colaboradores da pesquisa (Quadro 4) e da mídia local a respeito da importância do governo estadual na implantação de grandes unidades fabris no município.

Assim sendo, a administração estadual constitui um dos agentes centrais no modelo de industrialização implementado em Extrema nas últimas décadas, negociando com as empresas os incentivos fiscais e creditícios com maior impacto

na desoneração da produção. Encabeçadas pelo Indi, as ações do governo estadual, em interlocução com o poder local, visam à criação de um ambiente propício ao desenvolvimento das indústrias no município em um contexto de disputa entre os entes subnacionais pelo grande capital em circulação nas escalas nacional ou global.

4.2.4. Ações do governo municipal

A administração local consiste na grande protagonista do modelo de industrialização adotado em Extrema na fase de diversificação industrial. Durante o trabalho de campo, os entrevistados ressaltaram o papel do governo municipal na implantação de grandes indústrias em Extrema, nas últimas três décadas (Quadro 4).

Desde que assumiu a Prefeitura Municipal de Extrema em 1989, o grupo político que se mantém no poder participa ativamente da promoção e da organização do espaço industrial do município.

A passagem da década de 1980 para 1990 caracterizou-se pela redefinição dos papéis exercidos pelo Estado Nacional em uma conjuntura marcada pela redemocratização do país, pela disseminação do neoliberalismo, pela abertura e desregulamentação do mercado nacional, pela globalização e pela guerra fiscal dos lugares.

Naquele contexto, o autofinanciamento das políticas públicas atribuídas aos municípios pela Constituição Federal de 1988 tornou-se questão prioritária para o grupo político que ascendia ao poder local. A industrialização baseada em grandes investimentos de origem exógena foi a alternativa encontrada para gerar emprego e renda, dinamizar a economia e elevar a arrecadação tributária no curto e médio prazo em Extrema.

Para Carvalho (2018),

primeiro a gente tem que construir uma estrada para depois pensar em asfaltar. Não dá para: “eu quero asfaltada”! E aí a gente foi entendendo... Quando caiu essa ficha, a gente descobriu que precisava de dinheiro e a maneira de trazer esse dinheiro era através da industrialização. O grande erro das cidades pequenas é ter essa síndrome de “patinho feio”, de não falar com a grande empresa. [...], não adianta, se você não falar com o grande... Você tem que ter pelo menos uma ou duas grandes [*indústrias*], porque são elas que vão

“dar” o oxigênio. Esse oxigênio vai “nutrir” uma série de outros programas.

Obviamente, muitas cidades pequenas procuram estimular a industrialização local recorrendo à isenção de impostos municipais, à provisão de infraestruturas ou à criação de distritos industriais, tendo em vista os efeitos de motricidade sobre a economia e o território, historicamente associados ao setor secundário.

No entanto, são poucas as cidades pequenas que atraíram grandes capitais da indústria no Brasil, até o momento, como comprovam os estudos empíricos discutidos no Capítulo 2. A industrialização é um processo complexo, em que interagem múltiplos fatores - posição geográfica, perfil e custos da mão de obra, desenvolvimento de tecnologia, linhas de financiamento, presença de insumos e densidade do mercado consumidor etc., além da vontade política no sentido de promovê-la.

No caso de Extrema, ao que tudo indica, os administradores públicos souberam interpretar as principais tendências da dinâmica locacional das indústrias no Brasil sob a influência crescente de processos como a globalização, a desconcentração industrial e a guerra fiscal dos lugares, utilizando-as ao seu propósito.

Para tanto, aproveitaram-se de fatores locais explorados no território municipal desde a década de 1970 por indústrias nacionais do complexo metalmeccânico - posição geográfica estratégica (principalmente em relação à RMSP), infraestrutura logística favorável (sobretudo após a duplicação da BR 381), baixos salários, abundância de água etc. -, e intensificaram as ações institucionais para atrair e diversificar os investimentos da indústria no município.

As principais medidas empregadas pela administração local para fomentar o desenvolvimento industrial em Extrema foram:

- a) a provisão das infraestruturas que dão suporte à produção industrial com recursos próprios (criação de distritos industriais, obras de pavimentação, aterro sanitário etc.) ou em interlocução com as concessionárias de serviços urbanos, como a Energisa ou a Copasa;
- b) a articulação com outros agentes sociais para promover o uso industrial do território, como a concessão de incentivos fiscais e creditícios (convênios com

- o Indi, o BDMG e outras agências estatais) e a qualificação da mão de obra (parcerias com o Senai, a Fiemg, o Sinmec, a Faex etc.);
- c) o planejamento contínuo do processo de industrialização local;
- d) a divulgação das vantagens da localização industrial em Extrema junto ao empresariado;
- e) a adoção de instrumentos próprios para captação de investimentos externos, como a doação de terrenos, a isenção de tributos municipais, a remissão de débitos e taxas ou o empréstimo de pessoal e de equipamentos da prefeitura às indústrias.

No tocante ao planejamento da industrialização local, verifica-se a opção tácita do executivo municipal em diversificar o parque industrial e a estrutura produtiva em Extrema, a partir de 1990.

Conforme Carvalho (2018),

[...], em um primeiro momento, a nossa base de industrialização foi o *[complexo]* metalmecânico; foram as fundições, [...]. Foi um momento em que a indústria automotiva estava numa evolução muito grande, a gente está muito próximo do Vale do Paraíba, muito próximo de Atibaia, de Campinas, que têm um parque de indústrias automotivas muito forte, essa proximidade mesmo... A única coisa que a gente tinha para dar para elas: terra. Era a única coisa que a gente podia dar. E aí a gente foi nessa seara. Vieram algumas *[indústrias]*...

[...].

Então a cidade “respirava” o *[complexo]* metalmecânico, aquela coisa, [...] o “cara” sonhava em ser funcionário da Fagor, Frum, Granasa e outras que tinham e algumas que já não existem mais, mas principalmente da Fagor e da Frum...

No início dos anos 1990, ainda na fase de expansão industrial, o governo municipal procurava reforçar a especialização metalmecânica, aproveitando-se das condições prévias para o desenvolvimento destas indústrias no território local, como a presença de estabelecimentos formados anteriormente (Fundição Brasileira, Yanes Camping, Frum, Climp Industrial e Granasa Minas) e a posição geográfica estratégica do município em relação aos principais centros urbano-industriais e montadoras de automóveis no Brasil.

O objetivo imediato dos gestores públicos consistia em alavancar a arrecadação municipal, angariando o máximo possível de recursos para financiar as obras de infraestrutura, os serviços urbanos e a diversificação econômica em

Extrema, até então uma cidade pequena semelhante a outras de seu contexto regional, como avalia Carvalho (2018).

Em meados dos anos 1990, intensificaram-se as intervenções da prefeitura no sentido de diversificar o parque industrial em Extrema. De acordo com Carvalho (2018),

então a gente percebeu que o metalmecânico, sem menosprezar ou fazer um juízo de valor, é um setor que contrata o braço. Baixíssima tecnologia embarcada, principalmente naquela época, pouquíssima tecnologia na produção, era um ambiente insalubre. Então essas pessoas acabaram com uma série de problemas ocupacionais que depois pesavam na questão da estrutura de saúde.

[...]

Até hoje a gente tem um lixo de areias tóxicas daquela época. Então a gente percebeu que naquele momento resolveu um problema, mas e aí? Se a gente ficasse dependendo daquilo para o resto da vida, a gente estaria “ferrado”. Não ia dar certo o que a gente tinha em mente. Então nós entendemos que precisávamos buscar empresas com um pouco mais de tecnologia, que pagariam salários melhores e tal. Nisso, a primeira que veio foi a ANC. A ANC, American National Can, foi a antecessora da Rexam, que agora é a Ball.

A implantação da American National Can, em 1996, inaugurou a fase de diversificação industrial e representou, simultaneamente, um marco para a diversificação dos gêneros industriais e da origem dos capitais investidos no setor secundário, revelando a entrada de capitais estrangeiros em Extrema. Nos anos seguintes, grandes estabelecimentos de outros gêneros industriais, nacionais e internacionais, passaram a investir no município, como a Delo e a HBA Hutchinson.

Nos anos 2000, os investimentos externos em Extrema atingiram o ápice, com a implantação de grandes indústrias que diversificaram o parque industrial do município, como a Pandurata Alimentos, a Multilaser, a CRM Alimentos, a Soft Film, a Dalka, a Force-line, a Barry Callebaut e Barasch. Naquela década, Extrema despontou como um dos destinos privilegiados para as grandes inversões da indústria, destacando-se no meio político e nos veículos de imprensa enquanto caso “bem-sucedido” de desenvolvimento local entre os municípios brasileiros.

Durante a fase de diversificação industrial, o recolhimento de impostos multiplicou-se no município. Segundo Carvalho (2018), a Prefeitura Municipal de Extrema, atualmente, se encontra em condições de recusar os empreendimentos que não atendam aos requisitos definidos como prioritários pela administração local,

como a geração de empregos de qualidade e com melhores remunerações ou o aumento da arrecadação tributária.

Carvalho (2018) avalia que

[..] a gente foi aprendendo também no meio do processo, o que era legal e o que não era. E hoje a gente não deixa nenhum setor representar mais de 20% dos empregos. Hoje nenhum setor representa mais do que 20%... A gente colocou mesmo “os ovos em várias cestas”, pensando na crise. [...]. Então hoje o metalmecânico representa 19%; o alimentício 21%; o eletroeletrônico 20%; o *e-commerce* e CDs [*centros de distribuição*] chegando agora a 18%. Então, se chegou a 18%, para mim já está maduro, então eu já vou “atacar” outro setor, entendeu? Então a gente já começa a mapear isso.

Desse modo, não existem gêneros industriais que sejam preteridos, *a priori*, pela administração local em suas políticas industriais; o que se busca é o equilíbrio entre os gêneros da indústria e outros setores, como os centros de distribuição e os *e-commerces*, na absorção da mão de obra local. A ênfase na diferenciação da base produtiva visa salvaguardar o mercado de trabalho, a economia e a capacidade tributária do município de eventuais crises sobre gêneros industriais ou setores econômicos específicos.

Entretanto, atualmente alguns gêneros industriais vêm sendo estimulados pela administração local em consonância às políticas industriais empreendidas pelo estado, como a transformação industrial de alumínio e aço.

Conforme Carvalho, (2018),

agora, nesse semestre, a minha abordagem são [*as indústrias de*] alumínio e aço. Alumínio e aço, empresas de alumínio e aço, porque a gente vê que é algo que o estado tem uma oferta muito grande, matéria prima tem grandes fornecedores, a gente está próximo aos principais mercados consumidores, a gente tem condições de receber. Nós temos uma deficiência para isso, mas eu estou usando a atração dessas indústrias para resolver essa deficiência: eu não tenho gás encanado na cidade. Eu não tenho oferta de gás para as indústrias. [...]. Mas o gás, todas as vezes que eu falo de alumínio e aço, o estado escuta. Se eu falar de alimentos, o estado não me escuta.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo divulga, de maneira incisiva, as vantagens da localização industrial em Extrema, no meio empresarial. Os principais argumentos para sensibilizar os investidores são: a

posição geográfica privilegiada do município no território nacional, com ênfase na proximidade à capital paulista e na infraestrutura logística favorável; a paisagem exuberante propiciada pela Serra da Mantiqueira, pelos fragmentos de matas e pelas cachoeiras; a presença de outras indústrias, muitas das quais de grande porte e líderes em seus campos de atuação; os programas de preservação do meio ambiente e a qualidade de vida, comprovada pelos bons índices socioeconômicos do município; o “espírito” acolhedor e tranquilo de cidade pequena etc. (CARVALHO, 2018).

Em cartilha intitulada “Extrema, uma cidade preparada e projetada para o futuro”, divulgada pela Prefeitura Municipal de Extrema em 2017, lê-se (em português, inglês e espanhol):

Extrema ganhou fama nacional com sua qualidade de vida, com sua economia dinâmica e com seu meio ambiente bem cuidado. Agora, nossa cidade quer receber o seu empreendimento. A cidade está localizada em Minas Gerais, mas muito próxima à capital paulista, o que permite compartilhar a prosperidade dos dois estados. Atualmente conta com 255 indústrias como a Panasonic, a Kopenhagen, a Multilaser, a Acqualimp e a Ball. Esta publicação tem por objetivo apresentar de maneira sucinta a infraestrutura, o diferencial competitivo e os indicadores de nossa economia. Mas aceite o nosso convite e, mais do que ler sobre Extrema, venha nos visitar e conhecer de perto nossos atrativos (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017c, p. 6).

Em outra seção do documento, denominada “Convite para você, empreendedor”, consta que:

Extrema se firmou nas últimas décadas como uma das economias mais dinâmicas do país. Por isto mesmo, tem sido destino de grandes investimentos de grandes empresas nacionais, multinacionais e fundos de investimentos. Com uma logística ímpar, qualidade de vida, gente trabalhadora e uma administração pública focada em resultados, certamente seu empreendimento encontrará os caminhos para se desenvolver. Venha tomar um cafezinho com a gente (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017c, p. 19).

De modo geral, a cartilha explora os “diferenciais competitivos” de Extrema, os quais a tornaram “uma das economias mais dinâmicas do país” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017c). O documento tem finalidade muito clara: influenciar os empresários em suas escolhas locacionais a favor de Extrema, em um

contexto marcado pela guerra fiscal dos lugares. A construção textual da cartilha emprega linguagem técnica e objetiva, trazendo dados estatísticos atualizados sobre a economia, a infraestrutura e os indicadores socioeconômicos do município.

Contudo, algumas frases denotam certa impessoalidade ou um apelo direto ao leitor – “[...] mas aceite o nosso convite e, mais do que ler sobre Extrema, venha nos visitar e conhecer de perto nossos atrativos” ou “[...] venha tomar um cafezinho com a gente” (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017c) -, o que demonstra a prontidão da administração local em negociar, caso a caso, as condições para a implantação de novos empreendimentos industriais no município.

Os principais instrumentos utilizados pela prefeitura para atrair novas unidades fabris a Extrema, durante a fase de diversificação industrial, são a doação de terrenos, a isenção de tributos municipais, a remissão de débitos ou de taxas e o empréstimo de pessoal ou de equipamentos às indústrias para a prestação de serviços esporádicos e específicos.

No quadro 6, enumeram-se as grandes indústrias de capitais exógenos contempladas com os incentivos municipais, bem como as leis que formalizaram a concessão de tais benefícios.

A doação de terrenos, principalmente em distritos industriais, é uma prática comum entre os municípios brasileiros para promover e ordenar a atividade industrial no território. Em Extrema, este foi o principal expediente utilizado para atrair grandes indústrias até meados dos anos 2000, quando se esgotaram as maiores reservas de imóveis passíveis de doação. De acordo com Carvalho (2018), as glebas atualmente disponíveis comportam apenas empreendimentos industriais de pequeno porte.

As grandes indústrias de capitais exógenos que adquiriram terrenos junto à Prefeitura Municipal de Extrema, entre 2000 e 2017, foram a CNS, a CRM Alimentos, a Dalka, a Delo e a Force-line (Quadro 6).

A Lei Municipal nº 3.204/2014 estabelece como contrapartida às doações de terrenos que 5% do valor de avaliação dos imóveis sejam destinados às entidades de utilidade pública do município, as quais atuam nas seguintes áreas: cultura, saúde, artes, educação, assistência social, esportes, ecologia e preservação do patrimônio histórico e cultural. O descumprimento da obrigação prevista em lei implica na revogação da doação do terreno, sem o ressarcimento às benfeitorias

realizadas posteriormente, e no impedimento de novas concessões à empresa por parte do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2014).

Quadro 6. Grandes indústrias de capitais exógenos contempladas com os benefícios concedidos pela Prefeitura Municipal de Extrema – 2000/2017.

Incentivo	Indústrias contempladas	Lei Municipal nº
Doação de terrenos	CNS	2.623/2009
		2.651/2010
	CRM Alimentos	2.373/2007
		2.503/2009
		2.630/2010
	Dalka	2.670/2010 e 2.808/2011
	Delo	2.518/2009
Isenção de tributos municipais		2.872/2011
	Force-line	2.135/2006
	Barasch	2.960/2011
	Barry Callebaut	2.658/2010
		3.345/2015
	CRM Alimentos	3.444/2015
		2.397/2008
	CNS	2.749/2010 e 2.771/2010
	Dalka	2.952/2011
	Force-line	2.965/2011
	Multilaser	2.486/2009 e 2.497/2009
		3.094/2013
		3.652/2017
	Panasonic	2.798/2010
		2.852/2011
		3.652/2017
Isenção de tributos a terceiras contratadas - ISS	Pandurata Alimentos	1.529/2000
		2.854/2010
	Barry Callebaut	2.658/2010
	CNS	2.749/2010 e 2.771/2010
	CRM Alimentos	2.397/2008
	Dalka	2.952/2011
Remissão de débitos ou de taxas	Multilaser	2.711/2010
	Panasonic	2.582/2011
	Barry Callebaut	3.345/2015
	CRM Alimentos	3.444/2015
	Multilaser	2.486/2009 e 2.497/2009
Empréstimo de pessoal e equipamentos		3.652/2017
	Panasonic	3.652/2017
	Delo	2.945/2011
	Force-line	2.216/2006
	HBA Hutchinson	2.005/2005
	Frum	1.993/2004
		2.010/2005
		2.178/2006
		3.223/2014

Fonte: Adaptado da Câmara Municipal de Extrema (2018).

A isenção dos tributos municipais pode ser total ou parcial; incidir sobre um ou mais tributos, e beneficiar a indústria ou as empresas que lhe prestam serviços. De acordo com o Código Tributário de Extrema – Lei Municipal nº 003/2001 – os tributos municipais abrangem:

- a) os impostos, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto de Transmissão Sobre Bens Imóveis por Ato Oneroso Intervivos e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
- b) as taxas, como as Taxas de Serviços Urbanos, as Taxas de Licença, as Taxas de Expediente e Emulamentos, as Taxas de Serviços Diversos e as Taxas de Recolhimento de Entulhos e Resíduos Industriais e Comerciais de Caráter Doméstico;
- c) as contribuições de melhoria (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2001).

O quadro 6 mostra as grandes indústrias contempladas com a isenção tributária, como a Multilaser, a CRM Alimentos, a Pandurata Alimentos, a Dalka, a Force-line, a Panasonic, a Barasch, a CNS e a Barry Callebaut.

A Lei Municipal nº 2.734/2010 normatiza que as indústrias que receberem a isenção tributária deverão transferir às entidades de utilidade pública em Extrema 5% do valor que deixar de ser recolhido pelo Poder Público. A falta de repasse do montante estipulado em lei àquelas instituições acarreta a revogação do incentivo fiscal (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2010).

A remissão de débitos e taxas consiste na quitação de dívidas pendentes das indústrias junto ao Poder Público local e beneficiou as seguintes indústrias: Barry Callebaut, CRM Alimentos, Multilaser e Panasonic (Quadro 6).

O empréstimo de equipamentos do patrimônio municipal ou de pessoal do quadro de funcionários da prefeitura visa à realização de obras específicas – como a pavimentação ou a terraplenagem – nas indústrias por prazo pré-fixado, a pedido das empresas.

Ainda que não tenham o mesmo impacto que os incentivos estaduais, os benefícios municipais também contribuem para a desoneração do processo produtivo e, conseqüentemente, para ampliar a reprodução dos capitais da indústria.

Atualmente, inexistente uma política industrial que discipline, de maneira global, os tipos de indústrias, os critérios utilizados para a concessão dos incentivos locais

ou as contrapartidas exigidas das empresas que pleiteiam os benefícios da Prefeitura Municipal de Extrema. Os trâmites para a instalação de novos empreendimentos estão centralizados no executivo municipal, mais precisamente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, na Assessoria Jurídica e no Gabinete do Prefeito, que negociam, caso a caso, a concessão dos incentivos às indústrias (CARVALHO, 2018).

Os incentivos fiscais concedidos atualmente pelo município são a isenção do IPTU e do ISS por cinco anos, renováveis por igual período (CARVALHO, 2018; PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017f). As indústrias que queiram investir em Extrema deverão seguir os procedimentos contidos no documento “Roteiro e Critérios para Avaliação de Investimentos” (Anexo I), que fixa a documentação exigida pela prefeitura para a concessão dos incentivos municipais (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017f).

Inicialmente, a empresa deverá encaminhar uma “Carta Consulta”, com a síntese das informações sobre o empreendimento à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo. O documento deverá conter o nome da empresa, o CNPJ, a natureza e o valor do investimento, a capacidade de produção, a previsão de empregos gerados, o faturamento, e a infraestrutura necessária para as operações da indústria (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017f).

Após a análise da Carta Consulta, é firmado o “Protocolo de Intenções” entre a Prefeitura Municipal de Extrema e a empresa para nortear a viabilidade financeira da isenção tributária. Ao Protocolo de Intenções deverão ser anexados os seguintes documentos: projeto completo de viabilidade econômica do empreendimento²¹, documentação da empresa (contrato social ou ata de assembleia), documentos pessoais do proprietário ou sócio administrativo, certidões negativas de débitos (federal, estadual, municipal, trabalhista, INSS, FGTS da matriz/filial) e ofício esclarecendo qual o benefício solicitado ao município (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017f).

²¹ O projeto de viabilidade econômica do empreendimento abrange o “Plano de Negócios” da empresa, contendo as seguintes informações: missão, número de funcionários atuais e previsão de empregos a serem gerados na nova unidade, faturamento da matriz/filial, projeção de faturamento para a nova unidade, principais insumos utilizados na produção, mercadorias fabricadas, principais clientes e mercados a serem atendidos, origem dos capitais investidos (PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA, 2017f).

Com a anuência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, a Assessoria Jurídica procederá à avaliação técnica do empreendimento; em caso de deferimento, o acordo entre o Poder Público e a empresa será apreciado pelo legislativo municipal, que formalizará a concessão dos incentivos municipais em leis como aquelas enumeradas no quadro 6.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Extrema (2017f), os parâmetros observados pela administração local ao conceder isenção tributária às indústrias abarcam o(a):

- a) alinhamento entre o plano de desenvolvimento do município e o projeto a ser implantado;
- b) alta atratividade do negócio;
- c) alto nível de governança por parte da empresa e investidores;
- d) riscos ambientais apresentados no projeto;
- e) capacidade de absorção da mão de obra local (geral e qualificada);
- f) oportunidade de compartilhar tecnologias e modelos de gestão com a comunidade;
- g) estabelecimento de parcerias locais para a atualização e qualificação profissional por meio das organizações existentes (Senai, Senac, Faex, Aciex, sindicatos);
- h) contrapartida social oferecida pelos empreendedores ou investidores.

Durante o trabalho de campo, não foi possível avaliar os impactos das diretrizes contidas no “Roteiro e critérios para avaliação de investimentos” sobre a organização do espaço industrial em Extrema, devido à publicação recente do documento.

No entanto, a análise do documento permitiu identificar alguns limites dos critérios empregados na definição dos investimentos industriais prioritários pelo município, com base nas principais tendências da dinâmica locacional das indústrias no território brasileiro:

- a) à exceção das vantagens ligadas à posição geográfica e aos indicadores de qualidade de vida, Extrema não dispõe dos atributos locais geralmente requisitados pelas indústrias de alta tecnologia, como a presença de universidades e centros de pesquisa de ponta;
- b) o modelo de industrialização baseado em recursos de origem exógena fundamenta-se, sobretudo, nos baixos custos da mão de obra, amplamente empregada nas etapas mais padronizadas da produção. Ainda que o

suprimento de funcionários qualificados tenha sido apontado como estrangulamento à produção industrial, nas entrevistas, dificilmente as indústrias instaladas na cidade absorverão contingente expressivo de mão de obra qualificada devido à natureza das atividades industriais processadas em Extrema;

- c) a incipiência das cadeias produtivas e das relações industriais no território, outra faceta do modelo de industrialização local, certamente dificulta o compartilhamento de tecnologias (com outras empresas ou com a comunidade), dificultando o estabelecimento de sinergias produtivas entre os diversos agentes sociais e setores de atividade econômica no município.

Por último, vale destacar alguns aspectos do planejamento municipal que sinalizam certas mudanças quanto às políticas de fomento às atividades econômicas em Extrema, nos últimos anos.

Além do uso industrial do território, o governo local tende a reforçar o papel de Extrema como entreposto logístico no território nacional, incentivando a instalação de grandes centros de distribuição ou centrais de *e-commerce* no município.

Do ponto de vista de Abrahão (2018),

[...], Extrema dá preferência para centro de distribuição, porque como está “todo mundo” empregado, tem menos gente e mais faturamento. O faturamento do centro de distribuição... Centro de distribuição você tem gente só para colocar *[as mercadorias]* dentro do caminhão; armazenagem e caminhão, não produz. Só que gera nota, dá ICMS. Então o centro de distribuição é muito interessante para a cidade. Aqui nós já temos Bauducco, Johnson & Johnson, está vindo a Ambev, Estrella Galicia, tudo centro de distribuição. Então, Extrema já está escolhendo o tipo de empresa e aquilo, por exemplo, que seria ideal. O que não seria de interesse já está oferecendo para Itapeva e Camanducaia.

Nesse sentido, as iniciativas para diversificação da estrutura produtiva não se limitam à atividade secundária, mas se estendem aos demais setores econômicos, orientando-se, sobretudo, pela elevação da capacidade tributária e pela manutenção da qualidade de vida e ambiental no município.

Carvalho (2018) esclarece que a concentração de estabelecimentos industriais e de centros de distribuição em Extrema atrai imigrantes em busca das oportunidades de empregos ou da qualidade dos serviços públicos prestados pelo município. Esta situação requer esforços contínuos e grandes investimentos da

prefeitura na ampliação das políticas públicas de conotação social (habitação, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, infraestrutura urbana etc.), tendo em vista a preservação da qualidade de vida e dos indicadores socioeconômicos do município.

Além disso, tanto a indústria quanto os centros de distribuição são mantidos por recursos de origem exógena, motivo pelo qual o município se encontra, de certa forma, vulnerável às oscilações de ordem político-econômica que resultem na redução ou na cessão dos investimentos externos na economia local.

Abrahão (2018) e Carvalho (2018) apontam que, recentemente, alguns empresários que investem em Extrema estavam inclinados a transferir a produção para o Paraguai, atraídos pelos baixos salários (menores do que no município), pela fragilidade da organização sindical e pelas políticas de desoneração fiscal daquele país.

Nesse sentido, a guerra fiscal dos lugares, cujos efeitos contribuíram para o crescimento industrial, econômico e urbano do município nas três últimas décadas, pode também estimular a migração dos estabelecimentos em Extrema para lugares que ofereçam condições mais atrativas para a reprodução do capital da indústria, reduzindo as oportunidades de emprego, a geração de renda e o recolhimento de impostos no município.

De acordo com Carvalho (2018),

a gente sabe que, mais cedo ou mais tarde, essa onda passa, isso não é eterno. Então, qual é a saída? É pegar essa grana que a indústria dá para investir em outros setores. Então, agora nesse mandato, a gente quer colocar o turismo como segunda economia, porque hoje ele deve ser a terceira ou quarta economia. A gente quer o turismo em segundo lugar e a gente está fazendo um trabalho com o empreendedor local que a gente nunca conseguiu fazer, não com a força que a gente “tá” fazendo agora.

A iniciativa de elevar o turismo à segunda economia do município exprime justamente a preocupação dos gestores públicos em criar alternativas para a promoção do desenvolvimento local em bases endógenas, de modo a contrabalancear a dependência e a vulnerabilidade da economia do município, respectivamente, aos recursos e às ingerências externas.

Dessa forma, a mesma percepção do grupo político sobre as tendências da localização industrial, que contribuiu para a definição e a consecução do modelo de

industrialização adotado em Extrema em meados da década de 1990, permite à atual administração reconhecer as fragilidades e os limites do crescimento industrial e econômico baseado em capitais externos, no atual cenário das relações industriais e econômicas no Brasil e no mundo.

4.2.5. Ações das instituições privadas ligadas à indústria

Além da administração estadual e municipal, o empresariado também se mobiliza para instrumentalizar o território com as infraestruturas e as normas propícias ao desenvolvimento industrial, tendo em vista a redução dos custos de produção e a competitividade das indústrias nos mercados nacional ou global.

A Fiemg é a principal instituição representativa das indústrias em âmbito estadual, defendendo os interesses de suas coligadas nacionalmente ou prestando consultoria sobre aspectos relevantes para a produção industrial, como o acesso ao crédito e às linhas de financiamento, os tributos, as normas ambientais e as relações trabalhistas (FIEMG, 2018).

A Fiemg é composta por diversos sindicatos patronais da indústria e atua por meio de câmaras, conselhos e representações. As câmaras visam à formulação de alternativas para modernizar a produção e elevar a competitividade das indústrias por cadeia produtiva. Atualmente, as câmaras em atividade estão ligadas às cadeias produtivas das indústrias de base florestal, da construção civil, do vestuário e acessórios, de automóveis, de energia, de petróleo e gás, de defesa e compras governamentais, de alimentos, da metalurgia e siderurgia, e de produtos audiovisuais (FIEMG, 2018).

Os conselhos abordam temas sistêmicos e estratégicos para as indústrias, visando aumentar a representatividade das empresas na elaboração de políticas públicas que influenciem a produção industrial. Os conselhos da Fiemg em operação discutem a política econômica e industrial, os mercados internacionais, o sistema de tributação, as relações do trabalho, o meio ambiente, a educação e o treinamento da mão de obra, o desenvolvimento de tecnologia e as inovações, a infraestrutura, entre outros assuntos (FIEMG, 2018).

As representações consistem em grupos de trabalho, comitês e fóruns criados por outras instituições para discutir temas diversos - cultura, educação, meio

ambiente, política econômica e industrial, segurança e saúde no trabalho etc. - que contam com a participação de membros da Fiemg (FIEMG, 2018). O principal objetivo das representações é “[...] fortalecer um diálogo construtivo com o governo e com as demais organizações da sociedade civil para formular e acompanhar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inovação” (FIEMG, 2018).

A sede da Fiemg situa-se em Belo Horizonte. Por meio de 11 unidades regionais, a instituição presta seus serviços em todas as mesorregiões do estado. A Regional Sul da Fiemg, a que estão vinculados o sindicato patronal e as indústrias em Extrema, está localizada em Pouso Alegre (FIEMG, 2018).

Em articulação com a Fiemg, outras instituições privadas dedicam-se ao desenvolvimento industrial em Minas Gerais, a saber:

- a) o Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais, que promove cursos de capacitação, a integração entre fornecedores e compradores, e a divulgação de informações e de estudos técnicos relativos ao parque industrial mineiro, como o Anuário da Indústria e o Cadastro Industrial de Minas Gerais;
- b) o Serviço Social da Indústria (Sesi), que atua na inclusão social dos trabalhadores das indústrias por meio de programas de educação, saúde, esporte, lazer e qualidade de vida;
- c) o Senai, que fornece cursos de capacitação, treinamento e qualificação profissional aos trabalhadores da indústria;
- d) o Instituto Euvaldo Lodi, que fomenta a interlocução entre as indústrias, as universidades e os centros de pesquisa em Minas Gerais, com o propósito de ampliar a capacidade de inovação e a competitividade das empresas (FIEMG, 2018).

Em Extrema, os programas e os serviços prestados pela Fiemg, bem como os cursos ministrados na unidade local do Senai, são coordenados pelo Sinmec, sindicato patronal que representa as indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico em Camanducaia, Cambuí, Extrema e Itapeva. Conforme Cesarino (2018), o sindicato “[...] apoia, através da Fiemg, todas as necessidades das empresas, como a formação de mão de obra (Senai), apoio jurídico em tributos, trabalhista e meio ambiente, além de consultorias e pesquisa”.

O Sinmec foi fundado em 1990 (ALMEIDA, 2018), quando a fase de expansão industrial se aproximava do fim. Desde sua criação, o sindicato é muito atuante em seu domínio territorial e participa ativamente do modelo de industrialização implantado em Extrema, na qualidade de articulador entre o Poder Público estadual e municipal e as empresas.

De acordo com Abrahão (2018),

[...] para você ter uma ideia, em Minas, vou falar da Fiemg, vários sindicatos por aí, as grandes empresas não vão nem ao prefeito sem o sindicato patronal. Ligam primeiro para o sindicato, porque ele me representa. O sindicato tem ligação direta, não precisa pedir um horário com o prefeito, [...]. Você quer ir ao governador, a gente faz o caminho “pra” isso. O primeiro papel é a representatividade, que é o mais importante para as empresas.

Nesse sentido, trata-se de uma instituição que centraliza as demandas e os interesses classistas, defendendo-os junto ao Poder Público e a outras entidades privadas com a finalidade de tornar o território mais propício à produção industrial.

O Sinmec representa os interesses dos empresários nas convenções coletivas com os trabalhadores, as quais definem aspectos variados dos contratos de trabalho, como as remunerações, os aumentos salariais, as horas extras, as compensações de jornada, o adicional noturno, o fornecimento de lanches, as férias etc.

O sindicato administra, em parceria com a Prefeitura Municipal de Extrema, o Balcão de Empregos, agência que registra e divulga as oportunidades de trabalho no município, local e regionalmente, facilitando o gerenciamento e a recolocação de funcionários entre as indústrias (SINMEC, 2018).

A instituição patronal promove, ainda, a interlocução com potenciais investidores do setor secundário, com o intuito de elucidar as vantagens e os obstáculos da localização industrial nos municípios em seu domínio territorial.

Abrahão (2018) assinala que

uma das coisas que a gente faz: as empresas que nos procuram, a gente procura ser atencioso e colocá-las em contato *[com os governantes, possíveis fornecedores, sindicatos]* para que elas venham sabendo de tudo, para que não tenham nenhuma surpresa depois que vir. [...]. A gente procura manter certa homogeneidade. [...], o “cara” que vem de fora não sabe nada sobre a região, sobre o mineiro, apesar de que aqui a interferência de São Paulo é muito

forte. [...]. Então, essas coisas mesmo, de preparar o empresário para ele ter noção de tudo, para ele não ter nenhuma surpresa. A gente está sempre procurando o contato para fazer de tudo para que as empresas venham para cá. Eu não me lembro de ter perdido empresa...

Entre os planos de ação do Sinmec para aprimorar as condições de desenvolvimento da indústria nos quatro municípios em que atua estão:

- a) implantar uma unidade do Sesi em Extrema (CESARINO, 2018);
- b) introduzir uma regional da Fiemg em Extrema, para prestação de serviços condizentes às necessidades locais e para redução dos custos e do tempo dos deslocamentos de executivos e operários até Pouso Alegre (ABRAHÃO, 2018);
- c) aumentar a adesão das indústrias ao sindicato (ABRAHÃO, 2018). Atualmente, existem oito indústrias em Extrema filiadas ao Sinmec – Nasha, Fagor Ederlan, Granasa Minas, Frum, Kidde, Ball, Unicoba e Barasch (SINMEC, 2018);
- d) priorizar a industrialização em Itapeva, Camanducaia e Cambuí, como forma de restringir efeitos indesejáveis da concentração de estabelecimentos e empregos industriais em Extrema - crescimento urbano acelerado, a elevação dos preços dos imóveis e dos custos de vida, a sobrecarga nas infraestruturas e nos serviços urbanos – e de promover o desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado entre os municípios sob a sua jurisdição (ABRAHÃO, 2018; CESARINO, 2018).

Assim sendo, as ações do Sinmec na provisão das infraestruturas econômicas e sociais de apoio às indústrias, na articulação com potenciais investidores e na concepção do próprio modelo de industrialização local permitem qualificá-lo como um dos agentes sociais diretamente envolvidos no crescimento industrial e econômico durante a terceira fase de industrialização em Extrema. Em geral, as ações do sindicato visam preparar o território para a produção industrial, reduzindo os custos do processo produtivo e aumentando a competitividade das empresas no mercado e dos municípios onde atua, na guerra fiscal dos lugares.

Em suma, a introdução de grandes capitais da indústria em Extrema, durante a fase de diversificação industrial, resulta da combinação de um conjunto de processos de dimensão multiescalar – internacionalização do capital e da produção,

reestruturação produtiva das empresas, globalização, desconcentração industrial e guerra fiscal dos lugares – que acentuaram a divisão territorial do trabalho em direção a algumas cidades pequenas, como Extrema. A posição geográfica privilegiada, a presença das infraestruturas e dos serviços urbanos que dão suporte imediato à produção industrial, a disponibilidade e os baixos custos da mão de obra e a articulação de agentes sociais dos setores público e privado no fomento à industrialização explicam a emergência desta cidade pequena sul mineira como destino privilegiado para o grande capital da indústria. Na qualidade de *lócus* das fases mais padronizadas da produção, a integração de Extrema aos circuitos espaciais de produção e aos círculos de cooperação de grandes indústrias nacionais e internacionais expressa a capacidade dos agentes hegemônicos de realizar o uso corporativo do território, explorando vantagens locais múltiplas que lhes garantam a reprodução ampliada dos capitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso industrial do território em Extrema, uma cidade pequena do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, tornou-se mais complexo na medida em que o município foi incorporado aos processos socioespaciais que condicionam a dinâmica locacional das indústrias nas diferentes escalas geográficas e contextos históricos.

A sucessão das fases de industrialização em Extrema, diferenciadas de acordo com a origem principal dos capitais investidos na indústria, revela a criação das condições gerais de produção que possibilitaram a integração do município a lógicas produtivas mais complexas, com as quais os agentes hegemônicos aprimoraram as estratégias para a reprodução do capital.

A fase incipiente (1901 – 1972) foi marcada pela presença de micro e pequenos estabelecimentos, de gêneros tradicionais, com organização familiar e mantidos por capitais locais ou regionais. Operando em condições arcaicas de transformação industrial, as pequenas indústrias beneficiavam insumos agrícolas produzidos na zona rural e comercializavam suas mercadorias no próprio município.

A dinâmica socioespacial em Extrema estava diretamente associada às atividades no campo – agropecuária, entre 1901 e 1960; e comercialização de imóveis rurais (chacreamento) e turismo, entre 1961 e 1972 -, as quais geravam a maior parte das receitas locais e condicionavam a distribuição dos habitantes no município, com o predomínio da população rural sobre a urbana. A indústria aparecia como atividade complementar, portanto, com pouca capacidade de dinamizar a economia e o território local.

O caráter incipiente da industrialização em Extrema, até a década de 1970, era condizente com o padrão concentrado da localização industrial nas cidades grandes e com os papéis geralmente desempenhados pelas cidades pequenas na rede urbana brasileira, como lugares centrais na transição urbano-rural.

A fase de expansão industrial (1973 – 1995) assinalou o ingresso de capitais nacionais da indústria em Extrema, no contexto da desconcentração industrial no Brasil, processo estimulado pelo acúmulo de deseconomias de aglomeração nas metrópoles e pela disseminação das condições gerais de produção pelo território nacional.

A introdução de capitais externos da indústria em Extrema foi motivada, sobretudo, pela posição geográfica estratégica do município no território nacional - entre dois importantes centros urbano-industriais (São Paulo e Belo Horizonte) - após a conclusão das obras da BR 381, em 1961.

A implantação da Rodovia Fernão Dias constituiu um marco na dinâmica socioespacial em Extrema porque assegurou a fluidez territorial responsável por intensificar as interações espaciais do município com a capital e o interior paulista, conferindo novas funções à cidade pequena na divisão territorial do trabalho (local de segunda residência, de uso turístico e de uso industrial).

Durante a fase de expansão industrial, o acréscimo na quantidade de estabelecimentos veio acompanhado da tendência de especialização produtiva nos gêneros industriais que integram o complexo metalmeccânico, devido:

- a) às vantagens comparativas de Minas Gerais na transformação de metais e na produção de bens intermediários;
- b) à concessão de incentivos fiscais e creditícios às indústrias por parte do governo estadual e municipal;
- c) às facilidades logísticas em relação às montadoras de automóveis no Sudeste do país, as quais constituíam o principal destino da produção das pequenas e médias fundições e das indústrias de equipamentos de transporte transferidas de São Paulo para Extrema.

A implantação de indústrias paulistas repercutiu no mercado de trabalho e na estrutura produtiva local, elevando a participação do setor secundário na economia e promovendo novas dinâmicas socioespaciais no território municipal, como a diversificação econômica, o crescimento demográfico e o aumento das taxas de urbanização.

No entanto, Extrema ainda não constituía destino prioritário para o grande capital industrial, o qual era direcionado às cidades médias que disponibilizavam economias de aglomeração capazes de assegurar maior rentabilidade ao capital. No contexto microrregional, Pouso Alegre concentrou a maior parte dos investimentos externos da indústria entre 1970 e meados de 1990. Desse modo, não havia tanta discrepância entre as cidades pequenas na rede urbana como nos anos seguintes.

A fase de diversificação industrial (1996 – 2018) caracteriza-se pelos grandes investimentos da indústria em Extrema, os quais expandiram e diversificaram

sobremaneira o parque industrial do município, chamando a atenção do meio político e da mídia especializada em assuntos econômicos.

A implantação de grandes indústrias em Extrema remonta a um conjunto complexo de fatores de dimensão multiescalar, cuja interação, na escala local, elevou a cidade à condição de destino privilegiado para o grande capital da indústria no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Na escala global, a disjunção espacial da produção, sob o comando das multinacionais, intensificou-se com o desenvolvimento tecnológico e a definição de novos marcos regulatórios para as transações econômicas no capitalismo, tornando mais complexa a divisão internacional do trabalho da indústria no contexto histórico da globalização.

No contexto do fordismo periférico, a internacionalização do capital e da produção, promovida pelas multinacionais em uma cidade pequena como Extrema, expressa a capacidade dos agentes hegemônicos de executar, cada vez mais, o uso corporativo do território, explorando vantagens locais múltiplas que lhes assegurem maior competitividade e a reprodução ampliada dos capitais.

Na escala regional, o crescimento industrial e econômico em Extrema deve ser apreendido a partir da extensão do tecido industrial paulista em direção a Minas Gerais, orientando-se pelo traçado da Fernão Dias, que foi duplicado entre 1993 e 2005.

No cenário da desconcentração espacial da indústria no Brasil, a localização industrial em Extrema possibilitou o acesso à mão de obra barata e aos benefícios concedidos pela administração estadual e local, ao mesmo tempo em que permitiu desfrutar da densa infraestrutura e do mercado consumidor e de trabalho concentrados na metrópole paulistana, distante apenas 100 km e facilmente acessível por meio da BR 381.

Na escala local, as ações dos agentes sociais diretamente envolvidos na industrialização local – administração estadual e municipal e instituições privadas ligadas à indústria – possibilitaram a criação de um ambiente institucional e normativo (doação de terrenos, provisão de infraestruturas e incentivos fiscais e creditícios etc.) responsável por diminuir os custos das fases mais padronizadas da

produção, elevando Extrema à condição de protagonista na atração dos grandes investimentos da indústria.

Nesse sentido, a industrialização local, a partir de meados da década de 1990, revelou que a manifestação geográfica do fenômeno industrial não obedeceu aos limites político-administrativos, sendo influenciada, inclusive, pelas políticas industriais empregadas pelos estados e municípios na guerra fiscal dos lugares.

Obviamente, não são todas as cidades pequenas que dispõem dos fatores locais para a atração dos grandes investimentos da indústria no Brasil, nos dias atuais. Na realidade, existe um número reduzido de cidades pequenas que dispõem das condições gerais de produção capazes de integrá-las aos circuitos espaciais de produção e aos círculos de cooperação de extensão global ou nacional de grandes indústrias, como é o caso de Gavião Peixoto, de Irati, de Monte Mor e de Jaguariúna, abordados anteriormente, e de Extrema, objeto de estudo desta investigação científica.

As cidades pequenas que passaram por um crescimento industrial e econômico baseado no grande capital da indústria geralmente estão localizadas no Centro-Sul e dispõem de posição geográfica estratégica em relação aos principais centros urbano-industriais e corredores logísticos do país, além de mão de obra mais barata que nos grandes centros urbanos.

Em Extrema, as grandes indústrias executam as etapas da produção intensivas em mão de obra ou insumos e com menor grau de sofisticação tecnológica, fundamentadas, nas três últimas décadas, nos seguintes fatores locais:

- a) a localização estratégica, envolvendo as vantagens relativas à posição geográfica (proximidade e facilidades de acesso aos principais centros urbano-industriais do país) e ao sítio urbano (presença das infraestruturas que dão suporte imediato à produção), rebaixando os custos operacionais do processo produtivo;
- b) a disponibilidade e os baixos salários da mão de obra, potencializando a reprodução do capital durante as etapas da produção propriamente dita;
- c) as ações de fomento à indústria praticadas em Minas Gerais, como a provisão de infraestruturas, a concessão de incentivos fiscais e creditícios e a

divulgação das vantagens locais no estado junto ao empresariado nacional e internacional;

- d) a atuação da Prefeitura Municipal de Extrema para impulsionar o uso industrial de seu território por meio da interlocução com outros agentes sociais, da divulgação das vantagens locais na cidade, da isenção de tributos municipais ou da doação de terrenos;
- e) as intervenções das instituições privadas ligadas à indústria, que operam no município (Fiemg, Senai, Sinmec), para defender os interesses e as demandas do empresariado junto ao Poder Público e tornar as empresas mais competitivas nos mercados nacional e internacional.

Nos circuitos espaciais de produção e nos círculos de cooperação das grandes indústrias, Extrema desempenha basicamente a função de *lócus* da produção propriamente dita, enquanto que nas metrópoles se concentram as atividades mais nobres ou primazes das empresas (gestão, desenvolvimento de novos processos e produtos, publicidade etc.), comandando, obviamente, a produção.

Nesse sentido, o significado do crescimento industrial em Extrema durante a fase de diversificação industrial, com a implantação de grandes estabelecimentos de origem exógena dedicados às fases mais padronizadas da produção, deve ser compreendido à luz das estratégias empregadas pelos agentes hegemônicos para a reprodução do capital, as quais pressupõem o aprofundamento da divisão territorial do trabalho da indústria.

Entre os principais efeitos da industrialização sobre a dinâmica socioespacial em Extrema, durante a fase de diversificação industrial, destacam-se:

- a) a geração de emprego e renda, principalmente a partir das operações dos grandes estabelecimentos industriais mantidos por capitais exógenos;
- b) a diversificação da estrutura produtiva, com destaque para o setor terciário;
- c) o crescimento urbano acelerado, em função do êxodo rural e das migrações inter-regionais, motivados pela concentração de empregos industriais na cidade;
- d) a elevação da capacidade tributária da prefeitura com a arrecadação de ICMS sobre as atividades industriais no município;

- e) a melhoria geral nos indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida relacionada, sobretudo, às políticas públicas de conotação social empreendidas pela prefeitura e financiadas com recursos próprios;
- f) o aumento da especulação imobiliária, haja vista a competição pelas melhores localizações entre as diversas funções urbanas presentes no município (usos residencial, industrial, comercial, turístico, entreposto logístico, serviços, local de segunda residência, preservação ambiental etc.);
- g) a sobrecarga nas infraestruturas e nos serviços urbanos em resposta à celeridade dos processos de industrialização e de urbanização;
- h) a elevação dos custos médios de vida;
- i) o maior alcance das interações espaciais estabelecidas com outros lugares, tanto na aquisição de matérias-primas, trabalhadores, capitais, tecnologias e informações, quanto no escoamento da produção;
- j) o acréscimo de centralidade na rede urbana - resultante da maior oferta de empregos, da economia mais dinâmica e diversificada, e da maior variedade e qualidade dos serviços públicos em comparação com outras cidades pequenas da região -, motivo pelo qual Extrema se converteu em polo microrregional.

No entanto, a reflexão teórica e empírica sobre as principais tendências da dinâmica locacional da indústria e as funções desempenhadas pelas cidades pequenas na divisão territorial do trabalho permitiu identificar alguns limites do modelo de industrialização adotado em Extrema durante a fase de diversificação industrial, a saber:

- a) a natureza das atividades das grandes indústrias em Extrema caracteriza-se pelas baixas remunerações em contraste com os elevados custos de vida no município. Essa situação ocasiona, entre outros aspectos, o empobrecimento de algumas parcelas da população, a segregação induzida no espaço urbano e os deslocamentos pendulares originados nos municípios do entorno, que têm a cidade como destino;
- b) o desenvolvimento desigual entre as cidades pequenas da microrregião de Pouso Alegre aumenta a sobrecarga das infraestruturas e dos serviços urbanos em Extrema, pressionando o Poder Público a investir além das

necessidades locais para suprir a demanda crescente, ocasionada no entorno;

- c) a velocidade dos processos de industrialização e urbanização impõe ao lugar uma série de desafios, como conter as deseconomias de aglomeração no território local, impedir a transferência de unidades produtivas para outros lugares, manter a qualidade de vida e os bons índices socioeconômicos, evitar a especialização do mercado laboral em atividades com baixos salários, conter a especulação imobiliária e o crescimento urbano desordenado, mediar os conflitos entre os usos possíveis do solo, entre outros;
- d) a dependência excessiva de recursos externos (tanto da indústria, quanto dos centros de distribuição) torna o município vulnerável às ingerências de origem exógena, cujos efeitos tendem a impactar o mercado laboral, a estrutura produtiva e a capacidade tributária de Extrema.

À exceção das políticas de fomento ao turismo, as alternativas empregadas pela Prefeitura Municipal de Extrema para restringir as deficiências de seu modelo de industrialização tendem, na realidade, a aprofundá-las, porque se fundamentam na atração de novos investimentos de origem exógena na indústria ou, mais recentemente, nos centros de distribuição.

Nesse sentido, evidencia-se um “ciclo vicioso” nos planos de desenvolvimento econômico em Extrema. Quanto maior a atração do grande capital, maior a oferta de empregos e a intensidade dos movimentos migratórios rumo à cidade, acelerando o crescimento e a diferenciação do espaço urbano. A complexidade crescente da dinâmica socioespacial no território pressiona a prefeitura a intensificar o controle sobre o uso e a ocupação do solo, bem como aumentar os gastos com infraestrutura e políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação, segurança pública, meio ambiente etc. Na medida em que a estratégia para ampliar as receitas municipais baseia-se na captação de novos recursos de origem exógena, reinicia-se o ciclo.

Entre as medidas para aprimorar as políticas industriais em Extrema recomenda-se:

- a) a formulação de uma política industrial global para o município, que discipline, em lei e com ampla participação da sociedade, os tipos de investimentos

- industriais prioritários, os critérios e os procedimentos para a concessão dos benefícios municipais, bem como as contrapartidas exigidas das indústrias;
- b) o estímulo às micro e pequenas indústrias de capitais locais, envolvendo, inclusive, políticas próprias de financiamento ou a adesão aos programas nacionais e estaduais de fomento às micro e pequenas empresas;
 - c) o fortalecimento da atividade turística, algo que já vem sendo realizado, como forma de ampliar a arrecadação de tributos em bases endógenas e com menor impacto ambiental, além de restringir a dependência da economia local em relação aos capitais externos;
 - d) a articulação com outros municípios da microrregião com o intuito de fixar estratégias e planos de ação para promoção de um desenvolvimento socioeconômico, demográfico e urbano mais equilibrado entre as partes.

Diante do que foi exposto, espera-se com a presente pesquisa contribuir significativamente para a compreensão da implantação de grandes indústrias em cidades pequenas e para o entendimento da gênese e da evolução da atividade industrial em Extrema, trazendo subsídios teóricos e empíricos para a elaboração de políticas públicas destinadas à promoção de um desenvolvimento socioeconômico e territorial menos dependente do grande capital e, por conseguinte, com maior participação dos diferentes segmentos da sociedade local.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, G. **Produção industrial em Extrema**. [fev. 2018]. Entrevistador: E. M. Oliveira. Extrema: Sinmec. 1 cassete sonoro (207 min).

ACQUALIMP. **Quem somos**. Extrema: Dalka do Brasil, LTDA, 2018. Disponível em: < <http://acqualimp.com/a-acqualimp/quem-somos/>>. Acesso em: 13 jan. 2018. Dalka do Brasil LTDA. Grupo Rotoplas.

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERIOR DE MINAS GERAIS. **O Indi**. Belo Horizonte: Indi, 2018. Disponível em: <<http://www.indi.mg.gov.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

ALMEIDA, E. S. de. A duplicação da Rodovia Fernão Dias: uma análise de equilíbrio geral. **Revista Economia**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 321 – 353, dez. 2004.

ALMEIDA, R. da S. **Informações sobre o Senai e o Sinmec** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <eliasoliveira84@hotmail.com> em 25 abr. 2018.

AMORIM FILHO, O. B. Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intraurbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, O. B.; SENNA FILHO, N. de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Vieira, 2005.

ARROYO, M. **Território brasileiro e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Municípios de Minas Gerais**. Belo Horizonte: ALMG, 2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=250>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Incentivos fiscais para indústria, comércio e serviços**. Belo Horizonte: ALMG, 2018. Disponível em: < https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/incentivos_fiscais_industria_comercio_servicos/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=241&tagAtual=10504>. Acesso em: 1 mar. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE LATAS DE ALUMÍNIO. **História da lata de alumínio para bebidas**. Brasília: Abralatas, 2013. Disponível

em: <www.abralatas.org.br/wp-content/themes/abralatas/docs/historiaConteudo.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017. Abralatas.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Anuário da indústria automobilística brasileira – 2017**. São Paulo: Anfavea, 2017.

AZEVEDO, T. S. de. **Legislação e geotecnologias na definição das áreas de preservação permanente e das reservas legais**: aplicação à Bacia do Córrego das Posses, município de Extrema - MG. 2008. 168 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2008.

BACELAR, W. K. de A. As pequenas cidades no Brasil e no Triângulo Mineiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Pequena cidade: uma caracterização. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, V, 2009, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

_____. Pequena cidade: caracterização e conceituação pelo ponto de vista político-administrativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BALL CORPORATION. **About Ball**. Broomfield: Ball Corporation, 2018. Disponível em: <<https://www.ball.com/sa/about-ball>>. Acesso em: 27 jan. 2018. Ball do Brasil LTDA.

BARASCH SYLMAR. **Empresa**. São Paulo, Barasch Indústria e Comércio de Produtos Eletroeletrônicos LTDA, 2018. Disponível em: <<http://www.barasch.com.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2018. Barasch Indústria e Comércio de Produtos Eletroeletrônicos LTDA.

BARBOSA, W. de A. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

BARRY CALLEBAUT BRASIL. **Nossa história**. São Paulo: Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA, 2018. Disponível em: <<https://www.callebaut.com/pt-BR/chocolate/historia>>. Acesso em: 25 jan. 2018. Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA.

BAUDUCCO. **Conheça a Bauducco**: nossa tradição. Guarulhos: Bauducco, 2016. Disponível em: <<http://www.bauducco.com.br/nossatradicao/>>. Acesso em: 13 abr. 2017. Pandurata Alimentos LTDA.

_____. **Sobre nós**. Guarulhos: Bauducco, 2018. Disponível em: <<https://www.bauducco.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 3 jan. 2018. Pandurata Alimentos LTDA.

BELTRÃO, L. M. V. **A industrialização em Sombrio - SC**: gênese e evolução. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A recomposição dos espaços. **Interações**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7 – 12, mar. 2001.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31 – 50, jul./dez. 2001.

BIANCHETTI, M. Centauro investirá R\$ 206 mi em expansão. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 15 abr. 2011. Disponível em: <<http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=42967>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BRASIL. Decreto-lei n. 311 de 2 março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Rio de Janeiro, RJ, 2 março 1938. Col. 1, p. 438. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10097-19-dezembro-2000-365495-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

CAMARA MUNICIPAL DE EXTREMA. **Legislação**. Extrema: Câmara Municipal de Extrema, 2018. Disponível em: <<http://www.camaraextrema.mg.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970 – 2005**. São Paulo: Unesp, 2008.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1997.

CARNEIRO, F. M. **Indústria têxtil e crescimento econômico**: uma abordagem geográfica da evolução, estrutura e dinâmica da aglomeração produtiva de redes de dormir de Jaguaruana - CE. 2013. 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2013.

CARVALHO, A L de. **Industrialização em Extrema**. [jan. 2018]. Entrevistador: E. M. Oliveira. Extrema: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, Prefeitura Municipal de Extrema. 1 cassete sonoro (128 min).

CASARIL, C. C.; SAMPAIO, F. dos S. A inserção da cidade pequena de Ampére - PR na rede urbana a partir da dinâmica industrial. **Ra'ega**, Curitiba, v. 37, p. 227 – 254, ago. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CATAIA, M. A alienação do território: o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, M. A. A. de. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

CESARINO, S. **Produção industrial em Extrema**. [jan. 2018]. Entrevistador: E. M. Oliveira. Extrema: Sinmec. 1 e-mail.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CNS. **Empresa**. São Paulo: CNS Central de Núcleos Siliciosos EIRELI, 2013. Disponível em: <

<http://cnscores.com/site/index.php?r=site/page&view=empresa&menu=default>>. Acesso em: 24 jan. 2018. CNS Central de Núcleos Siliciosos EIRELI.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS. **Mapa dos distritos**. Belo Horizonte: Codemig, 2018. Disponível em: < <http://www.codemge.com.br/atuacao/distritos-industriais/mapa-dos-distritos/>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS. **Rede de distribuição de gás natural da Gasmig – [201-]**. Belo Horizonte: Gasmig, 2018.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS. **A Copasa**. Belo Horizonte: Copasa, 2017. Disponível em: < <http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Aprendizagem industrial**. Brasília: [S. n.], 2018. Disponível em: < <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/educacao-profissional/aprendizagem-industrial/>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

CORRÊA, R. L. Os centros de gestão do território: uma nota. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 23 – 30, 1996.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, a. IV, n. 6, p. 43 – 53, jan./jun. 1999.

_____. Posição geográfica das cidades. **Cidades**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 317 – 323, 2004.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 62 – 72, 2007b.

_____. Corporação e espaço: uma nota. In: _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 5 – 12, 2011.

COSTA, A. G. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, IV, 2011, Porto. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2011.

CROCCO, M. et al. Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais - o arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana - MG. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 8, n. 17, p. 55 – 134, 2003.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

DEFFONTAINES, P. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. **Bulletin de La Société de Géographie**, Lille, a. 59, t. 82, n. 9, p. 141 – 148, 1938.

DELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. **Institucional**. Extrema: Delo Indústria e Comércio LTDA, 2018. Disponível em: <<https://www.dello.com.br/institucionais/>>. Acesso em: 13 jun. 2018. Delo Indústria e Comércio LTDA.

DEMÉTER, L. Desenvolvimento industrial de Extrema movimenta o Sul de Minas. **O Registro**, Extrema, 16 set. 2013. Disponível em: <<http://orsm.com.br/desenvolvimento-industrial-de-extrema-movimenta-sul-de-minas/5>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Modais**. Brasília: Dnit, 2018. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. 1978. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.

_____. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIX, 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2001. Anais em CD. Não paginado.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77 – 103, jul. 1996.

DULCI, O. S. Política e economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 1990. In: In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, IX, 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

ENDLICH, Â. M. Pensando os papéis e os significados das pequenas cidades. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. **Huellas**, Santa Rosa (Argentina), n. 15, p. 149 - 165, 2011.

EXTREMA DE A A Z. **Agências bancárias**. Extrema: Extrema de A a Z, 2018. Disponível em: < <http://www.extremadeaaz.com/?s=banco>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE EXTREMA. **[Cursos de graduação em Extrema]**. Extrema: 2018. Disponível em: <<https://www.faex.edu.br/graduacao>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

FAGOR EDERLAN BRASILEIRA. **A empresa**. Extrema: Fagor Ederlan Brasileira Autopeças LTDA, 2018. Disponível em: < <http://www.fagorederlan.com.br/empresa.html>>. Acesso em: 11 fev. 2018. Fagor Ederlan Brasileira Autopeças LTDA.

FARIA, M. **Relações de trabalho nas indústrias em Extrema**. [abr. 2018]. Entrevistador: E. M. Oliveira. Extrema: Sindicavespar. 1 e-mail.

FEDER, R. **Programa Show business**: Renato Feder. [jul. 2016]. Entrevistador: L. Marins. São Paulo: Rede Bandeirantes, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=xxngNaayEso>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Sistema Fiemg**. Belo Horizonte: Fiemg, 2018. Disponível em: < <https://www7.fiemg.com.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=312510&Indicador=1&Ano=2013>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

FERREIRA, S. C. Reorganização do espaço produtivo local a partir de multinacionais em Irati - PR. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 29, p. 97 – 104, maio 2009.

FIRKOWSKY, O. L. C de F. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, Dourados, n. 2, p. 67 – 80, 2005.

FIRKOWSKY, O. L. C de F.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização recente do município de Limeira em face do contexto industrial paulista. **Geografia**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 23 – 38, abr. 1992.

FONSECA, C. E. **O crescimento e a expansão urbana e industrial no município de Extrema, Minas Gerais, a partir da duplicação da Rodovia Fernão Dias, BR 381**. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FORCE-LINE. **Empresa**. São Paulo: Force-line Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos LTDA, 2018. Disponível em: <<http://www.forceline.com.br/empresa/>>. Acesso em: 28 jan. 2018. Force-line Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos LTDA.

FREDERICO, S.; CASTILLO, R. A. Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. X, n. 3, p. 236 – 241, 2003.

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27 – 34, jan./jul. 2001.

_____. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná. In: ENDLICH, Â. M.; ROCHA, M. M. (orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

_____. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, n. especial, p. 75-81, dez. 2010a.

_____. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 115 – 128, 2010b.

FRUM. **A Frum**. Extrema: Indústria Metalúrgica Frum LTDA, 2018. Disponível em: < <http://frum.com.br/a-frum/>>. Acesso em: 22 jan. 2018. Indústria Metalúrgica Frum LTDA.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estrutura espacial do estado de Minas Gerais – indústria**. Belo Horizonte: FJP, 1988.

_____. **Duplicação da Rodovia Fernão Dias**: região e municípios. Estudos básicos para orientar planos diretores dos municípios na área de impacto da duplicação da Rodovia Fernão Dias – Extrema. Belo Horizonte: FJP, 1996.

_____. **DataGerais**. Belo Horizonte: Diretoria de Estatística e Informações, 2010. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php>>. Acesso em: 08 maio 2017.

GAZETA DA CIDADE. Indústrias são importantes para a economia e o crescimento de Extrema. **Gazeta da Cidade**, Extrema, 17 set. 2015. Disponível em: < <http://www.gazetadacidade.com/cidades/industrias-sao-importantes-para-a-economia-e-crescimento-de-extrema/>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

_____. Revista Exame noticia que Extrema é a cidade mais desenvolvida do Brasil. **Gazeta da Cidade**, Extrema, 6 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadacidade.com/cidades/revista-exame-noticia-que-extrema-e-a-cidade-mais-desenvolvida-do-brasil/>>. Acesso em: 9 maio 2017.

GEIGER, P. P.; DAVIDOVICH, F. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, a. XXIII, n. 2, p. 263 – 362, abr./jun. 1961.

GONÇALVES, R. **Empresas transnacionais e internacionalização da produção**. Petrópolis: Vozes, 1992.

GOOGLE MAPS. **[Imagens aéreas de Extrema]**. [S.l.]: 2018.

GRUPO ENERGISA. **Perfil institucional – 2017**. Rio de Janeiro: Grupo Energisa, 2017.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HBA HUTCHINSON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA. **HBA Hutchinson Brasil Automotive LTDA**: uma empresa do grupo total. Monte Alto: HBA Hutchinson Brasil Automotive, [201-]. Disponível em: <<http://doczz.com.br/doc/82990/conhe%C3%A7a-a-hutchinson--seus-produtos-e-suas-unidades>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

HENRIQUE, W. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

HUTCHINSON. **El grupo**. Paris: Grupo Hutchinson, 2018. Disponível em: <<https://www.hutchinson.com/es/el-grupo>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____. **Censo industrial - 1970**. Rio de Janeiro: Superintendência de Estatísticas Primárias, 1970. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7101>>. Acesso em: 11 set. 2016.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1972. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=213622&view=detalhes>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

_____. **Censo industrial – 1975**. Rio de Janeiro: Superintendência de Estatísticas Primárias, 1975. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7102&view=detalhes>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

_____. **Censo industrial - 1980**. Rio de Janeiro: Superintendência de Estatísticas Primárias, 1980. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7103>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. **Classificação Nacional das Atividades Econômicas 2.0.** Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Classificação, 2006b. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html>>. Acesso em: 3 set. 2016.

_____. **Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências, 2007. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

_____. **Censo 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

_____. **Cadastro central das empresas.** Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa, 2015a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=15403&t=sobre>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. **Produto interno bruto dos municípios.** Rio de Janeiro: 2015b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **IBGE cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil.** v. 2. Brasília: Ipea, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18262>. Acesso em: 4 jan. 2017.

_____. **Ipeadata.** Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS. **Plano de Manejo da APA Fernão Dias.** Belo Horizonte: IEF, 2017. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/gestao/1692-plano-de-manejo-apa-fernao-dias>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

ISTO É DINHEIRO. As vantagens de Extrema. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, 24 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20010424/vantagens-extrema/22224>>. Acesso em: 4 fev. 2017.

JARDIM, M. H. **Pagamentos por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos**: o caso do município de Extrema (MG). 2010. 195f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JOHNSON & JOHNSON BRASIL. **A Johnson & Johnson**. São Paulo: 2017. Disponível em: <<https://www.jnjbrasil.com.br/johnson-johnson/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

JORNAL O TEMPO. Extrema move uma região. **Jornal o Tempo**, Belo Horizonte, 14 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/extrema-move-uma-regi%C3%A3o-1.680557>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

KIDDE. **Sobre nós**. Vinhedo: Kidde Brasil LTDA, 2018. Disponível em: <<http://www.kidde.com.br/Pages/AboutUs.aspx>>. Acesso em: 8 fev. 2018. Kidde Brasil LTDA. United Technologies Corporation.

KLAFKE, K. As ações das franquias na produção do espaço urbano de pequenas cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, XI, 2015, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015.

KOPENHAGEN. **História**. São Paulo: CRM Alimentos, 2016. Disponível em: <<http://www.kopenhagen.com.br/historia/>>. Acesso em: 2 fev. 2018. CRM Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.

LENCIONI, S. Novos rumos e tendências da urbanização e da industrialização no estado de São Paulo. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XI, n. 245, ago. 2007.

_____. Condições gerais de produção. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LIMA, J. F. de; ANSCHAU, L. A. K. O metalomecânico e a industrialização do Oeste do Paraná. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 6 – 25, jul./dez. 2013.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303 – 335, 1989.

MAGALHÃES, M. H. de A. **Reforma do Estado e planejamento**: desafios e virtudes da empresa pública. O caso da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais. 2003. 276 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, XI, 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2005.

MARQUES, A. F. do A. et al. **Relações de trabalho nas indústrias em Extrema**. [jan. 2018]. Entrevistador: E. M. Oliveira. Extrema: Stimeic. 1 cassete sonoro (120 min).

MATUSHIMA, M. K. **Especialização produtiva e aglomeração industrial**: uma análise da indústria de confecções de Ibitinga - SP. 2005. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2005.

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MENDES, A. A. **Implantação industrial em Sumaré**: origens, agentes e efeitos. Contribuição ao estudo da interiorização da indústria no estado de São Paulo. 1991. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

_____. **Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica**: uma análise da estrutura produtiva mutante do polo têxtil de Americana - SP. 1997. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1997.

MENDES, A. A.; POLETTO, E. R. Relações produtivas e apoio institucional nas indústrias de pisos e revestimentos cerâmicos no município de Santa Gertrudes - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 1, p. 77 – 90, jan./abr. 2009.

MENDES, A. A.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. Dinâmica locacional intraurbana das indústrias: o caso de Rio Claro - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 12, n. 24, p. 61–84, out. 1987.

MINAS GERAIS. Lei n. 663, de 18 de setembro de 1915. Altera a divisão judiciária do estado e contém outras disposições. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**: Estado de Minas Gerais, Poder Legislativo, Belo Horizonte, MG, 18 set. 1915. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=663&comp=&ano=1915&aba=js_textoOriginal>. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Estado de Minas Gerais, **Poder Executivo**, Belo Horizonte, MG, 14 dez. 2002. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43080&comp=&ano=2002>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Lei n. 14.892, de 17 de dezembro de 2003. Altera a denominação da Companhia Mineradora de Minas Gerais – Comig e dá outras providências. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**: Estado de Minas Gerais, Poder Legislativo, Belo Horizonte, MG, 17 dez. 2003. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=14892&ano=2003>>. Acesso em: 15 maio 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação anual de informações sociais**. Brasília: Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho, 2016. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL. **Dados de transportes**. Brasília: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 2018. Disponível em: <<http://transportes.gov.br/bit.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MIRANDA JÚNIOR. Empresa demite mais de 150 funcionários em Ouro Fino. **Folha de Ouro**, Ouro Fino, 3 nov. 2015. Disponível em: <<http://jornalfolhadeouro.com.br/portal/cotidiano/2015/11/empresa-demite-mais-de-150-funcionarios-em-ouro-fino>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

MONDRAGÓN CORPORATION. **Informe anual – 2012**. Arrasate-Mondragón: Mondragón Corporation Cooperativa, 2012. Grupo Mondragón.

_____. **Presencia en el mundo**. Arrasate-Mondragón: Mondragón Corporation Cooperativa, 2018. Disponível em: < <https://www.mondragon-corporation.com/sobre-nosotros/presencia-en-el-mundo/>>. Acesso em: 11 fev. 2018. Grupo Mondragón.

MOREIRA JÚNIOR, O. Uma leitura geográfica dos papéis e significados de cidades pequenas na região metropolitana de Campinas - SP. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 29, p. 79 – 99, 2015.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MOURA, R. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Â. M.; ROCHA, M. M. (orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

MULTILASER INDUSTRIAL S/A. **Quem somos**. São Paulo: Multilaser, 2018. Disponível em: <<https://www.multilaser.com.br/institucional#quem-somos>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

NERY, M. G. e S. **O polo calçadista de Itapetinga - BA: um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial**. 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2003.

O REGISTRO. Grupo Netshoes inaugura centro de distribuição em Extrema. **O Registro**, Extrema, 14 dez. 2015. Disponível em: < <http://orsm.com.br/grupo-netshoes-inaugura-centro-de-distribuicao-em-extrema/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

OLIVEIRA, A. J. de. **Regularização de loteamentos urbanos e clandestinos no município de Extrema - MG**. 2010. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2010.

OLIVEIRA, E. M. **Dinâmica socioespacial no distrito industrial de Elói Mendes - MG**. 2006. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Artes e Humanidades, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa 2006.

_____. **Dinâmica locacional das indústrias e a produção do espaço urbano em Poços de Caldas - MG**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012.

OLIVEIRA, L. E. G. de. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 22 – 69, out./dez. 1976.

PAIXÃO, L. M. de M. **Regime especial de tributação**. Belo Horizonte: Fiemg, [201-].

PANASONIC BRASIL. **Informações corporativas**. São Paulo: Panasonic do Brasil LTDA, 2018. Disponível em: < <https://www.panasonic.com/br/corporate.html#profile>>. Acesso em: 9 abr. 2018. Panasonic do Brasil LTDA.

PAULA, R. Z. A. de. Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, X, 2002, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

PEREIRA, M. F. V. Agentes e normas na transformação do espaço urbano: a Embraer em Gavião Peixoto - SP, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. IX, n.194, ago. 2005.

PINTAUDI, S. M.; CARLOS, A. F. A. Espaço e indústria no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5 – 23, jan./mar. 1995.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PORCARO, R. M. Industrialização e tamanho urbano. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 46 - 86, jan./mar. 1977.

PORTAL G1 SUL DE MINAS. Com 172 empresas, Extrema vira segundo polo industrial de Minas Gerais. **Portal G1 Sul de Minas**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2012/11/com-172-empresas-extrema-vira-2-polo-industrial-de-mg.html>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. Empresa demite mais de 350 por causa do fim de obrigatoriedade de extintores. **Portal G1 Sul de Minas**, Rio de Janeiro, 5 nov. 2015. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2015/11/empresa-demite-350-por-cao-de-fim-de-obrigatoriedade-de-extintores.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. Polo industrial sustentável alavanca desenvolvimento em cidade de Minas Gerais. **Portal G1 Sul de Minas**, Rio de Janeiro, 25 maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/polo-industrial-sustentavel-alavanca-desenvolvimento-em-cidade-de-mg.html>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Prefeitura publica edital para atrair investidores para construção do aeroporto de cargas em Pouso Alegre – MG. **Portal G1 Sul de Minas**, Rio de Janeiro, 14 jul. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/prefeitura-publica-edital-para-atrair-investidores-para-construcao-do-aeroporto-de-cargas-em-pouso-alegre-mg.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA. Lei n. 852, de 2 de setembro de 1991. Isenta de impostos municipais a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI – MG. **Legislação**: Prefeitura Municipal de Extrema, Extrema, MG, set. 1991. Disponível em: <<http://legislador.diretriznet.com.br:8080/legisladorweb.asp?WCI=LeiConsulta&ID=72&nrLeiDE=852>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. Lei n. 1.179, de 28 de setembro de 1995a. Autoriza o Poder Executivo a criar o Distrito Industrial no município em convênio com o CDI. **Legislação**: Prefeitura Municipal de Extrema, Extrema, MG, set. 1995. Disponível em: <<http://legislador.diretriznet.com.br:8080/legisladorweb.asp?WCI=LeiConsulta&ID=72&nrLeiDE=1179>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Lei 1.183, de 18 de outubro de 1995b. Autoriza o Poder Público a ceder à CDI-MG, Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, a posse provisória judicialmente obtida no processo expropriatório do terreno destinado ao Distrito Industrial deste município, em convênio com o CDI. **Legislação**: Prefeitura Municipal de Extrema, Extrema, MG, out. 1995. Disponível em: <<http://legislador.diretriznet.com.br:8080/legisladorweb.asp?WCI=LeiConsulta&ID=72&nrLeiDE=1183>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Lei Complementar n. 003, de 31 de dezembro de 2001. Institui o Código Tributário do município de Extrema e dá outras providências. **Legislação**: Prefeitura Municipal de Extrema, Extrema, dez. 2001. Disponível em: <<http://legislador.diretriznet.com.br:8080/legisladorweb.asp?WCI=LeiConsulta>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. **Agenda 21 de Extrema**. Extrema: Prefeitura Municipal de Extrema, 2005a.

_____. Lei n. 2100, de 21 de dezembro de 2005b. Cria o Projeto Conservador das Águas, autoriza o Poder Executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências. **Legislação:** Prefeitura Municipal de Extrema, Extrema, MG, dez. 2005. Disponível em:

<<http://legislador.diretriznet.com.br:8080/legisladorweb.asp?WCI=LeiConsulta&ID=72&dsVerbete=conservador+das+%E1guas&>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

_____. Lei n. 2.734, de 21 de setembro de 2010. Dispõe sobre a contrapartida para a concessão de isenção de tributos municipais e dá outras providências.

Legislação: Prefeitura Municipal de Extrema, Extrema, MG, set. 2010. Disponível em: <

<http://legislador.diretriznet.com.br:8080/legisladorweb.asp?WCI=LeiConsulta&ID=72&nrLeiDE=2734&>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. Lei n. 3.204, de 20 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a contrapartida para a doação de áreas municipais e dá outras providências. **Legislação:** Prefeitura Municipal de Extrema, Extrema, MG, fev. 2014. Disponível em: <

<http://legislador.diretriznet.com.br:8080/legisladorweb.asp?WCI=LeiConsulta&ID=72&nrLeiDE=3204&>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. **Plano municipal de desenvolvimento turístico sustentável 2017 – 2020.** Extrema: Conselho Municipal de Turismo, 2016.

_____. **Cadastro de empresas ativas.** Extrema: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2017a. 1 e-mail.

_____. **Dados da cidade.** Extrema: Prefeitura Municipal de Extrema, 2017b. Disponível em: < <http://extrema.mg.gov.br/dados-da-cidade-2/>>. Acesso em: 7 jan. 2017b.

_____. **Extrema, uma cidade preparada e projetada para o futuro.** Extrema: Prefeitura Municipal de Extrema, 2017c.

_____. Extrema fecha 2016 com saldo positivo na criação de emprego. **Prefeitura Municipal de Extrema**, Extrema, 24 jan. 2017d. Disponível em:

<<http://extrema.mg.gov.br/noticias/destaques-banners/extrema-fecha-2016-com-saldo-positivo-na-criacao-de-empregos/>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

_____. Prefeitura de Extrema se reúne com o Indi e discute atração de empresas. **Prefeitura Municipal de Extrema**, Extrema, 6 mar. 2017e. Disponível em: <

<http://extrema.mg.gov.br/prefeitura-de-extrema-se-reune-com-o-indi-e-discuti->

atracao-de-empresas/17582/noticias/destaques-banners/>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Roteiro e critérios para avaliação de investimentos**. Extrema: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, 2017f.

RECEITA FEDERAL. **Aeroportos**: terminais de carga. Brasília: Ministério da Fazenda, 2018. Disponível em: <
<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/importacao-e-exportacao/recinto-alfandegados/aeroportos-terminais-de-cargas-1>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

RIBEIRO, A. **Uma janela para a serra**. A história de Extrema, Portal de Minas. Extrema: Prefeitura Municipal de Extrema, 2008.

RIBEIRO, D. **Uso do território em Extrema**. [jan. 2018]. Entrevistador: E. M. Oliveira. Extrema: Secretaria de Turismo, Prefeitura Municipal de Extrema. 1 cassete sonoro (68 min).

ROCHENZEL, J. A. A fala e o fato: limites da descentralização industrial do estado de São Paulo. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 13, n. 25, p. 05 – 26, 1983.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

ROSENTHAL, D. **Aprendizado e oportunidades na indústria metalmecânica no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

SAILER, T. N. **Dinâmica locacional intraurbana e os novos espaços industriais em São José dos Campos - SP**. 2010. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2010.

SANTOS, C. Zaraplast investirá US\$ 52 mi em Minas. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 jan. 2005. Empresas. Disponível em: <
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/477904/complemento_3.htm?sequence=4>. Acesso: 8 nov. 2017.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; SIMÕES, R. Arranjos produtivos locais informais: uma análise de componentes principais para Nova Serrana e Ubá. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 177 – 202, 2003.

SANTOS, M. As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina. In: _____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, M. M. D. dos; COSTA, A. G. O mapa de 1767 das Minas Gerais: ecoando a questão dos limites da Capitania. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 21, p. 48 – 66, jan./jun. 2016.

SARDENBERG, B.; MOURA, C. V. de. **O que é que o Sul de Minas tem?** Belo Horizonte: Indi, 2016. Disponível em: <www.indi.mg.gov.br/o-que-o-sul-de-minas-tem/>. Acesso em: 15 set. 2017.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança comercial brasileira: municípios**. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios?item=2016-12>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DE MINAS GERAIS. **Institucional**. Belo Horizonte: SEDECTES, 2018. Disponível em: <<http://www.tecnologia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS. **Consulta pública ao cadastro de contribuintes do ICMS – Sintegra**. Belo Horizonte: SEF-MG, 2018. Disponível em: <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/cadastro/consultapublica.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, v. 12, n. 24, p. 1 - 60, out. 1987.

_____. **Indústria e território em São Paulo**. A estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950 – 2005. Campinas: Alínea, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa – 2013**. Brasília: Sebrae, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS. **Identidade dos municípios mineiros – Extrema**. Belo Horizonte: Sebrae-MG, 2010. Disponível em: <<https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/pesquisa/Identidade-dos%20Munic%C3%ADpios%20Mineiros%20-%20Extrema>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. **[Cursos do Senai em Extrema]**. Extrema: Senai, 2018.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E MECÂNICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE CAMBUÍ, CAMANDUCAIA, EXTREMA E ITAPEVA. **Relação de indústrias instaladas na microrregião (Extrema, Itapeva, Camanducaia e Cambuí) – 2015/2016**. Extrema: Sinmec, 2016.

_____. **Política de atuação**. Extrema: Sinmec, 2018. Disponível em: <<http://186.202.127.130/~sinmeccom/politica-de-atuacao/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74 – 88, jan./abr. 2010.

_____. O território em pedaços. **ComCiência**, Campinas, n. 133, nov. 2011a. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=72&id=902>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XV, n. 1, p. 4 – 12, jan./dez. 2011b.

SINGER, P. Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais. In: QUEIROZ, M. V. de. **Multinacionais: internacionalização e crise**, São Paulo, CEBRAP, n. 28, p. 49 – 86, 1976.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado de Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. Localização industrial em Presidente Prudente. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 5, p. 83-102, 1986.

SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. da. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

SPOSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEFANO, F. Extrema, o paraíso tributário das empresas. **Revista Exame**, São Paulo, 31 jul. 2012. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/revista-exame/extrema-o-paraiso-tributario-das-empresas/>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

TAUNAY, A. D. **História das bandeiras paulistas: leitura básica**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2012.

TEODORO, C. Stimeic e Kidde fecham acordo para diminuir impactos nas demissões. **Gazeta da Cidade**, Extrema, 12 nov. 2015. Disponível em: <

<http://www.gazetadacidade.com/destaque-principal/stimeic-e-kidde-fecham-acordo-para-diminuir-impacto-nas-demissoes-2/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

TOLEDO, E. F. T. **A industrialização de Bauru**. A atividade industrial e o espaço geográfico, das origens à situação atual. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2009.

VALOR ECONÔMICO. Incentivos fiscais do governo Anastasia geram emprego e renda e atraem novos investimentos para Extrema, no Sul de Minas. **Valor Econômico**, 8 abr. 2011. Disponível: <<http://www.jogodopoder.com/blog/economia/incentivos-fiscais-do-governo-anastasia-gera-emprego-e-renda-e-atraem-novos-investimentos-para-extrema-no-sul-de-minas/>>. Acesso em: 3 set. 2016.

VAZ, T. A quem interessa o desenvolvimento? O caso da cidade de Extrema - MG. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES, II, 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2013.

VEIGA, B. S. da. **Almanack Sul Mineiro**. [S.l.]: 1874.

VEIGA, L. A. A re-inserção de Jaguapitã - PR na rede urbana norte paranaense: a produção industrial de mesas para bilhar e as interações espaciais. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 131 – 140, 2010.

ZAMBARDA, W. I. M. **Análise da dinâmica do comércio e do sistema de distribuição no arranjo produtivo local (APL) de bichos de pelúcia, acessórios infantis e enxovais de bebê de Taguatinga - SP**. 2011. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2011.

ZAMBARDA, W. I. M.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Araras - SP: uma análise das etapas sucessivas de investimentos e da relação local/global. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 55 - 95, dez. 2001.

ZARAPLAST. **Empresa**. São Paulo: Grupo Zaraplast, 2018. Disponível em: <<http://www.zaraplast.com.br/empresa/>>. Acesso em: 8 fev. 2018. Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos LTDA.

ZOLIN, C. A. **Análise e otimização de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) utilizando Sistemas de Informações Geográficas (SIG): o**

caso do município de Extrema - MG. 2010. 128 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. de P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal - MG e São Gotardo - MG. **Ra'ega**, Curitiba, v. 35, p. 7 – 37, dez. 2015.

ANTAS JÚNIOR, R. M. Complexos industriais, circuitos espaciais produtivos e direito reflexivo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 53 – 71, 2015.

ANTÔNIO FILHO, F. D.; DEZAN, M. D. de S. Metodologias de pesquisa e procedimentos técnicos: considerações para o uso em projetos de pesquisa em geografia. **Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 79 – 92, jul./dez. 2009.

ARROYO, M. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In: SOUZA, M. A. A. (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. Dinâmica industrial e uso do território: circuitos produtivos internacionalizados. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 7 – 26, 2012.

BECKER, B. Uma nova regionalização para o Brasil? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

BENKO, G.; LIPIETZ, A (orgs.). **As regiões ganhadoras, distritos e redes**. Os novos paradigmas de geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades na região canavieira de Catanduva - SP. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOMTEMPO, D. C. Dinâmicas territoriais e interações espaciais: configuração do circuito espacial da produção da Nestlé S/A. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 72 – 96, jan./jul. 2012.

BOTELHO, A. **Do fordismo à produção flexível**. O espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo: Annablume, 2008.

CAPEL, H. Las pequeñas ciudades en La urbanización generalizada y ante la crisis global. **Boletín del Instituto de Geografía**, Barcelona, n. 70, p. 7 – 32, 2009,.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007a.

_____. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 45 – 60, 2007b.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461 – 474, dez. 2010.

CATAIA, M. Território usado e federação: articulações possíveis. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135 – 1151, out./dez. 2013.

COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS. **Programa de distritos industriais do Sul de Minas Gerais**. Proposição da localização de distritos industriais na Região III – Documento 2. Belo Horizonte: CDI-MG, 1978.

CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, a. V, n. 8, p. 121-129, jan./jun., 2000.

COSTA, A. Estruturas territoriais dinâmicas e mudanças modernizadoras ao longo de 70 anos em Minas Gerais (1940 – 2010). **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, v. 11, n. 15, p. 151 – 183, jan./jun. 2015.

COUTINHO, S. A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **Geotextos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 83 – 104, jul. 2011.

COUTO, E. C. Evolução e tendência da indústria em Minas Gerais. **Cadernos BDMG**, Belo Horizonte, n. 1, mar. 1968.

DIAS, L. C. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, p. 95 – 107, jun. 2002.

ENDLICH, Â. M. Formação socioespacial da região noroeste do Paraná e as pequenas cidades. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 25, n. 1, p. 37 – 58, 2007a. _____ . Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5 – 35, maio/ago. 2007b.

ESTALL, R. C.; BUCHANAN, R. O. **Atividade industrial e geografia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, P. F.; ENDLICH, Â. M. A inserção de Cambira - PR na rede urbana atual e seus novos papéis urbanos. **Geoingá**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 27 – 42, 2009.

FERREIRA, S. C. Contribuições ao debate acerca de pequenas cidades na rede urbana. In: SIMPÓSIO SOBRE AS CIDADES PEQUENAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL, I, 2008, Maringá. **Anais...** Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2008.

FILLETO, F.; ALENCAR, E. Introdução e expansão do café na região Sul de Minas. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 3, n. 1, jan./jun. 2001.

FIRKOWSKY, O. L. C. de F.; SPOSITO, E. S. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRESCA, T. M. Industrialização recente da rede urbana do norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 129 – 146, 2006.

FRESCA, T. M.; VEIGA, L. A. Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé (PR). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, set./dez. 2011.

FURTADO, J. **Globalização das cadeias produtivas no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

GARCIA, J. R.; ANDRADE, D. C. Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970 – 2000). **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 12, p. 155 – 182, dez. 2007.

GEORGE, P. **Geografia econômica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **Geografia Industrial no mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GODOI, C. N. Os circuitos de produção e os círculos de cooperação em Uberlândia (MG), Brasil. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research médium**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 243 – 287, jul./dez. 2010.

GODOY, M. M. Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento. **Caderno da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 6, p. 89 – 116, jan./jun. 2009.

GODOY, M. M.; BARBOSA, D. H. D.; BARBOSA, L. S. Da arte de conhecer as doenças: o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento em Minas Gerais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 343 – 388, maio/ago. 2010.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Ra`ega**, Curitiba, n. 21, p. 51 – 77, 2011.

GOMES, R. Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização: uma leitura a partir da realidade brasileira. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto, n. 2, p. 117 – 138, dez. 2012.

HAESBAERT; R. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LEÃO, C. de S. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da Região de Governo de Dracena - SP.** 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, v. 39, p. 7 – 20, 2008.

LISKA, E. R. **Normas, competitividade e uso do território em Extrema – Minas Gerais, pós 1990.** 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

LITHOLDO, A. **Metodologia científica e geografia.** Presidente Prudente: Unesp, 1980.

LOPES, D. M. F. Cidades pequenas são urbanas? O urbano possível. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 19, n. 2, jul./set. 2009.

LOVADINI, M. Indústrias em pequenas cidades: os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação: o caso da aglomeração urbana de Piracicaba – SP. **Revista Estudos Geográficos**, v. 15, n. especial, 101 – 120, jan./jun. 2017.

MAMIGONIAN, A. A indústria em Brusque - SC. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, a. XIII, n. 3 – 4, p. 46 – 82, 1960.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial.** São Paulo: Difel, 1985.

MARSON, M. D. A indústria de transformação no Sul de Minas Gerais, 1907 – 1937. **História Econômica e História das Empresas**, v. 20, n. 1, p. 153 – 184, 2017.

MATÉ, C.; MICHELETI, T. H.; SANTIAGO, A. G. Cidades de pequeno porte em Santa Catarina: uma reflexão sobre o planejamento territorial. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, v. 3, n. 2, p. 28 – 47, maio/ago. 2015.

MEDEIROS, D. A. de; SILVA, S. dos S.; CARVALHO, A. A. T. de. As cidades locais no Terceiro Mundo: uma contribuição párea o estudo do “mais pequeno” pelo viés miltoniano. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, XII, 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2009.

MENDES, A. A. **Quando o espaço determina a indústria**. O exemplo do Condomínio Empresarial Atibaia. 2007. Tese (Livre-docência em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

_____. Condomínios industriais e os novos fatores locacionais: algumas reflexões sobre as condições gerais para a produção e a reprodução do capital. **Revista Geografia e Pesquisa**, n.1, v. 4, p. 9 – 21, 2010.

MOREIRA JÚNIOR, O. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas – SP**: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço. 2014a. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

_____. Tendências nas pesquisas sobre as cidades pequenas no Brasil: apontamentos para análise. **GEOgraphia**, Niterói, v.16, p. 139 – 170, 2014b.

NUCCI, J. di. Concentración y uso corporativo del territorio en Argentina: la lógica territorial de Carrefour. **Cuadernos Geográficos**, v. 54, n. 1, p. 186 – 208, 2015.

OLANDA, E. R. A pequena cidade e a cidade local no estado de Goiás, Sanclerlândia: um exemplo? **Revista Polyphonía**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 35 – 51, 2006.

_____. As pequenas cidades e o vislumbre do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 183 – 191, ago. 2008.

PEREIRA, M. F. V. Redes e territorialidades da indústria aeronáutica brasileira: a Embraer S/A e suas estratégias de uso do território. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 1, p. 39 – 54, jan./abr. 2004.

_____. O território sob o “efeito modernizador”: a face perversa do desenvolvimento. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 63 – 69, set. 2006.

_____. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347 – 355, ago. 2010.

RIBEIRO, V. H.; RIBEIRO, P. S. Considerações sobre a industrialização paranaense e novas dinâmicas em pequenas cidades. **Geoingá**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 69 – 90, 2009.

RODRIGUES, D. M. S. O ordenamento territorial do estado de Minas Gerais: breve histórico. In: ALMEIDA, F. G. de; SOARES, L. A. A. **Ordenamento territorial**. Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ROQUES, J. **La fin des petites villes**. Une modernité envahissante. Paris: L'Harmattan, 2009.

SAES, A. M.; CASTILHO, F. F. de A. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas – 1880/1920. **Saeculum**, João Pessoa, n. 29, p. 323 – 346, jul./dez. 2013.

SANTOS, L. B. **Estado e internacionalização das empresas multilatinas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

_____. Multilatinas na economia global. Caracterização histórica, setorial e espacial. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVIII, n. 469, mar. 2014.

SELINGARDI-SAMPAIO, S.; CUSTÓDIO, D. L. Teoria e prática de políticas industriais: o exemplo de Rio Claro - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 5 – 46, abr. 1995.

SILVA, A. M. B. Círculos de informações, urbanização e usos do território brasileiro. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, v. 8, n. 10, p. 3-15, ago./dez. 2012.

SILVA, M. V. Apontamentos teórico-metodológicos para o conceito geográfico circuito espacial da produção: estudo de casos em Goiás – Mitsubishi em Catalão e Complem em Morrinhos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 1, p. 73 – 91, jan./abr. 2014.

SILVA, P. F. J. da. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente - SP. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

SILVA, P. F. J. da; SPOSITO, E. S. Pequenas cidades da região de Presidente Prudente - SP: produção do espaço e redefinições regionais. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, Unesp, v. 2, n. 7, p. 1 – 15, 2007.

SILVA, S. C. da. O circuito espacial de produção do vestuário e a economia urbana da cidade de São Paulo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 38, p. 157 – 177, maio 2012.

SILVEIRA, M. L. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, a. 3, n. 3, p. 13 – 26, 2007.

_____. Globalización y territorio usado: imperativos y solidariedades. **Cuadernos del Cendes**, a. 25, n. 69, p. 1 – 19, set./dez. 2008.

SPOSITO, E. Descontinuidades territoriais das cidades, desconcentração e localização da atividade industrial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

TAKAMI, S. T.; MENDES, A. A. Distritos industriais e vantagens locacionais em Piracicaba - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 41, n. 1, p. 47 – 61, jan./abr. 2016.

_____. Formas, funções, estruturas e processos do espaço industrial em Piracicaba – SP: complexo canavieiro, distritos industriais e parque automotivo. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 137 – 151, maio./ago. 2017.

XAVIER, M. Os circuitos espaciais da produção e a inserção de São José do Rio Preto na atual divisão territorial do trabalho. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, n. 1, p. 5 – 19, jan./abr. 2008.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
Departamento de Geografia



APÊNDICE I
ROTEIRO DE ENTREVISTA – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

Data:

Entrevistado(a):

Cargo:

1. Como o(a) Senhor(a) avalia a estrutura econômica de Extrema?
2. Qual a importância da indústria no conjunto das atividades econômicas praticadas no município?
3. Como o(a) Senhor(a) caracteriza o espaço industrial de Extrema de acordo com: a) o tamanho dos estabelecimentos; b) a diferenciação por gêneros industriais; c) a origem dos investimentos no setor secundário; d) o perfil da mão de obra?
4. A industrialização local é amplamente veiculada pela mídia especializada em assuntos econômicos. Extrema tornou-se referência de cidade pequena que expandiu sua capacidade econômica e otimizou seus indicadores sociais através da captação de recursos externos (nacionais e internacionais) da indústria. Em sua opinião, que fatores ou processos explicam o crescimento industrial no município nas últimas décadas?
5. Quais são as principais vantagens e desvantagens da localização industrial em Extrema?
6. Existe uma política industrial que discipline a interlocução entre a prefeitura e as indústrias que desejem investir no município? Em que consiste esta política industrial?
7. Existe algum gênero da indústria que tem apoio preferencial da prefeitura para se instalar no município? Há algum que seja preterido? Por quê?

8. Há alguma política ou plano de ação do Poder Público Municipal que estimule o desenvolvimento de indústrias de capitais endógenos? Em caso afirmativo, como funcionam e quais são seus resultados?
9. Existe algum tipo de parceria ou convênio entre a prefeitura e as demais instâncias de governo para promover a atividade industrial no município? Qual(is)? Quais os resultados obtidos?
10. A presença de grandes indústrias interfere diretamente na dinâmica socioespacial do município, com impactos no mercado imobiliário, no mercado de trabalho, na economia urbana e no meio ambiente. Como a prefeitura procura mediar os conflitos entre as diversas modalidades de uso do território em Extrema?
11. Como o Poder Público disciplina o uso industrial do território? Quais são e como estão estruturados os espaços industriais do município?
12. Quais os impactos positivos e negativos do crescimento industrial e urbano acelerado em Extrema?
13. O modelo de crescimento industrial baseado em investimentos exógenos, de certo modo, deixa o município vulnerável às oscilações de ordem macroeconômica que levem as empresas a enxugar seus quadros de funcionários ou a encerrar suas atividades, impactando a economia local. Como o Senhor(a) avalia os desdobramentos de uma possível redução dos investimentos ou do fechamento de indústrias para a economia, a sociedade, a política e o território local?
14. Quais são os planos e projetos futuros da prefeitura para desenvolver ou ordenar a atividade industrial no município?
15. O(a) Senhor(a) deseja tecer alguma consideração final sobre a atividade industrial e a economia em Extrema?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
Departamento de Geografia



APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SECRETARIA DE TURISMO

Data:

Entrevistado(a):

Cargo:

1. A industrialização local é amplamente veiculada pela mídia especializada em assuntos econômicos. Extrema tornou-se referência de cidade pequena que expandiu sua capacidade econômica e otimizou seus indicadores sociais através da captação de recursos externos (nacionais e internacionais) da indústria. Em sua opinião, que fatores ou processos explicam o crescimento industrial no município nas últimas décadas?
2. Quais são as principais vantagens e desvantagens da localização industrial em Extrema?
3. Qual a importância da indústria no conjunto das atividades econômicas praticadas no município?
4. Existe alguma política industrial que discipline a interlocução entre a prefeitura e as indústrias que desejem se instalar no município? Em que consiste esta política industrial?
5. Como o(a) Sr(a) avalia o uso do território em Extrema em suas diferentes modalidades?
6. Como o Poder Público disciplina o uso industrial do território? Quais são e como estão estruturados os espaços industriais do município?
7. A presença de grandes indústrias interfere diretamente na dinâmica socioespacial do município, com impactos no mercado imobiliário, no mercado de trabalho, na economia urbana e no meio ambiente. Como o Poder Público procura mediar os conflitos entre as diversas modalidades de uso do território em Extrema?

8. Quais os impactos positivos e negativos do crescimento industrial, econômico e urbano acelerado em Extrema?
9. O modelo de crescimento industrial baseado em investimentos exógenos, de certo modo, deixa o município vulnerável às oscilações de ordem macroeconômica que levem as empresas a enxugar seus quadros de funcionários ou a encerrar suas atividades, impactando a economia local. Como o Senhor(a) avalia os desdobramentos de uma possível redução dos investimentos ou do fechamento de indústrias para a economia, a sociedade, a política e o território local?
10. O(a) Senhor(a) deseja tecer alguma consideração final sobre a atividade industrial e a economia em Extrema?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
Departamento de Geografia



APÊNDICE III

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SINDICATO PATRONAL

Data:

Entrevistado(a):

Cargo:

1. Qual a importância da indústria no conjunto das atividades econômicas praticadas no município?
2. Quais são as maiores indústrias instaladas em Extrema? Que etapas do processo produtivo elas desenvolvem no município?
3. A industrialização local é amplamente veiculada pela mídia especializada em assuntos econômicos. Extrema tornou-se referência de cidade pequena que expandiu sua capacidade econômica e otimizou seus indicadores sociais através da captação de recursos externos (nacionais e internacionais) da indústria. Em sua opinião, que processos explicam o crescimento industrial no município nas últimas décadas?
4. Quais são as principais vantagens da localização industrial em Extrema?
5. Existem políticas industriais que disciplinem a interlocução entre o Poder Público e as indústrias que desejem se instalar no município? Em que consistem tais políticas?
6. Qual são o campo de atuação e as principais ações desenvolvidas pelo sindicato?
7. Quais são os entraves para a modernização e/ou expansão das atividades industriais em Extrema? O que poderia ser feito para minimizar ou superar tais dificuldades?
8. Quais os planos e projetos futuros do sindicato para desenvolver a atividade industrial no município?
9. Quais são os principais impactos do crescimento industrial, econômico e urbano acelerado para o município de Extrema?

10. O Senhor deseja tecer alguma consideração final sobre as ações do sindicato e a atividade industrial em Extrema?



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
Departamento de Geografia



APÊNDICE IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA – SINDICATOS DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS

Data:

Entrevistado(a):

Cargo:

1. A industrialização local é amplamente veiculada pela mídia especializada em assuntos econômicos. Extrema tornou-se referência de cidade pequena que expandiu sua capacidade econômica e otimizou seus indicadores sociais através da captação de recursos externos (nacionais e internacionais) da indústria. Em sua opinião, que processos explicam o crescimento industrial, econômico e urbano no município nas últimas décadas?
2. Qual é a importância da indústria no conjunto das atividades econômicas atualmente praticadas no município?
3. Quais são as maiores indústrias instaladas em Extrema? Que etapas do processo produtivo elas desenvolvem no município?
4. Em sua opinião, que fatores explicam a implantação de grandes indústrias de capitais exógenos (nacionais e internacionais) em Extrema nas últimas décadas?
5. Quais são as principais vantagens e desvantagens da localização industrial em Extrema?
6. Como o(a) Senhor(a) caracteriza o perfil dos funcionários da indústria em Extrema quanto aos seguintes aspectos:
 - a) sexos;
 - b) escolaridade média;
 - c) setor de ocupação;
 - d) procedência;

e) remuneração média.

7. Qual o campo de atuação do sindicato?

8. Existem programas de aperfeiçoamento, qualificação ou treinamento da mão de obra da indústria no município? Que instituições oferecem tais programas? Como estes funcionam?

9. Quais os impactos positivos e negativos do crescimento industrial e urbano acelerado em Extrema?

10. O modelo de crescimento industrial baseado em investimentos exógenos, de certo modo, deixa o município vulnerável às oscilações de ordem macroeconômica que levem as empresas a enxugar seus quadros de funcionários ou a encerrar suas atividades, impactando a economia local. Como o Senhor(a) avalia os desdobramentos de uma possível redução dos investimentos ou do fechamento de indústrias para a economia, a sociedade, a política e o território local?

11. O(a) Senhor(a) deseja tecer alguma consideração final sobre a mão de obra e a atuação do sindicato em Extrema?



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
EMPREENDEDORISMO

ANEXO

Roteiro e Critérios para Avaliação de Investimentos

A Secretaria é o órgão da Administração Municipal de Extrema responsável pela recepção e avaliação dos projetos e investimentos que pleiteiam o pacote de benefícios.

Preliminarmente, a empresa apresentará Carta Consulta à Secretaria de Desenvolvimento Econômico contendo as informações básicas do empreendimento para que seja confeccionado o Protocolo de Intenções.

A Carta Consulta é uma síntese do projeto contendo: nome da empresa, CNPJ, endereço, natureza e valor do investimento, capacidade de produção, empregos gerados, faturamento, infraestrutura necessária, dentre outros.

Após a assinatura do Protocolo de Intenções firmado entre Governo e empresa, apresentam-se os documentos abaixo citados, que viabilizarão a análise econômica e financeira para habilitar a empresa a um dos Programas de Incentivos Fiscais:

- Projeto completo de viabilidade econômica do empreendimento. O Plano de Negócios será entregue em arquivo impresso e digital demonstrando o projeto, missão, quantitativo de funcionários atuais e projeção para a nova empresa (geração de emprego), faturamento da matriz/filial, pretensão do faturamento para os próximos três anos na nova unidade, principais produtos e insumos utilizados, principais clientes ou mercados a serem atendidos e descrição da origem do capital investido;
- Documentação da Empresa: Contrato Social ou Ata de Assembleia.
- Documentos pessoais do proprietário/empreendedor ou sócio administrativo;
- Certidões Negativas de Débitos: Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, INSS, FGTS (da Matriz/filial)
- Ofício esclarecendo qual benefício solicitado ao Município.

Por fim, o projeto analisado será submetido à apreciação da Câmara de Vereadores para aprovação da Lei de Concessão de Benefícios.

Principais pontos a serem considerados na Política de Benefícios:

- Alinhamento entre o Plano de Desenvolvimento do Município e o projeto a ser implantado;
- Alta atratividade do Plano de Negócio;
- Alto nível de governança por parte da empresa e investidores;
- Riscos ambientais apresentados no projeto;
- Capacidade de absorção da mão-de-obra local (Geral e Qualificada);
- Oportunidade de compartilhar tecnologias e modelos de gestão com a comunidade;
- Estabelecimento de parcerias locais para a atualização e qualificação profissional por meio das organizações existentes (SENAI, SENAC, FAEX, ACIEX, Sindicatos);
- Contrapartida social oferecida pelos empreendedores ou investidores;

Os benefícios concedidos se dividem em dois pacotes:

Benefícios Municipais:

- Isenção de IPTU e ISS por 5 anos renováveis por mais 5 anos;

Benefícios Estaduais:

- O estabelecimento de Regimes Especiais de ICMS, Taxas de Importação e Exportação, Financiamento e outros são discutidos junto aos órgãos de fomento estaduais (Secretaria de Fazenda, INDI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, BDMG) caso a caso;

O empreendedor interessado em se instalar no município de Extrema, solicitando qualquer benefício, deve apresentar:

Os documentos devem ser protocolados no Gabinete da Prefeitura Municipal de Extrema, de onde serão encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ao Departamento Jurídico para análise.

Prefeitura Municipal de Extrema
Secretaria de Desenvolvimento e Empreendedorismo
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624.
Bairro Ponte Nova – Extrema – MG – 37640-000
(35) 3435 1911.